

A silhouette of a man in profile, facing right, smoking a pipe. He is wearing a dark suit jacket and trousers. The background is a warm, orange-toned sunset or sunrise over a body of water, with a dark horizon line. The overall mood is contemplative and classic.

Marco Antonio Villa

JANGO

UM PERFIL (1945 - 1964)

GLOBALIVROS

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Marco Antonio Villa

Jango: um perfil

(1945-1964)

GLOBALIVROS

Copyright © 2003 by Marco Antonio Villa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de bancos de dados, sem a expressa autorização da editora.

Preparação: Ricardo Jensen de Oliveira

Revisão: Eugenio Vinci de Moraes, Maria Sylvia Castro de Azevedo Corrêa e Denise Padilha Lotito

Índice onomástico: Luciano Marchiori

Capa: Roberto Kazuo Yokota

Foto de capa: João Goulart toma chimarrão à beira de um rio, © FGV/CPDOC

Foto de contracapa: João Goulart, © Arquivo Editora Globo

Cadernos de imagens: Companhia da Memória

1ª edição, 2004 / 1ª reimpressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Villa, Marco Antonio

Jango : um perfil (1945-1964) / Marco Antonio Villa. – São Paulo : Globo, 2004.

Bibliografia

ISBN 978-85-250-5806-5

1. Brasil – Política e governo – 1945-1964 2. Brasil – Presidentes 3. Democracia – Brasil 4. Ditadura – Brasil 5. Goulart, João, 1919-1976 6. Populismo – Brasil I. Título

04.0192 CDD-923.181

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Presidentes : Biografia 923.181

Direitos de edição em língua portuguesa para o Brasil
adquiridos por Editora Globo S. A.

Av. Jaguaré, 1485 – 05346-902 – São Paulo – SP

www.globolivros.com.br

Sumário

[Capa](#)

[Folha de rosto](#)

[Créditos](#)

[Introdução](#)

[O ungido](#)

[Vamos jangar](#)

[João-Bom-Senso](#)

[O terceiro começo](#)

[“Só converso com militares”](#)

[Reforma ou golpe?](#)

[“A situação é calma”](#)

[Conclusão](#)

[Bibliografia](#)

[Índice onomástico](#)

[Caderno de imagens](#)

[Notas](#)

Introdução

É MUITO DIFÍCIL escrever um livro sobre João Goulart. Afinal, a minha geração ficou com a imagem de um presidente jovem e valente que foi deposto quando quis fazer as reformas de base. Foi para o exílio, morreu na Argentina e teve de ser enterrado no Rio Grande do Sul, às pressas, sem honras oficiais. Paradoxalmente, o conservadorismo da ditadura militar, a repressão política e a censura acabaram por reforçar a figura heróica de Goulart.

Contudo, quando nos aproximamos historicamente de Jango, da sua carreira política, especialmente dos 31 meses de governo, a imagem fica borrada. O destemido é substituído pelo fraco; o defensor das reformas, pelo conciliador; o presidente realizador, pelo incapaz de administrar a *res publica*. O político hábil aparece como um presidente inconseqüente, e o favorito de Getúlio Vargas, como fruto da fortuna e não da virtude, pensando como Nicolau Maquiavel.

Reconstruí pormenorizadamente diversos momentos da vida política de Jango. Não temo ser acusado de produzir uma mera história dos acontecimentos. Creio que o terreno do historiador é o fato. Afastei-me deliberadamente de análises preconcebidas e procurei a dimensão narrativa. Em diversos momentos, o leitor observará que foi o acaso — e como a contingência está tão presente na nossa história! — que produziu alguns acontecimentos, e o maior deles foi a ascensão de João Goulart à Presidência da República.

Em todo o livro, o personagem central é Jango, ou seja, os acontecimentos políticos giram em torno do personagem, e ele é sempre o centro do texto. Dessa forma, não procurei reescrever a história do populismo, da luta de classes, do progresso econômico

ou das contradições sociais, como tantos outros já fizeram. Nada disso. O livro segue as pegadas de João Belchior Marques Goulart, de São Borja, em 1919, até Montevideu, em abril de 1964: desde a sua sagração como favorito de Vargas, passando pela Assembléia Legislativa gaúcha, pela secretaria estadual no Rio Grande do Sul, pela Câmara dos Deputados — onde raramente esteve —, pela presidência do Partido Trabalhista Brasileiro — durante doze anos —, e duas vezes na Vice-Presidência da República. Até chegar, em setembro de 1961, à Presidência.

No primeiro capítulo, fiz um esboço biográfico de Jango, enfatizando o momento em que foi ungido por Vargas como o seu sucessor. Daí para a frente, desenhei os principais momentos da década de 50 e a relação desses acontecimentos com a carreira política de Goulart. O segundo capítulo foi dedicado fundamentalmente à crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961: esse foi o instante em que Jango chegou, de forma inesperada, à Presidência da República. O terceiro capítulo foi reservado ao período parlamentarista — que teve três gabinetes — e em que se destacou a forma como o presidente sabotou o novo sistema de governo, até conseguir, em setembro de 1962, a antecipação do plebiscito, que, constitucionalmente, seria em abril de 1965, para janeiro de 1963. No quarto capítulo, analisei a primeira parte da fase presidencial de João Goulart, de janeiro de 1963 até o fracasso da tentativa de estado de sítio, em outubro do mesmo ano. O quinto capítulo ficou restrito ao último trimestre de 1963, quando Jango deu mais uma nova guinada política: agora à esquerda, principalmente após a demissão de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda. No sexto capítulo, tratei do primeiro trimestre de 1964, indo até o célebre comício do dia 13 de março, o comício das reformas. O último capítulo foi reservado aos acontecimentos entre 15 de março, quando reabriu o Congresso Nacional, até a primeira quinzena de abril, quando Jango se exilou no Uruguai. Em diversos momentos dessa trajetória na Presidência da República, o leitor observará que Jango ameaçou com a possibilidade de dar um golpe de Estado — isso, evidentemente, quando tinha o controle da maior parte das Forças Armadas. O golpe de Estado acabou

ocorrendo, só que contra ele e, principalmente, contra a democracia e o desenvolvimento econômico-social do Brasil.

Por fim, este livro só se tornou possível graças à ajuda de diversas pessoas. Apesar de sempre correremos o risco de esquecer algum nome, gostaria de ao menos agradecer aos entrevistados e aos colegas que apresentaram sugestões para o desenvolvimento da pesquisa: Almino Affonso, Carlos Perrone Jobim Júnior, Elio Gaspari, Expedito Machado, Flávio Tavares, Hélio Bicudo, José Leonardo do Nascimento, Marly de Almeida Gomes Vianna, Neiva Moreira, Neusa Aparecida Barbosa, Paulo de Tarso Santos, Paulo Schilling, Roberto Pompeu de Toledo, Rubens Ricupero, Samuel Salinas, Villas-Bôas Corrêa. Como é de praxe, obviamente, registro que a responsabilidade pelo texto é exclusivamente minha. Em tempo: o livro só foi concluído graças à paciência e ao apoio da minha família: Helena, Flávio, Caio, sem esquecer os cachorros e gatos.

O UNGIDO

JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART, o Jango, apelido que recebeu na infância, nasceu na estância de Yguariacá, em São Borja, Rio Grande do Sul, a 605 quilômetros de Porto Alegre, no dia 1.º de março de 1919. Sexto filho do casal Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart, a dona Tinoca, recebeu os nomes dos avós paternos, João e Belchior. Seu nascimento foi muito comemorado: o casal já tinha quatro mulheres, e o único filho — Rivadávia, que foi batizado por Getúlio Vargas, vizinho de estância dos Goulart — havia morrido de meningite antes de completar 5 anos.

Vicente Goulart era velho amigo da família Vargas. Na escola, estudou na mesma classe com Getúlio;^[1] no campo político, participaram juntos da Revolução de 1923 — quando se opuseram aos federalistas, liderados por Assis Brasil, e Vicente teve de buscar breve exílio na Argentina — e da Revolução de 1930. Tiveram uma empresa em sociedade — a firma Vargas, Goulart, Gomes e Cia. — e participavam ativamente da política municipal.

Em 1928, no mesmo ano da eleição de Getúlio Vargas para o governo do Rio Grande do Sul, Jango foi enviado para o Colégio Santana, dos irmãos Maristas, em Uruguaiana, como outros tantos filhos da elite da região, onde permaneceu até os 13 anos. Não se destacou pelos estudos, mas como jogador de futebol: foi considerado um bom médio-volante. Em 1933, foi matriculado no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, mas permaneceu pouco tempo no novo estabelecimento de ensino, pois a direção solicitou que seu Vicente retirasse Jango da escola por mau comportamento.^[2] Retornou a Uruguaiana, onde concluiu o ginásio. Foi nesse ano que Jango teve uma relação com uma empregada da fazenda do pai, Elfrida Dornelles. A moça ficou grávida aos 16 anos e acabou

expulsa de casa pela família Goulart. O filho nasceu no mesmo ano, recebeu o nome de Noé e foi criado por outra família.[3]

O incidente não alterou em nada a vida de Jango, que voltou para Porto Alegre, fez o curso preparatório e, em 1935, foi admitido na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. Como tinha 16 anos, idade que não permitia estar inscrito no curso de Direito, o pai obteve uma certidão adulterada no cartório de São Borja, que alterava o seu nascimento para 1918. Nos quatro anos de permanência em Porto Alegre, Jango não se interessou por política. A formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) — que, em Porto Alegre, tinha um importante núcleo e, entre seus líderes, o escritor Dionélio Machado, autor do célebre *Os ratos* —, a Intentona Comunista, em novembro de 1935, o avanço do integralismo e o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, não deixaram marcas no jovem estudante. As atenções de Jango estavam concentradas no futebol, em que se distinguiu como jogador do selecionado universitário do Rio Grande do Sul e como reserva de Ávila no Sport Club Internacional;^[4] e nas mulheres, como assíduo freqüentador dos prostíbulos da cidade. Em um deles, acabou adquirindo a sífilis, que, afetando-lhe o joelho esquerdo, dificultou sua locomoção — o que sempre atribuiu a um coice de cavalo —, e o impediu de continuar a jogar futebol.

Em 1939, retornou a São Borja com o diploma de bacharel em Direito. Fez parte da 37.^a turma (Vargas formou-se em 1907, na mesma faculdade).^[5] Nunca exerceu a profissão. O agravamento da doença do seu pai — que morreu em 1943 — acabou levando o jovem advogado a se dedicar à administração das terras da família, que não eram poucas: 14 mil hectares e 30 mil cabeças de gado.^[6] Não se conhece nenhuma atividade política de Jango entre 1939 e 1945, que, no plano externo, foram os anos da Segunda Guerra Mundial, da luta contra o nazi-fascismo e, no interno, da ditadura do Estado Novo. Se em Porto Alegre nunca teve ligação com a política regional ou nacional, em São Borja dedicou-se a cuidar dos interesses econômicos da família, como disse anos depois: “Eu não queria saber de política. Não tinha tempo para isso”. Quando, no período das férias, ia ao Rio de Janeiro acompanhando o filho de

Getúlio, Manuel Antonio, o Maneco — que, anos depois, foi seu sócio em um empreendimento —, ficava hospedado no Palácio do Catete. [7] Mas com Getúlio Vargas, segundo relatou a Joel Silveira, “só tratava de assuntos lá da fronteira. Conversava sobre gado, trigo, arroz, coisas assim. De política, nada”. [8]

Dois acontecimentos mudaram a vida de Jango. Um, na esfera política: a queda de Getúlio em 29 de outubro de 1945; outro, na esfera privada: a morte de Getúlio Vargas Filho, o Getulinho, dois anos antes, aos 25 anos de idade. Getulinho estudou nos Estados Unidos e formou-se em química industrial na Universidade Johns Hopkins, em Baltimore. Trabalhou na Nitroquímica, em São Paulo, empresa do poderoso grupo Klabin, mas sonhava dedicar-se à petroquímica. [9] Acabou morrendo de poliomielite. [10] Segundo o irmão Manuel Antonio, ele “teria sido, em minha opinião, um grande político. Ele tinha capacidade e pendores para ser até mesmo, quem sabe, um continuador da obra do meu pai”. [11] Pouco se sabe sobre Getulinho. [12] No *Diário* de Vargas, há várias entradas com menções a ele, e parte delas trata de doenças. Dos tempos nos Estados Unidos, nas férias veio acompanhado de um amigo americano ao Rio de Janeiro. Representando o pai, esteve presente na Semana Euclidiana de 1940, em São José do Rio Pardo, em São Paulo, onde, como de hábito, foi discutida a grande obra do escritor Euclides da Cunha: *Os sertões*. [13]

Jango mantinha um relacionamento de grande amizade com Maneco, dois anos mais velho do que ele e muito ligado à administração da fazenda da família. [14] Quando Getúlio regressou à estância do Itu — a 86 quilômetros de São Borja, e que foi comprada com um empréstimo feito no Banco da Província do Rio Grande do Sul, debitado mensalmente no salário do presidente da República [15] —, em 31 de outubro de 1945, foi em Jango que encontrou um auxiliar imprescindível para a administração dos seus negócios; companhia sempre presente — “passava dias com ele”, [16] “tinha com papai cuidados especiais”. [17] E uma surpresa: Jango revelou-se um auxiliar para as articulações políticas que Getúlio começou a realizar logo ao chegar a São Borja.

Aos 26 anos, Jango transformou-se no principal interlocutor de Vargas. Também passou a cuidar do dia-a-dia do ex-presidente, desde quando encontrou na estância uma camisa suja sob um móvel e ao voltar para visitá-lo surpreendeu a mesma camisa no mesmo lugar: ninguém “tivera o cuidado de recolhê-la e mandá-la à lavanderia”.^[18] Porém, se é possível especular alguma razão de ordem psicológica — Jango substituindo Getulino —, foi a pronta ação de Goulart como colaborador na administração da estância do Itu — muito inferior às suas em extensão (7.800 hectares) e no rebanho — que deu um segundo impulso nessa relação quase que filial. É bom lembrar que Vargas não era rico nem se favoreceu durante os 15 anos em que ocupou a Presidência; tampouco havia aposentadoria tanto para ex-presidente como para ex-governador ou deputado federal ou estadual, cargos que Getúlio exerceu desde 1909,^[19] e a estância do Itu tinha um pasto de qualidade ruim, comparativamente às de Jango.

Todavia, se é exagero imaginar que Getúlio passasse por dificuldades financeiras para manter a família numerosa, deve-se recordar que ele estava envolvido diuturnamente nas confabulações políticas, mesmo antes das eleições de 2 de dezembro de 1945, e sem condições de poder dedicar-se às atividades cotidianas na estância. A presença constante de Jango, pois, deu tranquilidade financeira ao velho caudilho, que pôde, então, entregar-se à organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): acabou eleito senador por dois estados (Rio Grande do Sul — onde derrotou fragorosamente Luís Carlos Prestes^[20] — e São Paulo) e deputado federal por seis (Distrito Federal [Rio de Janeiro], São Paulo, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais). Obteve 1.150.000 votos legislativos, cerca de 40% dos votos obtidos por Gaspar Dutra para a Presidência da República.^[21]

Jango participou ativamente da formação do PTB na região de São Borja: em pouco tempo, formou 27 diretórios do partido. Não aceitou o convite de Protásio Vargas, irmão de Getúlio, para fazer parte do Partido Social Democrático (PSD).^[22] Identificou-se com as teses do PTB, que, desde o início, foi o caudatário da herança trabalhista do getulismo. Comprou o jornal *Uruguai*, de São Borja,

em sociedade com Maneco, e transformou-o em porta-voz do PTB. Em 25 de novembro de 1945, em gesto de evidente caráter político, é encarregado por Vargas de levar a Eurico Gaspar Dutra a mensagem na qual o ex-presidente manifestava apoio formal — ainda que sem muito entusiasmo — a seu ex-ministro da Guerra, que era o candidato à Presidência da República pelo PSD nas eleições de 2 de dezembro seguinte.^[23] Jango indagou de Vargas as razões de apoiar Dutra em vez do brigadeiro Eduardo Gomes: “Porque Dutra é homem, Jango”.^[24] O apoio foi decisivo, pois permitiu a vitória do candidato do PSD, com 55% dos votos, contra 35% de Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN), e 10% de Iedo Fiúza, candidato do Partido Comunista, que tinha sido nomeado por Vargas interventor em Petrópolis, durante o Estado Novo.

O jovem estancieiro destacou-se na campanha eleitoral propagando o legado getulista. Presidiu o PTB de São Borja e foi indicado por Vargas para fazer parte da chapa trabalhista à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul nas eleições de janeiro de 1947. Foi eleito com 4.150 votos, mas não deixou nos anais dessa casa legislativa nenhum discurso relevante. Em 1947, fez um pronunciamento em defesa de uma política creditícia para o setor primário do Estado, da formação de cooperativas e com críticas ao governo do Rio Grande do Sul por não se preocupar com o interior, de “onde poderão vir muitas das soluções dos problemas que afligem as populações dos centros maiores”. No ano seguinte, discursou relatando a violência da polícia argentina, que teria atirado em cidadãos brasileiros que haviam atravessado o rio Uruguai, e a ação dos contrabandistas na fronteira.^[25] E só.

Não era, certamente, um homem talhado para as discussões parlamentares e, durante os anos do mandato, acabou ficando muito mais tempo em São Borja do que em Porto Alegre, diferentemente de Leonel Brizola, que, eleito também pela primeira vez, teve atuação destacada — sua base eleitoral era a capital estadual. Também Vargas, apesar da consagrada votação de dezembro de 1945, participou brevemente dos trabalhos legislativos^[26] como senador. Em 1947, voltou ao refúgio de São Borja, onde, todos os

dias, se encontrava com Jango. Quinze anos depois, Jango recordou esses momentos: "A vida política, além de absorvente ao extremo, é também uma fonte de amarguras. Isso eu aprendi há longo tempo quando o ex-presidente Getúlio ficou no ostracismo de Itu, esquecido por quase todos os seus filhos, amigos e companheiros, depois de tantos serviços à Nação e ao povo".^[27] O leitor voraz de William Shakespeare, Miguel de Cervantes, Machado de Assis, Émile Zola e Gustave Flaubert e o freqüentador assíduo da roda de intelectuais da Livraria do Globo, em Porto Alegre, quando governador do estado,^[28] era coisa do passado. Na estância, segundo constatou Villas-Bôas Corrêa, apenas lia as primeiras páginas dos livros; sua atenção concentrava-se nos jornais e revistas.^[29] Dona Darcy Vargas e os filhos ficaram morando no Rio de Janeiro.

Getúlio Vargas manteve o silêncio, a distância da imprensa e o isolamento dos políticos até o sábado de Carnaval de 1949, quando acabou recebendo o jornalista Samuel Wainer, da cadeia jornalística Diários Associados, propriedade de Assis Chateaubriand. Wainer tinha tido, em 1947, um rápido encontro com Getúlio no gabinete do senador, no Rio de Janeiro. Como estava no Rio Grande do Sul para fazer uma reportagem sobre o plantio de trigo, Wainer resolveu arriscar e tentar uma entrevista com Vargas. De avião, rumou de Porto Alegre para Bagé e, em seguida, para a estância Santos Reis, do irmão de Getúlio, Protásio, pois a casa da estância do Itu estava em reformas. Lá, em 90 minutos, entrevistou Getúlio e partiu para São Borja, com a recomendação de procurar Jango, que já tinha sido avisado da presença de Wainer e indicaria onde ele poderia dormir. Chegaram a conversar brevemente em um bar, acompanhados por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal^[30] de Vargas que ficaria célebre em 1954. A entrevista alcançou enorme repercussão e lançou o nome de Getúlio como candidato presidencial nas eleições de outubro de 1950 pelo PTB. Dois meses depois, Wainer voltou a São Borja, à estância São Vicente, de João Goulart, onde foi comemorado o 67.º aniversário de Vargas. A festa transformou-se numa grande cerimônia pública de lançamento oficial da sua candidatura presidencial. Em meio às centenas de presentes, Jango

galgou uma grande árvore e discursou. Segundo Wainer, o estancieiro, “com sua voz de menino”, “não era um bom orador, mas falava com a comovente espontaneidade dos jovens”.^[31] Desde então, já estava claro: o herdeiro político de Vargas seria João Goulart.

A estância São Vicente passou a concentrar todos os encontros políticos de Vargas com vistas às alianças políticas para a eleição presidencial, sempre com a presença de Jango. Em março de 1950, este foi eleito presidente do PTB do Rio Grande do Sul. No mesmo mês, sua irmã Neusa casou-se com o deputado estadual Leonel Brizola, na estância Yguariça, e tiveram como padrinhos Getúlio Vargas, Maneco Vargas e Jango. A 19 de abril, dia de seu 68.º aniversário, o caudilho aceitou ser o candidato do PTB à Presidência da República, e a candidatura foi homologada em junho. Desde o ano anterior, Vargas tinha fechado acordo político com Ademar de Barros, governador de São Paulo. Em troca do *apoio* em 1950, lançaria o político paulista candidato à sua sucessão, em 1955. O Partido Social Progressista (PSP) de Ademar indicou Café Filho para a Vice-Presidência.^[32] Jango e Salgado Filho, ex-ministro de Vargas e candidato do partido ao governo gaúcho, foram indicados coordenadores da campanha eleitoral do PTB. No mês seguinte, porém, Salgado Filho morreu em um acidente aéreo, quando se dirigia a São Borja, e a tarefa de coordenação ficou restrita apenas a Jango.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Vargas enfrentou e derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, o segundo colocado, com 29,6% dos votos; Cristiano Machado,^[33] do PSD, que teve 21,5%; e João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, que não recebeu sequer dez mil votos. Getúlio obteve 3.846.040 (48,7% do total). Os opositores de Vargas tentaram de todas as maneiras impedir a diplomação e a posse do presidente eleito. Uma das justificativas era a de que não teria obtido a maioria absoluta dos votos, mero pretexto para criar dificuldades políticas. Dessa vez, porém, não foi utilizada a acusação de apoio comunista, pois o PCB defendeu o voto nulo nas eleições: os seguidores de Luís Carlos Prestes, desde o manifesto de agosto de 1950, tinham optado pela

luta armada como único instrumento para a tomada do poder. No Rio Grande do Sul, Getúlio obteve 346 mil votos contra cerca de 200 mil de Cristiano Machado, o segundo colocado no estado, o que facilitou a eleição do seu primo ao governo estadual, Ernesto Dornelles. O PTB obteve grande vitória no estado, pois, em 1947, tinha perdido o governo estadual para o PSD, que elegeu Valter Jobim e derrotou Alberto Pasqualini – este último acabou eleito senador, numa vitória tripla dos trabalhistas contra o PSD local.

Jango foi eleito deputado federal com 39.832 votos, quase dez vezes mais do que na última eleição. Tomou posse na Secretaria do Interior e Justiça a 1.º de fevereiro de 1951.^[34] Uma semana depois, viajou para o Rio de Janeiro, onde, a pedido de Vargas, permaneceu por uma semana.^[35] Na imprensa gaúcha especulou-se que seria convidado para assumir a Casa Civil da Presidência da República. Jango, porém, precisou se licenciar da secretaria para assumir o mandato de deputado federal no Rio, em março. Uma semana depois, estava de volta a Porto Alegre. Mal chegou, novamente surgiram boatos de que Getúlio queria que ele reassumisse o mandato federal. Viajou para a Argentina, a pedido de Vargas, para encontrar-se com o presidente Juan Domingo Perón, com o objetivo de resolver o impasse na importação de trigo e carne, produtos essenciais para o abastecimento das populações das grandes cidades, especialmente a do Rio de Janeiro.^[36] A viagem, que deveria ser tarefa de um ministro ou funcionário do governo federal, não de um secretário estadual, demonstrou em quem Getúlio confiava. Em Porto Alegre, Jango dedicou-se à organização do PTB no Estado, mas não deixava de ser presença constante no cabaré da Mônica. Lá “mandara fazer, para desfrute próprio, um feérico quarto de espelhos”.^[37] Permanecia no lupanar durante vários dias, o que obrigava o seu chefe de gabinete, Ney Lisboa, a ter de levar os processos da secretaria para o bordel, onde despachava na mesa da cozinha, apoiando a perna esquerda em um banquinho.^[38]

Em maio de 1952, João Goulart pediu demissão da secretaria e rumou para o Rio de Janeiro a pedido de Vargas: foi a sua estréia no mundo da grande política. Sua saída estava anunciada desde o começo do ano. Ora especulou-se que seria presidente nacional do

PTB, ora que seria ministro sem pasta, mas não se descartou a possibilidade de que poderia assumir a pasta do Trabalho.^[39] Inicialmente se hospedou em um quarto do anexo do Palácio do Catete, em cima dos aposentos da guarda pessoal do presidente. Assim, freqüentava diariamente o palácio, “entrava capengando e arrastando a sua perna dura, indefectivelmente vestido do tropical inglês brilhante que era marca da elegância de então, camisa de cambraia desabotoada no colarinho, gravata afrouxada”.^[40]

O PTB tinha crescido eleitoralmente desde dezembro de 1945. Nas últimas eleições, havia elegido o presidente da República, quatro governadores apoiados pelo partido, 51 deputados federais e cinco senadores — contra 22 deputados e dois senadores em 1945. Com a declaração da ilegalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) em maio de 1947, o PTB tinha o caminho livre no campo sindical. A eleição de Vargas e o controle da máquina do Ministério do Trabalho por Danton Coelho, presidente nacional do partido, facilitaram esse processo. Entretanto, divergências partidárias acabaram obrigando a saída de Coelho da presidência da sigla em junho de 1951 e, três meses depois, do Ministério do Trabalho. Os dissidentes ameaçaram formar outro partido — como o fez Emílio Carlos, com o seu Partido Trabalhista Nacional, em São Paulo.

Jango chegou ao Rio como um bombeiro para apagar a crise que, nascida nas hostes do partido, tinha reflexos no Catete — chegou-se, aliás, a pensar em levá-lo para São Paulo, onde a sigla estava muito dividida.^[41] O PTB exigia maior espaço no governo e sempre encontrou a resistência de Vargas, que argumentava: “[o partido] não precisa de ministros, porque tem o presidente da República”. Em junho, na convenção nacional, Jango foi eleito presidente — substituindo Dinarte Dornelles, primo de Getúlio —, cargo que manteve até 1964. Chegou à presidência do PTB por indicação pessoal de Vargas. Era a primeira vez que Vargas apontava quem seria o seu preferido na condução do partido: “foi o profeta ‘ungido’ pelo carisma”.^[42] Jango pacificou o PTB e buscou dar coerência à sua ação parlamentar, para surpresa dos petebistas da capital federal, que o consideravam “um boêmio, um rapaz rico,

pouco afeito à burocracia. Achavam todos [...] que ele viria a ser somente um fantoche, uma figura decorativa. E aconteceu justamente o contrário”.^[43] O discurso de posse na presidência reafirmou teses que eram consensuais no partido: a crítica tanto ao “capitalismo clássico” como ao “radicalismo tempestuoso da dialética marxista-leninista” e a defesa de uma “democracia ampla, serena, leal, cristã — democracia que quer se assentar na felicidade da classe trabalhadora, mas não nas ruínas das demais classes, mas na reparação dos agravos que ela, até agora, tem curtido”.^[44] Na Câmara Federal, Jango não deixou sua marca nos anais ou nas comissões parlamentares. Trabalhou “para dentro”, fortalecendo a organização do PTB e transformando-o em fiel escudeiro do presidente Vargas. Era um momento difícil para o governo, pois o “ministério da experiência” — também chamado de “ministério dos tubarões” por causa da presença dos reis das finanças, do açúcar e do cacau (Horacio Lafer, João Cleofas e Simões Filho) — acabou fracassando: não deu estabilidade política nem possibilitou a obtenção de eficácia administrativa.

Em setembro foi designado Segadas Viana, também do PTB — um dos seus fundadores —, para o Ministério do Trabalho, em meio a um surto de greves. Os sindicatos exigiam aumentos de salários e o controle da inflação. No mês seguinte, em Porto Alegre, Vargas fez um discurso polêmico. Lembrou que os trabalhadores tinham duas condições para progredir: uma seria a liberdade sindical e a outra, “a preparação do proletariado para a participação no governo através do processo legal e constitucional do voto livre e secreto”. A oposição contra-atacou. O deputado Armando Falcão, para quem “só há duas formas de ascensão do proletariado: a forma comunista de Lenin e as formas fascistas de Perón”, acusou Goulart: “É peronista exaltado e exerce influência sobre Vargas”.^[45] Desde então, Jango passou a ser alvo constante dos ataques da oposição, que se intensificaram quando os trabalhadores começaram a fazer mobilizações.

O primeiro semestre de 1953 foi marcado por inúmeras greves. Em São Paulo, depois de 29 dias de paralisação, terminou em abril a greve “dos 300 mil”, que abarcou os operários têxteis, metalúrgicos,

marceneiros, vidreiros e gráficos e resultou em aumento de 32% nos salários desses trabalhadores.^[46] Logo depois começou a paralisação dos marítimos nos portos de Rio de Janeiro, Santos e Belém, que deixou o governo numa situação difícil, pois criava dificuldades para o comércio de exportação e importação. O ministro Segadas Viana, como meio de combater os grevistas, invocou a legislação de guerra e convocou militarmente os marítimos ao trabalho: a negativa significava deserção. Os protestos aumentaram, e Jango criticou duramente o ministro. A 17 de junho, no segundo dia da greve, Segadas Viana pediu demissão.^[47] Vargas nomeou João Goulart ministro do Trabalho, que estava sendo preparado para ser indicado ministro da Agricultura na reforma ministerial seguinte. A paralisação dos marítimos terminou no dia 26 de junho, graças à intermediação de Jango, com o atendimento de parte das reivindicações dos trabalhadores.

Aos 34 anos, Jango chegou ao Ministério do Trabalho em meio a uma conjuntura política radicalizada, marcada pela criação da Petrobrás, pelo declínio das taxas de crescimento econômico, pela inquietude sindical e pela postura golpista da UDN. Como recordou Tancredo Neves, que foi nomeado ministro da Justiça na última reforma ministerial de Vargas, “Getúlio não enfrentou em nenhum momento uma oposição democrática. Getúlio enfrentou desde o primeiro momento uma oposição subversiva. Os homens da UDN, sobretudo a UDN militar, nunca se conformaram com a derrota que lhes foi inflingida”.^[48] No discurso de posse, Jango marcou posição e deixou claro a que vinha: “Meus objetivos são claros e definidos, resumindo-se na conquista de uma ordem social mais justa sem a mínima quebra com as tradições democráticas. Não trago para o ministério um programa de inquietação, como pretendem alguns setores políticos, nem tampouco prometo solucionar milagrosamente os inúmeros problemas que afligem os trabalhadores. Todos os nossos esforços resultarão inúteis, todavia, se não houver a reunião do proletariado através das células vivas e palpitantes do seu organismo que são os sindicatos”.^[49] Jango inaugurou uma nova forma de trabalho. As Delegacias Regionais do Trabalho passaram a ser controladas por políticos do PTB, e a Previdência Social teve nos

seus conselhos administrativos a participação de dirigentes sindicais, que controlavam vultosos recursos, pois, até então, o número de aposentados era muito pequeno. Com dinheiro e poder político da máquina estatal, o PTB foi se consolidando em todo o país. O ministro do Trabalho passou a conceder audiências públicas uma vez por semana, recebendo centenas de trabalhadores e dirigentes sindicais. Relata Hugo de Faria, seu chefe de gabinete: “Qualquer sujeito que queria falar com ele ia ao Hotel Regente e falava. As audiências públicas no Ministério do Trabalho passaram a ser assustadoras. Uma vez por semana, centenas de pessoas chegavam para as audiências, que começavam às quatro horas da tarde e acabavam à meia-noite, uma hora da manhã”.^[50] O ministro comparecia às festas dos sindicatos, visitava suas sedes, conversava com seus líderes, participava de churrascos e piqueniques, sempre mantendo a informalidade e atendendo aos pedidos, que não eram poucos. Agindo segundo os ditames do ministério, o dirigente sindical ia vendo atendidas as suas reivindicações; quando atuava de forma autônoma, como os marítimos que tentaram organizar uma nova greve nacional, em outubro de 1953, vinha a repressão violenta, com a intervenção nos sindicatos e a destituição das diretorias.

A ação de Jango no ministério atraiu a ira dos antigetulistas. Foi acusado de insuflar greves, manipular os sindicatos e buscar uma aliança com Juan Domingo Perón, e estabelecer no Brasil um regime peronista, tendo como base o apoio político dos sindicatos.^[51] Jango, como vimos, esteve pela primeira vez em contato com Perón no início dos anos 1950, a pedido de Vargas, que nunca teve contato pessoal com o argentino. O Rio Grande do Sul tinha passado por um período de seca, e o governo daquele país não liberava guias para a exportação de gado para o Rio Grande do Sul. Jango então foi à Argentina e acabou sendo recebido em audiência por Perón. Resolveu-se o problema, e o presidente argentino prognosticou: “Você é jovem. Vai fazer carreira política”.^[52] Apesar da relação de amizade estabelecida com Perón — que se estenderá até a morte deste, em 1974 —, dois meses depois de ter tomado posse no ministério, fez questão de esclarecer que não pretendia adotar no Brasil a forma peronista de se relacionar com os sindicatos: “Jamais

poderia estar nos meus instintos a transformação destas entidades em instrumentos de ação política, não só porque isto seria desvirtuar-lhes as finalidades, como também a isso se opõem os preceitos da lei”.^[53]

Em fevereiro de 1954, oito meses depois de ter assumido o Ministério do Trabalho, apresentou ao presidente da República a proposta de duplicar o salário mínimo, de 1.200 para 2.400 cruzeiros, enfrentando o parecer contrário de técnicos do ministério, que propunham aumento de 42%, elevando o salário para 1.700 cruzeiros. A última correção do salário mínimo tinha sido em dezembro de 1951. Dutra, nos seus cinco anos de governo, deixara congelado o salário mínimo. Nessa ocasião, Getúlio passou o salário de 380 para 1.200 cruzeiros. Mesmo assim, havia uma defasagem salarial, pois os preços não paravam de subir. Em 1952, a taxa de inflação atingiu 11,6%; no ano seguinte, 21,4%; e, em 1954, 23,6%. Fazendo crescer ainda mais a ira dos seus opositores, Jango propôs, além do aumento, o “congelamento dos preços das mercadorias essenciais ao povo, em bases justas e acessíveis à boca do depauperado consumidor nacional. Permito-me ainda aventar que a fiscalização de tal medida poderia ser feita, com eficiência e honestidade, pelos próprios trabalhadores, através dos seus legítimos órgãos de representação, que são os sindicatos”.^[54]

As reações no Congresso Nacional e na imprensa, contrários ao aumento, foram violentas: considerava-se que a proposta era mais uma etapa para o golpe de Estado varguista. Afirmou o jornal *O Estado de S. Paulo*: “Tão forte é a vocação caudilhesca do sr. Vargas, que a sua marcha para o golpe é um impulso fatal, superior mesmo à sua vontade”.^[55] Oficiais do Exército, por sua vez, divulgaram um manifesto a 20 de fevereiro — conhecido como o “memorial dos coronéis”, que, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis, foi redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva^[56] e criticava violentamente a proposta. Um dos argumentos era que o salário mínimo de 2.400 cruzeiros correspondia ao soldo de um segundo-tenente do Exército. Dois dias depois da divulgação do manifesto, Jango demitiu-se do ministério — apesar de não ser citado nominalmente no documento —, numa audiência realizada em

Petrópolis, na qual, juntamente com a exposição de motivos do decreto sobre o salário mínimo, entregou a carta de demissão.^[57] Foi nomeado para substituí-lo Hugo de Faria, seu chefe de gabinete no ministério. Entre março e abril, o assunto caiu em breve esquecimento, mas a 1.º de maio, Vargas decretou o aumento de 100% do salário mínimo, medida que anunciou em um discurso pronunciado em Petrópolis, com a presença de 2 mil líderes sindicais. Esse fato rompeu a tradição de utilizar o estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, o que foi interpretado como uma demonstração de cautela diante da complexa conjuntura política.^[58]

O ataque a Jango representava somente uma etapa da ofensiva desencadeada por seus inimigos contra Vargas. E estes não estavam apenas à direita, mas também à esquerda. Para o PCB, segundo as palavras do seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes, Vargas era “um agente ianque” e “obediente aos seus patrões americanos”, que pretendia criar “um ambiente de nervosismo, ou de pânico mesmo, que lhe permita conseguir do Congresso as leis de exceção para implantar ‘democraticamente’ a ditadura aberta”.^[59] A oposição do PCB era somente uma etapa da disputa no meio sindical com o PTB, que, usando do Ministério do Trabalho, tinha sob seu controle a maioria dos sindicatos. Já no que se refere à UDN, que em maio tinha apresentado ao Congresso Nacional um pedido de *impeachment* de Vargas — votado em junho e amplamente derrotado —, o problema era mais agudo: vinha de uma radical diferença em relação ao trato das questões sociais e principalmente ao tipo de Estado e de projeto nacional defendidos pelo getulismo.

O atentado da rua Toneleros — que em 5 de agosto matou o major Rubem Vaz e deixou ferido o deputado e jornalista Carlos Lacerda, acérrimo inimigo de Vargas —, a instauração da “República do Galeão”^[60] e a pressão para, inicialmente, a licença e, depois, a renúncia do presidente da República levaram Getúlio ao suicídio às 7h30 do dia 24 de agosto de 1954.^[61] Jango não estivera presente à última reunião ministerial presidida por Vargas — lá estava Hugo de Faria, o ministro do Trabalho —, mas recebeu do amigo uma cópia da carta-testamento por volta das 20h do dia 23, segundo Luthero Vargas, com ordem expressa de levá-la para Porto Alegre e divulgá-

la; se isso não fosse possível, deveria ir até a Argentina e lá dar publicidade ao documento.^[62] Jango, porém, não tomou conhecimento do seu conteúdo. Cansado, resolveu deixar para viajar na manhã do dia 24, uma terça-feira. Como não poderia viajar em avião oficial — a Aeronáutica estava em estado de rebelião —, procurou ir em uma aeronave da Varig. O primeiro vôo previsto para Porto Alegre sairia às 6h. Era um avião de carga. Foi para o seu apartamento, na avenida Rainha Elizabeth, e aguardou comunicação do aeroporto. Às 8h, recebeu um telefonema, não do aeroporto, mas do Catete. Imediatamente se dirigiu, com seu Chevrolet, ao palácio. No caminho foi que se lembrou da carta, que *estava* em um envelope. No carro, leu pela primeira vez as duas páginas datilografadas. Outra cópia, em posse de Osvaldo Aranha, acabou sendo divulgada no Rio pela Rádio Nacional: foi lida três vezes antes que os militares lacrassem o transmissor da rádio. Mas o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer,^[63] já *estava* nas ruas trazendo na íntegra o texto da carta-testamento.

São inúmeros os relatos sobre o 24 de agosto. A capital federal nunca vivera tal comoção: milhares de populares ocuparam as ruas, jornais de oposição a Vargas foram incendiados e líderes antigetulistas tiveram de fugir do Rio de Janeiro. Logo depois de ter tomado conhecimento do suicídio, o Catete recebeu dezenas de milhares de populares. Dos governadores, somente dois compareceram: Juscelino Kubitschek^[64] e o genro de Vargas, Amaral Peixoto, governador do estado do Rio de Janeiro. O PCB ficou desorientado: no dia 24, a *Imprensa Popular*, jornal comunista, distribuído logo de manhã, publicou uma entrevista em que Prestes defendia “pôr abaixo o governo de Vargas e substituí-lo por um governo democrático de libertação nacional, que liberte o país do jugo imperialista”.^[65] Horas depois, porém, o Partidão teve de mudar de idéia.

Em São Borja, no dia 26, às 8h, Jango fez a oração fúnebre de Getúlio Vargas — falaram também Rui Ramos, Tancredo Neves e Osvaldo Aranha —, o “amigo e inesquecível chefe”, que “viveste com dignidade e morreste com honra”. O discurso foi interrompido pelo choro do orador. Abalado pelos acontecimentos, Jango permaneceu

na cidade por algumas semanas, longe da política, voltado exclusivamente para os cuidados das suas estâncias.

Instado por companheiros, João Goulart acabou candidatando-se ao Senado nas eleições de 3 de outubro de 1954. Havia duas vagas, mas os eleitos foram Armando Câmara (PSD) e Daniel Krieger (UDN), políticos, naquele instante, sem expressão nacional. O candidato do PTB pouco participou da campanha e obteve 346.198 votos, 40 mil a menos que Krieger e 60 mil a menos do que Câmara. Para o governo do Rio Grande do Sul, o PTB perdeu novamente com Alberto Pasqualini, dessa vez derrotado por Ildo Meneghetti, do PSD, que teve uma vantagem de pouco mais de 30 mil votos.^[66] Ao contrário do que se imaginava, o PTB teve um pequeno crescimento nas eleições de 1954: elegeu 56 deputados, oito senadores e três governadores. Parecia que a carreira política de Jango, iniciada havia dez anos, estava encerrada: sem mandato parlamentar, com o partido derrotado no seu estado e sem a presença de Getúlio Vargas.

Em 1955 o PTB não tinha nenhuma liderança nacional à altura de João Goulart. Salgado Filho havia morrido em 1950, em plena campanha pelo governo do Rio Grande do Sul, em um acidente aéreo; Segadas Viana era um advogado que tivera importante papel na codificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas não tinha perfil político adequado para organizar o partido e ser líder de massa; Danton Coelho, que concorreria à Vice-Presidência na chapa de Ademar de Barros (ficou em terceiro lugar), concluiria seu mandato de deputado federal obtido em outubro de 1954 e se retiraria da política; Alberto Pasqualini era um político bom de discurso, excelente parlamentar mas ruim de voto — nessa época, já estava doente (teve derrame cerebral) e, depois de anos de sofrimento, morreria em 1960; e o senador Lúcio Bittencourt, de Minas Gerais, candidato ao governo estadual, acabou morrendo também em um acidente aéreo, em setembro de 1955, aos 44 anos. Dos revolucionários de 1930 que acompanharam Vargas, uns estavam no PSD, outros na UDN, mas nenhum líder expressivo de 30 se encontrava no PTB. O comando do Ministério do Trabalho, a defesa da duplicação do salário mínimo e a participação nos acontecimentos de

24 de agosto de 1954 acabaram legando a Jango a liderança do PTB, apesar da derrota nas eleições de outubro, considerada circunstancial, até pela sua falta de empenho, abalado que estava com a morte de Vargas.

Logo João Goulart retornou ao Rio de Janeiro e passou a cuidar dos assuntos do partido. O momento era difícil, pois Café Filho assumira a Presidência e nomeara um ministério quase todo identificado com os inimigos de Vargas. Em meio às articulações políticas para a sucessão presidencial, Jango casou-se com Maria Tereza Pascoalato Fontella, com separação de bens.

Maria Tereza, também nascida em São Borja, a 23 de agosto de 1936, conheceu Jango em 1951, quando, de Porto Alegre, onde estudava como interna no Colégio Americano, foi para São Borja portando alguns documentos de Dinarte Dornelles, que deveriam ser entregues a Jango. Era a primeira vez que Jango a via, apesar de morarem na mesma rua em São Borja. Ficou impressionado com a beleza da jovem de 14 anos.

Voltaram a encontrar-se no ano seguinte, no Rio de Janeiro, na festa dos 15 anos de Maria Tereza, na casa da sua tia, América Vargas, casada com Spartaco, irmão de Getúlio. Jango foi levado por Maneco, noivo da prima da aniversariante. Começaram a namorar. Todavia, a família de Maria Tereza só permitiu o casamento quando ela completou a maioridade, em 1955.

O casamento civil foi marcado para 14 de maio de 1955, em São Borja, que acabou não contando com a presença do noivo – representado por Ivan, seu irmão – devido às grandes chuvas que assolaram o Rio Grande e impediram a viagem de avião do Rio para a cidade gaúcha. Doze dias depois, em Porto Alegre, foi realizado o casamento religioso, oficiado por dom Vicente Scherer, arcebispo da capital. Para Jango, o casamento representou mais um passo na carreira política, indispensável para fazer política no Brasil – basta recordar os comentários que se faziam do eternamente solteiro brigadeiro Eduardo Gomes... As primeiras-damas exerciam importante papel político nas gestões dos maridos e nas campanhas eleitorais. Darcy Vargas inaugurou esse perfil, que foi seguido, em São Paulo, por Eloá Quadros e Leonor Mendes de Barros. No caso de

Maria Tereza, porém, havia uma novidade: diversamente daquelas, que alcançaram o estrelato político, juntamente com os maridos, na idade madura, ela foi lançada no grande mundo da política brasileira aos 18 anos.

Em 10 de fevereiro de 1955, o PSD realizou sua convenção e, em meio a rumores de golpe, indicou Juscelino Kubitschek como candidato à Presidência da República. Café Filho patrocinou uma natimorta candidatura única, com apoio dos ministros militares. Juscelino, porém, não aceitou a proposta, tampouco o PTB e o PSP. Para ser vitoriosa, a candidatura do PSD precisava do apoio dos trabalhistas, principalmente porque nos centros urbanos, com a possibilidade da candidatura Ademar de Barros e do possível apoio do governador Jânio Quadros a uma candidatura da UDN, ao partido de Juscelino só restava o PTB como instrumento para ganhar os votos dos trabalhadores. A própria UDN, por meio de Artur Santos, seu presidente, em dezembro de 1954, chegou a procurar Jango em busca de uma aliança, com a proposta de entregar a ele a vice-presidência da chapa, convite imediatamente rejeitado.

Em abril de 1955, no dia 19, aniversário de Vargas, em São Borja foi realizada a VIII Conferência Nacional do PTB. Juscelino fez questão de comparecer e manifestou o desejo de contar com Jango como companheiro de chapa.^[67] Anos depois, Juscelino justificou as razões dessa coligação: "O PTB era imprescindível; somente uma aliança muito forte poderia enfrentar a oposição e sair vitoriosa. E somente com um candidato que conseguisse a reconciliação entre o voto rural do PSD e o voto urbano do PTB. Por isso insisti no nome de Jango".^[68] A convenção, no mesmo dia, aprovou a coligação PSD-PTB. Aos trabalhistas ficariam reservados os ministérios do Trabalho e da Agricultura.

Os inimigos do varguismo vieram à tona mais uma vez e atacaram violentamente a aliança. Carlos Lacerda, na *Tribuna da Imprensa*, chamou Juscelino de "condensador da canalhice nacional" e defendeu "uma reforma da democracia brasileira para instaurar a legalidade legítima";^[69] em outras palavras, o golpe de Estado. Ainda em abril, a UDN lançou Etelvino Lins, e, no mês seguinte, o Partido Democrata Cristão (PDC) lançou o general Juarez Távora como

candidato à Presidência da República, que logo foi apoiado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em junho, Lins renunciou à candidatura, e a UDN passou a apoiar Távora e indicou Milton Campos como vice. O PSP lançou Ademar de Barros, e o Partido da Representação Popular (PRP) indicou o ex-integralista Plínio Salgado.

A coligação PSD-PTB teve de driblar vários obstáculos e ameaças, desde a tentativa de impugnação da chapa, acusada de receber o apoio dos comunistas, até uma suposta carta de um deputado argentino, Antonio Jesús Brandi, peronista, que expunha como teria sido estabelecida uma aliança secreta entre Perón e Jango, em 1953 — posteriormente chegou-se à conclusão de que a “Carta Brandi” era falsa. Finalmente, no dia 3 de outubro, realizou-se a eleição: Juscelino venceu com 36% dos votos (contra 30% de Juarez, 26% de Ademar e 8% de Salgado), Jango obteve quase 3,6 milhões, derrotando Milton Campos por pouco mais de 200 mil votos e Danton Coelho por mais de 2,4 milhões, com votação superior à do próprio Juscelino — o que ocorreu também com Campos, pois a eleição para presidente, por apresentar três candidatos fortes, acabou pulverizando a vontade dos eleitores. Jango, porém, perdeu para Milton Campos em dois importantes colégios eleitorais: Distrito Federal (Rio de Janeiro) e São Paulo, estado em que teve somente 22,4% dos votos, enfraquecido pelo apoio dos ademaristas a Danton Coelho.

Como em 1950, tentou-se o golpe da maioria absoluta. Posteriormente, a UDN argumentou que o apoio dos comunistas à chapa PSD-PTB tornava ilegítima a eleição de Juscelino-Jango, pois o PCB estava na ilegalidade desde 1947. Como essa tese também não emplacou, os udenistas jogaram todas as suas fichas em um golpe militar. No dia 1.º de novembro, no enterro do general Canrobert Pereira da Costa, o coronel Bizarra Mamede pronunciou um discurso conclamando os militares a impedir a posse dos eleitos no pleito presidencial de 3 de outubro. O ministro da Guerra, general Teixeira Lott, solicitou a punição do coronel. Dois dias depois, Café Filho pediu licença da Presidência para tratamento de saúde. Mamede, porém, continuava sem punição, e Lott pressionou o presidente interino, o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara dos

Deputados. O ministro aguardou uma semana e voltou a cobrar de Luz a punição. Não obteve êxito e apresentou sua demissão. Como a maior parte do Exército na capital federal não aceitou a queda de Lott, a 11 de novembro, o Congresso Nacional, pressionado pelas tropas, destituiu o presidente interino e elegeu Nereu Ramos, vice-presidente do Senado Federal. No dia 22, Café Filho tentou retornar à Presidência, mas o Congresso aprovou seu impedimento definitivo. No dia seguinte, a Câmara dos Deputados decretou o estado de sítio por 30 dias. A situação política se acalmou, permitindo que a 31 de janeiro de 1956, às 15h30, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, numa sessão conjunta do Congresso Nacional sob a presidência do deputado Flores da Cunha, gaúcho e revolucionário de 30, fossem empossados Juscelino e Jango na Presidência e na Vice-Presidência da República, respectivamente — ambos candidatos de oposição, pois Café Filho havia apoiado Juarez Távora e Milton Campos.

Aos 36 anos, Jango chegava ao segundo posto em importância do Poder Executivo. Contudo, o quinquênio JK, apesar do crescimento médio da economia de 8,3% ao ano, da construção de Brasília, da euforia econômica, foi marcado por várias tentativas de golpes militares, inúmeras manifestações de oficiais das três armas sobre assuntos políticos, comissões parlamentares de inquérito instaladas no Congresso Nacional para apurar denúncias de enriquecimento ilícito — Jango, por exemplo, foi acusado de ter vendido ilegalmente pinho para a Argentina, acusação rejeitada pelo relator da CPI, Benjamin Farah, que arquivou o processo em setembro de 1956.

Durante toda a presidência JK, a UDN, especialmente a famosa “banda de música” — grupo de deputados que diariamente atacavam o governo —, denunciou corrupção nas obras de construção de Brasília. Era rotineira a acusação de que, nos cargos públicos que ocupou (prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e na Presidência da República), Juscelino tinha amealhado tanto dinheiro que possuía, em 1960, a quarta fortuna do mundo. Segundo um jornalista, JK, quando saiu do governo, tinha “fretado um avião para ir à Europa e logo se dirigiu à Suíça, a fim de verificar, nos bancos de lá, se as remessas dos seus tostões arduamente poupados haviam sido escriturados em ordem”.^[70] Tudo

sem apresentar nenhuma prova, como se bastasse a acusação para comprovar a prática de um ato de corrupção. Na imprensa udenista, Juscelino era um “cafajeste máximo” e Jango, “traidor da Pátria”.^[71]

A vida de Jango no Rio de Janeiro, porém, foi marcada igualmente, como em São Borja e Porto Alegre, pela presença das mulheres. Quando se casou com Maria Tereza, em 1955, ela permaneceu em São Borja e ele ficou morando no Rio. O isolamento nos pampas e a ausência do marido fizeram com que a jovem de 18 anos tentasse o suicídio ingerindo uma grande dose de barbitúricos: “Não sei se foi a solidão. Não sei se foi aquela casa cheia de portas cerradas. Não sei se eram aquelas mulheres ciumentas me cercando”, disse ela muitos anos depois. Jango interrompeu a campanha eleitoral e voou para São Borja. Lá permaneceu até o restabelecimento de Maria Tereza e levou-a para morar no Rio de Janeiro, onde nasceram os filhos João Vicente — cujo padrinho foi o general Amauri Krueel, primeiro signatário do “memorial dos coronéis” — e Denise, em 1956 e 1957, respectivamente. Pouco depois, ela foi morar em Madri, juntamente com os filhos: era o único meio de manter o casamento.

Jango tinha avisado a noiva de que não iria mudar. “Você vai ser a primeira em tudo, vai ser sempre a primeira mulher. Mas não vai me proibir de sair à noite”, disse-lhe. A jovem são-borjense não imaginou o real significado dessas palavras. Depois de casada foi que constatou que “não houve uma vedete do Carlos Machado que o Jango não tivesse comido”. E lembrou, quarenta anos depois: “Sem contar a paixão pelo jogo, pelo turfe e pelo álcool”.^[72] Morando na Espanha, não teve de passar pela situação constrangedora de abrir os jornais e ler que o marido era assíduo freqüentador da boate Sacha’s, na rua Padre Antônio Vieira, no Leme, onde, em 1958, a vedete preferida do vice-presidente era Aída Campos, conhecida como “Joãozinho Boa Pinta”, devido ao corte de cabelo rente à nuca. Aída logo seria substituída por Carla Morel, depois por Fernanda Sotto Mayor, por Mara Rúbia, por Angelita Martinez, por...

^[73]

Jango manteve uma relação cordial com JK durante todo o quinquênio de seu governo. O vice-presidente, segundo o disposto

na Constituição de 1946, também era o presidente do Senado — ao qual compareceu pouquíssimas vezes —, substituiu o presidente nas ausências devido às viagens internacionais e viajou algumas vezes ao exterior como representante do governo brasileiro: esteve nos Estados Unidos, Suíça, Itália, Austrália, Nova Zelândia e União Soviética. Neste último país, encontrou-se com Ernesto Che Guevara, que visitava a União Soviética pela primeira vez, após o estabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, em maio de 1960, e assistiu como convidado de honra, ao lado do secretário-geral do PCUS, Nikita Krushev, a parada comemorativa da Revolução de Outubro. Jango foi recebido pela alta liderança soviética e recebeu um convite para visitar a China, o que fez no ano seguinte. Em Moscou, ficou hospedado no hotel Sovietskaya, onde encontrou Che. Convidou o “comandante” para tomar mate no seu apartamento, ali conversaram e trocaram idéias sobre a conjuntura internacional, especialmente a latino-americana, em um momento em que a pressão norte-americana contra o novo governo de Cuba aumentava após a suspensão da compra do açúcar deste país.^[74]

Para o PTB, sob o comando de Jango, o quinquênio juscelinista representou sua consolidação como partido nacional, fortemente enraizado na burocracia sindical, controlando o Ministério do Trabalho^[75] — por meio das nomeações para as delegacias regionais do Trabalho, das eleições sindicais e do imposto sindical — e os institutos de previdência social (dos industriários, comerciários, bancários, técnicos etc.). Nas eleições de 1958 o partido voltou a crescer, saltando de 56 para 66 deputados federais. Elegeu também cinco senadores e cinco governadores estaduais. A grande vitória ocorreu no Rio Grande do Sul, com a eleição de Leonel Brizola para o governo estadual, derrotando o PSD. Se o partido estava fortalecido nos sindicatos — numa aliança entre dirigentes pelegos e os comunistas, que voltavam a atuar com liberdade mesmo com o partido mantido na ilegalidade —, também passou a ter um novo perfil na Câmara dos Deputados depois das eleições de 1958, principalmente graças ao “grupo compacto”, formado por deputados identificados com o nacionalismo econômico e simpáticos ao socialismo reformista. O grupo, que tinha entre seus expoentes

Almino Affonso, Temperani Pereira e Bocaiúva Cunha, se transformaria em um obstáculo ao controle janguista do partido, por meio da chamada ala fisiológica, que vivia das nomeações públicas.

Em 1959, o grande tema político já era a sucessão presidencial. Segundo contou Juscelino nas suas memórias, Jango teria feito uma reunião com ele e Brizola, em Pelotas, Rio Grande do Sul, em março, defendendo a mudança da Constituição com a permissão para a reeleição. Para os dois petebistas, a postulação à Presidência do marechal Teixeira Lott, pelo PSD, estava fadada ao fracasso, e Jânio Quadros seria um perigo para a democracia. Juscelino recusou-se a apoiar a proposta, mas um ano depois reapareceu a idéia, também patrocinada por alguns deputados da UDN simpáticos a JK, entre eles Antônio Carlos Magalhães.^[76]

As manobras continuístas fracassaram, e o PTB passou a defender a manutenção da aliança com o PSD, que indicou no fim de 1959 o marechal Lott como candidato presidencial. O partido estava dividido. O deputado federal Fernando Ferrari, gaúcho e adversário regional de Jango, rompeu com a direção nacional, criou o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e *lançou-se* candidato à Vice-Presidência da República: era o “candidato das mãos limpas”. Osvaldo Aranha, que não era um trabalhista histórico e tinha divergido de Jango no episódio da duplicação do salário mínimo, em 1954 — era o ministro da Fazenda —, chegou informalmente a aceitar a candidatura à Vice-Presidência, no início de janeiro de 1960, mas veio a falecer no mesmo mês, no dia 27. Três semanas depois, em convenção nacional, já sem obstáculos internos, foi homologada pelo PTB a candidatura de João Goulart à Vice-Presidência da República. Como dizia a letra do *jingle* criado por Miguel Gustavo: “Pra vice-presidente/ Nossa gente vai jangar/ é Jango, Jango é o João Goulart”.

Jango iniciou nova campanha eleitoral. Porém, diversamente do que ocorrera em 1955, estava enfraquecido dentro do próprio partido. Ferrari obteve o apoio dos diretórios do Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e até mesmo do Rio Grande do Sul — em 1958, tinha sido o deputado federal mais votado no país. A candidatura Lott não decolava: as massas estavam entusiasmadas com Jânio

Quadros, que tinha Milton Campos como vice, formando a coligação UDN/PDC/PTN/PL. Foi nesse momento que surgiram os comitês Jan-Jan, Jânio e Jango, que acabaram contando com o apoio informal dos dois candidatos, pois permitiam que ambos aumentassem seus votos em áreas em que os seus parceiros eleitorais eram fracos.

Jânio venceu por larga margem — quase 1,8 milhão de votos a mais do que Lott —, mas sem obter a maioria absoluta, dessa vez sem nenhum protesto da UDN. Jango reelegeu-se com cerca de 200 mil votos a mais do que Campos, favorecido pela votação de Ferrari — 2.137.382 votos —, que, com sua pregação moralista, tirou votos do candidato udenista. No Rio Grande do Sul, porém, perdeu para Ferrari: recebeu 472 mil votos, ao passo que o líder do MTR[ZZ] somou 557 mil. Foi a segunda derrota de Jango, em três eleições majoritárias que disputou, no seu estado: 1954, 1955 e 1960. Em São Paulo, Minas Gerais e na Guanabara, perdeu para Milton Campos. Graças à aliança com o PSD recebeu boa votação nas áreas rurais, que foi essencial para a sua vitória. A reeleição foi uma vitória com sabor amargo: teve proporcionalmente menos votos do que em 1955, perdeu nos quatro maiores colégios eleitorais do país, e o presidente eleito era seu inimigo político. Mais uma vez, porém, a sorte estaria ao lado de João Belchior Marques Goulart.

Vamos jangar

O NOVO RUMO NA POLÍTICA EXTERNA adotado pelo presidente Jânio Quadros, com a abertura em relação a África e Ásia, o término do alinhamento automático com os Estados Unidos e a aproximação com os países não-alinhados,^[78] acabou levando o vice-presidente João Goulart e comitiva — composta por dois senadores, dois deputados federais e um pequeno número de assessores — a fazer uma longa viagem diplomática que, iniciada a 28 de julho, os fez visitar a Europa Oriental, a União Soviética e a China.

Em 15 de agosto de 1961, Jango chegou a Pequim, capital da República Popular da China. Foi recebido no aeroporto pelo primeiro-ministro Chu En-lai: era a mais importante autoridade do mundo ocidental que visitava o país, que nessa época não tinha assento na Organização das Nações Unidas e em diversos organismos internacionais. Quem representava a China era o governo de Taiwan, república criada na ilha de Formosa, em 1949, por Chiang Kai-shek, após ser derrotado pelos comunistas na guerra civil de 1945-1949. Poucos países reconheciam diplomaticamente o governo de Pequim.

O vice permaneceu uma semana no país. Visitou várias cidades, encontrou-se com a alta cúpula comunista e duas vezes com Mao Tsé-tung, o “grande timoneiro” dos chineses. Mil novecentos e sessenta e um foi um ano em que se aprofundaram as divergências entre as duas potências do mundo comunista — União Soviética e China —, que abrangiam desde discordâncias ideológicas a disputas fronteiriças. Nesse contexto, a visita de Jango foi um sucesso, pois passou ao largo das diferenças entre os dois gigantes comunistas: os principais alvos foram os acordos comerciais — uma missão chinesa tinha estado no Brasil três meses antes — e a possibilidade do estabelecimento de relações diplomáticas.

No dia 23, Jango partiu de Cantão para Cingapura, iniciando a viagem de regresso ao Brasil. Antes de partir, porém, teve um distúrbio do coração, seu “primeiro problema coronário”.^[79] Na madrugada do dia 26, ainda em Cingapura, no hotel Rafles, recebeu a notícia da renúncia de Jânio Quadros por um telegrama da Associated Press. Mais uma vez, o destino favoreceu Jango: de vice-presidente ameaçado por inquéritos administrativos — abertos por determinação de Jânio até para encurralar o adversário político —, passou a presidente da República. O senador Barros de Carvalho, um dos membros da comitiva, logo pediu uma garrafa de champanhe ao garçom do hotel para comemorar o fato. Jango foi mais prudente: “Olha, Barros, você quer tomar champanhe não há inconveniente, vamos mandar buscar no bar. Agora, não para comemorar minha chegada à Presidência, mas sim em homenagem ao imprevisível”.^[80] Depois, foi a uma boate, onde foi encontrado por um telefonema do deputado Abelardo Jurema.^[81]

A viagem de Jango ao mundo socialista foi apenas uma etapa da política externa independente criada por Jânio Quadros. Este nomeou como ministro das Relações Exteriores o senador Afonso Arinos de Melo Franco, que nos sete meses de gestão recebeu duras críticas da UDN, paradoxalmente o seu partido.

Nessa época, o Brasil mantinha relações diplomáticas com somente três países da Europa Oriental: Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia. Com a União Soviética, as relações haviam sido rompidas em 1947 — na América Latina, o Brasil foi o primeiro país a romper com Moscou, logo no início da Guerra Fria. Jânio iniciou as negociações para o reatamento, que foram concluídas em novembro de 1961, e estabeleceu relações com a Bulgária, Hungria e Romênia. Diversas missões comerciais dos países socialistas visitaram o Brasil, assim como foram enviadas missões brasileiras à região. Também foram abertas embaixadas na África, nos países que recentemente tinham rompido com o colonialismo europeu. Para Gana, ex-colônia inglesa, Jânio nomeou um embaixador negro: Raimundo Souza Dantas.

Intensificou-se a aproximação com os países não-alinhados, com o convite ao presidente iugoslavo Tito para vir ao Brasil — Jânio

já tinha estado em Belgrado e também tinha visitado o Egito e a Índia —, além da meteórica visita de Ahmed Sukarno, presidente da Indonésia e um dos líderes dos não-alinhados, a Brasília, em maio. O presidente brasileiro fazia questão de deixar bem à mostra, no seu gabinete no Palácio do Planalto, retratos autografados de Nehru, Tito e Sukarno.

Contudo, foi a questão cubana o momento mais controverso da política externa janista. Jânio Quadros tinha visitado a ilha caribenha em 1960, antes da eleição presidencial de outubro. Em abril de 1961, os exilados cubanos nos Estados Unidos — que tinham rompido com o governo de Fidel Castro — organizaram uma expedição militar (com discreto apoio americano) e tentaram invadir a ilha. Acabaram repelidos com relativa facilidade. Duas semanas depois, a 1.º de maio, Castro, em um dos seus longos discursos, proclamou Cuba um Estado socialista, o primeiro e único das Américas.^[82]

O Brasil manteve posição de garantir a independência cubana, apesar das fortes pressões norte-americanas — enquanto Carlos Lacerda fazia questão de externar publicamente seu apoio aos invasores da ilha, saudando o fato como “o começo da liberdade de um povo que foi traído pelo revolucionário transformado em tirano”.^[83] Ainda em abril, veio a Brasília, como emissário especial de John Kennedy, Adolf Berle, que tinha sido embaixador americano no Brasil durante treze meses e esteve envolvido na queda de Vargas em outubro de 1945. Segundo especulações — pois não houve divulgação oficial —, Berle teria proposto um empréstimo de 100 milhões de dólares em troca do alinhamento da política externa brasileira aos Estados Unidos em relação especificamente a Cuba, que teria sido recusado com energia pelo governo brasileiro. Jânio, aliás, teria encerrado abruptamente a reunião, não sem antes ter reafirmado o princípio da autodeterminação dos povos.^[84] Dois meses depois, porém, o presidente recebeu cordialmente — o encontro estava previsto para durar uma hora e se estendeu por mais duas — Adlai Stevenson, enviado de John Kennedy, que o apresentou a Lincoln Gordon, que teria submetido seu nome ao Senado americano como novo embaixador no Brasil.^[85] Em agosto,

Jânio aceitou visitar os Estados Unidos em dezembro do mesmo ano, após ter recebido o convite de Kennedy, transmitido pelo secretário do Tesouro Douglas Dillon, que estava a caminho do Uruguai.

Contudo, no próprio mês de agosto, as tensões entre Brasília e Washington aumentaram ainda mais. Na Conferência de Punta del Este, no Uruguai, que reuniu todos os países da América, os Estados Unidos aprovaram no dia 16 a criação da Aliança para o Progresso, programa de ajuda econômica para os países da América Latina, mas que excluía Cuba: era o primeiro passo para a expulsão da ilha caribenha da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o rompimento de relações diplomáticas com os países americanos.^[86] O Brasil, porém, manteve uma postura de oposição às determinações norte-americanas, o que provocou mais um desconforto diplomático. Para piorar, Ernesto Che Guevara, representante cubano na reunião, foi convidado a visitar Brasília, o que ocorreu no dia 18. Dois dias antes, Jânio tinha se despedido do embaixador americano John Moors Cabot, que retornava a seu país. Foi substituído semanas depois por Lincoln Gordon, 47 anos, que falava português, conhecia muito bem o Brasil, pois tinha visitado o país em 1959 e 1960, e seria o embaixador americano mais influente de todos os que passaram pelo Rio de Janeiro e por Brasília.

Che Guevara chegou às 23h30 do dia 18 de agosto. Encontrou o aeroporto de Brasília às escuras, pois os holofotes da FAB estavam quebrados. Vestia uniforme militar verde-oliva e boina preta. Imediatamente dirigiu-se com uma pequena comitiva ao Brasília Palace Hotel, onde ficou hospedado no apartamento 305. A audiência foi marcada para às 7h, pois Jânio tinha de viajar para Vitória, no Espírito Santo, uma hora e meia depois.

Numa rápida cerimônia, Guevara foi condecorado pelo presidente com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Logo depois, foi passear pela avenida W-3 com o prefeito do Distrito Federal, Paulo de Tarso. Temerosos de um atentado — como o que ocorrera em Montevideú, quando, durante uma conferência de Che na universidade local, um tiro foi disparado na platéia, matando um professor —, os vidros do carro que o conduziu pela cidade estavam levantados. Logo o líder guerrilheiro regressou ao hotel, de onde,

após breve descanso, se dirigiu à granja do Riacho Fundo para um almoço oferecido por Paulo de Tarso, pois o Itamaraty tinha se recusado a fazê-lo. Antes sobrevoou de helicóptero a cidade na companhia do prefeito. Chamou-lhe a atenção o prédio da embaixada americana: "*Tan chiquitita*". Guevara permaneceu duas horas e meia na granja e depois rumou para o aeroporto, onde o esperava o avião da Cubana de Aviación. Lá, afirmou Paulo de Tarso, "[não] havia nos esperando um único ministro de Estado, uma única figura oficial, sequer havia um único soldado."^[87] O avião decolou rumo a Havana às 14h55.^[88]

Se as catorze horas em que Guevara permaneceu em Brasília mereceram somente três linhas das 920 páginas da biografia de Che escrita por Jon Lee Anderson,^[89] para efeito interno transformaram-se em grande escândalo nacional: militares, políticos e religiosos se manifestaram contra a visita a Brasília, e mais ainda contra a condecoração. Algumas personalidades que tinham recebido a comenda declararam que a devolveriam em protesto. No Congresso Nacional, parlamentares se revezaram na tribuna para atacar o presidente. Carlos Lacerda, sempre histriônico, entregou simbolicamente as chaves do Rio de Janeiro para Manoel Antonio de Verona, líder anticastrista que estava visitando o Brasil.

À condecoração de Che somaram-se outras medidas que tinham desagradado os políticos. Logo depois de ter tomado posse, na noite de 31 de janeiro, Jânio Quadros fez pelo rádio um violento discurso atacando o ex-presidente Juscelino Kubitschek, sua política econômica e seus métodos administrativos: "Derrogarei até o extremo limite das minhas forças a contrafação do sistema político-administrativo que infelicitou a pátria em alternância de ações irresponsáveis e de omissões inconscientes. No combate a essa adulteração, a essa corrupção que infecciona e debilita o regime, não darei quartel. A vassoura que o povo me confiou nas assembléias, trago-a comigo para os serviços empreitados. Usá-la-ei em consonância com o que prometi e com o que me reclamam, mas em caráter da mais estrita impessoalidade".^[90] O presidente mandou abrir 33 comissões de sindicância — sempre tendo militares na

presidência — para apurar denúncias de corrupção. Em uma delas, a que apurava supostas irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps) e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (Iapi), João Goulart chegou a ser acusado de ter sido beneficiário desses institutos durante a campanha eleitoral de 1960.

Jango enviou dura carta ao presidente negando as acusações. Almino Affonso e Barros Carvalho, líderes do PTB na Câmara e no Senado, respectivamente, foram os portadores da missiva. Nela, Jango repudiou as acusações, consideradas levianas, pois se “evidencia o propósito de me atingir pessoalmente, de modo intencional e irresponsável”. Concluiu a carta dizendo que manifestava justificada revolta, “tanto mais quando continuo a crer tenham sido essas comissões de sindicância determinadas para os seus fins específicos, e não para se constituírem em elementos de demolição moral e competição política”.^[91] Jânio a leu e quis devolvê-la imediatamente, mas os portadores se recusaram a recebê-la de volta. O documento acabou sendo devolvido ao vice-presidente pelo jornalista Carlos Castello Branco, secretário de Imprensa da Presidência da República, pois, de acordo com Jânio, “não [estava] vazado em termos próprios, além de não representar a verdade”.^[92] O episódio levou ao rompimento de relações entre os dois mandatários. Dois meses depois, subitamente, bem a seu estilo, o presidente buscou uma aproximação com Jango e convidou-o a chefiar a delegação brasileira que viajou ao Oriente.

Jânio desvalorizou o cruzeiro para, segundo disse, obter a “verdade cambial”, cortou subsídios e envolveu-se na proibição de algumas diversões públicas, como a realização de corridas de cavalo durante a semana. Ao mesmo tempo, promovia audiências públicas para ouvir a população. Numa delas, hospedado no Horto Florestal, na capital paulista, residência de inverno do governador, passou um sábado conversando com a população. Recebeu pedidos de paraplégicos, solicitação de terras e de empregos. Uma comissão de funcionários da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), empresa controlada pela prefeitura paulistana e uma das bases eleitorais de Jânio, comunicou-lhe que haviam arrecadado 40 mil

cruzeiros como contribuição espontânea para pagar a dívida externa do país.^[93]

Se é verdade que a situação econômica deixada por JK não foi nada confortável — aumento da dívida externa, do déficit público e da inflação —, as medidas erráticas de Jânio no campo econômico, como o envio, em julho, para o Congresso Nacional, de uma lei para controlar a remessa de lucros das empresas estrangeiras que operavam no Brasil, acabaram distanciando-o de sua base de apoio, sem que obtivesse dos partidos de centro-esquerda suporte à sua política. Um dos mais expressivos líderes da UDN, o governador Carlos Lacerda, passou a combater o governo, acusando-o de hostilizá-lo administrativamente. E, em 18 de agosto, ameaçou renunciar ao governo da Guanabara.

A precipitação dos acontecimentos que levaram à renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto foi fartamente documentada e estudada. O convite a Lacerda para apóia-lo em um golpe de Estado, a viagem do governador da Guanabara para Brasília, a renúncia e a aceitação pelo Congresso Nacional do ato presidencial são muito conhecidos.

Jânio dirigiu-se para São Paulo. Desceu em Congonhas para pegar a filha, Tutu, e depois foi para a base aérea de Cumbica, onde permaneceu 23 horas, três das quais dentro do Viscount presidencial.^[94] O ex-presidente ficou aguardando uma reação popular, parlamentar ou militar à renúncia, para voltar com plenos poderes, mas nada ocorreu. O golpe falhou e, em vez de voltar para Brasília nos braços do povo ou com o apoio das baionetas, saiu da base aérea guiando um DKW. Dois dias depois, partiu para Londres no navio *Uruguay Star*, acompanhado de dona Eloá Quadros, deixando o país imerso em uma grave crise política.

Se a posse do presidente interino foi imediata — às 17h15 do mesmo dia 25, o deputado paulista Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, já estava instalado no Palácio do Planalto —, a transmissão do cargo para João Goulart ocorreu somente 13 dias depois. A renúncia de Jânio acabou sendo bem recebida no mundo político: sua intemperança, o desprezo votado ao Congresso Nacional e o desejo de encontrar escândalos administrativos

representaram uma ruptura com a era JK. Até a extrema direita comemorou o fato. O almirante Penna Botto escreveu: “O país livrou-se, mercê de Deus, de um homem maléfico e impatriótico que, na Presidência da República, durante seis meses e tanto, procurou levá-lo ao socialismo e ao comunismo!”.^[95]

Já no dia 26, Jango iniciou a viagem de regresso ao Brasil. Embarcou em um avião da British Airlines, mas teve de pousar em Kuala Lumpur, na Malásia, pois havia vazamento de óleo em um dos motores da aeronave.^[96] Retornou a Cingapura e viajou rumo à Europa, buscando uma rota mais demorada para chegar ao Brasil — o que permitiria uma saída negociada —, pois sabia de antemão do veto dos ministros militares à sua posse.

Grun Moss, da Aeronáutica, Sílvio Heck, da Marinha, e Odílio Denys, da Guerra, por meio de duas notas de Ranieri Mazzilli, uma dirigida à nação e outra ao presidente do Congresso Nacional, “manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente da República, João Belchior Marques Goulart”.^[97] Foi a segunda tentativa de golpe em menos de uma semana. O maior adversário da posse do vice-presidente era o marechal Denys: em 1945, paradoxalmente, posicionou-se contra a queda de Vargas; em 1954, comandava o 1º Exército, no Rio, e defendeu a legalidade contra os golpistas; em 1955, em novembro, apoiou as posições do ministro Lott que levaram aos impedimentos de Carlos Luz e Café Filho^[98] e assumiu o Ministério da Guerra, no governo JK, quando Lott pediu demissão para iniciar a campanha eleitoral.

Ao ser indicado para o ministério por Jânio, o nome de Denys foi elogiado no Congresso pela bancada trabalhista: foi chamado de “pacificador do Exército”. Já Heck e Moss foram duramente criticados: o primeiro por ter apoiado Carlos Luz, em novembro de 1955, e o segundo por ter simpatias para com os revoltosos de Jacareacanga e Aragarças. Deve-se registrar que os golpistas não contaram com o apoio do governo norte-americano, que ameaçou, inclusive, suspender a ajuda econômica ao Brasil. O governo Kennedy, na recente conferência de Punta del Leste, tinha assumido

o compromisso de que não daria ajuda econômica ou militar aos governos ditatoriais, dentro da estratégia de excluir Cuba da Organização dos Estados Americanos.^[99]

Em 28 de agosto, no mesmo dia da nota de Mazzilli, Jango tinha acabado de chegar a Paris, de onde, treze dias antes, tinha partido para Moscou e dali para Pequim. Saía da capital francesa como vice-presidente e a ela regressara como presidente constitucional sem condições de assumir o cargo em seu país. Ficou hospedado na rua Christophe Colombe, perto dos Champs-Élysées, no hotel Georges v.^[100] De lá, por telefone, falou durante todo o dia com o Brasil — na estadia parisiense, Jango ligou 210 vezes para o Brasil, segundo o jornalista João Etcheverry.

Uma das primeiras conversas foi às 3h da manhã, quando falou com o presidente do PSD, Amaral Peixoto, o deputado federal mineiro José Maria Alkmim e o trabalhista San Tiago Dantas. O telefonema foi gravado pela Casa Militar da Presidência.^[101] Dantas, que não fazia parte do *entourage* janguista, e antes teria conversado com o marechal Denys,^[102] insinuou que Jango deveria renunciar para preservar a democracia (“o Brasil está esperando um grande gesto de sua parte”). Para este só restou dizer: “Não posso, não devo apresentar meu pedido de renúncia. Porque seria uma covardia. Mas se vocês, meus amigos, que estão no fogo, vivendo o drama com tanta intensidade, julgarem que o Congresso Nacional, que tem sido tão formidável em sua atuação, deve votar o meu impedimento, para preservar a paz social e evitar o derramamento de sangue, então que o façam. É uma questão de consciência dos congressistas”.^[103] Foi Juscelino, que tinha acabado de chegar à sala onde conversavam, quem encerrou a celeuma: “Jango, estou com você”.^[104] E acrescentou: “Venha, porque aqui você assume”.

A posse de Jango — e o seu retorno ao Brasil, proibido também pelos ministros militares — só foi possível graças à pronta ação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, seu cunhado. Ao receber a notícia do veto, o governador gaúcho imediatamente convocou a população para a resistência e criou a Rede da Legalidade, com 104 emissoras de rádio transmitindo em cadeia o noticiário político em defesa da manutenção da ordem

constitucional, incluindo a leitura de textos em espanhol, francês, inglês, italiano, alemão.^[105] Na madrugada do dia 27, quando Jango ainda não tinha chegado a Paris, Brizola divulgou um manifesto em defesa da Constituição e da posse do cunhado: “Se a atual Constituição não satisfaz em muitos dos seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não a sua supressão, o que representaria uma regressão ao obscurantismo”. Concluiu o documento pedindo o regresso imediato do vice-presidente da República ao país, o que, segundo o documento, deveria “ocorrer nas próximas horas”.^[106]

Enquanto o Congresso Nacional buscava uma solução institucional da crise, os ministros militares de Mazzilli governavam o Brasil. O presidente interino era um fantoche nas mãos de Denys, Grun Moss e Heck: “Estou aqui dentro dessa sala não sei se como prisioneiro ou presidente da República”, disse para Amaral Peixoto no dia 26. Pouco depois, o presidente do PSD foi à procura de Denys. Queria saber como seria recebido Jango se voltasse imediatamente ao país: “No ponto em que ele puser o pé no Brasil, será preso”,^[107] disse o marechal, que completou: “Domino o Brasil com meus telefones: Jango não tomará posse”.^[108]

Sem delongas, os ministros militares resolveram atacar o centro da resistência democrática: Porto Alegre. O general Orlando Geisel, chefe de gabinete de Denys, seguindo ordens do ministro da Guerra, ordenou ao general Machado Lopes, comandante do III Exército, que tomasse medidas “com máxima energia e presteza” contra a ação de Brizola, que estava agindo “fora da legalidade”. Sugeriu até mesmo o bombardeio aéreo do Palácio Piratini. A ordem foi recebida às 9h45. Lopes consultou seus oficiais, observou que o movimento legalista tinha ampla base popular e, na tarde do dia seguinte, às 18h, emitiu uma declaração rompendo com o ministro da Guerra: não acataria mais as suas ordens, permaneceria no comando do III Exército e agiria por conta própria para “manter o regime liberal, democrático cristão, assegurando a ordem pública”.^[109]

Imediatamente após a divulgação da declaração, o general dirigiu-se ao Piratini para encontrar-se com Brizola: a divisão nas Forças Armadas — vale lembrar que o marechal Lott já tinha sido

preso por ordem de Odylio Denys, após ter divulgado um manifesto em defesa do respeito à Constituição — jogava a favor do vice-presidente, dando-lhe mais poder nas negociações.

Nesse instante, Jango ainda se encontrava em Paris — apenas fizera uma breve viagem a Barcelona, onde encontrou Maria Tereza e os filhos, que viviam havia anos na Espanha. Apesar dos insistentes pedidos de Brizola para que retornasse imediatamente ao Brasil, preferiu manter-se na capital francesa aguardando os acontecimentos. Fez declarações conciliatórias, dizendo aceitar um governo de união nacional e um parlamentarismo à francesa, como o criado pela Constituição de 1958, na França, onde o presidente da República é o chefe do Estado, mas tem poderes mais amplos do que no parlamentarismo puro. Mesmo com essa sinalização, no dia 30 os ministros militares divulgaram um manifesto — redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva — em que afirmavam que Jango na Presidência traria ao país “o caos, a anarquia e a luta civil”.

Um dos argumentos era que Jango “ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares”. A “exaltação” janguista não passou de uma menção em discurso proferido na China, onde, diplomaticamente, expressou “profundo apreço aos trabalhadores, tanto do campo como da cidade, por sua heróica e extraordinária participação na edificação de uma nova China livre e poderosa”.^[110] Mas no final do documento, apesar do tom apocalíptico, estava aberta a porta para um acordo: “Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe de Governo, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil”.^[111] Ou seja, mantendo-se o regime presidencialista, em que Jango seria o chefe de Estado e do governo, não poderia haver acordo, mas com o parlamentarismo...

Recebendo em Paris telefonemas ininterruptos, Jango estava informado dos desdobramentos da crise. Por sugestão do embaixador brasileiro na França, optou por voltar ao Brasil passando

pelos Estados Unidos e, através da rota do Pacífico, chegar ao Rio Grande do Sul. Caso decidisse vir da Europa, teria necessariamente de pousar em uma grande cidade do litoral brasileiro e poderia ser preso. Daí a opção por buscar a rota do Pacífico para poder chegar a Porto Alegre, via Estados Unidos. Antes de partir, já a caminho do aeroporto, deu uma entrevista à imprensa internacional em que abandonou o tom conciliador e recordou o martírio de Vargas. Afirmou: “[estou] firmemente decidido a não recuar perante as forças reacionárias. Sou o chefe constitucional e legítimo do Estado e exercerei meus direitos sem demora. Estou pronto a sacrificar a minha vida, como fez o meu mestre e chefe, Getúlio Vargas, do que abandonar a causa do proletariado agrário e industrial do meu país”. Cercado pelos repórteres e indagado se era comunista, fez questão de desabotoar a camisa e mostrar uma medalha da Virgem Maria que levava no pescoço: “Sou um católico praticante. O trabalhismo brasileiro nada tem a ver com o materialismo dialético”, disse.^[112]

Desembarcou em Nova York às 16h do dia 30. Cercado pelos repórteres, em rápida entrevista, falou que desejava voltar quanto antes ao Brasil “para ajudar a manter um governo legal e para combater a desordem”. Muito cansado, foi para o hotel Intercontinental, próximo ao aeroporto, onde pouco descansou, pois fez várias ligações telefônicas para o Brasil em busca de informações. No Rio de Janeiro, os ministros militares voltaram a divulgar manifesto contra a posse de Goulart, acusado de promover “agitações sucessivas” e de favorecer, quando ministro do Trabalho, “em pontos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas”.^[113]

Horas depois, o Congresso Nacional rejeitou por 299 votos a 14 o impedimento de Jango. De Nova York, Goulart embarcou no vôo 81 da Panagra rumo a Buenos Aires, com escalas em Miami, Cidade do Panamá e Lima. Na breve escala em Miami, concedeu mais uma entrevista no saguão do aeroporto. Na área externa, concentraram-se exilados cubanos anticastristas, cerca de mil, que protestaram contra Jango. Nas faixas, estava claro o sentido do movimento: “Castro e Goulart são comunistas”; “Brasil, sim, China, não”;

“Democracia para o Brasil, comunismo, não”; “Cuba, sim, Rússia, não”.^[114]

A viagem de volta, além das manifestações anticastristas e do desgaste físico-emocional, reservou uma surpresa para Jango: saiu de Nova York como chefe de governo de um regime presidencialista e, ao chegar a Buenos Aires, era somente chefe de Estado de um regime parlamentarista. Ou estava a caminho de ser, pois no dia anterior o Congresso Nacional tinha aprovado o parecer da Comissão Especial Mista do projeto do deputado Raul Pilla, do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, adversário regional de Goulart. Pilla defendia a instauração do parlamentarismo, cuja emenda havia sido apresentada em julho de 1961: era sua quarta tentativa desde 1946. Dessa vez, porém, por 298 votos a favor e apenas 14 contra, o parecer foi facilmente aprovado.

O apoio foi tão amplo, que até o antigo chefe nacional dos integralistas, o deputado federal Plínio Salgado, fez questão de, na tribuna, defender a posse de Jango: “Dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes manifestou sua índole e pensamento conservadores”. Depois de lembrar que em 1955 garantiu aos militares que poderiam confiar em JK e Jango, afirmou: “Posso assumir idêntica responsabilidade, se os trinta anos de luta contra o comunismo me dão, perante a nação brasileira, autoridade para fazê-lo”.^[115]

A chegada ao aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, às 14h45 do dia 31 de agosto, foi complicada. Além do frio portenho (9°C), o aeroporto estava cercado por tropas militares, que impediam contato com jornalistas e políticos que foram esperá-lo — uma das exceções foi o deputado petebista do Rio Grande do Sul, Lopes de Almeida, que entregou ao presidente um breve relatório da situação política brasileira. Logo dirigiu-se a um hotel vizinho a Ezeiza e, de lá, resolveu sair imediatamente da Argentina e voar para o Uruguai, permaneceu pouco mais de três horas na Argentina.

Alugou um DC-3 da Transcontinental e às 18h05 partiu para Montevideú. Às 18h50 pousou no aeroporto de Carrasco. Se a temperatura continuava muito baixa, o clima político era completamente distinto: foi recebido pelo ministro das Relações

Exteriores do Uruguai e pelo embaixador brasileiro naquele país, Válder Sarmanho, irmão de dona Darci Vargas. Deu uma longa entrevista, elogiou a resistência no Rio Grande do Sul, especialmente Brizola e o general Machado Lopes.

Dado o horário — eram 22h —, rumou para a embaixada brasileira. Logo buscou telefonar para Porto Alegre, de onde Brizola voltou a insistir que rumasse imediatamente para lá, acompanhado dos jornalistas que tinham ido à capital uruguaia em um avião fretado, o que Jango recusou. Soube que de Brasília iria uma missão enviada pelo presidente interino, Ranieri Mazzilli, composta por Tancredo Neves, naquele momento sem mandato popular, e Hugo Faria. Ambos eram velhos conhecidos seus do segundo governo Vargas; o primeiro fora ministro da Justiça, e Faria o substituíra no Ministério do Trabalho. O deputado Almino Affonso tinha solicitado que também fizesse parte da comitiva o deputado petebista Wilson Fadul, que levaria para Jango uma carta em que o líder do PTB na Câmara se posicionava frontalmente contra o parlamentarismo, chamado de “golpe branco das forças reacionárias”. Mazzilli aceitou a ida de Fadul para Montevideú, mas, quando o deputado petebista chegou ao aeroporto, o avião já tinha partido para o Uruguai, antes da hora combinada.^[116]

O Viscount presidencial chegou a Montevideú às 10h30 do dia 1.º de setembro. Tancredo e Faria rumaram para a embaixada e conversaram longamente com Jango, que aceitou a mudança de regime e o compromisso de evitar declarações públicas até a aprovação do parlamentarismo e sua chegada a Brasília. Durante o encontro foram interrompidos por seguidas ligações telefônicas de Brizola. Os emissários retornaram à capital federal sem pousar em Porto Alegre, como Tancredo tinha prometido ao governador do Rio Grande do Sul. O hábil político mineiro percebeu que poderia ser preso pelo governador gaúcho — Brizola, anos depois, confirmaria o fato —, que discordava radicalmente da adoção do parlamentarismo.

Jango não poderia deixar de passar por Porto Alegre antes de ir para Brasília. Afinal, só estava chegando à Presidência graças à enorme mobilização nascida e liderada pelo Rio Grande. Em Montevideú, o presidente passou parte da tarde em reuniões com

assessores, fez vários telefonemas para o Brasil e ainda deu uma entrevista em que manteve o tom conciliador. Não se pronunciou sobre a emenda (“é um assunto complexo”), propôs um governo de união nacional e afirmou que tudo faria para evitar uma guerra civil: “Irei até ao impossível para que não haja derramamento de sangue”. No início da noite começou o traslado da comitiva brasileira da embaixada para o aeroporto de Carrasco. Temendo-se um atentado, saíram vários carros seguindo caminhos diferentes: em um deles estava Jango. Na pista, o Caravelle da Varig aguardava com os motores ligados.

A viagem foi muito tensa, pois havia a ameaça de que o avião poderia ser abatido no ar. O piloto comunicou à comitiva que voaria a 12 mil metros de altitude, para evitar um suposto ataque de caças da FAB, que só tinham autonomia de voar até 8 mil metros de altitude. O Caravelle ficou às escuras até chegar, às 20h, a Porto Alegre. Nesse momento, a Cadeia da Legalidade emitiu um comunicado: “A partir deste instante o dr. João Goulart é o presidente da República. Todos os cidadãos do Brasil deverão submeter-se à ordem do comandante supremo da nação, no cumprimento da Constituição. Como primeiro magistrado, é ele o comandante-em-chefe das Forças Armadas e responsável pelo destino do povo do Brasil defendendo os direitos da Constituição”.

Do aeroporto (já era o décimo desde a partida em Cingapura), onde foi recepcionado por Brizola e Machado Lopes — quando o general Ihe foi apresentado —, Jango dirigiu-se rapidamente para o Palácio Piratini, onde encontrou políticos, sindicalistas, militares e jornalistas. Depois dos cumprimentos, trancou-se numa sala com o governador e o comandante do III Exército — desde o dia anterior considerado desertor pelo ministro Denys, que havia nomeado o general Cordeiro de Faria para substituí-lo. Na breve conversa, Brizola ficou inteirado das negociações de Montevideu e da aceitação do parlamentarismo. Tancredo Neves, aliás, já estava em Brasília, em reuniões com deputados e senadores, articulando a saída negociada da crise. Em outras palavras, era a derrota da Campanha da Legalidade justamente em seu auge. Quando voltou ao território nacional, Jango contava com o respaldo de grande parte do Exército

e com enorme apoio popular, que pode ser constatado pela pesquisa do Ibope realizada no Rio de Janeiro e publicada, ainda no dia 1.º, no *Jornal do Brasil*: 81% dos eleitores eram favoráveis à posse de Goulart sem parlamentarismo, 10% a defendiam com parlamentarismo e somente 9% eram pelo impedimento do presidente.

Após a breve reunião, Jango dirigiu-se à sacada do Piratini, juntamente com Brizola e Machado Lopes. Mais de 50 mil pessoas se aglomeravam havia horas em frente ao palácio aguardando a palavra do presidente. A temperatura estava baixa e, além de tudo, garoava: mesmo assim o povo não arredou pé da praça. Jango foi ovacionado. O povo aguardava um discurso, mas ele somente saudou com os braços a multidão, sorriu e retornou para o interior do prédio, sem dizer uma palavra sequer à multidão. Exigiu-se sua presença na sacada e ele voltou: repetiu os gestos, manteve o silêncio e retornou ao salão. Pela terceira vez Jango foi chamado à sacada e manteve o mesmo comportamento. O silêncio foi entendido: pipocaram vaias e gritos de revolta, cartazes e faixas foram rasgados, e a massa começou a se dispersar lentamente gritando: “Covarde, covarde, traidor, traidor”.^[117] Segundo relato de Brizola, mulheres tiraram a calcinha e dirigiam-se a Jango dizendo: “Toma! Veste!”.^[118]

Pouco depois, mais um telefonema de Brasília. Era Amaral Peixoto, querendo saber quando Goulart iria para a capital federal. O presidente ainda estava indeciso sobre qual atitude tomar e, durante toda a conversa telefônica, Brizola, ao seu lado, pressionava-o para não aceitar o parlamentarismo. No final, Amaral Peixoto foi claro: “Olha, Jango, há duas maneiras de você chegar a Brasília: ou dentro do regime de uma emenda constitucional, que estamos votando, ou à frente de uma revolução. Pense bem nos dois caminhos e escolha”.^[119] Jango finalmente se decidiu pela conciliação. A Brizola restou ir dormir, depois de ter permanecido 48 horas acordado em confabulações políticas. Antes de retirar-se, porém, o governador fez questão de deixar por escrito uma proposta: Jango deveria rejeitar o parlamentarismo, ir com as tropas do III Exército até Brasília,

dissolver o Congresso Nacional e convocar uma Assembléia Constituinte.

Já de madrugada, depois de muita conversa com os políticos presentes no Piratini, Jango concordou em dar uma entrevista coletiva aos repórteres que estavam no palácio. A entrevista foi conturbada, pois muitos jornalistas não aceitavam seu apoio ao parlamentarismo. Jango lhes disse que “jamais tomaria uma decisão sem ser de acordo com Brizola e Machado Lopes” e pediu: “Compreendam a gravidade do momento e a responsabilidade tremenda que pesa sobre os meus ombros nesta hora”. Os jornalistas, porém, continuavam não aceitando sua posição conciliatória e a entrevista foi encerrada.

Em seguida, divulgou-se uma nota, com a concordância do presidente, aceitando o parlamentarismo. Alguns dos jornalistas que estavam no subsolo do Piratini, onde, durante a resistência, ficou sediado um comitê de informações, apelidado de “Porão da Legalidade”, recusaram-se a recebê-la. Um deles, Flávio Tavares, da *Última Hora*, resumindo o espírito dos colegas, rasgou-a. O documento de Jango não foi lido, não foi ao ar. Dispostos a falar com Brizola, os jornalistas subiram ao piso térreo e dirigiram-se à ala residencial, nos fundos do palácio. Jango, que ficara sabendo da reação dos repórteres, foi em direção a eles, e Tavares, com uma das cópias da nota nas mãos, bradou-lhe que não a divulgariam, pois discordavam do parlamentarismo. Goulart não se fez de rogado: “Onde está escrito isto no documento?”. “Eu e o Tarso de Castro lemos o trecho e, então, ele me tira das mãos o documento e o amassa dizendo: ‘Bem, então fica anulado. Se dá essa impressão, então fica anulado. Vou redigir outro!’”. Os jornalistas aplaudiram, mas um colega do *Correio do Povo* protestou: “Já mandei o documento para o jornal, que já começou a rodar a edição do domingo. Assim não pode ser!”. De novo, tumulto em torno de Jango: “Bem, quem quiser publique este, mas o que vai valer será o outro”.^[120] O outro nunca apareceu, sequer foi redigido.

De madrugada, chorando, Jango procurou Neusa, sua irmã, e pediu que ela acordasse Brizola.^[121] No quarto do casal, sentado à beira da cama, tentou explicar ao cunhado suas razões: “Olha,

Brizola, nós não temos outra alternativa. Nós temos que chegar lá. Depois, assumir o controle e reverter as coisas. Os americanos estão muito poderosos, temem a situação de Cuba e poderão promover a divisão do país. Não sabemos o desfecho que tudo isto poderá dar. Se chegarmos lá, manteremos a unidade do Brasil”.^[122]

Jango passou a noite acordado; às 6 da manhã telefonou para o general Machado Lopes pedindo-lhe que fosse imediatamente ao Piratini. Ao chegar, o presidente lhe contou que Brizola tinha insistido para que não aceitasse o parlamentarismo. O argumento central do governador gaúcho era o de que Goulart “já tinha condições de assumir a Presidência da República, na crista do movimento popular e com apoio da maioria das Forças Armadas, sem precisar fazer qualquer concessão”.^[123] Os três voltaram a se reunir. Segundo o general, houve “um violento encontro de opiniões, assistido pacificamente pelo sr. João Goulart”. Ao término da conversa, Brizola reafirmou ser contra a emenda parlamentarista: “mas, já que o Jango a aceitou, está tudo resolvido”.^[124] Era mais um sinal de que Jango não era Vargas: este, em 1930, rumou de Porto Alegre para o Rio de Janeiro e não aceitou nenhum acordo com a Junta Militar que havia derrubado Washington Luís.

Brizola ainda tentou uma última cartada. Logo pela manhã, às 7h10, fez um longo pronunciamento pela Rede da Legalidade: “Causa profunda estranheza, senhores congressistas, que uma reforma de regime, na sua estrutura e em profundidade, qual seja, a passagem de regime presidencialista para o parlamentarismo, seja decidida em apenas 24 horas e venha sendo votada alta madrugada, enquanto centenas de leis do mais alto interesse popular ainda se encontram engavetadas pelo Congresso”. E arrematou: “O Congresso brasileiro vota esta reforma a toque de caixa, açodadamente, sob coação militar”.^[125]

Pouco adiantou o protesto do governador: às 11h o Senado iniciou a tramitação da emenda que já havia sido aprovada na Câmara por 233 votos a favor e 55 votos contra — com o voto, inclusive, de parte da bancada do PTB. Às 18h30 fez-se a primeira votação: 47 votos favoráveis e cinco contrários. No dia seguinte, sábado, o Senado aprovou a emenda em segunda votação; Juscelino

Kubitschek, senador por Goiás, votou contra e, em manifestação no plenário, disse: “Só o povo pode decidir sobre o seu próprio destino. Mudar o regime, adotar instituições novas sem consulta ao povo, é um erro”. Almino Affonso protestou em carta enviada a Jango: “Fomos derrotados; mas lutando. O que me dói é a certeza de que poderíamos haver vencido inteiramente: a opinião do povo estava conosco. Bastava um silêncio seu”.[126]

À noite, às 22h, foi promulgada a Emenda Constitucional n.º 4, que acabou com a eleição direta para presidente da República — que passaria a ser eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta, com mandato de cinco anos, conforme o artigo 2.º da emenda — e retirava do presidente o comando das Forças Armadas, segundo o artigo 3.º, item x (“exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros, o comando das Forças Armadas”). Estipula-se um plebiscito para abril de 1965 para que o povo, aí sim, diretamente, pudesse escolher o regime de sua preferência. Dessa forma, por um golpe parlamentar, foi restabelecido o parlamentarismo 72 anos depois da sua abolição por outro golpe, o republicano, em 1889.

A permanência de Jango em Porto Alegre, portanto, em território nacional, criou uma situação de duplo poder. Pela Constituição de 1946, no artigo 79, o substituto do presidente era o vice-presidente. Apenas em caso de impedimento ou de vacância do cargo é que poderia assumir o presidente da Câmara dos Deputados e, pela ordem, o vice-presidente do Senado Federal — pois o Senado era presidido pelo vice-presidente da República — e o presidente do Supremo Tribunal Federal. Nem Jango tomava posse imediatamente, nem Mazzilli entregava o cargo ao sucessor constitucional. Nesse jogo de espera, Goulart preferiu ficar mais três dias em Porto Alegre e, para evitar mais pressões, especialmente de Brizola, foi para um sítio da mãe, acompanhado de Manuel Leães, seu piloto e amigo pessoal, e mais duas pessoas.

No dia 4 de setembro, Odylio Denys, falando em nome também dos outros dois ministros militares, disse que as Forças Armadas estavam satisfeitas com a solução encontrada. Em audiência com o presidente interino, que os recebeu no Palácio do Planalto,

juntamente com o ministro da Justiça e o arcebispo de Brasília, Denys assegurou, de forma imperial e numa linguagem de vitorioso, que as Forças Armadas apoiavam Mazzilli e o Congresso Nacional e acatavam a aprovação da emenda parlamentarista. E mais: “Asseguravam as garantias indispensáveis ao desembarque, nesta capital, nesta data, do presidente João Goulart, a sua permanência em Brasília e a sua investidura na Presidência da República”. Somente o general Cordeiro de Faria continuava brincando com o fogo. Na tarde desse mesmo dia, mandou um telegrama para Machado Lopes, no qual acusa o comandante do III Exército de desconhecer “as autoridades legalmente constituídas” e afirma: “Se for desencadeada guerra civil a responsabilidade será exclusivamente sua”.^[127]

No dia 5, finalmente, Jango viajou para Brasília, acompanhado de uma comitiva de 33 pessoas. Brizola, depois da aprovação do parlamentarismo, desativou todo o esquema militar de resistência. A vitória de Pirro de Jango havia sido tão evidente que ele não tinha sequer condições de segurança para viajar até Brasília, apesar da garantia dada pelos ministros militares. Oficiais da FAB — descontentes do acordo feito com a cúpula das Forças Armadas o Congresso Nacional e o presidente da República —, ameaçavam derrubar o avião: foi a chamada “operação mosquito”. O general Amauri Kruel, amigo e compadre de Jango, chegou a Porto Alegre somente no dia 3, viajando disfarçado, com receio de ser preso. Havia sido encarregado pelo presidente de organizar a viagem até a capital federal.

Numa reunião no Piratini, Kruel sugeriu um plano mirabolante: Jango viajaria até São Paulo em um pequeno avião e, de lá, rumaria para Brasília, sem dizer como e quando. A solução para o imbróglio foi dada por Rubem Berta, presidente da Varig: “O dr. João Goulart não é um fugitivo da lei que precise estar se escondendo pelo interior do país para chegar a Brasília”. E concluiu: “Se quiser ir para Brasília hoje, mandarei preparar o Caravelle da Varig e eu irei pessoalmente levá-lo”.^[128] Mesmo assim, o vôo teve problemas. Marcado inicialmente para sair às 12h, teve de ser suspenso, pois a torre de controle havia recebido informação de que o aeroporto de

Brasília estava interditado. Somente às 17h15 o Caravelle decolou rumo à capital federal. Antes de partir, Jango declarou que viajava para a capital “sem marcar com o sangue generoso das famílias brasileiras as escadas que conduzem à Brasília”.^[129]

A chegada à capital federal — pouco depois das 20h — foi complicada. Jango desceu do avião e logo foi cercado por uma pequena multidão; com dificuldade, foi levado para o carro oficial, na companhia de Ranieri Mazzilli, Auro de Moura Andrade e do general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar do presidente interino. Foram seguidos, de acordo com o *Jornal do Brasil*, por mais de 3 mil carros, enquanto rumavam para a Granja do Torto, residência oficial de Jango na capital federal. No carro, o presidente declarou que a aceitação do parlamentarismo gerou conflitos até na sua própria família. Sua irmã Neusa, esposa de Brizola, que passou os dias da resistência em Porto Alegre, no Palácio Piratini, o teria censurado por ter aceito o novo regime: “Me disse algumas coisas muito duras, a respeito da minha vinda, aceitando essas condições. É muito duro isso”. O general Geisel respondeu prontamente: “Sr. Presidente, tenha a certeza de que tivemos imensas dificuldades aqui em Brasília para V. Exa. assumir. E nós esperamos que V. Exa. conduza o governo de modo a que se pacifique a nação”.^[130]

Não houve tempo para descanso, pois logo chegaram à Granja os líderes partidários. À 1h da manhã, Jango ligou para Amaral Peixoto e pediu que ele fosse até o Torto. Lá chegando, o presidente do PSD encontrou Jango no quarto, deitado na cama; começaram a conversar e, no verso de um envelope, foram anotando os nomes de possíveis ministros. Amaral Peixoto logo o alertou de que, de acordo com a emenda aprovada, ele era somente o chefe de Estado, e não o chefe de Governo. A discussão, portanto, deveria ser sobre o nome do primeiro-ministro para, aí sim, ser escolhido o ministério. Surpreendido com a informação (“Eu não vou escolher o meu ministério?”) e meio a contragosto, começaram a pensar no nome do primeiro-ministro.^[131] Tancredo Neves, que tinha o apoio da maioria da bancada do PSD, o partido majoritário na Câmara, apareceu como o ideal. Fracassou assim a tentativa de dez governadores que tinham articulado um manifesto indicando o

udenista Juracy Magalhães, governador da Bahia, como primeiro-ministro, sem consultar as cúpulas partidárias. Não era somente Jango que não sabia como funcionava o parlamentarismo...

Goulart acabou optando por não tomar posse nos dias 5 e 6 de setembro, como havia pedido a Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, desagradando até a Mazzilli. Terminou por escolher o dia 7, data mais importante do calendário cívico republicano. No dia da posse, chegou ao Congresso Nacional às 15h e, em seguida, entrou no plenário sob aplausos dos políticos presentes; depois de uma breve cerimônia, fez o discurso que formalizou a sua posse na Presidência. Foi diplomático, elogiou a luta pela manutenção da Constituição e proclamou as “virtudes cívicas” de Mazzilli, da Igreja Católica, dos estudantes, dos políticos, dos trabalhadores e até das Forças Armadas, que, segundo ele, “permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram-se à proteção da ordem jurídica”.^[132] Como um claro sinal de desagrado, Brizola não foi a Brasília: preferiu presidir a parada militar em Porto Alegre — que não ocorreu em Brasília devido à tensão política.

Dentro desse mesmo espírito, que buscava encobrir as profundas divisões ocorridas nas duas semanas entre a renúncia de Jânio e a posse de Goulart, Ranieri Mazzilli fez questão de divulgar a carta que enviou a Odylio Denys, após a transmissão do cargo. Para o presidente da Câmara, o ex-ministro da Guerra — que, como vimos, tudo fez para impedir a posse de Jango — deveria ser elogiado: “A lealdade de V. Exa. aos princípios democráticos e o esforço que despendeu para que o conjunto das Forças Armadas expressasse harmonia e concordância inquebrantáveis foram em verdade notáveis”.^[133]

A crise política não foi resolvida, mas transferida para adiante. O parlamentarismo nasceu desacreditado, morto. A posse de Goulart, da forma como se realizou, foi uma grande vitória da direita militar — que, no auge do confronto, não tinha a maioria dos comandos com maior poder de fogo — e do PSD, que tinha perdido a eleição presidencial de 1960, passado seis meses na oposição e regressado ao poder sem ter ganhado nenhuma eleição extra. E mais: “Jango já não era mais o anti-JK-65, porque Jango no governo não poderia ser

Jango candidato”.^[134] Para Brizola, em entrevista a *O Cruzeiro*, o parlamentarismo era “uma espécie de meia-sola nesta nossa decadente Terceira República; talvez, mesmo, uma regressão”.

Fernando Ferrari, gaúcho, mas adversário político do governador Brizola, a 8 de setembro entrou com uma proposta de emenda constitucional propondo um plebiscito dentro de 90 dias; no mesmo dia, o Senado americano confirmava a designação de Lincoln Gordon para a embaixada dos Estados Unidos no Brasil.^[135] Enquanto isso, o ex-presidente Jânio Quadros, que viajava no navio *Uruguay Star*, estava se aproximando de Lisboa — acabou permanecendo sete meses na Europa. E, na noite do dia 9 de setembro, participou animadamente do baile de gala no navio.

Os ânimos estavam serenados. Todos imaginavam-se vencedores. A vida voltava ao normal. Contudo, a melhor definição daqueles dias turbulentos foi dada por um jornalista latino-americano que esteve presente em Porto Alegre durante a Campanha da Legalidade. Resumiu suas impressões dizendo aos colegas brasileiros: “*El presidente de ustedes es un poltrón!*”.^[136]

João-Bom-Senso

JOÃO GOULART FOI O PRIMEIRO e único presidente da República brasileira que governou no sistema parlamentarista. Ao aceitar o novo regime, isolou momentaneamente seus adversários à direita, pois seria somente chefe de Estado; contudo, habilmente, articulou para ter como primeiro-ministro um político da sua extrema confiança: Tancredo Neves. Dessa forma, por um lado, impediu que a chefia do governo fosse ocupada por um adversário e que o seu papel político fosse meramente decorativo — “uma rainha da Inglaterra”, como dizia — e, por outro, se insistisse no presidencialismo, poderia ser refém de Leonel Brizola, o principal responsável pela sua posse. Caso tentasse distanciar-se da possível tutela do cunhado, teria de fazer algo que nunca foi de seu interesse: governar. Para ele, o agradável era somente o exercício do poder, e o parlamentarismo inicialmente caiu como uma luva, mesmo tendo de partilhá-lo com o primeiro-ministro.

Tancredo Neves organizou um gabinete de união nacional, contando com ministros do PSD, PTB, UDN, PDC e PSP, os maiores partidos com representação no Congresso Nacional. O discurso de posse do gabinete foi no dia 28 de setembro, após ter sido aprovado por 178 votos favoráveis, onze contrários e 149 abstenções, o que revelava um certo descontentamento sem que se materializasse ainda em oposição. Em meio a um conjunto de boas intenções, como uma das principais tarefas de governo, e que se iria lançar com inabalável e firme decisão, o primeiro-ministro formulou “a reforma agrária, salarial, bancária, fiscal e monetária”. O tema das reformas entrava no discurso do governo para se manter durante dois anos e meio como centro principal do debate político nacional. O governo, no

dizer de Tancredo, “traz ao país uma mensagem de concórdia e esperança”.^[137]

Nas primeiras semanas, graças à partilha dos cargos governamentais, houve uma relativa paz, apesar de alguns problemas econômicos se manifestarem de forma preocupante, como o aumento da taxa de inflação, que passou de 26,5% para 33,3%, e o crescimento do déficit público, que saltou de 0,7% do Produto Nacional Bruto (média dos anos 1956-1960), para 2,9%.^[138] Mas a popularidade de Jango estava em alta, como nunca esteve em todo o mandato. A direita passou a chamá-lo de “João-Bom-Senso”.^[139] Na primeira viagem ao Rio, no final de setembro, foi recebido no aeroporto por 63 generais, 12 brigadeiros, um almirante e mais de 80 mil pessoas. Seu arquiinimigo, o governador Carlos Lacerda, mandou como representante o vice-governador Rafael de Almeida Magalhães. Mas a presença que mais agradou a Jango no aeroporto foi a de sua mãe, Vicentina Marques, a dona Tinoca.^[140]

Dada a novidade do parlamentarismo e a pressa na sua adoção, não se sabia bem qual o papel do presidente da República. Jango foi se adaptando a um figurino desenhado meio ao sabor do acaso. Não perdeu oportunidade, nas ocasiões públicas, de dizer a que viera. Na recepção ao presidente argentino Arturo Frondizi, disse que “prosseguiria a luta de Getúlio Vargas”: “Nada mais quero senão governar em benefício do povo. Estive, estou e estarei sempre em contato com ele”. Em uma recepção na revista *O Cruzeiro*, alertou para que “as forças vivas da Nação” se mantivessem “alertas e vigilantes” contra aqueles que “conspiram contra o interesse nacional”. Já em Belém do Pará, quase dois meses depois de ter assumido a Presidência, foi mais ousado: “É preciso iniciar, desde logo, a nossa luta pela reforma da Constituição. E se o parlamento pode modificar a Constituição para resolver uma grave crise política, poderá também a qualquer momento modificá-la novamente para resolver uma crise mais importante, que é a social e a da fome”.^[141]

Devido à distância das eleições de outubro de 1962, o parlamentarismo — com a relativa diminuição do poder presidencial — e o clima ainda presente de união nacional, os temas políticos internos estavam frios. O que empolgava os debates era a

permanência da política externa independente: em novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas por iniciativa do governo Dutra. Mas a temperatura subiu quando foi convocada a VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, marcada para o final do mês de janeiro de 1962, em Punta del Este, Uruguai, a pedido da Colômbia. O tema central era Cuba. Depois da Segunda Guerra Mundial, esse foi o momento de maior pressão diplomática do governo americano sobre América Latina e Caribe. O governo americano desejava expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos e de todas as organizações pan-americanas, além de preparar o caminho para uma intervenção armada sob a bandeira da OEA.

No Brasil, os grupos conservadores iniciaram ampla campanha para mudar a posição do governo. No dia 17 de janeiro, o jornal *O Globo* transcreveu uma carta em que quatro ex-ministros das Relações Exteriores defendiam a exclusão de Cuba da OEA, ou seja, apoiavam a posição norte-americana. No dia seguinte, San Tiago Dantas respondeu, com elegância, mas enfaticamente, que o Brasil ia à reunião “disposto a defender os princípios democráticos e o sistema interamericano até mesmo contra os que, desejosos de servi-lo, proponham resoluções ou adotem atitudes que venham, na realidade, a comprometê-lo”. Fez questão de deixar explícito, porém: “Condenamos o comunismo internacional, lutaremos por medidas que ponham a democracia a salvo de suas infiltrações, e tudo faremos para que o regime de Cuba não ameace o sistema interamericano”.^[142] Por precaução, reuniu-se no Rio de Janeiro com 30 generais e expôs a posição do governo. Antes da viagem de Dantas a Punta del Este, Tancredo Neves também marcou posição: “Lamento que a revolução de Cuba, tendo começado por exprimir a justa reação popular contra uma ditadura, haja acabado por converter-se num regime marxista-leninista”.^[143] A posição de Tancredo era a de Jango: não demonstrar simpatia para com o socialismo cubano, mas sem apoiar qualquer medida intervencionista, o que abriria um precedente perigoso.

Outros países latino-americanos compartilhavam da posição brasileira, como o México. Ao fim dos trabalhos, a delegação brasileira não votou pela exclusão de Cuba da OEA, mas apoiou as outras cinco proposições americanas, entre as quais a retirada da ilha da Junta Interamericana de Defesa. Política externa não era um tema do agrado de Jango, que não entendia os meandros da disputa entre as potências nem tinha claro qual o papel do Brasil na contenda da Guerra Fria. Transferiu ao Itamaraty, a Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Araújo Castro a condução efetiva da diplomacia brasileira.

Depois das férias de Natal e Ano-Novo, o presidente regressou a Brasília no dia 3 de janeiro. Tinha passado duas semanas entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Voltava à capital federal para fazer o que gostava: política, que nesse momento se materializava na recuperação dos plenos poderes presidenciais perdidos quando se promulgou a Emenda Constitucional número 4. Inicialmente lançou, por intermédio de alguns deputados, a idéia de aprovar uma emenda constitucional que extinguisse o Conselho de Ministros. Sempre atento ao principal anseio dos militares, Jango fez um discurso para o batalhão da guarda presidencial, com a presença de altos oficiais das três armas, prometendo, numa linguagem de palanque, empenhar-se para obter um aumento dos vencimentos. Dias depois encontrou-se com Juscelino Kubitschek, na Granja do Torto. Conversaram durante cinco horas, e surgiu uma nova idéia para retornar ao presidencialismo: entrar com uma ação declaratória no Supremo Tribunal Federal, proposta logo abandonada, pois inviável. Mas Jango não perdeu o ímpeto; na mesma semana, deu uma longa entrevista para a revista americana *Vision* e retornou ao seu tema preferido: “Os sistemas de governo que se impõem sem consulta popular são causas de problemas”.^[144]

Se a antecipação do plebiscito era uma fixação presidencial, outros problemas, porém, acabaram ocupando o seu tempo. Um deles foi o serviço prestado pelas empresas concessionárias de telefone, luz e transporte público, que havia muito eram criticadas: as tarifas eram altas e os serviços péssimos. A rápida urbanização das últimas décadas tinha agravado ainda mais os problemas, além

do que as concessionárias eram estrangeiras, boa parte era norte-americana.

No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola estava às turras com a Companhia Telefônica Brasileira, subsidiária da empresa americana International Telephone & Telegraph, ITT. Em 1959, Brizola tinha encampado a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da American & Foreign Power (Bond & Share). Em 16 de fevereiro, Brizola expropriou a ITT e ofereceu uma indenização bem abaixo da estimada pela companhia. No dia seguinte à encampação, num telegrama enviado a John Kennedy, o presidente da ITT comparava o ato do governador do Rio Grande do Sul com o que estava ocorrendo em Cuba: uma “tomada irresponsável” de “propriedades norte-americanas”. Pouco depois, o Congresso americano aprovou a emenda Hickenlooper, que punia os países que desapropriassem empresas americanas sem que fossem devidamente indenizadas — o senador que a propôs esteve em Punta del Este e apelidou o chanceler brasileiro de “Santiago de Cuba”.^[145]

Criou-se assim um impasse que não interessava a Jango. Segundo Lincoln Gordon, ele teria dito: “Que loucura esse meu cunhado está querendo fazer? Quer estragar minha visita a Washington em abril?”.^[146] Duas semanas depois, por recomendação de Goulart, foi realizado um encontro no Itamaraty entre San Tiago Dantas, Brizola, o embaixador Gordon, mais dois representantes da ITT, além de Roberto Campos, embaixador brasileiro em Washington, que veio ao Brasil especialmente para tratar do caso. Na reunião, que terminou num bate-boca entre Gordon e Brizola, nada se resolveu, mas o governo federal prometeu que estudaria um meio de indenizar a ITT.^[147] O caso terminou com uma polpuda indenização paga à empresa americana depois do golpe militar de março/abril de 1964.

Em meio à turbulência da encampação no Rio Grande do Sul, a atenção política voltou-se para o retorno de Jânio Quadros ao Brasil, depois de sete meses de viagens pelo exterior. O ex-presidente chegou no dia 7 de março, uma quarta-feira de Cinzas. Como sempre, a viagem fora feita em um navio de carga e de passageiros.

O *Ruiz* aportou em Santos às 15h30. Na comitiva que esperava para dar as boas-vindas, o político mais importante era o governador mineiro Magalhães Pinto, que já estava preparando sua candidatura à Presidência em 1965 e queria ter o apoio de Jânio.

Ao chegar ao cais, o ex-presidente foi carregado pela pequena multidão. Em seguida, em uma entrevista coletiva, afirmou que continuava com o povo, que não passava de um cidadão comum. “Quis proteger os pobres, mas os ricos me depuseram”, afirmou. Disse que tentou “fazer a reforma agrária e dar terra aos camponeses, mas os latifundiários me derrubaram”.^[148] Se a entrevista foi pífia, pior foi o longo pronunciamento que fez uma semana depois pela televisão. Quis explicar a renúncia, mas nada explicou: teria sido um “conluio de comunistas, reacionários e do poder econômico”.^[149] Jânio Quadros, a essa altura, era uma carta fora do baralho político nacional; no máximo, tentaria atuar na esfera estadual, como fez ao candidatar-se para o governo de São Paulo seis meses depois.

Se eram fundamentais os preparativos para a viagem aos Estados Unidos, mesmo assim Jango não perdeu a oportunidade, na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em 15 de março, de retomar o tema central de sua estratégia para recuperar os poderes presidenciais: o plebiscito. Afirmou o presidente: “[o] Parlamento saberá devolver à soberania do pronunciamento popular a decisão política que em instante de perigo tomou em suas mãos para uma transformação do regime”. Nisso continuava jogando em conjunto com Juscelino Kubitschek, que proclamava que só seria candidato se fosse “restabelecido o presidencialismo” e, em viagem aos Estados Unidos, defendeu Jango da pecha de comunista e criticou a cobertura da imprensa americana sobre a política brasileira.^[150]

Antes da viagem aos Estados Unidos, Jango fez questão de fazer um pronunciamento público para se dissociar do cunhado. Escolheu o local adequado: a Câmara de Comércio Americana. Em um discurso para agradar aos ouvidos dos capitalistas americanos, elogiou o papel dos Estados Unidos no desenvolvimento nacional e lembrou: “[o] governo brasileiro não alimenta a mínima prevenção,

nem cultivava qualquer sorte de preconceito ou má vontade com aqueles que representam ou defendem os interesses do capital estrangeiro”.^[151]

No dia 3 de abril o presidente brasileiro chegou aos Estados Unidos e, na base aérea de Andrews, foi recebido pessoalmente pelo presidente norte-americano. As reuniões com John Kennedy em Washington pareceram proveitosas. Ambos eram da mesma geração — o americano, dois anos mais velho. A imprensa acentuou as coincidências: tinham assumido o governo em 1961, eram católicos, o mesmo prenome e eram casados com mulheres mais jovens e bonitas. O comunicado conjunto,^[152] após dois dias de trabalhos, destacou os pontos convergentes dos dois governos, que eram muitos: a Aliança para o Progresso, que deveria entrar rapidamente em execução, o apoio americano aos programas de desenvolvimento do Nordeste, a defesa do hemisfério “contra todas as formas de agressão”, o “empenho de que as crises políticas nas nações americanas sejam resolvidas por meio da adesão pacífica ao governo constitucional, ao império da lei e à vontade do povo expressa através de processos democráticos”, pois os presidentes estavam convictos de que o “destino do hemisfério repousa na colaboração de nações unidas pela fé na liberdade individual, nas instituições livres e na dignidade humana”.

O alvo político era claro: Cuba e o recém-adotado regime socialista. Naquele mês de abril completava-se um ano da fracassada invasão da baía dos Porcos, e a tensão entre os Estados Unidos e o governo cubano — então aliado da União Soviética — tinha chegado ao máximo. O comunicado mencionou, de passagem, a defesa das reformas, “mudanças exigidas para assegurar uma ampla distribuição dos frutos do desenvolvimento por todos os setores da comunidade”, mas deu ênfase a uma questão sensível na relação entre os dois países: o tratamento ao capital americano no Brasil. Jango assumiu o compromisso de “manter condições de segurança que permitirão ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira” e às empresas americanas estatizadas “será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento em outros setores importantes

para o desenvolvimento econômico do Brasil". Para enfatizar esse ponto, os americanos fizeram questão de acrescentar ao texto: "O presidente Kennedy manifestou grande importância a essa orientação". Queriam proteger os capitais americanos e tinham receio de novas encampações, como as ocorridas no Rio Grande do Sul.

Não foram exageradas, pois, as manifestações de regozijo de Kennedy, pois conseguiu tudo o que queria. Na Casa Branca, na presença dos jornalistas, dirigiu-se a Jango: "Diga-me do que está precisando, com sinceridade e sem limitações, pois é ponto de honra do meu governo ajudar a fazer do Brasil, nestes próximos quatro anos, uma grande e poderosa nação". Na despedida, fez questão, mais uma vez, de demonstrar satisfação com os resultados da visita: "Hoje, de uma vez por todas, cessam os nossos desentendimentos". E completou: "Até logo mais no Brasil, meu grande amigo".

O clima de cortesia continuou quando Jango foi falar no Congresso (numa sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Representantes), no dia 4. Não era comum um dirigente estrangeiro ter esse privilégio, e Jango estava falando daquela tribuna pela segunda vez — lá esteve em 1956. Ao entrar no recinto da sessão, recebeu uma ovação de um minuto e meio. Ao ser apresentado pelo presidente do Senado, recebeu mais um minuto de aplausos. Às 12h30 começou seu pronunciamento. Destacou as relações de amizade entre os dois povos, comentou a situação econômica do Brasil, chegando até o exagero: "Estamos procurando estabelecer um desenvolvimento harmônico do país para corrigir desequilíbrios regionais e evitar o pauperismo de certas áreas, para elevá-las ao nível, por exemplo, do estado de São Paulo, cuja renda per capita é superior à de países altamente industrializados". Enfatizou a importância da Aliança para o Progresso, ressaltando a necessidade de um "espírito e confiança e respeito recíproco entre os governos que a compõem". Fez questão de dizer que reconhecia a "importância do capital estrangeiro no processo do nosso desenvolvimento" e que não alimentava "qualquer prevenção contra o capital externo". Concluiu o pronunciamento, no espírito da Guerra Fria, identificando-se com o "mundo livre": "Desejo reafirmar a

identificação do meu país com os princípios democráticos que unem os povos do Ocidente”. Foi um sucesso, tanto que foi interrompido 12 vezes por salvas de palmas. No dia seguinte, o presidente brasileiro estava nas primeiras páginas dos principais jornais americanos. De “comunista”, Jango passou a ser chamado, durante a viagem, pela imprensa americana, de “*nice man*”.^[153]

Na maratona de discursos, Jango falou na Organização dos Estados Americanos, no dia 5, ainda em Washington. À noite, em um jantar na embaixada brasileira — no almoço, Kennedy havia passado rapidamente pelo local para cumprimentá-lo —, recebeu importantes membros do governo americano: Robert McNamara, John Kenneth Galbraith, Walt Rostow, Arthur Schlesinger, entre outros.^[154]

No dia seguinte voou para Nova York. Desfilou pelas ruas da Broadway em um Lincoln conversível, num percurso de três quilômetros, sob uma chuva de papel picado. Falou na Organização das Nações Unidas e depois deu uma concorrida entrevista coletiva. Manteve sempre a linha dos pronunciamentos de Washington. Encerrando a passagem por Nova York, ofereceu uma recepção no hotel Waldorf Astoria para convidados estrangeiros, entre os quais o secretário-geral da ONU, U Thant, e membros da comitiva oficial, como o chanceler San Tiago Dantas, o deputado Herbert Levy (da UDN), o general Amauri Kruehl, o empresário Adolfo Bloch e até a ex-miss Brasil Adalgisa Colombo. O esplendor da viagem custou 20 milhões de cruzeiros. De Nova York, voou até Chicago e, de lá, para uma visita, bem ao estilo da Guerra Fria, ao Comando Aéreo Estratégico, em Omaha, no estado de Nebraska. O general Kruehl, que acompanhou o presidente a Omaha, ficou muito satisfeito com o que viu e fez questão de deixar isso claro ao comandante da área, o general Power: “Volto ao Brasil confiante de que a segurança do mundo livre está garantida”.^[155] Na despedida, Kennedy mandou um telegrama para Goulart: “Antevejo com prazer encontrá-lo novamente quando da minha visita ao seu país neste ano”.^[156]

Dos Estados Unidos, a comitiva brasileira rumou para o México, país que mantinha sérias divergências na política externa com os Estados Unidos, especialmente sobre Cuba. Goulart foi muito bem

recebido, desfilou em carro aberto e foi saudado nas ruas da Cidade do México por 350 mil pessoas: outra consagração. Deu ao presidente Adolfo López Mateos o que considerou um presente: um Interlagos, carro esportivo fabricado no Brasil pela Willys Overland.

Na noite do dia 10, durante uma apresentação do balé folclórico mexicano no Teatro Belas Artes, Jango teve um ataque cardíaco e ficou desfalecido por um minuto. Não caiu no chão porque foi amparado pelo deputado fluminense Chagas Freitas, que fazia parte da comitiva. Imediatamente foi levado para o hotel do Prado, acompanhado de dois médicos, que diagnosticaram uma “ligeira insuficiência de irrigação sangüínea por causa da fadiga e da viagem”. No dia seguinte, López Mateos foi duas vezes ao hotel. Na segunda visita, assinaram uma declaração conjunta: Jango estava de pijama, acamado, e seu estado de saúde inspirava cuidados. Era o segundo ataque cardíaco em oito meses. Quem cumpriu o restante da agenda presidencial foi o ministro San Tiago Dantas.

No dia 12, João Goulart estava de volta ao Brasil para reassumir a Presidência. Nos dez dias de ausência, o deputado Ranieri Mazzilli, o substituto constitucional, aproveitou para nomear dez assessores para a sua interinidade, desde um ajudante-de-ordens até o chefe do Gabinete Militar, o general Lyra Tavares — o titular, Amauri Krueel, estava acompanhando o presidente. Não satisfeito, Mazzilli ainda queria a transferência formal de cargo — o que não era necessário, nem legal. Mesmo assim, fez questão de ir ao Palácio do Planalto; quando chegou ao gabinete presidencial, encontrou Jango despachando com seus assessores.

Os tempos do parlamentarismo estavam contados: a contagem regressiva começou efetivamente em maio. No dia 1.º, Jango foi a Volta Redonda e discursou para os operários da Companhia Siderúrgica Nacional, um dos maiores símbolos do getulismo. Disse que desejava “participar das responsabilidades desta hora e não quero ficar alheio ou omissos”. Criticou o governo, como se não tivesse também responsabilidade pelos seus atos: “Para o povo não há perspectiva de tranqüilidade e bem-estar. Pois o custo de vida destrói os orçamentos populares. E o clamor do povo vai aumentando ainda mais. O poder econômico está solto e age, sem

qualquer cerimônia”. E passou às exigências: “Mas se o atual Congresso, pelas dificuldades eleitorais ou pela falta de tempo, não puder fazer até o fim do ano as reformas de base, terá ele um gesto de sabedoria política se atribuir poderes constitucionais aos mandatários que a nação vai eleger a 7 de outubro vindouro”.^[157]

Acenava o presidente com a necessidade da aprovação das reformas e com uma Assembléia Constituinte, o que fazia seus opositores recordarem a campanha queremista de 1945. O quadro ficou mais turvo quando Jango falou sobre o futuro: “Ou marchamos para uma democracia social mais justa, que possibilite melhor distribuição de riquezas, ou então, amanhã, muitos dos que hoje me atacam terão de chorar a estupidez de não terem também lutado em defesa das grandes aspirações populares. É impossível fazer parar a marcha da humanidade”.^[158] Entre quatro paredes, era mais direto: “[eu] poderia levantar o povo da noite para o dia para exigir o fechamento do Congresso”.^[159]

Juscelino Kubitschek, como vimos, era um dos maiores entusiastas da antecipação do plebiscito. Afinal, desde que transferira o governo para Jânio Quadros, em 31 de janeiro de 1961, era candidatíssimo às eleições presidenciais de outubro de 1965. No dia 2 de junho voltou a conversar longamente com Jango, e o tema principal foi, mais uma vez, o plebiscito. Os presidentes dos maiores partidos políticos se reuniram quatro dias depois e produziram uma nota em que reafirmavam a necessidade de fortalecer a autoridade do governo e consolidar o parlamentarismo. Mas o esforço dos líderes partidários foi em vão: no dia seguinte, na estância de Araxá, Minas Gerais, iniciou-se a reunião de três dias entre Jango e os 17 governadores, que teve como principal articulador o governador mineiro Magalhães Pinto. No final dos trabalhos, aprovou-se por ampla maioria um documento defendendo a realização do plebiscito no menor prazo de tempo possível, como queria Jango, e não como o disposto no artigo 25 da Emenda Constitucional n.º 4, que previa a possibilidade de plebiscito somente em abril de 1965.

Em meio às conversações políticas, sobrou tempo para Jango recepcionar a seleção brasileira de futebol, bicampeã mundial. Foi uma grande festa popular que começou em Brasília, quando a

delegação chegou ao Brasil. Quebrando o rígido protocolo do Itamaraty, o próprio presidente recebeu os jogadores no aeroporto. Abraçou-os e, na própria taça, fez um brinde aos campeões: na falta de champanhe, bebeu uísque, cercado por Garrincha, Amarildo e Pelé.^[160] Do aeroporto foi para o Palácio da Alvorada, onde ofereceu uma recepção para a delegação. Antes de a seleção brasileira conquistar a Copa do Mundo no Chile, o filme *O pagador de promessas*, baseado na peça de Dias Gomes e dirigido por Anselmo Duarte, tinha recebido a Palma de Ouro no prestigioso Festival de Cannes, o que, na recepção aos jogadores, propiciou ao deputado padre Nobre o comentário: “É a sua estrela, presidente. Vencemos até festival de cinema”.^[161]

Entretanto o cotidiano da política logo dissipou as glórias da vitória do Chile ou de Cannes. Como o Congresso Nacional aprovou um projeto que obrigava os membros do gabinete a se desincompatibilizarem dos cargos três meses antes das eleições, caso fossem candidatos, e a emenda Mem de Sá, que permitia a candidatura dos ministros, foi derrotada por larga margem no Senado, Tancredo Neves, que estava sem mandato parlamentar e postulava uma cadeira na Câmara dos Deputados, teve de colocar seu cargo à disposição. O primeiro-ministro, temeroso da descontinuidade administrativa, deu uma semana para o presidente escolher seu substituto e apresentá-lo à Câmara. Os parlamentaristas sinceros, como o deputado Raul Pilla, discordaram do procedimento de Tancredo, pois achavam que os ministros poderiam esperar nos cargos a nomeação dos substitutos. Era a primeira mudança de gabinete e um teste para o parlamentarismo.

Jango, porém, não estava interessado em fortalecer o novo regime, tanto que imediatamente comunicou a escolha de Francisco San Tiago Dantas, deputado federal (PTB-MG) e chanceler, para primeiro-ministro em reunião com os presidentes dos quatro maiores partidos: PSD, UDN, PSP e PTB. Os três primeiros rejeitaram o nome do deputado mineiro e o PSD exigiu o cargo por ser o maior partido no Congresso. Dentro do próprio PTB havia resistência a seu nome, principalmente por parte dos brizolistas, que o acusavam de proteger os interesses imperialistas no país — o que acabaria em um

processo de injúria e calúnia movido por San Tiago Dantas contra Brizola — e de ter pouca expressão eleitoral.^[162] Mesmo assim, o presidente manteve a indicação e estimulou San Tiago Dantas a partir para a ofensiva: em rede nacional de rádio e televisão, durante 75 minutos, apresentou seus planos para conter a inflação, aumentar as exportações, melhorar o abastecimento e defendeu enfaticamente as reformas agrária, tributária, administrativa e bancária. Apesar de ser considerada certa a derrota de San Tiago Dantas na Câmara, devido à rejeição especialmente do PSD e UDN, o presidente insistiu em manter a indicação.

No dia 26 de junho, Tancredo Neves apresentou formalmente a renúncia do gabinete a Jango. Fez as declarações esperadas para o momento e elogiou o parlamentarismo, “forma evoluída de governo”, mas, no final do encontro com o presidente, disse o essencial: seria “muito difícil a aprovação pela Câmara da indicação de San Tiago Dantas”. Depois, em um discurso na Câmara, Tancredo elogiou as realizações do gabinete em um momento político difícil, em que foi necessário ter “antes paciência e transigência, de que audácia ou demonstração de capacidade de iniciativa; mais humildade e desprendimento, em benefício geral, do que afirmação pessoal”.^[163]

O gabinete, de acordo com a perspectiva de Jango, cumprira a sua tarefa: retirou o país da crise de agosto/setembro do ano anterior, diminuiu a tensão política, deu maior autonomia e trânsito ao presidente, permitindo que ele pudesse articular o retorno do presidencialismo a curto prazo (em que ele, Jango, deteria sozinho as rédeas do governo, sem o controle incômodo da direita e da esquerda, especialmente do cunhado Leonel Brizola). Pouco depois da saída de Tancredo do palácio, o presidente recebeu uma delegação de dirigentes sindicais. Clodosmith Riani, líder trabalhista, sugeriu-lhe que, se sofresse pressões, não ficasse “fechado dentro dessas paredes”, fosse “para as praças públicas”, onde os trabalhadores o receberiam “de braços abertos”. Satisfeito, Jango respondeu, bonapartisticamente, que “sozinho manteria a ordem ao lado da classe operária”.^[164]

Na noite do dia 28, San Tiago Dantas falou para o plenário da Câmara dos Deputados. Durante 45 minutos, expôs sua plataforma

de governo. Foi ouvido por 250 deputados, mas o destino do gabinete (que nem sequer tinha sido constituído) estava selado devido à oposição do PSD, UDN, PSP, PDC e outros partidos menores. A sessão continuou até as 5h da manhã do dia seguinte, e o resultado foi o esperado: 174 votos contrários —139 dos quais do PSD e da UDN — e 110 a favor. San Tiago Dantas, à noite, no Rio de Janeiro, falou longamente em um programa de televisão; a respeito da decisão dos deputados, disse: “Não foi pelo Brasil de amanhã, mas uma capitulação e uma opção pelo Brasil de ontem: o Brasil das clientelas eleitorais, do espírito localista e paroquial”. Jango, mais tranqüilo, aceitou a decisão da Câmara como “um fato normal da dinâmica do sistema parlamentar”.^[165] Como já esperava a decisão, não fez um esforço sincero pela aprovação de San Tiago Dantas, pois não lhe interessava ter um primeiro-ministro com a independência intelectual e política do deputado mineiro: “tanto Jango quanto a cúpula do PTB não queriam arriscar que San Tiago tivesse êxito, pois desejavam o retorno do presidencialismo”.^[166] O importante era demonstrar que o Congresso Nacional constituía uma barreira às reformas, o parlamentarismo era um regime lento nas decisões e sem interesse em enfrentar os graves problemas nacionais (uma “solução farisaica”, no dizer de Brizola). O jogo fora bem jogado; agora era deixar o fim de semana passar para, na segunda-feira, indicar o novo primeiro-ministro.

A indicação de Auro de Moura Andrade surpreendeu, pois, apesar de ser presidente do Senado, era um político pouco expressivo nacionalmente. Dentro do seu partido, o PSD, não fazia parte da liderança e, na política paulista, pouco contava. É possível que a designação tenha sido uma manobra de Jango para ganhar tempo e demonstrar aos militares a inviabilidade do regime parlamentarista, além de ser um mote para mobilizar suas bases sindicais: foi deflagrada uma greve nacional contra a nomeação do senador paulista. Prevenido, Jango fez com que, ao aceitar o cargo, Auro assinasse uma carta de renúncia sem data,^[167] e o senador concordou, provavelmente porque estivesse encantado por ter chegado à chefia do governo. No dia 2 de julho, pela manhã, o

presidente encaminhou para a Câmara a mensagem com a designação de Auro. À noite, o senador foi à tribuna e apresentou o seu programa de governo. Apesar de conservador, no discurso de 30 minutos, defendeu, ainda que timidamente, as reformas e apoiou a antecipação do plebiscito para 7 de outubro, que coincidiria com as eleições.

Jango ouviu o discurso de Moura Andrade pelo rádio e ordenou ao PTB votar contra o seu nome. O senador teve 222 votos a favor e 51 contra, quase todos do PTB. Criou-se assim um impasse: o partido de Jango votou em bloco contra o primeiro-ministro indicado pelo próprio presidente. No dia 3, Auro foi ao Palácio da Alvorada e apresentou a Jango a lista de ministros que tinha elaborado. Tudo indica que o presidente não gostou do ministério e exigiu a devolução do cargo: afinal, tinha a carta de renúncia assinada e a data poderia ser preenchida por ele mesmo. Mas o argumento final foi a pressão dos militares: o comandante do 1 Exército, general Osvino Alves, pôs em prontidão as tropas sob seu comando, que ficaram “aguardando ordem do presidente da República para assegurar a defesa da ordem e da legalidade”.³² João Goulart voou para sua fazenda de Uruaçu, Goiás, onde, segundo nota da Presidência da República, iria “repousar a conselho médico para refazer-se da estafa”. Acabou ficando poucas horas lá, pois teve de retornar de madrugada a Brasília em um pequeno avião da Novacap — empresa responsável pela construção da capital federal —, chegando a improvisar com lampiões uma iluminação noturna na pista de pouso da fazenda. No dia 4, pela manhã, Moura Andrade renunciou ao cargo: foi uma humilhação para o senador, tanto que no seu livro de memórias reservou ao episódio somente cinco das 478 páginas que formam o volume.^[168]

O PSD pressionou Jango e exigiu o cargo de primeiro-ministro, sempre argumentando que era o maior partido no Congresso. Falou-se em Oliveira Brito, Abelardo Jurema, Barbosa Lima Sobrinho e em Francisco Brochado da Rocha. Este, apesar de ser um absoluto desconhecido na cena política nacional, levava vantagem sobre os três outros competidores: era gaúcho, tinha sido colega de Goulart

na Assembléia estadual e, mais importante, era homem de sua extrema confiança. Foi o escolhido.

A tarefa de formar um gabinete não foi nada fácil em meio à crise política — afinal, desde 26 de junho não havia um governo no país —, às pressões militares e os sinais de insatisfação popular com a crise de desabastecimento: na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, ocorreram vários saques a supermercados e lojas, com 11 mortos e mais de mil feridos. Brochado falou à Câmara no dia 9. Apresentou o seu programa durante 30 minutos. Foi aplaudido 11 vezes. Recordou ser um “homem simples, sem propósitos políticos dominantes, vejo-me retirado, agora, dos limites da província, para um encargo de envergadura nacional, que receio superior às minhas condições pessoais”.^[169] No dia seguinte, teve seu nome aprovado por 215 votos favoráveis e 58 contrários.^[170] Era um desconhecido na corte, e o presidente começou a apresentar-lhe os poderosos da República. Logo que o primeiro-ministro tomou posse, Jango convidou-o, e mais a esposa, para uma sessão privada de cinema no Palácio da Alvorada com outros políticos, também acompanhados de suas mulheres: assistiram ao filme nacional *O assalto ao trem pagador*. Até então, Brochado da Rocha não conhecia nenhum político de expressão da base governamental ou da oposição que não fosse gaúcho. Sua escolha não agradou à boa parte da esquerda, para a qual o gabinete representava “mais um esticão na corda em que está amarrado o touro das aspirações populares de libertação nacional”.^[171]

Na tarefa de pôr em andamento a máquina burocrática, que, acostumada ao ritmo presidencialista, estava parada desde a última semana do gabinete Tancredo Neves, nos primeiros 15 dias de governo Brochado da Rocha nem sequer conseguiu reunir todo o ministério. Quatro ministros não tinham assumido seus cargos: o da Saúde, Indústria e Comércio, Minas e Energia e da Fazenda. Este último, o banqueiro Walter Moreira Salles, nem se encontrava no Brasil ao ser designado para a pasta. Daí a frase atribuída a Hermes Lima, ministro do Trabalho: “Este governo não é nem de extrema-direita nem de extrema-esquerda, mas de extrema-unção”.^[172]

Se a nomeação de Brochado da Rocha tinha sido uma vitória de Jango, o que o preocupava então era a sua saúde. Nas duas semanas entre a saída de Tancredo e a designação do político gaúcho, o presidente passou muitas noites em claro, em longas e desgastantes negociações políticas. Goulart não estava se sentindo bem, e o ataque cardíaco tido no México — havia três meses — era um fantasma que o preocupava. Tanto que no dia 13 de julho foi examinado em Brasília pelo cardiologista americano, considerado um dos maiores especialistas mundiais na área, John La Due. O médico recomendou que o presidente alterasse seus hábitos,^[173] o que dificilmente ele seguiria, habituado à vida noturna, ao sedentarismo e à alimentação inadequada, sempre acompanhado de um bom uísque escocês. Estava com 92 quilos, muito acima do seu peso normal.^[174]

Ganhando a batalha parlamentar, ao menos provisoriamente, Jango concentrou as atenções no campo militar: sabia que ali é que estava sendo jogada a sorte da antecipação do parlamentarismo, regime que, além de tudo, não contava com a simpatia dos oficiais. Afinal, a República nascera presidencialista e sempre fora crítica do parlamentarismo imperial. No dia 1.º de agosto, Jango esteve na Vila Militar, no Rio de Janeiro, e ficou satisfeito com o discurso do comandante, o general Machado Lopes. Foi chamado de “marechal da legalidade”. Os militares, de acordo com Machado Lopes, estavam “coesos, confiantes e tranqüilos, e aguardamos sua voz de comando, na batalha da restauração nacional”. Menos de uma semana depois, o ministro da Guerra, general Nelson de Melo, anunciou, ainda que discretamente, o seu apoio à antecipação do referendo: “Só a manifestação livremente expressa da vontade popular proporcionará a estabilidade política e institucional necessária”, pois “é da mais alta oportunidade que a Nação seja convocada às urnas, para a realização do plebiscito”. No dia seguinte, Jango recebeu apoio dos ministros da Marinha e da Aeronáutica. O marechal Lott, considerado uma espécie de reserva moral do legalismo nas Forças Armadas, afirmou que era “pela realização do plebiscito o mais cedo possível”.^[175] Os presidentes do PSD, da UDN, do PSP e do PL divulgaram uma nota, no dia 8, condenando a antecipação, que consideravam uma

“ameaça às instituições democráticas”. Jango respondeu dois dias depois, quando ofereceu um almoço em Brasília para 15 generais recém-promovidos, entre eles Castelo Branco, Jair Dantas Ribeiro, Ladário Teles e Genaro Bontempo. Fez um breve discurso e, com argúcia, implicitamente imputou ao parlamentarismo a falta de pulso na conservação da ordem e no enfrentamento dos problemas nacionais. Para agrado dos ouvidos militares Jango concluiu seu discurso: “Jamais admitirei qualquer quebra da ordem legal”.^[176]

Era uma espécie de samba de uma nota só. Discutia-se tudo, mas no centro sempre estava o mesmo tema: a antecipação do plebiscito. A pressão não parava de crescer — e sempre fomentada pelo Palácio do Planalto, que usava o melhor instrumento para a obtenção da medida: o poder das armas. O comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, foi o principal verbalizador dessa imposição. No início de setembro, ele voltou à carga dizendo que a intransigência do Congresso “poderia acarretar conseqüências imprevisíveis para o destino das instituições”. A antecipação do plebiscito, porém, contava com a firme oposição de Carlos Lacerda, que chegou a denunciar que seria dado um golpe de Estado entre os dias 10 e 15 de setembro. As constantes acusações de Lacerda, a fraqueza política do gabinete Brochado da Rocha, a saída de Moreira Salles do Ministério da Fazenda — permaneceu menos de dois meses no cargo — e o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade nas grandes cidades — ironizado pelo dito popular “falta feijão, mas tem Pelé; falta arroz, mas tem Mané” — elevaram, na Semana da Pátria, a temperatura política. Especulava-se sobre uma possível intervenção federal no estado da Guanabara, principalmente após a divulgação da nota do Conselho de Ministros, que atacava o governador Lacerda. De acordo com a nota, ele desenvolvia uma “campanha subversiva contra o governo nacional”, recheada de “calúnias”, “comprometendo a tranqüilidade pública e o prestígio do país no exterior” e “pondo em risco a marcha constitucional do processo político”. No dia 7, pela *Voz do Brasil*, aproveitando a comemoração dos 140 anos da Independência, Jango, num discurso de cinco minutos, manteve o clima de confronto, que interessava a ele, mas também destacou a sua face conciliadora: “A ninguém

aproveita uma atmosfera de tensão: nem aos trabalhadores, [...] nem às classes empresariais, [...] nem ao governo da República. [...] Nunca poupei energias, nem medi transigências e sacrifícios, com humildade e paciência, para afastar o perigo de uma guerra civil, que parecia inevitável, e para impedir o desmoronamento das instituições democráticas.”^[177]

No Congresso Nacional, deputados janguistas insistiram na antecipação do plebiscito para 7 de outubro, juntamente com as eleições parlamentares e a renovação de dez governos estaduais. Sabia-se que não haveria condições materiais para isso, mas essa posição servia para fortalecer a necessidade de transformar a antecipação em fato consumado, deixando-se para definir somente a data do referendo. Como medida conciliatória, os parlamentares aprovaram uma lei que permitia ao presidente nomear um gabinete *ad referendum* da Câmara dos Deputados. Jango, porém, queria mais: desejava ter plenos poderes desde o início de 1963, antes ainda da instalação do novo Congresso, em março. Lançou mão até de argumentos de ordem paterna: não queria que o filho “lesse uma História do Brasil em que o presidente, seu pai, surgisse como figura demissionária e conformada”.^[178] Articulou um manifesto do recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores — uma central sindical não oficial controlada pelo Partido Comunista — que, assinado por três federações e 563 sindicatos de trabalhadores, ameaçou uma greve geral caso o Congresso Nacional não aprovasse a antecipação do plebiscito. No documento, o CGT aproveitou a oportunidade para reivindicar aumento de 100% do salário mínimo — isso quando os trabalhadores tinham, em julho, obtido o 13.º salário —, reforma agrária radical, congelamento dos preços e direito de voto aos analfabetos e praças de pré.^[179]

Jango, porém, sabia muito bem que o apoio que importava, como elemento definidor da crise, deveria vir do Exército. No mesmo dia da divulgação do manifesto do CGT, foi publicado na imprensa o telegrama enviado pelo general Jair Dantas Ribeiro ao ministro da Guerra, general Nelson de Melo. Era uma declaração de irrestrito apoio à antecipação do plebiscito, associada a uma linguagem típica dos *pronunciamientos* latino-americanos: “Me encontro sem

condições para assumir com êxito e segurança a responsabilidade do cumprimento de tais missões se o povo se insurgir pela circunstância de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou no máximo simultaneamente com as eleições de outubro próximo vindouro. O povo é o soberano do regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo. [...] A presente explanação não é uma ameaça, nem uma imposição, mas apenas uma advertência”.[180] A “advertência” contou imediatamente com a adesão do comandante do 1 Exército, general Osvino Alves: os dois maiores Exércitos em homens e em armas estavam comungando plenamente dos desejos de Jango. Amauri Kruel teria, de acordo com Mourão Filho, planejado minuciosamente o fechamento do Congresso em caso de recusa da antecipação do plebiscito.[181] Celso Furtado, na época superintendente da Sudene, que tinha elaborado um manifesto para unir as forças progressistas antes das eleições de outubro, procurou várias personalidades políticas para discuti-lo, tentando obter apoio para suas teses. O economista foi surpreendido quando, ao se encontrar com Jango, este lhe disse: “Celso, aquele seu manifesto tem sido apreciado por várias pessoas. O Osvino achou que ele está ótimo para ser utilizado num golpe”.[182]

O *Correio da Manhã* protestou em editorial contra o telegrama do general: “É um documento inefável. É um documento de coação, de pressão contra o Congresso, é uma argentinada, uma peruada, é o fim”. O ministro da Guerra foi mais brando: “Só a mim como chefe do Exército e membro do Conselho de Ministros, compete opinar sobre tal matéria. Manifestações desta natureza, partidas de escalões subordinados, não se coadunam com a disciplina”. Pressionado pelo presidente, que contava com apoio das principais guarnições do Exército, com a simpatia da maioria dos governadores e com a renúncia do gabinete Brochado da Rocha, no dia 14, o Congresso Nacional, em meio a uma greve geral liderada pelo CGT, aprovou no dia 15 de setembro a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963, antes portanto do início dos trabalhos legislativos, como era o desejo de Jango. A votação foi tranqüila: 169 votos favoráveis e 83 contrários. Do PTB, Jango recebeu 50 votos

(somente um parlamentar votou contra); do PSD, 80 votos favoráveis e 17 contrários; e teve até seis votos de parlamentares da UDN. A despedida de Brochado da Rocha foi melancólica. No pronunciamento em rede de rádio, disse que “durante 60 dias [...] tentei, junto ao Congresso Nacional, legitimar o sistema de governo e obter delegações legislativas indispensáveis às reformas de base reclamadas pelo povo brasileiro”. Abatido, viajou imediatamente para o Rio Grande do Sul. Morreu doze dias depois, aos 52 anos, devido a um derrame cerebral.

Jango, satisfeito com a antecipação do plebiscito, discursou para o país logo após saber do resultado da votação: “Diante destas perspectivas [...] quando já parece encontrada a restauração do direito do povo de opinar sobre o sistema político sobre o qual deseja ser governado, [foi se] criando assim o clima indispensável às reformas de estrutura reclamadas pelo interesse superior da Nação”.^[183] Tanto Brochado da Rocha quanto Jango usaram, no desfecho da crise, a palavra “reforma”. Tornou-se tão comum utilizar, a todo momento, a expressão “reforma de base”, que até a socialite carioca Candinha da Silveira, inquirida pelo colunista social Ibrahim Sued sobre o que achava das reformas, se aventurou a responder que “cada um deveria cumprir com seu dever”.^[184] Nos Estados Unidos, a antecipação do plebiscito foi bem recebida. Para o *New York Herald Tribune*, o referendo é “uma eleição entre o caos e uma certa medida de ordem. A decisão dos eleitores não deve ser difícil”.

Tudo indicava que os problemas econômicos seriam enfrentados, pois, no dia 17, Jango indicou Hermes Lima como chefe do Gabinete de Ministros — chamado por Tancredo Neves de “coveiro do parlamentarismo”^[185] —, colocou no Ministério da Guerra o general Amauri Kruel, promulgou seis leis delegadas^[186] que permitiriam uma maior intervenção governamental, especialmente no abastecimento de gêneros de consumo popular, e encarregou o economista Celso Furtado, ministro sem pasta, de elaborar um plano de governo que serviria de plataforma política para o plebiscito de janeiro do ano seguinte.

Setembro, portanto, foi um mês de vitórias para Jango: conseguiu antecipar o referendo, retirou do Ministério da Guerra o

general Nelson de Melo, que não comungava de seus projetos políticos, designou um novo primeiro-ministro sem que a Câmara apreciasse o nome — só o fez dois meses depois e após seis votações negativas — e John Kennedy confirmou para novembro a sua visita ao Brasil. Agora restava aguardar um bom resultado eleitoral no pleito de 7 de outubro, quando seriam eleitos 404 deputados, 45 senadores e dez governadores.

Em três estados, a eleição dos governadores era importante para Jango: Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco — em Minas e na Guanabara, o pleito fora realizado em 1960. No Rio Grande do Sul, o PTB perdeu o governo estadual para Ildo Meneghetti, antijanguista feroz; em Pernambuco acabou vencendo as eleições Miguel Arraes, eleito pelo PST (Partido Social Trabalhista), em coligação com vários partidos, entre eles o PTB.

Em São Paulo, o quadro eleitoral estava complicado. Ademar de Barros recebeu apoio explícito de Juscelino Kubitschek; José Bonifácio, candidato do governador Carvalho Pinto, foi apoiado pelo PTB, cuja líder estadual, a deputada Ivete Vargas, fez questão de anunciar em matérias pagas nos jornais: “Votar em José Bonifácio é a ordem de Jango”. Na verdade, o candidato do presidente era Jânio Quadros, o único que considerava à altura de rivalizar com Lacerda entre os governadores. Naquele momento, até na linguagem Goulart estava parecido com Jânio: “Sabemos que forças poderosas procuram obstaculizar esta caminhada, manter e cristalizar velhos privilégios, mas tenho certeza de que o povo, cada vez mais vigilante, cada vez mais consciente de sua missão, haverá de alcançar tais reformas”.[187] Mas Ademar acabou vencendo Jânio por 150 mil votos de diferença.

No pleito de outubro, Jango sofreu duas derrotas importantes: no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Dessa forma, nos cinco Estados politicamente mais importantes, o presidente tinha apenas Miguel Arraes como aliado; mesmo assim, viveriam durante 15 meses às turras.

A Câmara dos Deputados, devido ao crescimento do número de eleitores, ampliou suas cadeiras de 326 para 404. A bancada do PSD cresceu um pouco, passando de 115 para 118 deputados, enquanto

a UDN aumentou de 70 para 91 deputados. Mas o grande salto foi dado pelo PTB, que, de 66 cadeiras, foi para 116, tornou-se o segundo partido da Câmara. Sua bancada federal recebeu importantes reforços: o maior deles, certamente, foi o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, eleito pela Guanabara com mais de 250 mil votos, uma votação histórica. Pelo mesmo estado, mas para o Senado, não se elegeu o governador da Bahia, Juracy Magalhães.

Nunca numa eleição se gastou tanto dinheiro. O governo americano deu 6 milhões de dólares para os candidatos conservadores, de acordo com Lincoln Gordon.^[188] É possível que parte desse dinheiro tenha sido desviada, como era (e é) comum nas eleições brasileiras, aproveitando-se da falta de registro contábil das doações ilegais. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959 e extinto em dezembro de 1963, após uma ruidosa Comissão Parlamentar de Inquérito, patrocinou muitos candidatos nas eleições de 1962,^[189] assim como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que continuará tendo um papel político de relativa importância até o golpe de março/abril de 1964. O relevante nas eleições de outubro, porém, foi o desenho do quadro político. Nos principais estados, os governadores eram de oposição; na Câmara, apesar do crescimento do PTB, a maioria ainda pertencia ao bloco PSD-UDN, que controlaria a presidência e as principais comissões; no Senado, o PTB cresceu, mas constituía ainda o terceiro partido na Casa.

No panorama externo, a situação estava complicada. A crise dos mísseis — com a instalação de foguetes atômicos soviéticos em Cuba — atingiu seu ápice no dia 22, com a exigência norte-americana de retirada imediata dos armamentos. No dia anterior, todos os embaixadores dos Estados Unidos na América Latina foram orientados a procurar os presidentes de cada país para comunicá-los da posição tomada por John Kennedy. Lincoln Gordon pediu uma audiência com Jango no Palácio das Laranjeiras. Chegou acompanhado do coronel Vernon Walters. O coronel tinha vindo ao Brasil com a missão de manter a embaixada americana informada dos bastidores das Forças Armadas: os Estados Unidos não queriam

ser surpreendidos por uma nova Cuba nos trópicos.^[190] Durante a conversa, ficou claro o apoio do governo brasileiro à posição americana. Jango, que considerou a instalação dos mísseis uma ameaça “para todos nós”, foi enfático: “Estamos com vocês”.^[191] Já tinha conversado com Gordon três dias antes, quando se definiu o roteiro da visita de Kennedy ao Brasil: permaneceria dois dias, entre 12 e 14 de novembro; chegaria a Brasília, depois viajaria para São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Natal.^[192] Contudo, a tensão do momento internacional acabou levando ao adiamento da viagem para o ano seguinte.

Goulart apoiou o bloqueio naval da ilha caribenha e enviou o general Albino Silva — chefe do Gabinete Militar — como intermediário entre Washington e Havana. Ficou muito satisfeito com o recuo soviético, tanto que, ao receber mais uma vez o embaixador Gordon, convidou-o para tomar uma dose de uísque e brindou: “À vitória ianque”.^[193] Entre nós, a tensão americano-soviética refletiu-se quando da morte por afogamento, na Barra da Tijuca, do embaixador soviético Ilya Tchernichev. A polêmica resumiu-se à retirada de uma cruz que adornava o veículo que conduziu o corpo do diplomata até o aeroporto.^[194] Em meio à turbulência política interna e externa, um fato passou despercebido: o assassinato de Gregório Fortunato na Penitenciária Lemos de Brito, no dia 23. Preso desde 1954, era um dos líderes de um pedido de indulto para João Goulart que tinha como base a proximidade do Natal. Foi enterrado no dia seguinte. A família Vargas esteve representada no sepultamento por Alzira, Yara e Spartaco.^[195]

O conturbado ano de 1962 estava, no sentido político, terminando bem para Jango. Em 30 de novembro conseguiu finalmente aprovar o nome de Hermes Lima para presidir o Conselho de Ministros. Uma semana depois, a Câmara aprovou o gabinete por 137 votos a favor, 27 contra e três abstenções.^[196] A pequena participação dos deputados, porém, dando quórum exato para a votação — situação tão diferente da rejeição de San Tiago Dantas, quando votaram quase 300 deputados — representou o dobre de finados do parlamentarismo: foi uma das últimas votações

importantes do antigo Congresso eleito em 1958, em uma correlação de forças políticas radicalmente distinta.

A penúltima batalha do plebiscito foi a elaboração da cédula. Depois de alguma polêmica, definiu-se a pergunta a ser respondida pelo eleitor: "Aprova o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo?". Logo abaixo, vinham dois quadrinhos para a resposta: "sim" ou "não". Entre as peças publicitárias elaboradas para o plebiscito, uma delas dava bem o tom da campanha: uma mulher de ar sério aponta incisivamente para o eleitor e diz que votar "não" é posicionar-se contra a miséria, o analfabetismo, a falta de terra. O voto "não" justificava-se porque o "povo deseja um regime que funcione, onde a administração trabalhe e o governo governe", pois "o povo está cansado dos conflitos políticos que geram crises sucessivas" e é "essencial preservar a autoridade do presidente para que se façam as reformas que o país exige".^[197] A propaganda presidencialista bateu sempre na mesma tecla: "Porque todos querem mandar ao mesmo tempo/ o parlamentarismo não funciona/ o custo de vida aumentou/ o salário diminuiu/ ninguém deve decidir por você".^[198]

Era indiscutível para Jango que, após a vitória do "não", ele se revestiria de plenos poderes presidenciais. Como sempre, procurou apoio militar. O general Kruel, chefe do Gabinete Militar, declarou que o Exército estava coeso e "pronto para garantir a ordem a fim de que o governo possa desempenhar sua tarefa de guiar os destinos da nação" e dissertou sobre democracia: "No Estado democrático moderno a tendência é para o reforço do poder Executivo, pois só este é capaz de assegurar ao governo a estabilidade necessária para a execução dos programas planejados". No dia 9, em São Paulo, o presidente visitou o comandante do II Exército, general Peri Bevilacqua, e afirmou à imprensa que havia "calma e tranqüilidade em todo o país". Pediu que o próprio general Bevilacqua declarasse que não havia "anormalidade ou subversão na área do II Exército". Depois viajou para São José do Rio Preto, interior do estado, onde, em meio a várias homenagens, foi saudado pela banda do Corpo dos Fuzileiros Navais, que realizou várias evoluções; numa delas, os fuzileiros compuseram as palavras

“Jango” e “não”, numa demonstração inequívoca do posicionamento das Forças Armadas sobre o plebiscito de janeiro.

Em meio à aprovação do novo gabinete e com o início da campanha do plebiscito, acabou passando meio despercebido um acontecimento que prenunciava o posicionamento de parte da esquerda brasileira sobre o caminho para se chegar ao poder. Em Dianópolis, estado de Goiás, tinham sido presos militantes das Ligas Camponesas, organização que, criada em setembro de 1955 e liderada pelo advogado Francisco Julião, inicialmente restringiu sua área de atuação a Pernambuco. Considerado um líder carismático, Julião proclamava aos quatro ventos que as Ligas fariam “a reforma agrária radical na lei ou na marra, com flores ou com sangue”. A radicalidade era temperada com citações de São Francisco de Assis, Thomas Jefferson, Moisés, Fidel Castro, Tiradentes, padre Feijó, Abraham Lincoln e Mao Tsé-tung.^[199] Costumava dizer que estudava Marx desde 1933 e que se o filósofo alemão vivesse “na Judéia ao tempo de Cristo seria um dos seus apóstolos; vivesse Cristo nesta época e estaria ajudando Mao Tsé-tung a realizar o milagre das comunas populares”.^[200] A influência política de Julião, porém, era muito menor do que a propagada pelos setores conservadores; basta recordar que ele foi eleito deputado federal em 7 de outubro com as sobras eleitorais da sua coligação.

As Ligas estavam iniciando o treinamento de guerrilheiros para a luta armada. Em Dianópolis funcionava um dos oito campos criados pela organização, que havia comprado uma propriedade rural na região e pretendia dar início à formação de um foco guerrilheiro. Os militantes foram presos ainda na fase inicial de treinamento. Nem sequer tinham armas para um combate efetivo: foram apreendidos uma espingarda, dois rifles e quatro revólveres. Curiosamente, os futuros guerrilheiros contavam com apoio motorizado: um Jeep, modelo do ano, com chapa de Recife e somente 3 mil quilômetros rodados.

No dia 13, quase duas semanas após as prisões em Dianópolis, foi detido no Rio de Janeiro, guiando uma Rural Willys carregada com metralhadoras, nove fuzis e vários revólveres, o líder das Ligas Camponesas Clodomir de Moraes,^[201] que tinha sido expulso do

Partido Comunista em abril de 1962.^[202] Um ano antes, em novembro de 1961, em Belo Horizonte, tinha sido realizado o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Na declaração final do encontro, famoso pelo slogan “reforma agrária na lei ou na marra” criticou-se a inserção da reforma agrária entre as bandeiras “apresentadas pelos representantes daquelas forças, cujos interesses e objetivos consultam sobretudo ao desejo de manter no essencial e indefinidamente o atual estado de coisas”.^[203] Seis meses depois, Francisco Julião lançou em Ouro Preto, Minas Gerais, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), com o objetivo de ampliar as alianças com outros grupos políticos à esquerda do PCB. O MRT acabou servindo de braço armado das Ligas Camponesas, ou de parte delas. Além de influenciado ideologicamente pela Revolução Cubana, recebeu dinheiro e treinamento guerrilheiro de Cuba,^[204] isso em 1962, ou seja, no momento em que o governo brasileiro travava uma luta titânica contra a diplomacia americana para impedir maiores sanções contra o país, como a invasão da ilha caribenha com o apoio da OEA.

Em 27 de dezembro, caiu um Boeing perto de Lima, no Peru. No avião viajavam diplomatas cubanos. Entre os destroços foram encontrados documentos que confirmavam a vinculação entre Havana e o MRT, entregues pelo governo peruano ao embaixador brasileiro em Lima, o escritor Raul Bopp, autor do clássico *Cobra Norato*.^[205] Jango teria devolvido os documentos a Fidel Castro, sinalizando que o governo brasileiro tinha conhecimento das ligações entre o MRT e o governo cubano. Mas o grave incidente não modificou a atitude de Havana. No ano seguinte, quando Prestes se encontrou em São Paulo com o primeiro-secretário da embaixada de Cuba no Brasil, teria ouvido do diplomata cubano que “ele queria fazer guerrilhas aqui no Brasil”, revelou o “Cavaleiro da Esperança”.^[206] Isso depois de Prestes ter declarado ao diário *Hoy*, de Havana, em março de 1962, que para “o marxismo-leninismo revolução não é sinônimo de violência, é fundamentalmente mudança de classes no poder e isso é possível mesmo em certos países da América Latina, nas condições atuais, sem guerra civil e sem insurreição armada”.^[207]

A campanha de Jango pelo plebiscito acabou sofrendo uma inesperada e breve interrupção. Tudo começou quando John Kennedy manifestou, em entrevista publicada nos jornais americanos, no dia 12 de dezembro, preocupação com a economia brasileira, especialmente com o aumento da inflação e a proteção aos investimentos estrangeiros. Como o Brasil dependia da boa vontade dos Estados Unidos para saldar os pagamentos da dívida externa que estavam para vencer, Jango propôs ao embaixador Lincoln Gordon que fosse enviado um representante americano para que pudesse explicar pessoalmente a situação econômica e também expor seus planos, especialmente no momento em que estava próximo de retomar os poderes presidenciais, pois Kennedy não poderia viajar ao Brasil devido à gravidade do panorama internacional.

Gordon tinha mandado informes para Washington, preocupado com o que considerava uma “esquerdização” do governo. O embaixador viajou para os Estados Unidos no fim de julho e encontrou-se com Kennedy no Salão Oval da Casa Branca. Na reunião estavam presentes também o procurador-geral, Robert Kennedy, o secretário de Estado, Dean Rusk, o diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), John McCone, e altos funcionários do Departamento de Estado.^[208] O presidente americano tinha decidido gravar suas reuniões, e, casualmente, a primeira foi essa que tratava do Brasil. Gordon voltou a expor seus pontos de vista e alertou sobre a possibilidade de um golpe de Estado, o que não era algo extraordinário naquela conjuntura na América do Sul, pois somente em 1962 ocorrera a derrubada de Arturo Frondizi, na Argentina, em março, após a vitória de um candidato peronista nas eleições presidenciais; e do caudilho Victor Haya de la Torre, no Peru, em 18 de julho, também após a vitória nas eleições. Para o embaixador, era possível evitar novas expropriações de empresas americanas, “manter Goulart nos trilhos” e, em último caso, “destituí-lo, se as coisas chegarem a esse ponto”.^[209]

O embaixador retornou aos Estados Unidos no início de dezembro. O Conselho de Segurança Nacional americano discutiu um documento de avaliação da conjuntura política brasileira, com

diversas alternativas de ação. Segundo Gordon, adotou-se uma solução intermediária entre “não fazer nada” ou fazer um “esforço para substituir o governo de Goulart”. Dever-se-ia aproveitar o prestígio adquirido pelo governo americano com o que consideravam uma vitória na crise dos mísseis, intensificar o relacionamento pessoal entre os dois presidentes, incentivar os “democratas brasileiros moderados que defendem no Congresso, nas Forças Armadas e em outros setores as políticas internas e externas que podemos apoiar” — no caso dos governadores estaduais, apoiar “as ilhas de sanidade administrativa” —, resolver os problemas cambiais de curto prazo em “condições que não impliquem um compromisso de longo prazo” e “exercer ampla tolerância com relação às diferenças de posição conosco em assuntos não essenciais”.^[210]

Diante dessa situação, Robert Kennedy foi designado pelo irmão para vir conversar com Jango. A reunião foi organizada de tal maneira que Roberto Campos, embaixador brasileiro nos Estados Unidos, só teve conhecimento dela quase na véspera da viagem do emissário americano.^[211] Tudo indica que Hermes Lima, que acumulava a presidência do Conselho de Ministros com a chefia do Itamaraty, também não foi comunicado com antecedência da viagem. Isso pode explicar por que a maior autoridade presente ao aeroporto era um jovem cônsul, de 25 anos, Rubens Ricupero, a pedido do ministro, que tinha lhe telefonado pouco antes da chegada do emissário americano: “Como não havia diplomatas mais graduados em Brasília, fui instruído a receber o visitante norte-americano, em companhia de autoridades da Aeronáutica. Ele viajava em avião militar e vinha do Panamá”.^[212]

Robert Kennedy chegou à uma hora da manhã do dia 17 de dezembro. Foi para a embaixada, dormiu e, às 11h15, iniciou sua conversa com Jango no Palácio da Alvorada, a residência oficial do presidente.^[213] Na reunião estiveram presentes Lincoln Gordon e o intérprete, José de Seabra, português naturalizado americano, que já tinha feito esse papel quando Goulart esteve nos Estados Unidos, em abril. Não havia nenhuma outra autoridade brasileira presente, o que causou estranheza entre os próprios americanos. Era como se

Jango não quisesse testemunhas da conversa que teria com o emissário de John Kennedy.

Conversaram até às 14h30. A postura de Jango nessas mais de três horas de reunião foi sempre subserviente.^[214] Disse que gostaria que a conversa fosse franca e aceitaria críticas. Inicialmente, Kennedy elogiou o passado das relações entre os dois países, disse que o Brasil deveria liderar a Aliança para o Progresso, mas achava que os últimos oito meses — entre a visita de Jango aos Estados Unidos em abril e aquele momento — a situação estava tensa por várias razões. Primeiro, por causa da “infiltração de comunistas, ou de nacionalistas da ala da extrema esquerda, em posições governamentais civis, cargos militares, na liderança de sindicatos e de grupos estudantis”. Segundo, devido à “omissão do próprio presidente Goulart, ou de outras autoridades importantes, na adoção de um claro posicionamento público contra as posições violentamente antiamericanas assumidas por brasileiros influentes, alguns deles dentro do governo”. Em seguida, falou sobre economia: criticou a disparada da inflação e lembrou a queda dos investimentos privados. Entrou no que, no momento, interessava aos americanos: a IIT no Rio Grande do Sul. Discordou frontalmente da encampação: “Os abusos das empresas deviam ser combatidos, mas elas deviam ser tratadas de forma justa”. Os Estados Unidos queriam cooperar com o Brasil, mas era necessário “pôr a casa em ordem, do ponto de vista econômico e financeiro”.

Jango respondeu às indagações de Bob Kennedy durante mais de uma hora. Comentou sobre o antiamericanismo no Brasil, falou da deterioração dos termos de troca — tão cara ao pensamento cepalino —, lembrou que o presidente Kennedy “devia entender melhor a situação social do Brasil, que inclui uma luta das classes populares contra as velhas elites dominantes”, mas acreditava que, com o retorno do presidencialismo, “passaria a ter mais liberdade para organizar um governo realmente competente”. Posteriormente, expôs a sua opinião sobre temas específicos. O primeiro foi sobre Cuba: recordou que o Brasil apoiou o bloqueio naval e “foi o único país sul-americano em que não houve manifestações sérias de hostilidade” e, por isso, “acredita que o sentimento antiamericano

não é muito difundido no Brasil, e, seguramente, o presidente Kennedy terá uma grande recepção popular quando vier ao Brasil". Comentou a ação da Aliança para o Progresso e pediu que também houvesse investimentos em infra-estrutura. Lembrou que tinha se encontrado somente três vezes com o embaixador soviético e mais de 50 com Lincoln Gordon. Disse que queria solucionar o caso da ITT, mas que ainda havia "dificuldades políticas", e prometeu que tudo se resolveria quando fosse restabelecido o presidencialismo.

Depois da longa exposição de Jango, Robert Kennedy continuou na ofensiva. O problema central, segundo ele, era haver no Brasil "pessoas em posições de autoridade que seguem a linha comunista, não se pode esperar que trabalhem eficientemente com elas". Jango, por sua vez, respondeu que existiam comunistas em alguns ministérios, mas "não tinha havido tempo para limpar a área", e voltou ao tema do presidencialismo: este lhe daria poderes para governar, e as autoridades americanas podiam confiar em que ele não faria "o jogo dos comunistas". Novamente elogiou o presidente Kennedy, que podia contar com seu pleno apoio pessoal, e, em qualquer confronto com a União Soviética, "não há dúvida de que o Brasil estaria do lado dos Estados Unidos". Insistiu na importância da visita do presidente americano ao Brasil em 1963. Contudo, Robert Kennedy retrucou acentuando que "é preciso que haja uma convicção real de que existe base para uma confiança mútua".

Os últimos minutos da entrevista foram dedicados a Celso Furtado: a ideologia do ministro do Planejamento foi analisada por Jango (que o defendeu da acusação de comunista) e por Gordon (para este, o economista era de "extrema-esquerda"). Tudo como se fosse absolutamente natural um embaixador estrangeiro discutir com o presidente de outro país se o seu ministro é de esquerda ou não. Nas pouco mais de três horas de reunião, Jango sempre esteve na defensiva, justificando suas ações e de seus ministros, como se tivesse a obrigação de, ao ser inquirido por um emissário de um governo estrangeiro, mesmo que fosse o dos Estados Unidos, prestar servilmente contas dos seus atos.

Terminada a reunião, Bob Kennedy foi almoçar. Jango fez questão de que Celso Furtado fizesse parte da mesa, para que o

emissário americano pudesse conferir a veracidade da sua informação. Depois da refeição, Kennedy deu uma breve entrevista coletiva. Disse que tratara com Jango da Aliança para o Progresso e de outros temas. Sobre as encampações, fez menção a que elas também ocorriam nos Estados Unidos porém “sempre pagamos indenizações como acontece em todos os países civilizados”.^[215] Às 19h voou para os Estados Unidos.

Jango voltava para o que o interessava: a campanha do plebiscito. Fez um pedido a Celso Furtado: “Quero que você assuma o ministério extraordinário do Planejamento. Vamos ter que nos preparar para o plebiscito, que devolverá os poderes ao presidente, e quero me apresentar aos eleitores com um plano de governo nas mãos”.^[216] Depois de dez semanas de trabalho, a 19 de dezembro, o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965”, com 195 páginas, foi apresentado para o ministério. Durante duas horas, Furtado expôs como pretendia retomar o crescimento econômico, combater a inflação, diminuir o déficit público, melhorar a distribuição de renda, reduzir as desigualdades regionais e enfrentar a grave situação cambial. Não eram tarefas fáceis, ainda mais com um governo desacreditado e marcado pelo desemprego. De 1961 para 1962, a taxa de crescimento caiu de 7,7% para 3,5%; a inflação saltou de 33,3% para 54,8%; o déficit em relação ao produto nacional bruto aumentou de 2,9% para 4,8%; e, em 1962, o débito de capitais e a remessa de lucros representaram 45% do valor total das exportações.^[217]

O plano foi atacado pela esquerda e pela direita. Esta acusou o governo de adotar medidas fora do receituário clássico, ao passo que aquela qualificou o plano, segundo Luís Carlos Prestes, como “uma tentativa da burguesia ligada aos interesses nacionais para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário-exportador”; deveria ser “combatido, portanto, pelas forças patrióticas e populares”.^[218] Em outras palavras, o conjunto do Plano englobava simplesmente “as soluções burguesas para a crise”.^[219] Como Jango omitiu-se do debate do

Plano, era Furtado quem tinha de enfrentar a esquerda. Certo dia, cansado das críticas, explodiu: “Não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo”.^[220]

Todavia, para Jango, o plano estava ótimo. Dava credibilidade à campanha do “não” e transformava sua postulação pessoal em algo doutrinário e indispensável para a retomada do crescimento econômico. Finalmente, 16 meses depois de ter chegado ao palácio do Planalto, estava próximo de gozar o que tanto almejava: o pleno exercício do poder.

O terceiro começo

JANGO CONSIDEROU OS 9.457.448 votos favoráveis ao presidencialismo^[221] um evidente sinal de apoio à política que vinha desenvolvendo e uma vitória pessoal, uma verdadeira nova eleição presidencial, a terceira, pois anteriormente tinha sido vitorioso em duas eleições para vice-presidente, em 1955 e 1960. Foi um equívoco semelhante ao de 1961, quando achou que tomara posse na Presidência devido a seu prestígio político. Entretanto, se a posse na Presidência, em 1961, acabou conduzindo ao parlamentarismo e a certa calma política, o resultado do plebiscito “restabeleceu o clima de golpe na política brasileira”.^[222]

Na primeira reunião de todo o ministério, quase um mês após a posse, em 28 de fevereiro — o presidencialismo havia sido restabelecido pela Emenda Constitucional n.º 6, de 23 de janeiro —, Jango anunciou a decisão de levar a cabo uma política de austeridade para o saneamento das finanças, o que significaria romper com a inércia administrativa do período parlamentarista. A situação não era nada confortável: aumentou a inflação, caiu sensivelmente a taxa de crescimento econômico, aumentou o déficit público, que em 1961 era de 43% em relação à receita e no ano seguinte saltou para 55%, com a possibilidade de chegar a 105% (a despesa representava o dobro da receita governamental), e o balanço de pagamentos, que em 1961 foi superavitário, no ano seguinte registrou déficit de 36 milhões de dólares. Para deixar bem clara a mudança de rumo, em face da gravidade da situação, Jango enviou o ministro da Fazenda San Tiago Dantas aos Estados Unidos com a missão de rever o cronograma dos empréstimos, estendendo o prazo de pagamento sem que comprometesse o processo de crescimento da economia, evitando um colapso do comércio

externo, pois havia dificuldade em pagar as importações em moeda forte. Novos empréstimos estavam descartados, pois iriam agravar ainda mais o endividamento externo.

Antes da viagem, o ministro foi à televisão e atacou Leonel Brizola, que tinha discordado da nova política econômica do governo. De acordo com o ex-governador gaúcho, a política de Dantas “satisfaz às classes dirigentes e agrava a situação do povo, que recebe imposições, tudo numa ‘dose cavalari’. [...] As reformas podem ser votadas imediatamente. Em trinta dias, a reforma agrária poderá ser votada”. E ameaçou; se não forem aprovadas, “há muitos caminhos. A história está cheia de exemplos”.^[223] Para San Tiago Dantas, as críticas do cunhado de Jango eram “de um total irrealismo. [...] Não sei se ele receia mais o sucesso ou o desastre desta política. [...] Brizola se alia à doença contra o remédio, e sua posição é antipopular. Ele está aliado à inflação que destrói o salário dos trabalhadores e que pode conduzir o país à convulsão social”.^[224]

No dia 11 de março, o ministro reuniu-se com John Kennedy por mais de uma hora e entregou duas cartas de Jango para o presidente americano. Numa delas, em linguagem para agradar ao governo americano, numa conjuntura latino-americana marcada pela Revolução Cubana e surtos de movimentos guerrilheiros, Jango recordou a importância de enfrentar os problemas econômicos que poderiam “resultar em rebelião social e abrir caminho para formas perigosas de inquietação”, colocando em risco “a preservação da paz social e a continuidade democrática”.^[225] No dia anterior, San Tiago Dantas já tinha tido uma longa conversa de três horas com Lincoln Gordon, à qual esteve presente o embaixador Roberto Campos. Kennedy, segundo a nota divulgada no fim do encontro, “assegurou pleno apoio à política econômico-financeira do governo brasileiro, que, ao seu ver, representa a consolidação da democracia”. Para Dantas, a visita foi benéfica, porque possibilitou a compreensão mútua entre os dois países, apesar de ter permanecido a divergência sobre Cuba.^[226] O ministro também conseguiu obter um empréstimo de 398 milhões de dólares, dos quais só foram liberados cerca de 20%, 84 milhões. Os 80% restantes ficariam aguardando os resultados do programa econômico e, principalmente, a forma como

seriam solucionadas as pendências referentes às empresas americanas que tinham sido encampadas — como a Amforp, que seria comprada por 135 milhões de dólares (25% seriam pagos em dólares e 75%, reinvestidos no Brasil). Os 314 milhões de dólares nunca foram liberados, pois em maio Leonel Brizola denunciou as negociações como lesivas ao interesse nacional, o que obrigou Jango a suspender a compra das empresas e nomear uma comissão para examinar a encampação.

Depois de um ano e meio falando em alterar o regime de propriedade da terra, o governo enviou ao Congresso Nacional um anteprojeto para a reforma agrária. As terras poderiam ser desapropriadas por interesse social de acordo com nove itens: “1) as necessárias à produção de alimentos que não estejam sendo utilizadas ou estejam inadequadamente ou para outros fins; 2) as beneficiadas, recuperadas, ou conquistadas com investimentos públicos; 3) as ocupadas por estabelecimentos agrícolas, pecuários, agropecuários e agroindustriais, administrados por seus proprietários quando não produzem rendimentos que lhes permitam pagamentos a todos os empregados de remuneração igual ao salário mínimo regional; 4) as que por sua reduzida extensão não permitam sua exploração em níveis racionais e produtividade compatíveis com as técnicas já acessíveis à região; 5) as necessárias à fixação de posseiros que as trabalhem há mais de três anos consecutivos; 6) as exploradas sobre as modalidades de arrendamento, parceria ou outra forma indireta somente na parte assim aproveitada; 7) as que, embora utilizadas, sejam indispensáveis ao abastecimento de centros de consumo; 8) as necessárias à proteção do solo, da fauna, dos mananciais, cursos d’água, para florestamento e reflorestamento; 9) as necessárias ao estabelecimento de núcleos de colonização e povoamento, de armazéns, silos, instalações industriais de conservação e beneficiamento da produção e outras obras de interesse para a economia rural”.[227] Se, por um lado, o projeto possibilitava que a discussão da reforma agrária se desse no campo parlamentar, por outro, logo criaria sérios problemas ao presidente. Os nove itens eram muito genéricos e permitiam, inclusive, desapropriar terras produtivas.

A falta de uma definição mais enxuta da proposta governamental, limitando sua área de abrangência e criando mecanismos que protegessem o proprietário de possíveis desapropriações consideradas injustas, não fazia crer que Jango desejasse efetivamente aprovar o projeto. Tudo indicava que o destino final do projeto não era o Congresso Nacional, mas as ruas. O governo utilizaria o projeto e sua possível rejeição como bandeira política, demonstrando, de um lado, sua disposição reformista e, de outro, a insensibilidade e o conservadorismo do Congresso Nacional. Vale lembrar que o encaminhamento do projeto — isso depois de 18 meses bradando a bandeira da reforma agrária aos quatro ventos — não foi precedido da indispensável costura política, especialmente no PSD, onde a bancada mineira liderava a rejeição. Um dos seus deputados, Último de Carvalho, costumava dizer nos corredores do Congresso que, para o mineiro, a terra era mais importante que a mulher, pois esta poderia ser, eventualmente, substituída por outra, porém a terra era uma só.

Mesmo assim, Jango manobrou em busca do apoio de parcela da direita, dividindo-a e tentando atrair para o seu campo parte dos elementos conservadores.^[228] Afinal, o presidente tinha a caneta e o *Diário Oficial*, dois instrumentos indispensáveis para cooptar as correntes políticas do Congresso Nacional. Quando visitou Marília, no interior de São Paulo, em 4 de abril, Jango atacou duramente Carlos Lacerda — que tinha chamado o presidente de “marginal da lei” —, criticando a forma como havia sido proibido o congresso estudantil de solidariedade a Cuba, enquanto Ademar de Barros foi elogiado e chamado de “eminente amigo”. Fez questão de ressaltar: “Jamais permitirei que se instale um regime comunista”.

No dia seguinte, em discurso feito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, quando tomou posse a nova diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, o presidente da República voltou a atacar os extremismos, usando imagens tipicamente conservadoras: “Nossa bandeira é a verde-amarela. Não precisamos de padrões para defendê-la. Queremos soluções brasileiras para problemas brasileiros. Não precisamos importar soluções. O próprio povo brasileiro tem coragem para impor as

reformas".^[229] Na semana anterior, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, afirmara que os eleitores sabiam que ele "jamais daria guarida, no meu governo, a exaltações de extrema esquerda, cujas idéias repilo como absolutamente incompatíveis com os meus sentimentos de fé cristã e de liberdade democrática".

Reforçando o teor cristão das reformas, na Semana Santa, Jango levou para a fazenda de Uruaçu as encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* e teria "ficado muito impressionado" com o que lera.^[230] Na ofensiva centrista fez questão de publicamente se dissociar dos extremismos políticos: "O sr. Luís Carlos Prestes me tem atacado. Pode dizer que me sinto muito bem quando me vejo colocado no centro das idéias representadas por esses dois senhores [Prestes e Carlos Lacerda]. E digo-lhe ainda mais: a liberdade que defendo e asseguro é também a liberdade de me atacarem".^[231]

Os acenos de Jango aos conservadores não sensibilizaram a direita. Por um lado, devido à falta de confiança nos rumos do governo; por outro, no campo econômico, porque o próprio presidente não acreditava na eficácia dessa estratégia, que exigiria o cumprimento de um severo plano de contenção de gastos, indicado pelo Plano Trienal, que logo foi abandonado quando o governo rompeu com a meta estabelecida de conter os aumentos salariais em 40%, ao conceder aos militares aumentos de até 55% e de até 56% aos funcionários civis. Esperava-se um aumento anual de 25% da taxa de inflação, mas, somente no primeiro trimestre, os preços subiram 16%.

Os acenos para a direita não passaram de mais uma manobra diversionista, de ocasião, para aguardar como a cena política iria se desenhar nos meses seguintes. Goulart tentou romper com o CGT, criando a União Sindical dos Trabalhadores, com base nos dirigentes sindicais pelegos, vinculados ao Ministério do Trabalho e ao PTB, em julho.^[232] O presidente estava irritado com as constantes cobranças do CGT, como no manifesto de abril, quando a organização proclamou que "não aceitaria mais vacilações na condução da política nacionalista". Também queria se afastar do movimento dos sargentos, que tinha estimulado, temeroso do radicalismo das lideranças. Uma delas, o sargento Gelcy Rodrigues Cunha, declarou

em um ato público que: “Nós, sargentos e oficiais progressistas, autênticos nacionalistas, pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo, e lembrem-se os senhores reacionários que o instrumento de trabalho do militar é o fuzil”.^[233]

Contudo, o centro da política de Jango era o Exército, base de apoio indispensável para se manter no governo. Tanto que convocou uma reunião no Palácio das Laranjeiras com os comandantes dos quatro Exércitos (generais Osvino Alves, Peri Bevilacqua, Jair Ribeiro e Castelo Branco), o ministro da pasta e o chefe do Gabinete Militar. Em parte, o encontro devia-se à necessidade de demonstrar a coesão do Exército, que tinha sido abalada quando o general Osvino Alves — que estava prestes a ir para a reserva — ofereceu proteção a um comício no Rio de Janeiro contrário a Lacerda e foi advertido pelo ministro Kruel de que não poderia agir sem determinações superiores. Dos quatro comandantes, dois não eram da confiança de Jango: Peri Bevilacqua e Castelo Branco. Jango tentou uma aproximação com Castelo, que foi recebido informalmente, pouco antes da reunião. O presidente estava sem gravata e preferiu conversar com o general em um dos quartos do Palácio das Laranjeiras. O aposento estava de tal forma desarrumado, que o próprio presidente teria pedido desculpas ao general.^[234] Depois do encontro, os generais divulgaram uma nota em que “reafirmaram sua permanente unidade na manutenção da ordem e tranqüilidade do país e das instituições democráticas, expressando ao Chefe da Nação, comandante supremo das Forças Armadas, sua integral solidariedade”.^[235] Satisfeito com a posição do Exército, partiu para duas viagens internacionais, ao Chile — foi o primeiro presidente brasileiro a visitar esse país — e ao Uruguai.

A oligarquia nordestina não deu a mínima importância aos pronunciamentos de Jango. Tanto que o senador Argemiro Figueiredo (PTB-PB) — inimigo declarado das reformas de base —, em discurso proferido no Senado, atacou a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e especialmente o seu conterrâneo, o economista Celso Furtado, superintendente da instituição. Temeroso da política modernizadora adotada no Nordeste

e da resistência oposta por Furtado às práticas coronelísticas, petrificadas na região havia décadas, Figueiredo acusou a Sudene de ser o “maior crime que já se praticou neste país”. Furtado, segundo Figueiredo, é “um homem criminoso, é ele o responsável pela miséria, pela morte, por tudo o que atualmente ocorre no Nordeste”. [236] Entretanto, no Sul, surgiram algumas manifestações favoráveis às reformas patrocinadas por Jango. É o caso do ex-governador de São Paulo Carvalho Pinto, que, defendendo o direito de propriedade, se posicionou a favor da reforma constitucional: “O privilégio da propriedade [...] deixa de ser um direito para se converter em um privilégio inadmissível e odioso, quando importe em subtrair da produção terras que, de outra forma, possam ser cultivadas em benefício dos produtores e das populações consumidoras”.

A posição conciliadora de Carvalho Pinto não era dominante no Congresso Nacional. Por sete votos a quatro, foi rejeitado o parecer do deputado Plínio de Arruda Sampaio favorável à emenda constitucional proposta pelo PTB para a reforma agrária: foi uma vitória da aliança PSD-UDN contra o projeto petebista. Apesar da derrota, Jango fez questão de assimilar o golpe: “Não sugeri ao Congresso nenhum projeto radical de reforma constitucional. A linha do governo se mantém dentro das normas democráticas e princípios cristãos. Jamais pensaríamos em expropriação que significasse o esmagamento de uma classe. A linha do governo está inteiramente de acordo com o pensamento dos bispos da Igreja Católica e atende, ainda, a uma das principais recomendações da Carta de Punta del Este”. [237]

Com a rejeição da emenda petebista, que não foi surpresa para Jango, Leonel Brizola pôde iniciar, como prometera, a campanha nas ruas para que o Congresso fosse pressionado pelas manifestações populares. Antes procurou o presidente e apresentou-lhe quatro pontos que considerava indispensáveis para serem adotados: a exclusão do PSD da coalizão governamental, a composição de um governo nacionalista-popular com sustentação política na esquerda, o rompimento com o FMI e a reforma agrária. Os pontos estavam absolutamente distantes da estratégia janguista, pois representavam uma guinada à esquerda que Goulart, em momento algum, tinha

sinalizado. Pelo contrário: internamente estava buscando se recompor com a centro-direita e, externamente, tentava receber ajuda econômica americana, contando com a boa vontade de Kennedy, que supunha ser um aliado do seu governo. Mas para Jango era importante manter um canal de comunicação com Brizola, até como instrumento político para poder negociar com os setores mais conservadores e fortalecer sua posição de centro, distante dos radicalismos lacerdista e brizolista. Tanto que, durante a apresentação das propostas do cunhado, Jango, segundo Carlos Castello Branco, “ouviu em silêncio e em silêncio permaneceu”.^[238]

A divisão das Forças Armadas foi se aprofundando. No Exército, os oficiais conservadores faziam declarações públicas mostrando insatisfação com os rumos que o governo supostamente estava tomando. O general Antonio Carlos Muricy fez em Natal, Rio Grande do Norte, uma conferência pública sobre “Guerra Revolucionária”, na qual defendeu o combate ao que chamou de subversão. Seu superior, o general Humberto Castelo Branco, comandante do IV Exército, esclareceu numa nota que o general Muricy estava apenas tratando da questão da guerra revolucionária “teoricamente e dentro de um quadro nada conjuntural”. O mesmo general Muricy tinha se envolvido em uma polêmica com Brizola, quando o cunhado de Jango, em Natal, o atacou chamando-o de “golpista” e “gorila”. Como represália, os comandados de Muricy queriam “atacar a casa onde Brizola estava hospedado, pegar o deputado, tirar-lhes as calças e obrigá-lo a marchar, em trajes menores, pela rua principal da cidade”.^[239] Para a direita, a violação da Constituição era sempre apanágio da esquerda. Daí não causar estranheza os elogios ao major Haroldo Veloso, golpista de Aragarças, mas considerado um Quixote, para o professor e jornalista Oliveiros Ferreira, um representante da “náusea com a política e os homens”. O major, para Oliveiros, “tinha a coragem de ousar que Rosa Luxemburgo apontava como o apanágio dos velhos bolcheviques”.^[240]

Jango tentou dar nova roupagem ao seu governo e promoveu, em 23 de junho, mais uma reforma ministerial, a última antes de ser derrubado em 1.º de abril de 1964. Para o comando do Exército, designou o general Jair Dantas Ribeiro, ex-comandante do III

Exército e firme aliado na luta pela antecipação do plebiscito: era o quarto ministro da Guerra em 20 meses. No discurso de posse, o general afirmou: “Sempre estive, estou e estarei na linha do centro”. Proclamou-se “evolucionista” e defensor das reformas, mas “dentro da lei e da ordem”, e aproveitou para atacar o Congresso Nacional de forma sutil: “O povo já sente a sua necessidade [das reformas] e anseia pela sua execução imediata”.^[241]

Outro novo ministro marcou a reforma ministerial: Carvalho Pinto, que foi designado para o Ministério da Fazenda — já tinha sido sondado para o cargo às vésperas do plebiscito. Cinquenta e três anos, conservador, considerado hábil administrador público e de passado janista, Carvalho Pinto foi uma aposta de Jango para ganhar o apoio do empresariado, especialmente o paulista, que estava preocupado com os 25% de inflação somente nos cinco primeiros meses do ano. A nomeação também agradou ao governo americano, insatisfeito com a política econômica adotada por San Tiago Dantas: a comissão do FMI que tinha acabado de visitar o Brasil manifestou-se contra novos empréstimos, isso quando a dívida externa somava 3 bilhões de dólares e, do montante, mais da metade venceria no triênio 1963-65, o que representava quase 50% das receitas das exportações brasileiras do período.

Parecia uma jogada de mestre: Jango trazia para o seu campo um possível candidato às eleições presidenciais de 1965 e isolava os setores anti-reformistas; mas não contou com a oposição da esquerda, que, nada satisfeita com a nomeação, considerou o novo ministro da Fazenda um mero representante do grande capital e, portanto, sem nenhuma identificação com a política das reformas. No discurso de posse, Carvalho Pinto traçou um quadro pouco animador da economia, enfatizou a necessidade urgente de uma política de austeridade e a necessidade de defesa das reformas dentro do regime democrático: “Todos esperam que alguma coisa aconteça, que se salve a nação, que não se interrompa o ritmo de crescimento, [...] que se ponha um paradeiro à inflação [...]. Tudo isso não se fará em curto prazo e não se fará se os brasileiros não estiverem dispostos a pagar o preço da paz e tranquilidade futuras.

Este preço não é a abdicação de qualquer parcela de sua dignidade e de sua liberdade”.^[242]

No dia 27 de junho, em reunião com todo o ministério, Jango declarou que se “iniciava uma nova etapa do meu governo depois da restauração do sistema presidencialista. [...] Os dois principais objetivos são a contenção da inflação e as reformas de base. Quanto ao primeiro objetivo, não há dúvidas de que, se a inflação não está totalmente contida, está, pelo menos, hoje, controlada. [...] Saímos de uma hiperinflação e, hoje, já podemos dizer tranqüilamente à nação que chegamos a uma nova fase de pré-estabilização da nossa moeda”. O segundo objetivo — “as reformas de base” — seria implementado com o apoio do Congresso. Era o terceiro começo do governo Jango: o primeiro foi em setembro de 1961 e estendeu-se por 16 meses, até 24 de janeiro de 1963, quando se iniciou, segundo o presidente, verdadeiramente o seu governo. Este não passou de cinco meses, até 23 de junho de 1963. Então, segundo a sua promessa, iria começar a nova etapa. Jango, outra vez, estava tentando obter o apoio dos setores de centro-direita para as reformas, em busca de uma maioria estável e confortável no Congresso Nacional, indispensável para a estabilização do governo.

O mês de julho começou com uma notícia alvissareira, reforçando, aparentemente, essa nova política. Em Roma, quando da ascensão de Paulo VI ao trono pontifício, eleito no dia 20 do mês anterior, Jango encontrou-se com John Kennedy. A entrevista foi rápida, de 25 minutos, na residência do embaixador americano, na Villa Taverna, à noite. De acordo com o secretário de imprensa do presidente americano, “foi um encontro de dois velhos amigos para tratar de velhos problemas de interesse comum”. Na verdade, o clima não foi tão róseo, pois entre os temas do encontro estava a necessidade de imediata ajuda econômica americana, especialmente a concessão de um empréstimo para pagar parte das importações e a extensão do prazo de pagamento de empréstimos a vencer. O outro tema foi a compra das concessionárias americanas — como a Bond & Share —, que se arrastava havia meses e envolvia fortes interesses econômicos nos Estados Unidos e no Brasil; constituía um tema extremamente sensível aos setores nacionalistas. Jango pediu

a compreensão de Kennedy para a protelação na solução do problema, pois “estava sob fogo cerrado na frente política interna e precisava de mais tempo”. Revelou que se achava “simultaneamente sob ataque de dois Carlos — Lacerda e Prestes”.^[243]

O encontro de Roma serviu sobretudo de uma demonstração de interesse mútuo — tudo indica que ambos os presidentes tinham boa relação pessoal — e da possibilidade de um acordo entre os dois países, apesar da severa opinião da embaixada americana no Brasil: “[...] se Deus é realmente brasileiro, o problema cardíaco de Goulart, de 1962, brevemente se tornará agudo. Mas excetuando a intercessão divina, parece-me que devemos continuar a trabalhar sobre a hipótese de que o impossível durará um pouco mais, de que uma ruptura institucional possivelmente não virá tão cedo ou de repente, mas que antes de 31 de janeiro de 1966, é quase certo que Goulart fará tudo para instituir alguma forma de regime autoritário”.

^[244]

Entretanto, no Brasil, a tensão política permanecia. No início do mês havia sido divulgado pela imprensa um boletim que estava circulando entre os oficiais do Exército. Levava o nome de “O Gorila” e fazia a defesa enfática do termo e de sua conotação valorativa: “‘Gorila’ é todo oficial ou praça que não se presta às manobras comunistas. ‘Gorila’ [...] é quem renega a traição e luta pela liberdade. ‘Gorila’ é um galardão que deve honrar a todos. Lutemos juntos pela honra de ser ‘gorila’”.^[245] A maioria dos oficiais, porém, estava mais preocupada, no momento, com a própria sobrevivência material, como, dois dias depois, foi demonstrado pela assembléia no Clube Militar, a maior já realizada no local. Na reunião, com a presença de 2 mil oficiais, nas 20 vezes em que foi citado o nome de Jango espocaram vaias. O encontro terminou com socos e pontapés trocados pelos defensores de diferentes propostas de aumento salarial. O clima belicoso obrigou o ministro Jair Dantas Ribeiro a divulgar uma nota em que reafirmava a harmonia e o respeito à autoridade entre os militares.

A tensão do momento político não era compreendida pelo *staff* janguista. O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, ao ser inquirido sobre a gravidade do momento político, à porta de uma boate, no

Rio de Janeiro, respondeu: “Não há nada. O presidente está no Uruguai pescando e o ministro da Justiça vai ao Sacha’s dançar. Não pode estar havendo nada”.^[246]

Mas estava. Uma semana depois, a temperatura política subiu novamente, quando o deputado-sargento Garcia atacou o comandante do II Exército — Amauri Krueel — ao visitar São Paulo. Garcia teria chamado Krueel de rufião e acusou-o de ter explorado o lenocínio quando chefe de polícia do Distrito Federal, nos anos 50. Na disputa pela hegemonia da radicalização, o estudante José Serra — eleito presidente da UNE no 26.º Congresso, realizado em Santo André, São Paulo, com 679 votos, vencendo a chapa Resistência Democrática, que teve somente 55 votos — também deu a sua contribuição. Militante da AP — “cristão, mas não reacionário”, como fez questão de frisar —, Serra criticou a democracia representativa, chamada por ele de “máscara para acobertar a submissão do Brasil ao imperialismo”. Para ele, “a burguesia tenta fazer as reformas sob medida para sobreviver. Mas a solução não reside em reformas feitas sobre as atuais estruturas sociais, mas sim na reforma estrutural, na revolução brasileira. [...] As reformas são apenas uma fase para a transformação radical da sociedade”.^[247]

Apesar do esforço de Carvalho Pinto, a situação da economia nacional e das contas públicas era preocupante. A falta de pulso político de Jango, a inexistência de uma diretriz governamental que pudesse sanear as finanças públicas e combater a inflação, além do estímulo à retomada do crescimento econômico em um patamar suficiente para absorver o crescente estoque de força de trabalho, transformaram o cotidiano da política nacional. Desde a década de 30, o país vinha crescendo em ritmo acelerado, após ter superado os efeitos da recessão mundial oriunda da grave crise de 1929, mas o desgoverno janguista estava trazendo outra vez para o primeiro plano da cena política o fantasma da crise econômica. O jornal americano *The New York Times* publicou um editorial em 31 de agosto fazendo severas críticas à condução da política econômica, lembrando que uma moratória da dívida externa não resolveria o problema, mas, pelo contrário, agravaria seus efeitos econômicos, considerados desastrosos. Dias depois, o industrial Fernando

Gasparian, presidente do sindicato da indústria têxtil, e representando o espírito dos empresários brasileiros, protestou dizendo que “o acirramento da luta política está intranqüilizando a nação e prejudicando sensivelmente a economia nacional”.^[248]

O clima de cobrança de uma atitude de Jango diante da grave conjuntura político-econômica continuou. No discurso do general Nicolau Fico, no dia 10 de setembro, quando tomou posse no comando da 11.ª Região Militar (Distrito Federal) — ele era um dos militares de confiança do presidente —, a cantilena contra as críticas da oposição à direita e à esquerda e o sutil apoio a uma solução de força estiveram presentes. Fico manifestou “lealdade integral e permanente a Vossa Excelência”, o que, em tempos normais, era absolutamente desnecessário, pois o presidente da República era o comandante supremo das Forças Armadas. E continuou: “Reconhecemos a dedicação e o trabalho sem alarde com que Vossa Excelência procura resolver os cruciantes problemas nacionais, a despeito e apesar dos distúrbios e desassossegos que continuamente provocam os reacionários e maus brasileiros, cheios de ódio e esquecidos de que o mandato de V. Ex.^{cia} é intocável e de que só o amor constrói para a eternidade. Estamos certos, porém, que pela ação de V. Ex.^{cia} continuará a nossa pátria a prosseguir na trilha de progresso a que a conduziu nosso saudoso e inesquecível presidente doutor Getúlio Dornelles Vargas”.^[249] Para Leonel Brizola, em entrevista dada no dia seguinte, o país vivia um clima golpista. Segundo ele, havia dois golpes em preparação e lutaria contra qualquer um deles. Para o cunhado do presidente, “o governo é conservador, mais parecendo do PSD do que do PTB”. Não queria nem falar de sucessão presidencial, pois duvidava que a democracia iria perdurar até 1965.

No dia 11 também, em nota oficial, o ministro do Exército, Jair Dantas Ribeiro, aconselhou os sargentos, que lutavam pela elegibilidade de seus pares, “a manterem-se, como se têm mantidos até agora, disciplinados e confiantes na ação das autoridades e na evolução dos processos democráticos do país”. Mas o conselho do ministro não seria ouvido. Desde o início do ano discutia-se a

legalidade ou não das eleições de sargentos para os legislativos estaduais e para o Congresso Nacional, com base no artigo 138 da Constituição — os militares tinham se candidatado graças à obtenção de mandados de segurança. O Supremo Tribunal Federal, por sete votos favoráveis e um contrário, proclamou que Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo PTB com 7.224 votos — com a bandeira “um sargento da legalidade a serviço da classe e do povo” —, perderia o mandato por serem os sargentos considerados inelegíveis.^[250] A decisão era extensiva a outros sargentos já eleitos, como Antonio Garcia Filho, deputado federal pela Guanabara: criou-se um clima de pré-insurreição entre os sargentos das três armas.

De fato, as advertências do general Dantas Ribeiro não foram ouvidas. À zero hora do dia 12, quando a quase totalidade dos comandantes militares (inclusive o general Nicolau Fico, que estava no Rio Grande do Sul acompanhando Jango), dos líderes partidários — a exceção foi Juscelino Kubitschek, que estava participando da convenção do PSD-DF — e da alta cúpula do governo estava ausente de Brasília — dos ministros, somente estava na capital Carvalho Pinto —, começou a rebelião dos sargentos. Ocuparam sem resistência vários edifícios governamentais, mas não contaram com a adesão dos sargentos do Exército, e estabeleceram piquetes nas estradas de acesso à capital federal e na principal avenida de Brasília. Em um desses piquetes, morreu um motorista, funcionário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; em outro, em meio a um tiroteio, morreu o fuzileiro naval Divino Dias dos Anjos. Antonio Prestes de Paula, líder da revolta e sargento da FAB, ordenou que os oficiais encontrados fossem levados presos para a Base Aérea e para o Departamento Federal de Segurança Pública. A sede do Ministério da Marinha foi ocupada, mas na Aeronáutica e no Exército os revoltosos encontraram resistência.

O deputado federal Clóvis Mota, presidente em exercício da Câmara dos Deputados, foi preso na praça dos Três Poderes. Libertado duas horas depois de ser detido, Mota dirigiu-se à Câmara e conseguiu contato com o Rio de Janeiro. Falou com o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, a quem pediu providências; segundo o

ministro, já estavam sendo deslocadas tropas do Rio de Janeiro para Brasília. Antes das sete da manhã, o Exército já controlava os principais pontos da capital federal. Os rebeldes foram cercados no Ministério da Marinha: estavam isolados não só em Brasília, mas em todo o país, pois em nenhum outro estado houve manifestação de apoio. Estranhamente, os sargentos não haviam interrompido as comunicações telefônicas com o resto do país nem ocupado a rádio Nacional, que poderia divulgar seus manifestos.

No fim da manhã, depois de negociações, 115 militares da FAB e da Marinha entregaram-se ao coronel Raimundo Correia Neto, comandante da Guarda Presidencial. Foi somente nesse momento que Jango, em Pelotas, tomou conhecimento da revolta por meio de um telefonema do ministro Jurema. Entretanto, a Base Aérea continuava sob controle dos revoltosos, entre cujos prisioneiros, durante cerca de uma hora e meia, se encontrou o ministro Victor Nunes Leal, do Superior Tribunal Federal, autor do clássico *Coronelismo, enxada e voto*, que só foi libertado graças à intermediação do deputado Max da Costa Santos, que lembrou aos sargentos que o ministro era “um homem limpo, embora membro de uma corte podre”^[251]. No meio da tarde, com a participação negociadora de alguns parlamentares, a base voltou ao controle do governo e os revoltosos se entregaram. Foram presos 536 militares. O líder, o sargento Prestes de Paula, foi detido no dia seguinte, na sua casa da quadra 40 da avenida W-3. A patrulha encarregada da tarefa encontrou-o escondido embaixo de uma cama. Todos os rebelados foram transferidos para o Rio de Janeiro, onde ficaram aguardando julgamento na Base Aérea de Santa Cruz e no navio *Raul Soares*.

A gravidade da rebelião, que rompeu com os marcos constitucionais, a prisão de um ministro do Supremo Tribunal Federal, do presidente em exercício da Câmara dos Deputados — casos únicos na história brasileira —, de um subchefe da Casa Civil, um coronel, seis majores, cinco capitães e oito tenentes^[252] contou com a complacência do governo federal e dos deputados considerados de esquerda. No dia 12, o deputado Sérgio Magalhães considerou a rebelião um simples protesto; para Max da Costa

Santos, os sargentos estavam “perfeitamente ciosos de sua responsabilidade, perfeitamente conscientes da importância do gesto que praticavam, querendo manifestar através deste gesto, à nação brasileira, um desejo; o desejo de um Brasil para brasileiros, o desejo de uma democracia no Brasil para todos os brasileiros”.

Os deputados estavam sintonizados com o clima da época, de desprezo à ordem constitucional e ao regime democrático. No dia anterior à revolta, Jango declarara, em Pelotas, que a Constituição tinha sido feita “para atender ao interesse dos grupos econômicos e minorias privilegiadas do que à maioria do povo brasileiro”. Para o jornal das Ligas Camponesas, *A Liga*, “os rígidos preceitos militares estão sendo quebrados, desmoralizados pelos soldados, que sentindo-se povo, já não aceitam a condição histórica de instrumentos do antipovo”.^[253]

As rajadas de metralhadora não só danificaram vários edifícios de Brasília, como também atingiram em cheio o regime democrático. O exemplo dado pelos sargentos era o de que uma decisão da Justiça poderia ser alterada pela força das armas, sem nenhuma outra mediação. O jornal francês *Le Monde* definiu bem a conjuntura política brasileira após a rebelião dos sargentos: “A crise de autoridade alcança tais proporções no país que já se começa a considerar que as Forças Armadas são o último foco de energia, em que pese a peculiar desconfiança que inspiram os militares no Brasil. O problema, pois, é de se saber se o Exército resistirá durante muito tempo aos cantos de sereia”.^[254]

No dia da prisão do sargento Prestes, o general Humberto Castelo Branco tomou posse no Estado-Maior do Exército (EME), designado pelo ministro Jair Dantas Ribeiro. Apesar de não ter comando de tropa, Castelo Branco estava numa posição organizacional privilegiada: já tinha sido designado por Jango para comandar o IV Exército e agora recebia o EME. Aproveitando a posse, Castelo Branco mandou um duro recado para a esquerda e para o presidente da República: “Há reformadores oportunistas que querem substituir as Forças Armadas por meio de um solapamento progressivo e antinacional que institui o exército popular, um arremedo de milícia, com uma ideologia ambígua destinada a agitar

o país com exauridos pronunciamentos verbais e a perturbar com subversões brancas e com motins a vida do povo. Neste processo de destruição empenham-se no desprestígio dos padrões profissionais em tornar marginais os que cuidam da profissão e menosprezar a seleção dos valores, além de trazer pela discriminação a cizânia no meio militar”.^[255] O aviso era claro, mas, aparentemente, Jango não entendeu. Não só manteve Castelo Branco no EME, como, estranhamente, designou o general Machado Lopes, homem-chave para a sua posse, em 1961, para um posto absolutamente decorativo e distante da tropa: o Superior Tribunal Militar.

Enquanto isso, a direita militar movimentava-se rapidamente. O general Olympio Mourão Filho, comandante da 4.^a Divisão de Infantaria da 4.^a Região Militar, em Juiz de Fora, procurou o governador Magalhães Pinto — que contava tanto com a possibilidade de golpe militar de direita quanto com a eventualidade da realização das eleições presidenciais em 1965, sendo ele próprio um dos candidatos — e solicitou seu apoio para colocar as tropas na rua. Magalhães teria dito: “Acabo de receber um telegrama de Brasília: os sargentos se renderam. De modo que não há oportunidade para fazer o que o senhor quer”.^[256] No dia 18, o comandante do II Exército, general Peri Bevilacqua, atacou o CGT, o Pacto de Unidade Sindical e o Fórum Sindical de Debates, chamando-os de “malfeitores sindicais”, “mazorqueiros”, “criminosos de lesa-pátria” e afirmando que aceitar solidariedade destes movimentos era “conspurcar a honra e dignidade do soldado brasileiro”.

De Washington vinham más notícias. No Congresso americano, havia resistência à concessão de novos empréstimos — chamados de “saco sem fundo” — e críticas à política de “ilhas de sanidade administrativa” defendida pelo embaixador Lincoln Gordon. Arthur Schlesinger, assessor de John Kennedy, em artigo publicado na *Maryland Monitor*, criticou a política americana com relação ao Brasil e sugeriu que “logo chegará o momento em que teremos de perguntar a nós mesmos se é do nosso próprio interesse que Goulart continue a cambalear até o fim do seu mandato em 1965

[...] ou se nossos interesses seriam mais bem servidos se Goulart fosse 'aposentado' do governo antes da data marcada".[257]

O mês de setembro terminou com alta temperatura política. Jango declarou, no dia 30, que não repetiria 1954 ou 1961: "Não me encontrarão só, como o dr. Getúlio, nem sem ter a denúncia previamente feita, como Jânio". No clima de incertezas reinante, Juscelino Kubitschek, numa reunião do PSD em Feira de Santana, interior da Bahia, declarou que seria vencedor das eleições de 1965, "caso haja eleições". Mas a transcrição pela imprensa nacional da entrevista dada por Carlos Lacerda ao jornalista Julian Hart do *Los Angeles Times* acabou jogando mais lenha na fogueira. O governador da Guanabara prognosticou que Jango, por não ter "o controle da situação no Brasil", seria "derrubado pelas Forças Armadas por volta do final do ano",[258] pois os militares viviam pesando, segundo Lacerda, se era "melhor tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim do seu mandato ou alijá-lo imediatamente". Em seguida defendeu abertamente a intervenção norte-americana: "Não intervir é uma coisa, mas outra é ignorar o que se está passando".[259] Para o governador, "ninguém poderá chamar Goulart de comunista. Em vez disso, poderia ser chamado de homem de direita [...] pois o que ele é na realidade é um totalitário, à moda sul-americana. Ele é um caudilho com todos os recursos dos tempos modernos".[260]

As opiniões de Lacerda não estavam dissociadas do que propalava a direita que rondava os quartéis e abandonava a luta democrático-eleitoral. Oliveiros Ferreira, por exemplo, defendeu abertamente que as Forças Armadas tinham uma tarefa a desempenhar na "guerra subversiva e no desenvolvimento do país". Para ele, "não se pense que cumpri-lo seja apenas intervir no processo político para entregar de volta aos 'príncipes' a máquina administrativa saneada de seus defeitos mais gritantes". Não, o momento exigia uma intervenção de longo prazo, do contrário seria reduzir o papel das Forças Armadas, "a missão histórica a uma simples incursão predatória", pois "desarmar-se-ão psicológica e politicamente e retirarão do povo a última esperança que ainda tem de vencer o 'sistema'".[261]

A entrevista de Lacerda caiu como uma bomba. Os ministros militares, Jair Dantas Ribeiro, Sílvio Mota e Anísio Botelho, do Exército, Marinha e Aeronáutica, respectivamente, plenamente sintonizados com Jango, divulgaram uma dura nota contra Lacerda, que foi chamado de “mau brasileiro”, especialista “em técnica conspiratória aprendida quando líder estudantil da juventude comunista”. Para os ministros, o país estava dividido entre extremistas: “De um lado, estão os pregadores da revolução, procurando exacerbar a luta de classes, e, de outro lado, agitam-se os grupos interessados em conter o desenvolvimento e fazer regredir a evolução social e a emancipação econômica do Brasil”. E concluíram em tom de ameaça: “Na preservação da autoridade do presidente da República, da ordem, da lei e do regime, as Forças Armadas advertem que serão inflexíveis, rigorosas e decididas na ação preventiva e eficaz, na defesa da Nação”.

As palavras desabridas do governador da Guanabara acabaram servindo perfeitamente aos planos de Jango, que leu a entrevista estirado num sofá do Palácio das Laranjeiras tomando uísque. Estava irritado com as dificuldades no trato com o Congresso Nacional — e mesmo com o PTB, cujo “grupo compacto” não aceitava suas imposições —, com as críticas da imprensa, da esquerda, da direita, e com o governo semiparalisado — um raro sinal de vida era dado por Carvalho Pinto, ministro da Fazenda. No dia 2 de outubro, fontes do governo admitiam que poderia ser decretado o estado de sítio em todo o Brasil, ou somente em alguns estados, por 30 dias. À crise política somava-se o crescimento da taxa de inflação e uma movimentação sindical que estava fugindo do controle da máquina petebista do Ministério do Trabalho, como a greve nacional dos bancários. Sugeriu-se que Lacerda fosse processado pela Lei de Segurança Nacional, mas a opção de Jango foi mais ousada: enviou para o Congresso Nacional, no dia 4, como dispunha a Constituição, um pedido de estado de sítio — expresso no artigo 206, item I,^[262] e a suspensão dos direitos previstos no artigo 141, parágrafos 5, 6, 11, 12, 20-24 e 37, que tratavam da censura, do sigilo de correspondência, do direito de reunião, de associação, do *habeas corpus* e dos direitos do cidadão no momento da prisão. Em suma, a

medida concedia ao presidente da República ou ao executor do estado de sítio — especulavam-se os nomes de Moraes Âncora, para o Rio de Janeiro, e Amauri Krueel, para São Paulo — amplos poderes, podendo proibir reuniões, impedir manifestações públicas, prender opositores e impor a censura aos meios de comunicação. No mesmo dia em que a mensagem foi enviada ao Congresso Nacional, tanques foram deslocados para proteger o Ministério da Guerra, mais para demonstrar a disposição do alto-comando de que estava pronto a seguir as determinações de Jango do que por causa de alguma ameaça.

A preocupação de cumprir todos os dispositivos constitucionais tinha como objetivo obter o apoio irrestrito dos ministros militares, seguindo os mesmos passos de novembro de 1955. Como disse o general Dantas Ribeiro: “Fora da lei não aceito nada”. Na exposição de motivos que os ministros militares encaminharam ao presidente — o texto escolhido foi levado à reunião pelo ministro de Exército e aceito por ser “mais sereno e mais sóbrio”^[263] —, deixaram claro a insatisfação com o clima reinante e atacaram os opositores de Jango à direita e à esquerda: “Ninguém desconhece neste país a grave conjuntura econômico-social que estamos vivendo há já longo tempo. A inflação incontida a resistir às medidas postas em prática pelo governo; a radicalização das posições políticas, a exacerbar as paixões, a dificultar a ação governamental e a perturbar o trabalho construtivo de grande parte da população que aspira por paz e tranqüilidade. [...] Governadores de estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou e se rebelam contra a legalidade democrática, tentando destruir a ordem jurídica, que não poderia sobreviver sem a permanência de Vossa Excelência à frente do governo da República até o término de seu mandato”.^[264]

Jango passou o dia 3 em reuniões no Palácio das Laranjeiras com os ministros Abelardo Jurema e Oliveira Brito — este foi o redator do pedido de estado de sítio, trabalho realizado no apartamento de outro ministro, Expedito Machado.^[265] Às 22h o presidente chamou os ministros militares para expor-lhes a situação. Estes propuseram o impedimento e a posterior expulsão do Brasil do governador Carlos Lacerda. Jango conseguiu convencê-los de que a

medida acertada seria a adoção do estado de sítio. Um dos presentes propôs que se prendesse Lacerda em vez de mandá-lo para o exílio, o que foi aceito. No final da reunião, segundo Jurema, o general Dantas Ribeiro teria dito: “Não teremos contemplação com os inimigos da pátria”.^[266] Às seis da manhã do dia seguinte, Jango partiu para Brasília levando a mensagem para ser encaminhada ao Congresso, o que ocorreu ao meio-dia. Quatro horas depois, a mensagem já tinha sido lida e estava sendo encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Tudo parecia caminhar bem para o presidente: teria plenos poderes, poderia intervir nos estados e prender opositores, caso fosse necessário. Para manter uma postura equilibrada — dentro do espírito manifestado pelo general Dantas Ribeiro, “contra os extremismos” —, pretendia intervir em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em São Paulo, afastaria Ademar de Barros. Nesse caso, a intervenção poderia até ganhar um ar popular: de um lado, por retirar do governo um político acusado de corrupção pelos adversários; de outro, por ser o estado onde havia o maior número de trabalhadores industriais, que eram essenciais para dar base política ao presidente. No Rio de Janeiro — desde 1960, a ex-capital federal havia sido transformada no estado da Guanabara —, a intervenção levaria à deposição de Carlos Lacerda, antigo desafeto de Jango e um inimigo especial, pois rivalizava politicamente com o presidente, que despachava mais no Palácio das Laranjeiras do que no Planalto. A última intervenção — como Ademar e Lacerda eram claramente de direita — deveria ocorrer em um estado governado por um esquerdista, para dar um ar de isenção a Jango. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, tinha o perfil ideal. Possuía vôo próprio na esquerda nacional, apesar de sempre estar muito próximo do PCB. Também almejava ter importante papel nas eleições de 1965, provavelmente como vice de Magalhães Pinto, com quem tinha boa relação pessoal e política, além de visitar Belo Horizonte com certa regularidade. O político mineiro dificilmente seria alvo do estado de sítio, uma vez que, apesar de fazer parte da UDN, corria em raia própria, pois sabia que em 1965 a maioria do partido optaria por Carlos Lacerda. Magalhães Pinto procurava um caminho

intermediário entre Jango e Lacerda, disputando o espaço do centro com outro político do seu estado: JK.

Arraes, que pouco antes havia se encontrado com Magalhães, dissera ao deputado Djalma Marinho que iria “ao extremo para impedir o estado de sítio”. Divulgou uma nota em que criticava severamente o estado de sítio, pois sabia que seria um dos atingidos: “O governo, apoiado nas forças populares, deve e tem o dever de encontrar os verdadeiros caminhos que nos conduzam a uma posição; esse caminho não pode ser o da suspensão dos direitos e das liberdades que a Constituição assegura aos cidadãos e ao povo em geral. [...] o caminho da ilegalidade, nas circunstâncias atuais, pode levar o país a uma guerra civil, [...] possa o Congresso Nacional ser fechado, possam vir a ser fechadas as organizações como o CGT e a UNE”. E concluiu: “As reformas de base estão ameaçadas pelo estado de sítio”. Vinte e cinco anos depois, o político pernambucano manteve a mesma idéia: “O estado de sítio, como foi cogitado, descaracterizaria o governo Goulart e nos conduziria a um regime ditatorial, como aconteceu, posteriormente”.^[267]

A situação de Arraes era muito complicada. A direita pernambucana não aceitava a derrotada nas eleições para o governo do estado — Arraes venceu João Cleofas, da UDN — e parte da esquerda — onde se destacavam as Ligas Camponesas — criticava severamente o governador. A Casa Branca também estava preocupada com Pernambuco e todo o Nordeste, temerosa de que surgisse um movimento de guerrilhas na região; daí a explicação para o grande número de americanos na região, além dos visitantes ilustres como Ted Kennedy, George McGovern, Sargent Shriver, Henry Kissinger, John Dos Passos, Adlai Stevenson, entre outros.^[268] Jango, por outro lado, queria eliminar o governador de Pernambuco da cena política nacional, especialmente das eleições presidenciais de 1965. Quando nomeou o general Justino Alves Bastos para substituir Castelo Branco, que, antes, tinha ocupado o lugar de Costa e Silva (todos os três foram promovidos com a quarta estrela por Jango), no comando do IV Exército, teria ordenado que mantivesse “um olho em Arraes: ele é muito perigoso”.^[269]

O deputado comunista Marco Antonio Coelho tinha ouvido diversas vezes em reuniões na Granja do Ipê, em Brasília, Darcy Ribeiro defender um plano que “daria a Goulart maiores poderes e lhe permitiria a reeleição”.^[270] Jango também já tinha falado com Celso Furtado sobre a possibilidade de um golpe.^[271] Já em 20 de setembro, duas semanas antes do envio do pedido do presidente ao Congresso, a Frente Parlamentar Nacionalista e a Frente de Mobilização Popular tinham manifestado pela imprensa que Jango pretendia executar “um plano golpista, em nome do ‘centrismo’, ao atribuir às esquerdas e à direita intenções antidemocráticas, simultaneamente”.^[272] O CGT, em manifesto, criticou a proposta janguista, pois a “supressão ou restrição das liberdades democráticas não é, de forma alguma, uma maneira de dar impulso na luta do povo brasileiro, mas constitui, ao contrário, um retrocesso no nosso processo democrático”.^[273]

Muitos anos depois, José Serra, presidente da UNE em 1963, recordou: “Nós achávamos que a intervenção em São Paulo e na Guanabara abriria um precedente perigoso. Na prática, o estado de sítio instalaria interventores militares em todos os estados, proibiria reuniões sindicais, estudantis, etc. No fundo, anteciparia o golpe de 1964, num primeiro momento com Jango à frente. Depois...”.^[274] E continua o ex-presidente da UNE: “O estado de sítio seria um golpe e foi apresentado assim numa reunião da qual participei”.^[275] Dessa forma, a esquerda, em sua quase totalidade, estava contra a medida — incluindo o PTB, que, por meio de seu líder na Câmara, Bocaiúva Cunha, afirmou que o partido votaria contra — e somou-se à direita, que tinha como certa a intervenção federal em São Paulo e na Guanabara.

Na madrugada do dia 4, quando Jango já decolava rumo a Brasília, foi designado um destacamento de pára-quedistas, sob o comando do tenente-coronel Abelardo Mafra, para prender Lacerda. O governador da Guanabara foi avisado por um amigo, o tenente-coronel Francisco Boaventura, que tinha recebido ordem de prendê-lo dada pelo general Alfredo Pinheiro Soares Filho, comandante da brigada dos pára-quedistas — apelidado de “faz tudo” —, mas se recusara a cumpri-la, a não ser que fosse dada por escrito. O

general Pinheiro apelou então para Mafra, que conseguiu arregimentar oficiais e soldados sob o argumento de que Jango teria decretado o estado de sítio *ad referendum* do Congresso Nacional. Seguiram em duas viaturas até o hospital Miguel Couto, onde seria inaugurada uma obra do governo estadual. No caminho, porém, na avenida Niemeyer, um acidente de trânsito provocou um enorme congestionamento: quando as viaturas chegaram ao hospital, a comitiva do governador já tinha partido.

Não se sabe por que não voltaram a procurar o governador, mas é possível que tenham recebido ordem para retornar ao quartel, após um telefonema de Mafra, que foi à sede do Clube de Regatas Flamengo, na Gávea, e de lá ligou para o ministro Jair Dantas Ribeiro, que teria ordenado a ação. Como a notícia da operação acabou vazando para a imprensa, o general Pinheiro declarou que tudo não passara de “um teste de adestramento”, “um exercício”, pois “queria sentir o espírito da tropa”. A oposição chegou a exigir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas o assunto logo caiu no esquecimento.^[276]

No dia 5, no Rio de Janeiro, o presidente se reuniu com todo o ministério. Apesar da reação oposicionista, Jango manteve a solicitação de estado de sítio, pois acreditava que o Congresso, sob coação militar, o aprovaria. Hélio Bicudo, ministro interino da Fazenda, uma vez que o titular, Carvalho Pinto, estava nos Estados Unidos tentando obter novos empréstimos para o país, participou da reunião. Bicudo perguntou ao ministro Oliveira Brito, que estava sentado ao seu lado na reunião: “E se o pedido for rejeitado?”. O ministro não se fez de rogado: “Fecharemos o Congresso”.^[277] Ao ser inquirido por Paulo de Tarso, ministro da Educação, sobre as razões do envio da mensagem, Jango desconversou: “Se eu chegasse um dia a dar um golpe de Estado, o meu seria uma exceção porque não seria contra o povo”.^[278] Mas as resistências continuavam, pois era visível que o estado de sítio seria o primeiro passo para a ditadura ou para o continuísmo de Goulart, através da reforma da Constituição, especialmente do artigo 139, que vedava a reeleição.

Entretanto, a forte oposição parlamentar, o fracasso na prisão de Lacerda, a indecisão de Jango e uma divisão entre os ministros,

estimulada pelo retorno de Carvalho Pinto, que se pronunciou contra a medida,^[279] fizeram com que, no dia 7, o presidente encaminhasse uma mensagem ao Congresso, ao meio-dia, pedindo a retirada da medida. Segundo Jango, “circunstâncias novas [...] conduzem-me a informar que o governo já não precisa, para a tarefa de manutenção das instituições republicanas, da concessão do remédio extraordinário e transitório que a Constituição recomenda e que me pareceu, em determinado momento, indispensável”. Os ministros militares, em nota, explicaram o recuo: “Se diversos governos julgaram-no desnecessário, se os legisladores, por contingências regimentais, não quiseram atender à urgência e às necessidades por nós invocadas, e ainda mais, se o país julga que elas possam constituir-se em armas contra o povo de que fazemos parte e por cuja paz e tranqüilidade somos responsáveis, os ministros militares abrem mão das mesmas e apelam para as Forças Armadas a fim de que continuem fiéis às instituições”.^[280] Desanimado, Oliveira Brito desabafou para o seu colega de ministério, Expedito Machado: “O governo acabou hoje”.^[281]

Tancredo Neves, líder do governo na Câmara, depois de ter ouvido a leitura da nota dos militares na Câmara dos Deputados, foi à tribuna defender Jango. Discursou em meio a vaias e aplausos. Para ele, deveriam ser aprendidas várias lições do episódio: “O terrorismo ideológico para que cesse a sua atuação funesta e desagregadora e para o capitalismo da direita para que renuncie aos seus privilégios, aos seus monopólios, e se mostre sensível aos imperativos da solidariedade humana, [...] e advertência aos conspiradores para que abdicuem dos seus propósitos sinistros; aos conspiradores para que renunciem aos seus intuitos de lesa-Pátria”. Concluiu o seu discurso deixando no ar uma ameaça: a oposição deveria rever suas “manifestações de intolerância, de ódios e paixões, para que o governo não se sinta compelido a procurar na sua defesa os recursos da intransigência e tenha que apelar aos recursos excepcionais previstos na nossa Constituição”.^[282]

Enquanto isso, em Pernambuco, Miguel Arraes foi salvo pelo gongo: no dia 7, fez um discurso contra o estado de sítio e, uma hora depois, o Palácio das Princesas foi cercado pelas tropas

comandadas pelo general Justino. Logo chegaram notícias da suspensão do pedido do sítio e as tropas retornaram ao quartel. De acordo com o general, tudo não teria passado de “exercício de adestramento”.^[283] A ação de Justino foi elogiada pelo ministro da Guerra, em 26 de outubro, quando recebeu a comenda da Ordem Nacional do Mérito Aeronáutico.

O fracasso da manobra janguista ficou evidente. Vinte e seis meses depois da tentativa de Jânio Quadros de dar um golpe de Estado, em agosto de 1961, e 11 meses depois da imposição de antecipar o plebiscito, novamente o regime democrático esteve ameaçado. As trapalhadas, a falta de coordenação para preparar o golpe, a indecisão dos líderes e a resistência da sociedade civil abortaram as três tentativas. Dessa vez, o fracasso dos golpistas foi menos espetacular. Foi em um sanatório carioca o embate mais violento. E em Jacarepaguá, dois internos travaram áspera discussão: um deles, antijanguista, criticava a medida, enquanto outro, janguista e trabalhista, defendia o estado de sítio. Das palavras logo passaram para o desforço físico, e o janguista matou o adversário com uma facada no pescoço. Zarkis Assunção Goitacás foi a única vítima dessa primeira semana de outubro, marcada pela tentativa (e fracasso) de um golpe de Estado.^[284]

“Só converso com militares”

NO DIA 8 DE OUTUBRO, Jango convocou uma reunião do ministério no Palácio da Alvorada às dez e meia da manhã. Durante duas horas, poucos ministros falaram, o da Aeronáutica disse apenas uma breve frase. O ministro da Fazenda fez uma exposição da situação econômica, considerada levemente otimista. Lembrou que, desde a revolta dos sargentos, em setembro, o governo já tinha emitido 5 bilhões de cruzeiros. Jango, em longo discurso — que durou 45 minutos —, apresentou novamente as razões de ter solicitado o estado de sítio e a retirada da medida do Congresso.

Falava-se em demissão coletiva do ministério, mas, no fim da reunião, todos os ministros — sorridentes e alegres, de acordo com as fotos — dirigiram-se para o salão de banquetes, onde se serviu lauto almoço regado a vinho iugoslavo, sobra da provisão trazida pelo marechal Tito na visita do mês anterior. Jango justificou-se: “Quem recua para ficar com o povo não se humilha, mas se engrandece”. A medida, segundo ele, não era “para sufocar o povo”, mas “para defender o Brasil de maus brasileiros”, e “nunca para sufocar as liberdades democráticas”. Numa explanação tortuosa, disse que o povo na rua seria instrumento dos inimigos da democracia e não poderia permitir que as Forças Armadas reprimissem a população: “Eu não assumiria responsabilidade de autorizar um oficial, a um sargento ou a um soldado do Exército brasileiro, do Exército que constitui, neste instante, pela sua unidade, pelo seu patriotismo, um dos elementos essenciais à preservação da ordem, pelo respeito que merecem do povo, não autorizaria a gloriosa Marinha, não autorizaria a brava Aeronáutica, para que os soldados de terra, do mar e do ar, se jogassem contra o povo exacerbado pela inspiração dos que alegavam que o país

estava na desordem, que tudo era caos, mas que, naquele instante, protestavam contra o governo que, dentro da lei, pedira remédios para armar-se na defesa do regime. [...].Diante do processo, que se criara, [...] não se tornava mais indispensável, e sim até perigosa, a ação das Forças Armadas”.

De acordo com o presidente, “tropicalizando” a célebre frase de Abraham Lincoln, e em contexto radicalmente distinto, o estado de sítio teria sido “pedido pelo povo e para o povo”: “Solicitei que fosse retirada a mensagem de exceção. Pensei, ponderei, entendi, que desta forma poderia evitar, talvez, conseqüências muito mais graves, inclusive, acima de tudo: que o povo já sacrificado se transformasse em vítima de uma medida que foi pedida por ele e para ele, pela paz, pela ordem e pela tranqüilidade de nossas famílias. Foi considerando todos estes fatos e de comum e leal acordo com os senhores ministros militares, que, juntos, chegamos a conclusão de que deveríamos solicitar do Congresso Nacional a retirada daquela medida transitória, que já não traria os efeitos que nos visávamos quando, honesta e patrioticamente, as solicitamos”. Jango fez ainda questão de deixar claro que “com sítio ou sem sítio, não recuaremos em nossa posição de manter a ordem e de lutar pela tranqüilidade da família brasileira”. E lembrou: “Não será este episódio que há de me desviar da luta que iniciei desde o dia em que assumi o governo para a realização das reformas de base”.^[285]

Desgastado com a derrota e, principalmente, com a falta de apoio da liderança do PTB à proposta de estado de sítio, Jango intensificou o contato com a ala fisiológica e ultraconservadora do partido. Esses estavam à direita, aliás, de grande parcela do PSD, como se pode observar no discurso pronunciado em 8 de outubro, na Câmara, pelo deputado Bezerra Leite, petebista de Pernambuco que defendia o fechamento do CGT, considerado “dispositivo de agitação, coação, conspiração e desordem”. O presidente também incentivou a migração de parlamentares de outras siglas para o PTB. Dessa forma, continuou o trabalho de solapar a liderança de Bocaiúva Cunha, que, estreitamente ligado ao grupo compacto, sempre criou dificuldades de transformar o partido em simples correia de transmissão do Palácio do Planalto. Para atingir seus

propósitos, Jango estimulou a redação de um abaixo-assinado de parlamentares petebistas pedindo a retirada de Bocaiúva Cunha da liderança do partido: em pouco tempo, conseguiram 67 adesões, o que deu ao documento o apoio da maioria absoluta da bancada. Bocaiúva teve de renunciar à liderança, sendo substituído por Doutel de Andrade, homem de confiança de Jango, que assim retomava o controle do PTB, aliando-se firmemente com os setores mais conservadores e com deputados recém-convertidos ao trabalhismo. Como resumiu Carlos Castello Branco: “A esquerda perdeu efetivamente o comando do PTB, devolvido à sua normalidade gaúcha”.^[286]

A esquerda não comunista também se afastou de Jango. Os sargentos não aceitaram a omissão do presidente no caso dos colegas que estavam presos desde setembro, quando ocorreu o levante em Brasília, nem a transferência de sargentos identificados com o movimento para unidades distantes. Em 11 de outubro, o Supremo Tribunal Federal negou *habeas corpus* aos revoltosos da Marinha. O deputado Max da Costa Santos, na Câmara dos Deputados, que também foi advogado dos marinheiros no STF, fez um pronunciamento deixando claro que a estrutura interna das Forças Armadas era um espaço da luta de classes. De acordo com o deputado, os marinheiros não deveriam reagir às provocações, tinham “um grande papel a cumprir dentro da presente conjuntura”, dando a entender que a ação política deveria continuar. O deputado fazia esse apelo não pelo amor à disciplina, mas “em nome do relevante papel que vão ser chamados a desempenhar no momento que — como tudo está a indicar — virá, se se tentar instaurar a ditadura neste país. Quando isso se consumir, nesta hora crucial, puderam eles levar seu desejo de participação política às últimas conseqüências da resistência democrática”.^[287]

No dia 14, após uma reunião, a Frente de Mobilização Popular divulgou um manifesto em que deixou explícita sua discordância da política do presidente, agravada no momento em que apresentou a proposta de estado de sítio. No manifesto, a FMP considerou a retirada da proposta “uma das grandes vitórias das forças populares”, mas novas “investidas contra as liberdades democráticas

não estão afastadas. Enquanto o governo insistir em manter uma política de conciliação com forças profundamente antagônicas, este perigo será permanente". Nesse quadro, a FMP "quer deixar firmada com absoluta clareza sua posição de total independência em relação à política de conciliação do presidente da República, com relação a todo esquema de poder vigente". Neiva Moreira, ao sair da reunião, deixou bem clara a posição da FMP: disse que tinha chegado a hora de começar uma "campanha nacional contra a conciliação".

Em face dessa conjuntura, Paulo de Tarso, ministro da Educação, e identificado com a FMP, pediu demissão do cargo. Era do Partido Democrata Cristão e estava sendo hostilizado pelos conservadores desde quando tinha assumido o ministério, quatro meses antes. No início de outubro, não conseguira falar na Universidade Mackenzie: estudantes de extrema-direita tomaram o auditório onde seria feita a conferência e, aos gritos de "viva Carlos Lacerda" e "comunista aqui não fala", impediram a realização do evento. Dias antes, Paulo de Tarso havia ameaçado processar o deputado Herbert Levy, da UDN de São Paulo, que o tinha chamado de comunista. O ministro declarou aos jornalistas que a partir daquele dia processaria todos os que o chamassem de comunista. No processo contra Levy invocaria o testemunho do cardeal-arcebispo de São Paulo, do presidente do Senado Federal e de um general que havia comandado o CPOR em São Paulo, para comprovar que ele não era comunista.^[288] Vinte anos depois, escreveu que era chamado de "líder marxista, e, na verdade, até aquela época, eu nunca havia lido Marx".^[289]

Em meio às desconfianças da direita e da esquerda, Jango voltou-se para as Forças Armadas, onde julgava encontrar apoio na oficialidade legalista e nos setores de esquerda. No dia 17, tomou posse como novo chefe da Casa Militar o general Argemiro de Assis Brasil, substituindo o general Albino Silva. Era o terceiro ministro da pasta desde setembro de 1961. Vinha da Argentina, onde era adido militar, e tinha se encontrado com Jango apenas duas vezes antes de ser convidado. Identificava-se com a esquerda, mas não apoiou a Revolução de 30 — permaneceu três meses preso. Aderiu à Revolução Constitucionalista de 32, lutou sob as ordens do coronel

Euclides Figueiredo e teve de amargar um exílio de 15 meses. O general não escondia suas preferências políticas, dizia para quem queria ouvir: “Li *O Capital* de fio a pavio”.^[290] Admirava Bakunin, Saint-Simon e principalmente Proudhon, “de quem sabia de cor trechos inteiros do *O que é a propriedade?*”.^[291]

Assis Brasil foi encarregado de montar o dispositivo militar que daria sustentação segura ao governo e serviria, eventualmente, de instrumento para persuadir os opositores, de direita e de esquerda. Nunca tinha servido em Brasília e maravilhou-se com a vida no Rio. Tinha passado por guarnições do Rio Grande do Sul, ficara quatro anos no Paraguai, como membro da Missão Militar brasileira, onde substituiu o major Golbery do Couto e Silva, e depois servira em Buenos Aires. No Rio, morou em um apartamento cedido pelo empresário Hélio Gertstein, que, supostamente, seria agente da CIA, segundo Moniz Bandeira. Brizola, de acordo com o mesmo autor, quando soube da nomeação, teria discordado, pois achava que o general tinha “falta de malícia e de vivência política”.^[292]

O presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, preocupado com o que julgava serem medidas golpistas de Jango, defendeu que o Congresso não entrasse em recesso em 16 de dezembro, como um meio de poder interferir de forma mais decisiva na cena política. Visando a manietar a relação do presidente da República com os sindicatos, principalmente os vinculados direta ou indiretamente com o Estado, e o uso político das greves para fortalecer o cacife de Jango, a Câmara dos Deputados apressou a tramitação da lei de greve, cujo relator era o deputado Ulysses Guimarães. Este declarou que a lei iria proibir greves de servidores federais, estaduais e municipais, pois, para o deputado, “tais movimentos são inadmissíveis”.^[293]

Na corrida para as eleições presidenciais de 1965, os lacerdistas saíram na frente. Em 18 de novembro, em Ilhéus, Bahia, fizeram o primeiro comício com a presença de Carlos Lacerda. O passo seguinte foi pressionar a liderança da UDN para antecipar a convenção nacional, ao que se opunha o governador Magalhães Pinto, que também pretendia se lançar candidato, mas a cada dia perdia espaço dentro do partido, até mesmo em seu próprio estado, onde

as bases udenistas tinham sido conquistadas pelo lacerdismo, que também avançava nos grotões tradicionalmente sob controle do PSD.

Em meio ao jogo político que, na prática, antecipava o clima pré-eleitoral de 1965 – afinal, as eleições presidenciais somente se realizariam no dia 3 de outubro, portanto 23 meses depois –, caiu como uma bomba a entrevista que Jango deu à revista *Manchete* que chegou às bancas no dia 19 de novembro.^[294] De acordo com documentos do governo americano, a entrevista foi entregue à revista cinco dias antes de sua publicação e foi redigida por membros da assessoria direta do presidente.^[295] Certamente, ainda era um rescaldo do fracasso do estado de sítio. O “presidente da reforma social”, como Jango gostaria de passar à história, de acordo com a revista, se mostrou profundamente irritado, e a tradicional cordialidade foi abandonada pela retórica de que o país estava à beira do caos: “Estamos vivendo, neste momento, a mais grave crise por que já passou o Brasil em toda a sua história republicana. Caminhamos, aceleradamente, para um desfecho que, se não for evitado, virá abalar, em termos definitivos e imprevisíveis, a própria estrutura da nação, comprometendo todas as suas atuais conquistas e arruinando as suas imensas potencialidades futuras”. E continuou no mesmo tom: “Não tenho a menor dúvida de que, a continuar como vamos, o caos poderá sobreviver — e a todos atingirá, indistintamente”. Jango aproveitou a entrevista para culpar a não-votação das reformas — a maioria delas nem sequer tinha sido enviada ao Congresso: “Em 1962 lutamos pelo restabelecimento do regime. Em 1963, procuramos contornar as dificuldades econômico-sociais através do Plano Trienal, mas frisei sempre, em várias oportunidades, [...] que sem as reformas não chegaríamos a qualquer resultado positivo. [...] As reformas serão feitas — ninguém pode duvidar”. Sobre a crise econômica disse: “A inflação ameaça devorar-nos a curto prazo. Acompanhada de uma recessão econômica de caráter estrutural, não tenho a menor dúvida de que o vertiginoso processo inflacionário a que estamos agora submetidos irá fatalmente arrastar o país à bancarrota, com todo o sinistro cortejo de um desastre social de proporções catastróficas. [...] Vivemos, hoje, sob uma expectativa de acontecimentos

incontroláveis. A palavra revolução deixou de ser um fantasma abstrato e passou a atingir os próprios fundamentos da confiança indispensável ao trabalho profícuo e à ordem social”. Mas, se a situação era caótica, a culpa não era dele: “O Presidente não governa sozinho. Se o governo, na plenitude de seus poderes, estivesse enfeixado apenas em suas mãos (e o digo apenas a título de ilustração), ninguém duvidaria de que as reformas já estariam feitas”. Recado mais claro impossível: o problema era o Congresso Nacional.

Mantendo-se na ofensiva, no dia 21, Jango foi a Volta Redonda, cidade-símbolo do getulismo. Lá, usando expressões caras ao vocabulário de Vargas, discursou pedindo apoio dos operários: “Outras providências que representem muito mais do que estas que estou me referindo não depende dos trabalhadores, depende de todos os homens responsáveis pela direção do Brasil. Refiro-me, trabalhadores, às importantes reformas de estrutura que se tornam cada vez mais urgentes e se mostram cada vez mais indispensáveis ao desenvolvimento do nosso país”.[296] No mesmo dia, graças às benesses concedidas pelo Palácio do Planalto, o PTB recebeu a adesão de seis deputados pessedistas — todos do Nordeste — e tornou-se o maior partido do Congresso, o que poderia facilitar a eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados em 1964, o sucessor legal de Jango. Sendo o presidente do partido, tendo em Dutel de Andrade um fiel e dócil aliado e contando com a maior bancada na Câmara, Jango caminhava para ter o controle do Congresso.

Uma semana depois da entrevista de Jango, a *Manchete* publicou outra importante matéria sobre a conjuntura nacional. Foi entrevistado o governador da Guanabara, que apresentou os principais pontos do seu programa presidencial. Além da defesa de velhas bandeiras udenistas, Lacerda opinou sobre a reforma agrária, assumindo posição contrária, claramente conservadora, ao gosto do eleitorado do interior controlado pelo PSD, e à direita das próprias determinações da Aliança para o Progresso: “O que há a fazer no Brasil é aumentar a produção agrícola. Para isto, é essencial aumentar a produtividade do trabalhador agrícola. A divisão de

terras tem no seu primeiro impacto [...] a diminuição da produção agrícola. [...] Em vez de divisão se faz a encampação das terras pelo Estado”. Em outras palavras, a reforma agrária era desnecessária, pois desorganizava a vida no campo e punha em risco a produção agrícola. De forma cristalina, Lacerda se posicionava para as eleições de 1965 no campo da direita, sem concessões ao discurso reformista, e ampliava o arco de alianças tradicionais da UDN, avançando nas áreas que o PSD dominava desde 1945, como em Minas Gerais, onde, segundo o deputado padre Vidigal, o PSD estava “lacerdizado”. Paradoxalmente, porém, Lacerda mantinha-se nos limites legais, sem sinalizar apoio a soluções golpistas.

No campo da direita, Lacerda aproveitou-se da comemoração do aniversário da Intentona Comunista, em 27 de novembro, para mais uma vez atacar Jango. Não compareceu à cerimônia oficial no cemitério São João Batista, onde esteve presente o presidente da República — à qual chamou de “simulação e impostura” —, pois preferiu organizar uma missa campal na praia Vermelha: “Não conheço falta maior a memória de oficiais mortos pelas costas no 27 de novembro de 1935, do que celebrar com flores e discursos de impostura, diante de sepulturas que terão a homenageá-las porque são, como na Bíblia, sepulcros caiados. Os que ali vão falar, discursar e derramar lágrimas de crocodilos diante do sacrifício de homens que morreram pela Pátria e que está sendo traída por aqueles que se incumbiram de governá-la”. À noite, na terceira cerimônia realizada nesse dia no Rio de Janeiro, no Clube Militar, disse o advogado Sobral Pinto: “A comunidade brasileira vive atualmente angústia semelhante a que padeceu durante o decurso de 1935, quando se desencadeou a Intentona Comunista. [...] A nação está inquieta e perplexa e os germens da desagregação, da desordem e da indisciplina se infiltraram em todos os setores, dos econômicos aos militares, pondo em risco sua estabilidade e seu processo de desenvolvimento”.[297]

No início de dezembro, o general Peri Bevilacqua foi transferido do comando do II Exército — onde foi substituído por Amauri Kruehl — para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). O general tinha se destacado em São Paulo pelos ataques contra o CGT,

“órgão espúrio” e “serpentário de peçonhentos inimigos da democracia”, segundo ele. No discurso de despedida, Bevilacqua criticou a esquerda e ameaçou o governo: “A república está ameaçada por forças internas, por falsos democratas, por apátridas que têm atuado no sentido de destruir a democracia. Entretanto, estes elementos nada conseguirão, pois em qualquer emergência serão esmagados pelas armas do Exército nacional. Devemos nos lembrar que o uso das armas não é optativo, nossas armas não são peças de museu, para ficar esquecidas. Se o povo as entregou ao Exército, nós as temos para usar na defesa da democracia”. O general não só não foi punido como também repetiu a dose ao tomar posse no EMFA: “Os vetores negativos que realmente existem e ameaçam as nossas instituições democráticas não assumirão maior vulto, porém, se as Forças Armadas se mantiverem vigilantes e unidas. Que não haja equívocos, que elas se mantenham invulneráveis a todo divisionismo, com impecável disciplina ostente uma sólida unidade moral baseada na consciência do dever comum. [...] Assim, ficará definitivamente sepultada qualquer ameaça de despotismo militar e em conseqüência será também sepultada na mesma vala qualquer veleidade de despotismo sindical”.[298]

Pronunciamentos como o do general Peri Bevilacqua — que não poderia ser incluído entre os generais mais conservadores — eram incensados pelos intelectuais orgânicos da direita. Não só: a direita golpista, por intermédio do IPES, financiou diversas curtas-metragens de propaganda anticomunista (no caso brasileiro, antijanguista) e contratou conhecidos escritores — como Rubem Fonseca e Nélida Piñon — para que elaborassem roteiros e artigos voltados a ganhar os corações e mentes da classe média para a causa do “mundo livre”.[299]

Esperava-se que Jango, ao menos, respondesse ao general Bevilacqua. Ledo engano: o presidente ignorou os dois discursos. Em São João del Rey, Minas Gerais, quando a cidade completava 250 anos, o presidente voltou a defender as reformas, mas usando uma retórica claramente conservadora — com passagens tipicamente do discurso anticomunista —, que pouco o distinguia da direita: “As

reformas virão como um instrumento dos mais valiosos contra as doutrinas exóticas que combatemos, porque são contrárias aos sentimentos cristãos do povo brasileiro. A melhor maneira de se combater extremismos não é negando ao povo aquilo a que ele tem direito, mas dando-lhe perspectivas de esperança e de felicidade. Portanto, quando defendemos reformas, estamos defendendo as tradições cristãs do nosso povo, estamos sendo fiéis aos ensinamentos da Igreja Católica através da palavra autorizada dos seus mais altos príncipes. Tudo o que desejamos é apenas a favor do Brasil, a favor da paz, a favor do entendimento, a favor da tranqüilidade”.^[300]

Em meio a manifestos militares contra e a favor das reformas, as Forças Armadas reproduziam no seu interior a profunda crise política pela qual o país passava. Não havia semana sem que um oficial fosse preso por razões de ordem política. Tudo isso em meio a boatos de demissão de Carvalho Pinto, agastado com as críticas feitas por Jango à situação econômica na entrevista concedida à revista *Manchete*. O ministro da Fazenda resistia no cargo, mas nos bastidores estava sendo minado pelos íntimos do presidente e pela esquerda, que não aceitavam as medidas de contenção de gastos públicos. Leonel Brizola era o nome escolhido pela esquerda para ocupar a pasta da Fazenda e controlar, como dizia, “todos os outros penduricalhos”, ou seja, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal etc.

Para demonstrar conhecimento e domínio das questões financeiras do país, o deputado gaúcho passou a circular com mapas e quadros estatísticos: julgava-se muito próximo de sentar na cadeira de ministro, principalmente quando Jango revogou a proibição, determinada por Carvalho Pinto, de negar empréstimos do Banco do Brasil para atender industriais paulistas: a operação foi realizada contra a vontade do ministro da Fazenda, que também resistia em pagar pela primeira vez — a lei tinha sido recentemente aprovada — o 13.º salário para o funcionalismo público federal, não por discordar, mas porque o Tesouro Nacional não tinha recursos para honrar esse compromisso. Jango partia de outro pressuposto e fez questão de deixá-lo claro para o ministro: deste jeito “o senhor

não chega a presidente”.^[301] Mas o raciocínio político-financeiro de Carvalho Pinto era muito diferente: “A intranquilidade social, as crises sucessivas trazem entre outros prejuízos a incredulidade do povo em qualquer programa sério administrativo que esteja em execução. O clima de confiança é essencial à frutificação dos esforços no setor financeiro”.^[302]

Juscelino Kubitschek voltou ao Brasil em 12 de dezembro. Era candidatíssimo às eleições presidenciais de 1965, e isso desde que transferiu o governo para Jânio Quadros. Como ironicamente dizia Tancredo Neves, “Juscelino parecia que havia emprestado o governo a João Goulart e a toda hora o estava cobrando de volta”.^[303] O cenário eleitoral estava polarizado entre ele e Carlos Lacerda, embora nenhum deles tivesse sido lançado oficialmente candidato pelos respectivos partidos. No dia seguinte ao seu regresso, Juscelino, preocupado com os rumores de um golpe que interrompesse a normalidade democrática, foi a Brasília encontrar-se com Jango. Na reunião, em que o ex-presidente se fez acompanhar por Amaral Peixoto, presidente do PSD, Jango afastou qualquer possibilidade de dar uma guinada à esquerda, anunciou que faria no início do ano seguinte, em 6 de janeiro, mais uma reforma ministerial — logo apelidada de “ministério dos Reis Magos” — e acenou com a possibilidade de o PTB apoiar JK em 1965.

Manobrando para ter cacife para a própria sucessão, mas desejando manter-se na Presidência, o que era vetado pela Constituição, foi fundamental para Jango o controle que passou a ter do PTB. O presidente jogava também com a possibilidade de ser o grande eleitor em 1965 e catapultar sua candidatura para as eleições de 1970. Daí, ter incentivado, como instrumento para ampliar sua influência política além dos limites do PTB, a criação do Grupo Patriótico Reformista, em 11 de dezembro, cujos principais líderes eram os ministros Oliveira Brito e Expedito Machado.

Se Jango, Lacerda e Juscelino se movimentavam, a esquerda, com Brizola e Arraes à frente, não ficava atrás. No dia 14, o almirante Aragão, comandante dos fuzileiros navais e chamado pela esquerda de “almirante do povo”, foi homenageado no Rio de Janeiro em um almoço para 600 convidados, entre os quais Brizola,

Arraes, os deputados federais Marco Antonio Coelho (principal representante dos comunistas no Congresso Nacional), Sérgio Magalhães, o filósofo Álvaro Vieira Pinto e o líder sindical Hércules Corrêa. Um dos oradores foi o sargento Luís Carlos Prazeres, que fez violento discurso em defesa dos sargentos, das reformas de base, da Revolução Cubana e da ida de Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda. O sargento Prazeres foi preso no dia seguinte e permaneceu 20 dias detido.^[304] Outra parte da esquerda, minoritária, é verdade, estava do outro lado do mundo: na China. João Amazonas e alguns líderes do PC do B visitaram o país durante vários dias e conversaram mais de três horas com Mao Tsé-tung. “Ficamos, digamos assim, encantados”,^[305] confessou Amazonas.

Nas formaturas de fim de ano, Jango aproveitou todas as ocasiões para manter acesa a chama das reformas. Teve de ouvir discursos nem sempre claros. Um bom exemplo aconteceu no dia 10 de dezembro, quando compareceu ao Instituto Rio Branco, onde estavam se formando 43 diplomatas. O orador da turma, José Guilherme Merquior, em um discurso simpático ao governo e à política externa, tão combatida pela direita, saudosa dos tempos de alinhamento automático à política norte-americana, estabeleceu uma relação difícil de entender entre a política interna e a externa: “Quanto mais se alimente da vida interna do Brasil quanto nutrida e abeberada da fonte dessa intimidade, mais será nossa política externa um instrumento agudo de política interna, um tema eficaz para intervir com felicidade na condução de nossa problemática”.^[306]

Para a felicidade do presidente, porém, na maior parte das vezes, os oradores eram claros e repetiam os velhos chavões otimistas sobre “o glorioso futuro do Brasil”. Dias depois, compareceu à formatura dos alunos do Ginásio Santana, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, onde estudara nos anos 30. Mesmo não sendo o momento e o local mais adequados para esse tipo de alocução, Jango reiterou o discurso monocórdio da importância das reformas: “Não nos conformaremos mais com uma Pátria subjugada por velhos preconceitos, [...] acorrentada a estruturas incapazes de corresponder à gravidade dos problemas que temos o dever de solucionar”.^[307] Até então, em nenhum momento, identificou quais

eram os “velhos preconceitos”, as “estruturas”, os “problemas” e, principalmente, as formas de superá-los.

No dia 19, Carvalho Pinto pediu demissão, desgastado com a “fritura” patrocinada por Jango, que queria o cargo de volta mas não se arriscava a demiti-lo, temeroso do prestígio político adquirido pelo ministro. Carvalho Pinto, aliás, poderia ser um dos candidatos à eleição presidencial em 1965, o que não estava nos planos de Jango. Havia semanas o ministro da Fazenda vinha sofrendo ataques diários da esquerda, que contou com o beneplácito silencioso do presidente da República, magoado com o ministro desde o episódio da proposta do estado de sítio, que contou com cerrada oposição do político paulista.

A situação agravou-se no fim de novembro, após a entrevista de Jango à revista *Manchete* e as severas críticas feitas pelo presidente à situação econômica do país. Desgostoso, Carvalho Pinto preferiu que Hélio Bicudo, seu chefe de gabinete, fosse ao Palácio das Laranjeiras entregar a carta de renúncia às 21h20. Nesse momento, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o ex-ministro foi recebido entusiasticamente por seus correligionários e saiu carregado nos ombros por seus partidários. Na carta de demissão, Carvalho Pinto fez questão de marcar posição: “Esta minha atitude não é fruto precipitado de instantâneas reações emocionais ou resultante ingênua de provocações ingênuas daqueles que lutam desesperadamente pelo afastamento do ministério de alguém que não se subordina às suas ambições e interesses pessoais ou de grupos; mas, pelo contrário, tratou-se de uma deliberação refletida de quem não considera vantajoso ao país a simples ocupação de um cargo desta relevância quando deixam de existir condições para o seu exercício independente, vigoroso e renovador, à altura das responsabilidades do momento”.^[308] Foi um recado triplo: para Jango, Brizola e os eleitores de 1965.

A saída de Carvalho Pinto significou uma vitória para o ex-ministro, pois abandonava um barco que, à deriva, apesar dos seus esforços, dificilmente chegaria a porto seguro. Também se mantinha como alternativa presidencial para 1965. Para Jango, representou a destruição da última ligação sólida que ainda mantinha com o

empresariado, especialmente o paulista. Carvalho Pinto dava um ar de severidade e austeridade administrativa a um ministério composto por algumas figuras histriônicas — como o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que despachava à noite em uma boate do Rio de Janeiro — e outras acusadas de tratar a coisa pública de forma pouco ortodoxa. As negociatas ocorriam de diversas formas. Uma delas eram as importações com câmbio privilegiado: não havia taxa fixa de câmbio para os produtos importados, e algumas mercadorias tinham taxa especial e dependiam da autorização presidencial, de modo que uma variação entre 20 e 30% na taxa significava ganhos de milhões de cruzeiros para o importador. Nomeação para o funcionalismo público, autarquias e empresas estatais eram feitas a rodo — prática que não era original na política brasileira. Muitas vezes, a pressa era tanta que nem se observavam as regras do cargo para o qual se estava nomeando o apadrinhado: o presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) nomeado para um cargo acabou não podendo tomar posse, pois se exigia diploma de nível superior!^[309] Samuel Wainer conta que certo dia foi convocado para ir falar com Jango. O presidente pediu que ele substituísse o homem encarregado de fazer a ligação entre o governo e os empreiteiros. Estes venciam as concorrências públicas — simuladas — e pagavam comissões para o PTB, que eram recolhidas pelo jornalista todo mês, sempre em dinheiro, e entregues “nas mãos de João Goulart”.^[310]

A nomeação de Ney Galvão para o Ministério da Fazenda foi muito mal recebida. Quando Jango comunicou a escolha, nem seus íntimos, como Darcy Ribeiro, acreditaram, pois achavam que ele seria somente ministro interino, esquentando a cadeira até a designação de um nome expressivo para pasta tão importante, especialmente naquela terrível situação econômica.^[311] Se a centro-direita e a direita ficaram atônitas com o pedido de exoneração de Carvalho Pinto, a esquerda ficou perplexa com a nomeação de Galvão, pois, durante dois meses, insistiu e chegou a dar como certa a escolha de Brizola — que somente foi sondado por Jango para ser ministro da Viação e Obras Públicas. O deputado Almino Affonso resumiu bem o sentimento da esquerda: “A nomeação é uma

escamoteação a mais. Se é definitiva, constitui um desrespeito aos interesses do povo; se é provisória, não passará de uma brincadeira de mau gosto”. E continuou: “Denunciamos publicamente o fracasso da política conservadora do presidente João Goulart, quer no plano das reformas — que não foram sequer esboçadas —, quer no plano da política econômico-financeira a refletir-se duramente na vida do povo”.^[312] O episódio revelou que não eram apenas os conservadores que acusavam o governo de não desejar seriamente as reformas, uma vez que nem sequer tinha encaminhado o conjunto das propostas para o Congresso Nacional. Nesse episódio, foi a esquerda, representada por um político atuante, que tinha sido ministro do Trabalho de Jango e líder do PTB na Câmara, que mostrou que o rei estava nu: “É uma vitória do negociismo”, disse o deputado.

A partir desse momento, o grupo liderado por Leonel Brizola abandonou qualquer possibilidade de aliança com Jango e passou a apostar em um projeto próprio para tomar o poder. Como não poderia ser candidato em outubro de 1965 à Presidência da República e não estava propenso a apoiar outro candidato de esquerda, pois, a bem da verdade, nenhum tinha viabilidade eleitoral, jogou todas as suas fichas na radicalização política. Para isso, foi fundamental a criação, em 25 de outubro, dos grupos dos onze, “caminho para criar um partido revolucionário”.^[313]

A iniciativa surgiu durante os programas na rádio Mayrink Veiga, onde semanalmente Brizola falava para uma rede nacional de emissoras. Cada grupo deveria ter 11 participantes, como um time de futebol, e um deles seria o capitão. Para o deputado, seria como no futebol, “onde cada um tem a sua missão”. Numa curiosa concessão ao burocratismo brasileiro, associou-se a intenção revolucionária à tradição cartorial. O grupo deveria se reunir e assinar uma ata: “Nós, os 11 brasileiros abaixo-assinados, constituímos nesta data um Comando Nacionalista [*um espaço em branco era reservado ao endereço*] e escolhemos para líder e comandante o companheiro [*espaço para o nome*]. Nesta data estamos também comunicando nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas patrióticas de nosso povo, realização imediata das reformas de base

[*principalmente a reforma agrária*], e a libertação da nossa Pátria da espoliação internacional, conforme denúncia que está na Carta-Testamento do Presidente Getúlio Vargas”. Em seguida vinha um espaço para a cidade e outro para a data e, logo abaixo, reservavam-se 11 linhas para as assinaturas.^[314]

A reunião de 11 grupos formaria um distrito, e 22 distritos — outra vez a referência ao futebol, no caso à vitoriosa seleção brasileira e seus 22 jogadores — formariam uma província, e 11 províncias, uma região. É impossível saber o número exato desses grupos. De todo o Brasil chegavam cartas à rádio Mayrink Veiga, com atas formalizando a criação deles.^[315] Como a documentação acabou ficando na rádio, quando veio o golpe militar, as atas serviram de instrumento para a perseguição de brizolistas, facilitando o trabalho da repressão instituída pela “nova ordem”.

A criação do Grupo dos Onze fazia parte da estratégia brizolista de chegar a qualquer preço ao poder e tinha forte influência da Revolução Cubana. Brizola sabia que no PTB — então sob controle absoluto de Jango e com um sólido grupo direitista, especialmente os deputados recém-chegados ao partido — não havia espaço para a sua política. A busca de alianças com outras forças de esquerda e o controle dos grupos davam-lhe importante cacife político. Para o ex-governador, as “grandes tarefas que devem absorver nossa tenacidade e nossas energias são: organização, organização, organização. Somente assim estaremos preparados para os momentos cruciais que se aproximam”. Do cunhado, não esperava mais nada: “Ele e eu nos conhecemos na política e tínhamos as mesmas idéias. Ele é um reformista, desses que têm desejos de pintar as paredes dos ranchos dos camponeses, deixando-as muito bonitas, porém ficando eles com a casa-grande. Não se dão conta que é na casa-grande que se deve instalar a sede da cooperativa. Eu fui abandonando essas idéias, compreendendo mais claramente as coisas, e ele foi fazendo uma política de conciliação, de tal modo que agora o nosso diálogo é cada vez mais difícil”. E advertiu a população de que, para julgar seus líderes, era importante “que se observe não o que dizem, senão a ação daqueles a quem segue.

Porque uma ação corajosa vale mil vezes mais do que um milhão de palavras, por audaciosas que sejam”.^[316]

Para não perder a iniciativa política das reformas e, ao mesmo tempo, constrangendo o Congresso Nacional, Jango determinou que a Supra (Superintendência de Política de Reforma Agrária), que ainda não tinha dado sinal de vida, apesar de ter sido criada havia dois anos, elaborasse um decreto para reformar o regime de propriedade da terra. Foi claramente uma atitude provocativa, pois tal tema teria de passar necessariamente por negociação no Congresso e até por reforma constitucional: não era, portanto, cabível que um simples decreto de uma autarquia valesse mais do que um artigo da Constituição.

Pelo decreto, seriam desapropriadas, por interesse público, terras que estivessem numa faixa de dez quilômetros às margens de estradas, açudes e outras obras públicas federais. Quando foi divulgado o seu teor, antes da assinatura do presidente, logo surgiram vozes protestando. Uma das primeiras foi a do presidente do PSD, Amaral Peixoto, que ameaçou retirar o apoio do seu partido a Jango. Na verdade, os estudos técnicos foram feitos de forma atabalhoada e sem especificar as diferenças regionais. Desapropriar terras às margens das estradas federais nos estados do Rio de Janeiro e, principalmente, de Minas Gerais — para ficar somente em dois exemplos —, traria sérios problemas, pois, como havia muitas estradas e obras federais por todo lado, um grande número de propriedades seria atingido, diferentemente do que ocorreria no Norte e Centro-Oeste. Ademais, a reforma agrária deveria ter alguma vinculação com as demandas dos movimentos que lutavam pela terra, mas isso não interessava a Jango, pois teria de negociar com movimentos organizados e independentes, o que nunca foi do seu agrado, e sobre os quais o PTB tinha influência política desprezível.

A reforma agrária não poderia ser obra de canetada, mas resultado de estudos sobre como a questão se apresentava em cada região do país. Mas a Supra não fez nada disso: o decreto servia de uma espécie de coação aos adversários da reforma, uma espada de Dâmocles pairando sob a cabeça dos proprietários rurais e do seu

principal partido, o PSD, que ameaçou romper com o governo. Amaral Peixoto e Tancredo Neves foram conversar com Doutel de Andrade, líder do PTB, sobre a proposta do presidente para a reforma agrária. Doutel deu uma risada e respondeu: “Mas o senhor acredita na reforma agrária do Jango?! No dia em que ele fizer uma reforma agrária, o que vai fazer depois?!”.^[317]

O decreto da Supra não passou de mais um instrumento de propaganda do presidente, dirigido, por paradoxal que seja, às massas urbanas. Tudo isso sem que se desapropriasse um hectare de terra sequer: era só retórica, tanto que 1963 terminou sem que o decreto fosse ao menos assinado pelo presidente. O mesmo ocorreu com a Lei de Remessa de Lucros. Aprovada em 17 de agosto de 1962 pela Câmara dos Deputados, depois de muitas discussões, a lei foi encaminhada para a sanção presidencial. Passaram-se os dez dias regulamentados pela Constituição e Jango não assinou nem vetou. A lei acabou promulgada pelo Presidente do Congresso Nacional em setembro. O silêncio presidencial passou então para os dispositivos que deveriam regulamentá-la: até dezembro de 1963, 15 meses depois da promulgação da lei, nada havia ocorrido.^[318]

O balanço da economia no fim do ano foi desesperador. O produto nacional bruto (PNB) teve crescimento pífio de 1,5%, quando, no ano anterior, foi de 5,3% e, em 1961, tinha sido de 10,3%. A renda per capita, que em 1961 tinha crescido 7,2%, caiu para 2,3% em 1962 e em 1963 teve crescimento negativo de 1,3%, o pior resultado desde o início do acompanhamento anual desse indicador. O déficit público, que no período representou em média 0,7% do PNB, alcançou 3,8% em 1963. A inflação, que em 1962 foi de 54,8%, saltou para 78%: o nível mais alto do século até aquele momento. Estimava-se que em 1964 a inflação continuaria subindo, em decorrência do desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, da emissão descontrolada de moeda e da expectativa negativa em relação à política econômica do governo; o déficit público cresceria em razão do aumento da dívida pública, dos gastos do governo, e a renda per capita se manteria em um patamar próximo a zero.^[319] E, para os agentes econômicos, a saída de Carvalho Pinto e a nomeação de Ney Galvão foram um sinal de que

os assuntos financeiros estariam exclusivamente a serviço dos planos políticos de Jango, que, desafortunadamente, ninguém sabia com certeza quais seriam.

As relações com os Estados Unidos estavam em compasso de espera. Carvalho Pinto tinha acertado uma viagem no início de 1964 a Washington para novamente negociar com os credores americanos. O Brasil era o maior devedor do Eximbank, e o governo americano não deu sinais de que iria emprestar dinheiro novo: no máximo, prorrogaria o pagamento de alguns empréstimos prestes a vencer. O ministro da Fazenda tinha em Lincoln Gordon um aliado, que temia que o Brasil declarasse uma moratória unilateral.^[320]

A morte de John Kennedy, em 22 de novembro, na leitura de Jango, traria mais dificuldades para essas negociações. Julgava que tinha boas relações pessoais com o presidente americano e com a família Kennedy e fez questão de comparecer à embaixada americana para prestar homenagem ao presidente assassinado em Dallas, no Texas. Goulart escreveu uma carta para o presidente Lyndon Johnson desejando-lhe felicidades. Não o conhecia, nem a Thomas Mann, nomeado secretário-assistente de Estado para Negócios Interamericanos e coordenador da Aliança para o Progresso. Respondendo à carta de Jango, que — como era inevitável — falava nas reformas, Johnson escreveu: “O desenvolvimento deve ser acompanhado de reformas para modernizar as estruturas econômicas e sociais, para erguer instituições duráveis; [...] neste grande esforço para o progresso econômico e social em toda a América Latina, estou certo de que a Aliança para o Progresso pode ser de suma importância”. Depois de afirmar que era por meio da cooperação com os Estados Unidos que as reformas poderiam ser feitas, Johnson entrou no assunto que mais preocupava os americanos: “No caso do Brasil surge como preocupação imediata o problema do endividamento. Sendo o governo dos Estados Unidos credor com respeito a somente uma parcela relativamente pequena das obrigações a vencer presentemente ou que serão vencidas nos próximos anos, a iniciativa brasileira para colocar este problema dentro de proporções exequíveis deveria ser dirigida principalmente a entendimentos com

os fornecedores comerciais, agências internacionais e governos. [...] O governo dos Estados Unidos, todavia, se apresenta pronto à colaboração nas negociações para este fim”.^[321]

Mas nada parecia abalar Jango, que se mantinha otimista mesmo em meio ao caos financeiro, político e militar. Em um jantar público de fim de ano, provavelmente tomado pelo espírito natalino, tão típico do Brasil, imaginou um ano de 1964 muito diferente do que acabou sendo. Para ele, seria o “ano das reformas. [...] Precisamos combater as causas e não os efeitos. Estamos cansados de combater efeitos. Devemos ir diretamente às causas que afligem este país”.^[322]

Dias depois, no seu sítio de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, em plena noite de Natal, Jango recebeu um assessor. Estava sozinho, sentado no sofá da sala, tendo ao lado o filho João Vicente, já sonolento. Como era costume nessas ocasiões, já devia ter bebido muito. Naquela época, nas festas realizadas no Rio de Janeiro, era comum tomar uma droga conhecida comercialmente como Pervitin, que provocava estado de euforia e excitação, potencializado pela mistura com o álcool.^[323] Obviamente, não é possível conhecer o estado real do presidente nessa noite, mas o relato de um assessor é sintomático. Jango recebeu-o falando como se estivesse conversando havia um bom tempo: “Essa gente pensa que eu tenho medo. Medo de quê? Ninguém neste país sofreu mais pressões do que eu”. Continuou, excitado: “Agora é esse barulho todo porque quero fazer as reformas, porque vou fazer as reformas. Mas vou fazer mesmo. Não adianta. Não tenho medo. Não tenho medo nem de morrer”. Destilou seu desprezo aos políticos: “Não vou mais conversar com políticos. Não adianta. São contra. Só converso com militares”. Com certa euforia, concluiu seu discurso para um só espectador: “Estou de mãos livres para fazer as reformas. Vou fazer. Se me apertarem muito, quem sabe? Eu renuncio. Não como o Jânio. Renuncio com as coisas preparadas. Com os militares conversados. Renuncio e vou para o Sul, esperar”.^[324]

Como reza o velho provérbio latino: *in vino veritas*.

Reforma ou golpe?

O PARTIDO COMUNISTA, depois das discordâncias em outubro de 1963, iniciou 1964 como aliado incontestado de Jango. Para o PCB, apoiar as reformas era então “o principal meio de fazer avançar o processo revolucionário. A conquista dessas reformas, independentemente dos fins que persigam os diferentes grupos sociais, volta-se contra a espoliação imperialista e o atraso semifeudal. Entretanto, os efeitos que delas resultarem, naturalmente na medida em que a luta seja dirigida pelas forças de vanguarda, atingem cada vez mais o capitalismo como sistema de exploração do homem pelo homem”. [325] O apoio incondicional dos comunistas, porém, tinha um preço: desejavam determinar o rumo político do governo. Nessa época, eram freqüentes os encontros de líderes comunistas com Jango. Nas conversas noite adentro, tentavam impor seus projetos. Numa dessas reuniões, cansado de ouvir o receituário comunista, Jango retrucou: “Vocês querem que eu faça a revolução por vocês?”. [326]

Logo no dia 3 de janeiro, em entrevista ao programa *Pinga Fogo*, da TV Tupi, Prestes deixou clara a opção preferencial pelo janguismo. Ao ser indagado sobre qual candidato o partido apoiaria em outubro de 1965, o líder comunista respondeu: “Talvez possa ser o governador Arraes. Agora, as dificuldades para essa unidade, sabemos que não são pequenas. E há outras dificuldades, porque o próprio presidente Goulart pode pretender ser o candidato; talvez mesmo, o candidato do presidente Goulart à Presidência da República seja ele mesmo. Não sei como pretende chegar lá. Será através de uma reforma constitucional? Pode ser, não? Reformar a Constituição para permitir a reeleição”. E continuou: “Entre os candidatos das forças patrióticas, entre os que estão aí, talvez o

presidente Goulart ainda seja mesmo o melhor, se a Constituição permitir”.^[327] Recado mais claro, impossível.

Para o PCB, entre as reformas de base incluía-se a alteração do artigo 139 da Constituição, que declarava inelegível o “Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o Vice-Presidente que lhe tenha sucedido ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído”. Era a primeira manifestação pública de um partido defendendo a reeleição de Jango, até então insinuada apenas nos bastidores.

Para Jango, era essencial ter a iniciativa política. Na mensagem de fim de ano, desenhara um feliz 1964: “Na noite que antecede a manhã de um novo ano, desejo-vos também um amanhecer portador de novas e justificadas esperanças em razão das quais possamos renovar a nossa fé nos gloriosos destinos do Brasil”. Dentro da tradição messiânica nacional, concluiu: “Que Deus vos guarde, meus patrícios, e para todos nos ilumine o caminho de nossa redenção”. Antes da menção a Deus, recordou seu tema predileto, associando-o à disparada dos preços: “Não há mais possibilidade de se conter a avalanche inflacionária dentro do sistema financeiro e das estruturas vigentes”.^[328]

Já o ministro Jair Dantas Ribeiro aproveitou sua mensagem para, em típico estilo castrense, dissertar sobre a fraternidade, tema pouco afeito à profissão das armas. Era um recado aos inimigos de Jango, com tinturas de sociologia positivista aprendida nos bancos da Escola Militar: “Não é fraternidade o desdenhar a miséria do próximo, sobretudo quando ele acorda no mesmo solo pátrio; não é fraternidade o distanciar-se dos problemas humanos, das necessidades dos semelhantes, das situações aflitivas dos próprios irmãos. Não é fraternidade as fraudes às liberdades individuais, a falsa avaliação da Justiça, a arbitrária distribuição dos direitos”.^[329]

O primeiro bimestre, quando as atividades políticas formais estiveram quase em recesso, serviu para o governo costurar um conjunto de medidas que mostrasse claramente que 1964 seria o momento de iniciar uma nova fase do governo. Era mais um recomeço, isso quando faltavam somente dois anos para o término

da sua gestão. Apesar do clima político tenso, o presidente manteve o mesmo comportamento.

Em 6 de janeiro, quando recebeu em seu apartamento no edifício Chopin, em Copacabana, o jornalista Samuel Wainer, seu amigo de longa data, proprietário da *Última Hora*, único jornal de expressão que apoiava o governo, Jango, como sempre, estava “rodeado de capangas e velhos amigos, todos bebendo uísque, com os pés confortavelmente colocados sobre mesas”. Wainer foi visitá-lo porque o plebiscito que aprovara o retorno ao presidencialismo, em 6 de janeiro de 1963, fazia um ano. Quando disse a Jango que queria cumprimentá-lo pela “data de hoje”, o presidente respondeu: “Que dia é hoje?”. Pensou que a visita fosse por causa do aniversário do filho ou do Dia de Reis. Wainer tentou recordar o fato: “Jango, 6 de janeiro é uma data muito importante na História do Brasil e, principalmente, na tua vida”. Mas nada fez com que ele se lembrasse do plebiscito. O diálogo continuou: “Não é possível que você tenha esquecido essa esplêndida vitória em apenas um ano!”. Jango confessou: “Pois é, esqueci”.^[330]

Um dos temas mais candentes da agenda política reformista era a Lei de Remessa de Lucros. Parecia até que Jango também a houvesse esquecido. Afinal, a lei tinha sido sancionada pelo Congresso em setembro de 1962 e havia 15 meses estava aguardando que o presidente a regulamentasse, o que aconteceu somente em 18 de janeiro de 1964. O episódio serviu para demonstrar a dubiedade do governo. A lei fora aprovada pelo Congresso — acusado sistematicamente pelo presidente de impedir qualquer reforma — depois de intensos debates, obtendo apoio até mesmo dos partidos conservadores; aprovada aguardou, como vimos, a sanção presidencial, que, não ocorrendo no prazo previsto, obrigou o Congresso a sancioná-la, apesar da importância do tema, especialmente para a agenda governista.

Finalmente, a 18 de janeiro de 1964, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, Jango regulamentou a lei. Não justificou os 15 meses de atraso, pelo contrário, assumiu um tom agressivo: “Os meus acusadores são os mesmos que já tramaram o golpe contra a posse do saudoso e grande presidente Vargas. A nação ainda não

esqueceu a conjura que se formou, mais recentemente, para impedir a minha posse na Presidência da República. É desses grupos infatigáveis, em seus desígnios antinacionais e antipopulares, que partem as acusações contra meu governo. [...] O dilema hoje não é reforma ou golpe. [...] Sabemos que a nação enfrenta um único e verdadeiro dilema, já definido pelo jovem e grande estadista John Kennedy: o dilema é reforma ou revolução”.^[331] Apesar da simpática referência ao falecido presidente dos Estados Unidos, Jango não obteve apoio do embaixador Lincoln Gordon e do governo norte-americano, pois, nos 15 meses entre a sanção da lei e sua regulamentação, o presidente brasileiro tinha conversado diversas vezes com o embaixador e assumido o compromisso que vetaria alguns artigos, o que não ocorreu. Tempos depois, Gordon registrou: “Ele era uma rolha balançando na água. Goulart ia sempre pela última opinião que ouvia”.^[332]

Diversamente do que imaginava Gordon, os movimentos de Jango ora à direita, ora à esquerda não foram a esmo, mas eram um meio de se equilibrar politicamente, aguardando um cenário mais claro que permitisse tomar uma atitude afirmativa. Acenou à direita e à esquerda durante 16 meses. O problema crucial era que em 1964 não haveria condições para manter esses movimentos oscilatórios, pois a gravidade da crise econômica e da crise política obrigaria o presidente a tomar uma decisão. Brizola, por exemplo, tinha se recusado a voltar a conversar com Goulart, irritado com sua falta de firmeza política: “Conversar para quê? O Presidente não decide. [...] O Presidente ama o poder, mas detesta o governo”.

O jornalista Carlos Castello Branco resumiu bem o momento: “Numa coisa, porém, coincidem o Presidente e o deputado do PTB. Ambos não estão interessados na sucessão presidencial, como se ambos não acreditassem nela ou não vissem nela a realização dos seus verdadeiros anseios. O sr. Brizola acha que o sr. Goulart pensa inutilmente no golpe e o sr. Goulart acha que o sr. Brizola pensa inutilmente na revolução”.^[333]

Não eram só os dois cunhados que pensavam em golpe: a direita militar também planejava o seu desde 1962, tendo três grupos ativos, mas que atuavam sem conexão. O almirante Sílvio

Heck viajava pelo país buscando apoio à catilinária golpista, sem muito sucesso, e o general Olympio Mourão Filho, comandante da ^{IV} Divisão de Infantaria em Juiz de Fora, Minas Gerais, havia muito tempo tentava articular a derrubada de Jango. As conversas de ambos, porém, não passaram de vagas promessas de apoio, sem resultado concreto. Irritado, Mourão Filho registrou no seu diário: “Sempre a mesma conversa, [...] nada de substancial. [...] O Costa e Silva é um medroso pior do que os outros”.^[334] Também Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, junto com o general Cordeiro de Farias, tentava organizar um grupo com base no Rio de Janeiro, mas a pregação golpista não ganhava adeptos, especialmente entre os comandantes de tropas. Mas tinham apoio político: o deputado Raul Pilla, em 1.º de fevereiro, declarou que o país vivia um dilema: “Ou a democracia remove o sr. João Goulart, ou o sr. João destrói a democracia”.^[335]

Os dois mais fortes candidatos à Presidência em 1965, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, estavam no meio do tiroteio político e sabiam que um golpe de Estado, de direita ou de esquerda, inviabilizaria as eleições do ano seguinte. E ambos — apesar da não-realização das convenções nacionais, tanto da ^{UDN} como do ^{PSD} — eram os favoritos. Numa pesquisa realizada pelo Ibope com o nome de quatro possíveis candidatos, Juscelino obteve 37% das preferências, Lacerda, 25%, Ademar, 9% e Magalhães Pinto, somente 7% (23% responderam que não sabiam em quem votariam ou votariam nulo ou em branco).^[336]

Lacerda e Juscelino tomaram conhecimento das articulações golpistas, mas não as incentivaram, temerosos de perderem a oportunidade, diversamente de Magalhães Pinto, que sabia que não teria a legenda da ^{UDN} para as eleições (reservada para Lacerda) e que, na configuração das forças, não tinha espaço nem na direita nem na centro-direita, mesmo dando sinais de que gostaria de ter Arraes como vice. Daí a razão de manter contatos com militares golpistas — especialmente com o general Olympio Mourão Filho —, sem perder contato com a esquerda, trabalho que era realizado por seu secretário, José Aparecido de Oliveira. Mantida a legalidade, Magalhães estaria fora do páreo em 1965 e nem sequer seria o

grande eleitor em Minas Gerais, pois Juscelino já tinha as suas bases e Lacerda havia ampliado sensivelmente sua influência no estado durante os dois anos anteriores.

O governador da Guanabara, porém, que recebia informações das articulações da direita golpista, por estranho que pareça, não as incentivava: “Não contem comigo para representar o papel de boi de piranha. Não vou promover ou agravar crise nenhuma, para assim abrir caminho aos outros e sacrificar-me a mim mesmo”.^[337] No fim de janeiro, Juscelino deu uma longa entrevista à revista *Manchete*. Em meio às costumeiras frases de efeito (“não tenho tempo para odiar”; “lutarei contra a miséria”; “cinco anos de agricultura, cinqüenta anos de fartura”; “os sargentos não podem ficar à margem do jogo político”), o ex-presidente afirmou que “o Brasil não acredita em golpe”. Continuou: “Nas conversas com chefes militares encontrei unânime convicção legalista. No ambiente civil e na opinião pública não encontrei uma só pessoa contrária à realização de eleições livres em 65. Tenho todos os motivos, portanto, para confiar na realização destas eleições. E tenho até dúvidas sobre a existência de golpistas no país, pelo menos, por enquanto, pois todos estão jogando na parada das urnas”. E, otimista, concluiu: “Quem conspira, no momento, conspira justamente para que haja o pleito presidencial”.^[338]

Para o PCB, de acordo com o “Cavaleiro da Esperança”, o “movimento popular hoje é tão forte que a reação não conta com forças para deter o avanço democrático. Uma tentativa das forças reacionárias de levar à prática um golpe de Estado conduziria à guerra civil, cujo desfecho seria apenas um: a vitória do povo”. Quando estava visitando a União Soviética, no fim de janeiro, onde manifestou também seu apoio a Nikita Krushev, líder soviético, com quem teve uma entrevista, Prestes declarou à agência oficial Tass: “Todo encontro com os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética dá sempre resultados fecundos aos comunistas brasileiros”.^[339] Depois viajou sigilosamente para Cuba e, para não chamar a atenção, utilizou o avião pessoal de Krushev.^[340]

No campo da esquerda, havia outros agrupamentos que participavam periféricamente das saídas para a crise. Um deles, a

Política Operária (Polop), no seu jornal fazia a apologia da Revolução Cubana, divulgava a luta dos camponeses pela terra e defendia o movimento dos sargentos. Para a Polop, as reformas só sairiam com um governo dos trabalhadores, sem aliança com Jango, Brizola ou o PCB; sobre a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que sempre contou com presença importante de economistas brasileiros, afirmava ser nada mais do que uma instância em que as burguesias buscavam “termos de compromisso menos desfavoráveis”, pois estavam “impossibilitadas de libertar-se da espoliação imperialista”. Os sargentos, segundo a Polop, tinham aceitado os regulamentos das Forças Armadas antes de conhecer o Brasil, “sem [...] conhecer sua estrutura, seu sistema econômico e, o que é pior, sem saber como se desenvolvem suas relações de produção e sua dinâmica social”.^[341] Junto com o PC do B e os setores que defendiam a luta armada nas Ligas Camponesas, a Polop formava uma esquerda insana, distante dos movimentos populares e aliada, mesmo sem desejar, dos setores golpistas, graças à sistemática propaganda de desqualificação da democracia como instrumento de transformação social.

Já o ex-ministro Francisco San Tiago Dantas tentava, desde o último bimestre de 1963, formar a Frente Progressista, que uniria, segundo imaginava, setores de centro e de esquerda para dar sustentação política às reformas preconizadas pelo presidente. Contudo San Tiago Dantas nunca foi levado muito a sério por Jango, que, no fundo, desprezava o ar de intelectual do professor de Direito.^[342] Dantas designava o programa da Frente como uma manifestação da “esquerda positiva” para “obter ampla base de apoio e que pode, assim sendo, converter-se, no curto prazo, em realidade, diminuindo as tensões internas e criando condições para o prosseguimento de uma obra renovadora de governo, por métodos democráticos”.^[343] Nada mais distante do que pensavam Jango, Brizola, os militares direitistas, o PCB, enfim, todas as correntes que davam as cartas na conjuntura política do início de 1964. Dantas lavrava no mar, pois a criação de uma frente — e não seria a primeira nos últimos anos — enfraquecia ainda mais os partidos. Além disso, o ex-ministro da Fazenda ignorava que a crise também

era produto da antecipação do calendário eleitoral referente à eleição presidencial, devido ao retumbante fracasso do governo Jango. Dar viabilidade à Frente era fornecer mais um pouco de gás ao governo, o que também não interessava nem a Juscelino nem a Lacerda, os mais fortes concorrentes às eleições de 1965.

Para manter a ofensiva política antes da reabertura do Congresso, em 15 de março, Jango planejou a proposição de uma série de medidas consideradas populares. Para dar maior repercussão, decidiu pela organização de grandes comícios: o primeiro deles no dia 13 de março, no Rio de Janeiro. Depois mais um outro em Belo Horizonte, no dia 21 de abril, feriado nacional em homenagem à Inconfidência Mineira — nesse comício, a extrema-direita local estava preparando um atentado para assassinar Goulart^[344] —, e terminando no 1.º de maio, em São Paulo.

Dessa forma, o presidente percorreria o trio de ferro da política brasileira: obteria apoio popular e encurralaria o Congresso, como em 1962, quando foi aprovado o plebiscito. O primeiro comício foi decidido no dia 25 de janeiro, no apartamento de Jango, no Rio. Lá estiveram presentes diversos líderes sindicais, todos da extrema confiança do presidente, que, entusiasmado, declarou: “Vamos fazer uma grande manifestação popular em frente ao Ministério da Guerra. O Jair já está de acordo. E tudo está sendo preparado: palanque, tanques do Exército, tudo programado”.^[345] Tanques e palanques, diga-se, faziam parte da estratégia janguista, principalmente os primeiros. Buscando ampliar suas bases na FAB, que ainda era dominada pelo brigadeiro Eduardo Gomes, convidou os novos brigadeiros para um jantar em Petrópolis. No breve discurso, fez questão de falar sobre democracia e, por tabela, criticar o Congresso: “É esta democracia que nós desejamos ter cada vez mais forte e mais prestigiada e não antiquada e obsoleta. Esta democracia nós queremos viva e atraente, renovada pela reformulação das estruturas que não mais correspondem aos anseios do povo brasileiro”.^[346]

Jango fazia questão de atrair as Forças Armadas para a arena política, transformando-as em partícipes das chamadas reformas de base, ou seja, do seu projeto político. Tanto que patrocinou a

assinatura de um convênio entre a Supra e os ministérios militares: a reforma agrária verde-oliva. Na solenidade, destacou “a identificação [das Forças Armadas] com as aspirações do povo e os anseios da nação”, que “em todas as épocas da nossa história emprestaram conceito técnico e apoio moral às obras e iniciativas que assimilaram à marcha de nosso progresso social”. Por isso, as reformas de base, segundo ele, “não poderiam deixar de contar com a cooperação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica”.^[347]

Mas havia grupos conservadores avessos a essa relação. Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), se opôs ao convênio e em nota afirmou que ela poderia “envolver o Exército em questões que não são da sua alçada e dar-lhe uma posição não expressa em suas finalidades”.^[348] A nota foi devolvida pelo ministro Dantas Ribeiro, seu superior hierárquico, que não o puniu, isso apesar de dias antes ter circulado entre os oficiais um documento chamado *Lealdade ao Exército*, cuja confecção tivera a participação preponderante do mesmo general.^[349] Nesse ínterim, o ministro Dantas Ribeiro viajou ao Nordeste e voltou “impressionado com a coesão e espírito legalista das guarnições sediadas na região”.^[350]

De acordo com a tradição brasileira, especialmente a carioca, o Carnaval, na segunda semana de fevereiro, acabou esfriando a cena política. A imprensa concentrou suas atenções nos salões de baile da antiga capital federal. A grande polêmica foi a proibição determinada pelo coronel Gustavo Borges, secretário de Segurança da Guanabara, de beijos na boca nos bailes, além do biquíni e do lança-perfume. Obviamente, todas as proibições foram ignoradas pelos foliões. E a notícia triste foi a morte do célebre Ari Barroso, no domingo de Carnaval: estava agonizando no hospital no momento em que a escola Império Serrano entrava na avenida com um samba-enredo em sua homenagem. A primeira-dama preferiu passar os feriados com os filhos no Espírito Santo, deixando Jango sozinho no Rio de Janeiro.^[351] É somente dentro deste espírito carnavalesco que pode ser entendida a declaração de Darcy Ribeiro, na quarta-feira de Cinzas: “Jango Goulart e o governo estão conspirando mas com o povo e pela democracia”.^[352]

Passado o Carnaval, no dia 21, Jango foi à Vila Militar participar de banquete em homenagem à vitória na batalha do Monte Castelo, na Segunda Guerra Mundial. Foi mais uma oportunidade para transformar uma cerimônia militar em demonstração de apoio político. O general Jair Dantas Ribeiro fez um discurso de saudação atacando os opositores de esquerda e direita, bem ao gosto de Jango: “Não nos aterrorizam os trombeteantes criadores de climas alarmantes; não nos impressionam os pretensiosos doutrinadores de teóricas fórmulas de salvação nacional; nem nos assustam os ultrapassados fabricantes de fantasmas imaginários”. Jango respondeu destacando, como sempre, o seu tema favorito — as reformas de base: “O Exército brasileiro tem uma tradição da qual muito se orgulha: a de estar sempre identificado com as aspirações mais sentidas do povo brasileiro. [...] Daí eu estar certo de que as reformas de base, de que tanto necessita o nosso desenvolvimento, hão de se processar pacificamente, dentro da lei e de acordo com os princípios cristãos que nos inspiram”.^[353]

Satisfeito com o dispositivo militar organizado pelo general Assis Brasil para defender o governo de um possível golpe — e com o apoio recebido publicamente dos chefes militares das três forças —, dois dias depois, Jango anunciou o aumento do salário mínimo para 42 mil cruzeiros, fortalecendo os laços com os sindicatos, que eram mantidos sob rígido controle do Ministério do Trabalho. Na cerimônia de assinatura do aumento, talvez tenha se lembrado de que dez anos antes fora obrigado a renunciar à pasta do Trabalho por ter duplicado o salário mínimo. Agora, porém, as condições pareciam radicalmente distintas. Tanto que fez questão de dar um tom grandiloquente ao breve discurso: “O dia da vitória está próximo. Vitória que não será minha, nem exclusivamente dos trabalhadores, mas de todo o povo brasileiro”.^[354]

O mês de março começou com o fim do horário de verão. Tudo parecia tranquilo. Falava-se em golpe, mas no Brasil de então falar em golpe era rotineiro. Jango estava no Mato Grosso pescando e caçando com a família, os presidenciáveis articulavam apoio para 1965, e as páginas dos jornais estavam recheadas de fofocas. O governo pôs em prática algumas medidas de forte apelo popular,

pois o índice de inflação do mês de fevereiro tinha alcançado 8,3% e o de janeiro, 7,7%.

Uma dessas medidas foi a ação de comandos criados pelo Codep (Comissariado de Defesa da Economia Popular) do Ministério da Justiça, que para a oposição tinha inspiração soviética devido ao uso da expressão “comissariado”. Foi necessário esclarecer que o governo já tinha criado um comissariado, em 1917, durante o governo de Venceslau Brás, que, como é sabido, nunca teve simpatia para com o comunismo.^[355] Os comandos eram formados por policiais e fiscais que percorriam as zonas comerciais multando e punindo os especuladores de mercadorias de consumo popular. Com a alta desenfreada dos preços e as fracassadas tentativas de tabelamento por parte da Sunab, inúmeras mercadorias estavam em falta e, quando eram encontradas, os preços estavam acima da capacidade de compra das classes populares. A inflação, que em 1963 tinha atingido o índice anual de 78%, nos três primeiros meses de 1964 dava mostra de que seria bem superior ao primeiro trimestre do ano anterior; daí o incentivo dado por Jango a ação do Codep, que não resolvia o problema da alta de preços — gerado pelo próprio descontrole econômico governamental —, mas dava ao presidente a popularidade necessária no momento do grande embate com o Congresso Nacional.

No dia 4, Jango estava no Rio de Janeiro e mais uma vez foi à Vila Militar, dessa vez para as comemorações do aniversário do Regimento da Escola de Infantaria (REI). Era a segunda vez que participava de um banquete na Vila Militar em menos de duas semanas. Assistiu ao desfile de tropas, recebeu como homenagem uma salva de 21 tiros e participou de um almoço com 1.500 convidados. No banquete, aproveitou mais uma vez para discursar. Numa época de alta incontrolada de preços — e que atingia os militares, especialmente numa cidade cara como o Rio de Janeiro —, lembrou inicialmente que tinha determinado a urgente revisão do Código de Vencimentos e Vantagens dos militares. Depois do agrado pecuniário, fez questão de destacar que o REI “há de estar sempre ao lado do povo, ao lado dos anseios legítimos e patrióticos de um povo”.

Três dias depois, o presidente foi homenageado pelos oficiais da Guarnição Militar de Brasília, pela passagem do seu 45.º aniversário. Recebeu de presente uma bandeja de prata. Na ocasião, o general Nicolau Fico, que também era seu compadre,^[356] fez um entusiasmado discurso: é “com imensa alegria que festejamos o aniversário do Chefe”^[357]. Buscando solidificar a aliança com os militares, Jango também fortalecia os laços pessoais com a categoria: nesse mês, nomeou o filho do general Amauri Kruehl representante do Lloyd Brasileiro em Nova Orleans, Estados Unidos.^[358] No mesmo dia, um sábado, rumou para o Rio de Janeiro, de onde centralizaria todas as articulações políticas, sobretudo os preparativos para o grande comício do dia 13. Seria na antiga capital federal que jogaria a sorte do seu governo, especialmente das tão faladas reformas de base.

No dia 7, o governador Carlos Lacerda decretou que a sexta-feira seguinte — 13 de março — seria ponto facultativo. Dessa forma, procurava esvaziar o comício, pois, sem os funcionários públicos estaduais — e boa parte usava os trens da Central do Brasil —, imaginava que o público não compareceria para assistir ao ato. Justificou-se afirmando que confiava “no povo que na sua imensa maioria era desejoso de paz e saudoso do amparo da lei” e nas Forças Armadas, que deveriam defender “a lei e a ordem e não a subversão e o poder pessoal”. A praça, segundo ele, estaria “entregue aos promotores da desordem, cujo único agente diretor é o deputado Hércules Correia e cujo orador oficial é o presidente da República”.^[359] Foi mais um exagero de Lacerda, bem como a determinação para os funcionários do governo estadual retirarem faixas e cartazes do comício da Central espalhados pela cidade. Entre os principais organizadores do ato, financiado por empresários simpáticos ao presidente,^[360] estavam dois homens da extrema confiança de Jango: o deputado José Gomes Talarico e o líder sindical Gilberto Crockrat de Sá. O decreto do governador da Guanabara foi atacado pelos governistas. Valdir Pires, então consultor-geral da República, qualificou-o como “um ato de provocação nos seus considerandos” e sua interpretação, como “vaga e estúpida”.^[361]

Mantendo-se na ofensiva, Jango requisitou rede nacional de rádio e televisão, na segunda-feira, dia 9. No pronunciamento, apresentou um longo arrazoado sobre a situação econômica. Falou da inflação, do reescalonamento da dívida externa, do aumento das exportações, da política de crédito, do funcionamento das empresas estatais. Concluiu com uma clara mensagem política: “Desde que assumi o poder, em circunstâncias difíceis, tenho enfrentado com resignação estes maus políticos que preferem o insulto ao diálogo, a intolerância ao bom senso, a paixão à objetividade. [...] Continuo a assistir à deformação dos elevados propósitos reformistas quando todos sabem do meu empenho em resguardar a paz, a família brasileira e os valores democráticos, fiel às tradições cristãs do nosso povo. [...] Em 1964 o Brasil será atendido em seus anseios com desenvolvimento com reforma, um desenvolvimento para elevar os índices da renda nacional, as reformas para reduzir a taxa de sofrimento do povo brasileiro”.^[362]

Se os conservadores e o governo se movimentavam, a esquerda também estava em franca atividade. O governador Arraes — assim como a direita — temia que Jango conseguisse reformar a Constituição no artigo referente à reeleição e fez questão de deixar claro que apoiava somente as alterações constitucionais vinculadas às reformas já apresentadas. Brizola, que, até as vésperas do comício, não tinha sido oficialmente convidado, de acordo com seus partidários, não compareceria ao ato — enquanto o governador de Pernambuco nem sequer tinha sido contatado pelos organizadores da manifestação.^[363] O jornalista Samuel Wainer, dias antes do comício, procurou Jango no seu apartamento do edifício Chopin e disse-lhe que Arraes tinha lhe comunicado que iria de qualquer jeito. O presidente afirmou peremptoriamente que não permitiria a sua presença no ato e ordenou ao general Assis Brasil, presente à conversa: “Impeça Miguel Arraes e Leonel Brizola de viajarem até o Rio para o comício. Diga-lhes que, se vierem, serão presos”. Três horas depois, porém, Jango mudou de idéia, depois de ter conversado com Prestes: o líder comunista garantiu que Brizola e Arraes prometeram-lhe que não fariam discursos radicais.^[364] Era mais munição para as piadas que Brizola fazia sobre o cunhado: uma

delas era chamá-lo de *Bello Antonio*, numa referência ao filme estrelado por Marcello Mastroianni, cujo personagem principal era um galanteador impotente, ou seja, o governo tinha boas intenções, mas era fraco, débil, sem vigor.

O Panfleto, semanário brizolista, deixou explícita nas suas páginas a discordância com os organizadores do ato: “O comício artificial é gerado nas antecâmaras palacianas, conta com fabulosas somas de recursos, condução à vontade, alimentação paga, proteção absoluta, oradores pré-selecionados, e encerra geralmente propósitos inconfessáveis. Devemos ter cuidado com este tipo de comício. Em inúmeras oportunidades transformaram-se no primeiro ato de um golpe contra o povo. O ato do dia 13 tem em conta o exagerado apoio oficial que está recebendo. Em contrapartida, a participação de entidades populares, com o CGT e a UNE, constitui uma garantia de que não mistificará o povo. É necessário que todas as organizações populares compareçam em massa. Que se levantem cartazes com dizeres progressistas, especialmente contra a política de capitulação do governo ante o imperialismo. [...] As forças populares não consideram que o ato será um êxito se o povo presente não conseguir que Brizola fale, denunciando a política de conciliação; que fale um representante dos sargentos, revelando a perseguição a que estão sujeitos, ou que fale um marinheiro, defendendo a legalidade de seu direito à associação”.[365] No número anterior do mesmo semanário, Brizola atacara duramente Jango: “Tem nas suas mãos, a esta altura dos acontecimentos, só nominalmente, só legalmente, o poder. Exerce apenas uma parte do mesmo”. E prognosticou: “Ainda é muito cedo para prever o que ocorrerá com ele, embora seja quase certo que, segundo seu modo de agir, o desgaste, a frustração, as perplexidades, as vacilações, a indefinição, a inoperância, a debilitação em suma, levem-nos a facilitar e talvez negociar a entrega do governo àquelas minorias e, com isso, passa às mãos delas a hegemonia do poder”.[366] Os brizolistas não confiavam em Jango, mas não só: desconfiavam do PCB e denunciavam que o partido tinha se aliado aos planos golpistas do presidente. Tanto que Brizola fez questão de nunca se encontrar

com Prestes: os contatos da sua corrente com o líder comunista eram feitos por Paulo Schilling.^[367]

O PCB, que tinha jogado suas cartas no apoio incondicional a Jango, também fazia críticas ao governo, ao menos para satisfazer suas bases: “O presidente João Goulart reconhece que são necessárias as reformas de base, que sem elas não será possível abrir o caminho para o progresso da nação e o bem-estar dos trabalhadores. Os anos, no entanto, se passam e a situação não se altera senão para pior. Com a composição que tem dado aos seus sucessivos ministérios, dos quais vê participando conhecidos agentes do imperialismo e representantes do latifúndio, nenhuma medida mais séria, profunda e eficaz pode efetivamente ser tomada. A inflação prossegue e junto com ela a especulação mais desbragada, a corrupção administrativa e as negociatas vergonhosas que não podem deixar de revoltar a todos os patriotas”. Para o Partidão, o ato do dia 13 deveria abrir caminho para que “sejam aplicadas medidas práticas e imediatas em favor do povo, encaminhem-se, efetivamente, as reformas de base, adotando-se uma nova política, nacionalista e democrática, e se constituindo um novo governo, que mereça a confiança das massas trabalhadoras e populares e nelas possa apoiar-se para realizar essa nova política”.^[368] Assim, para os comunistas, o governo deveria entrar no “caminho justo”, que era o seu. Daí o partido ter apoiado com todas suas forças o comício, dando a impressão de que Jango era o seu refém, quando o que ocorreu foi justamente o contrário. O comício foi dirigido efetivamente por homens de confiança do presidente e serviria para consagrar a liderança de Jango, que, monopolizando as bandeiras das reformas, se transformaria no único vencedor do embate contra a direita.

Na maratona de discursos, Jango, no dia 9, foi à Universidade do Brasil — atual UFRJ — e dissertou sobre a reforma universitária. Encontrou um clima favorável, pois a presença do PCB entre as lideranças do movimento estudantil era forte. No dia seguinte, Jango foi à Escola Superior de Guerra (ESG) e, mantendo uma velha prática, fez um pronunciamento simpático aos ouvidos dos militares, utilizando-se de conceitos usuais naquela instituição: “É confortador

verificar que, na busca de soluções para os complexos problemas nacionais, não estamos enfrentando sozinhos a dura tarefa que o destino nos cometeu e da qual não podemos fugir. Não enfrentamos pelo simples desejo de enfrentá-la mas sim porque ela nos coube e nos foi imposta pela soberania nacional e pelas altas aspirações de nosso povo". No dia 11, o presidente esteve no Arsenal da Marinha e discursou para os operários, não sem antes assinar um decreto de equiparação salarial que aumentou a remuneração dos operários que lá trabalhavam. O tom do pronunciamento foi outro. Discursou sobre o conceito de democracia: "A democracia que queremos é a democracia para o povo, democracia que seja instrumento a favor do povo, de suas lutas e suas reivindicações. Aqueles que não entendem a democracia para o povo, a democracia dos que trabalham, [...] querem impor uma democracia à sua moda, uma falsa democracia, [...] uma democracia anti-reforma, uma democracia anti-sindicato, enfim, uma democracia para ser apenas daqueles que já se acostumaram a progredir à custa da miséria e da dificuldade do povo".^[369]

O recado era claro: atacava o Congresso, símbolo da "falsa democracia", especialmente no momento em que haviam sido renovadas as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado e reeleitos, em chapas únicas, o senador Auro de Moura Andrade e o deputado Ranieri Mazzilli. E pior: o líder do PSD na Câmara, o deputado Martins Rodrigues, fizera no dia 10 um violento pronunciamento contra Jango, que, na prática, representou o rompimento do partido (ou da maioria dele) com o governo. Dessa forma, o quadro político demonstrava que sem um amplo acordo congressual não havia a mínima possibilidade de aprovarem-se as reformas.

A organização dos camponeses era tão importante para Jango quanto o início da reforma agrária. Na verdade, um processo estava intimamente relacionado com o outro. A Superintendência da Política Agrária (Supra) foi criada em outubro de 1962, nos estertores do parlamentarismo, e teve como primeiro superintendente João Caruso, que pouco fez. No primeiro semestre de 1963, por intermédio do seu quarto ministro do Trabalho, o deputado Almino

Afonso, houve grande incentivo oficial para a formação e reconhecimento dos sindicatos rurais, dentro da estrutura oficial, criada no primeiro governo Vargas: no início de 1963, eram aproximadamente 300 e, um ano depois, saltaram para 1.500.^[370] Vale lembrar que até 1955 havia somente cinco sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho em todo o país.^[371] Nesse mesmo ano, surgiram as Ligas Camponesas, em Pernambuco, que, organizadas fora da estrutura oficial do Estado, cresceram muito no início dos anos 60. O apoio à formação dos sindicatos rurais representava a possibilidade de o governo controlar os camponeses por meio do ministério e também de usá-los politicamente na luta travada, principalmente nas cidades, contra os adversários do janguismo. Já no fim de 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sob hegemonia do PCB, que passou a ser um instrumento de Jango na disputa com as Ligas Camponesas — que estavam rompidas com os comunistas^[372] e discordavam dos rumos do governo — e contra qualquer forma de organização que rompesse o monolitismo sindical.

No dia 12, já estava pronto o tão aguardado decreto da Supra, que vinha sendo discutido desde janeiro.^[373] Em 17 artigos, arrolava as condições para a desapropriação de terras declaradas de interesse social. Antes da versão definitiva, o decreto passou pela rigorosa leitura do jurista Carlos Medeiros da Silva — que, posteriormente, ocupou a pasta da Justiça do governo Castelo Branco. Foram declarados, pelo artigo 1.º, de interesse social imóveis rurais “em um raio de dez quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Originalmente, o raio de desapropriação seria muito maior: 20 quilômetros, mas um pedido de Prestes para Jango, que argumentou que isso acabaria atingido os médios proprietários de terra, acabou por cortar ao meio o raio para desapropriação.^[374] O artigo 1.º somente atingia as áreas próximas às estradas e ferrovias federais, portanto, a maioria das terras do país estavam fora da alçada do decreto — desnecessário dizer que

as áreas irrigadas eram desprezíveis, graças à incompetência e à corrupção do órgão voltado para essa atividade desde o início do século XX: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

O artigo 2.º tratava das áreas excluídas e abria a possibilidade de retirar de qualquer processo de desapropriação grande parte das terras abarcadas no artigo 1.º. Compunha-se de sete itens, mas três são os essenciais: o primeiro estipulava que estavam excluídas as propriedades com menos de 500 hectares situadas ao longo das estradas e rodovias federais e as inferiores a 30 hectares que tivessem sido beneficiadas por obras federais de irrigação. O limite de 500 hectares também foi estabelecido após um pedido de Prestes a Jango; originalmente o decreto estabelecia a extensão de 100 hectares.^[375] O segundo item abria um flanco à retirada de milhares de propriedades da abrangência do decreto, pois dele excluía as terras que “venham sendo social e adequadamente aproveitadas com índices de produção não inferior à média da respectiva região”. Ou seja, um latifúndio em Minas Gerais, por exemplo, que tivesse índice de produtividade igual à média da região poderia, em tese, estar excluído dos efeitos do decreto. Finalmente, permitia que as terras “vinculadas às atividades industriais, na proporção em que estejam efetivamente utilizadas” também não fossem atingidas. Os outros artigos tratavam da forma de partilha dos lotes, da compra ou do aluguel das terras, da formação de cooperativas e da participação dos ministérios militares nos serviços técnicos das desapropriações. Muitas dúvidas, porém, permaneceram no ar. Uma delas: dar-se-ia o mesmo tratamento para todas as estradas federais? Não haveria diferença entre a Via Dutra e a Belém–Brasília?^[376]

O decreto da Supra tinha mais a função de criar um fato político após a rejeição, em 1963, do projeto de reforma agrária pela Câmara dos Deputados do que enfrentar a questão agrária. De um lado, não havia meios econômicos e, principalmente, jurídicos de colocá-lo em vigor, pois necessitava da alteração do artigo 141 da Constituição Federal; de outro, abria um sem-número de possibilidades para que os latifundiários pudessem impedir na Justiça a desapropriação de suas terras. Portanto, somente o clima

de radicalização existente no país naquele momento explica a reação furiosa da direita contra o decreto, atitude determinada também pela necessidade de marcar posição e impedir novas e ousadas medidas governamentais, bem como de preparar-se, caso houvesse, para as eleições presidenciais de 1965.

Muito pior do que esse decreto foi o que dispôs sobre o congelamento dos aluguéis — que seria assinado por Jango em 14 de março —, que encontrou pronta reação das classes médias proprietárias de imóveis residenciais. Por iniciativa do ministro Abelardo Jurema, foram tabelados os aluguéis de imóveis de um a três quartos, com algumas especificações, que seriam relacionados com o salário mínimo local. Numa curiosa aritmética, Jurema determinou que uma quitinete só poderia ser alugada por até dois quintos do salário mínimo, e foi detalhando o tamanho dos imóveis até chegar ao valor do aluguel de um imóvel de “sala, 3 quartos, com serviço de empregados”, pelo qual se poderia cobrar até 1,5 salário mínimo.^[377] Se nos grandes centros urbanos — principalmente no Rio — havia escassez de imóveis e aluguéis abusivos, não seria com esse decreto que esse sério problema iria se resolver. Pelo contrário, o proprietário argüiria o artigo 141 da Constituição e obteria na Justiça o direito de alugar o imóvel pelo preço que desejasse, desde que, obviamente, encontrasse no mercado um inquilino interessado. Esse decreto era mais uma medida que procurava obter dividendos políticos, sem resolver a questão, bem ao gosto de Jango.

Finalmente chegou o dia tão esperado: sexta-feira, 13 de março. Para os organizadores, a escolha do lugar tinha sido apropriada: a praça Cristiano Ottoni — usada pela primeira vez numa manifestação desse gênero; até então, a Cinelândia era o local preferido, como, por exemplo, no ano anterior, no comício do dia 24 de agosto —, ao lado da estação Central do Brasil, permitiria que os trabalhadores pudessem chegar mais facilmente ao comício. Desde o dia anterior, o coronel Domingos Ventura, comandante da Polícia do Exército, iniciara os trabalhos de varredura em toda a região próxima ao local. O Exército tinha iniciado o planejamento da segurança do ato havia duas semanas, proibido o vôo de aviões comerciais na

área no dia do comício e obrigado os compradores de armas de fogo a solicitar autorização especial.

Um dos problemas dizia respeito à localização do palanque de onde falariam os oradores. Durante 15 dias, foram estudados diversos lugares. O general Milton Guimarães, chefe do Estado-Maior do I Exército, elaborou o esquema de proteção, em que previa quatro tipos de esquema de segurança: aproximada, afastada, periférica e vertical (esta referente aos edifícios vizinhos à praça), pois havia o receio de um atentado, e a lembrança era Dallas, Estados Unidos, onde cinco meses antes fora assassinado o presidente John Kennedy. A montagem do pequeno palanque, com aproximadamente 30 metros quadrados e não mais de 1,70 metro de altura, adornado, no alto, por um grande retrato de Jango — cedido pelo Ministério da Marinha e montado por funcionários do Arsenal da Marinha —, a instalação do sistema de som e da tribuna, com nove microfones, e a colocação de três grandes painéis com o retrato de Jango em edifícios que circundavam a praça foram inspecionadas minuciosamente pelo coronel Ventura. Cinco mil e oitocentos homens do Exército, Marinha e Aeronáutica foram designados para policiar a área,^[378] onde estavam estacionados dezenas de tanques de guerra e carros de combate.^[379]

Todos os edifícios vizinhos do local foram vistoriados, especialmente as janelas que davam para a praça, e, em muitos deles — inclusive no prédio do Ministério da Guerra —, permaneceram homens das Forças Armadas com binóculos para poder vigiar toda a região. O esquema de segurança contou com a supervisão geral do comandante do I Exército, o general Armando de Moraes Âncora — cujas tropas ficaram de prontidão, assim como as da Marinha e Aeronáutica —, que durante todo o dia manteve contato com o ministro do Exército. O general Jair Dantas Ribeiro, na ocasião, declarou: “O que nos interessa não é o comício, mas a segurança pessoal do presidente”.^[380] Devido ao fechamento do comércio, das indústrias e dos bancos, desde o início da tarde, somente circulavam na região os que se dirigiam ao comício, e muitos vinham de longe: Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo. A maioria chegou por via férrea, em composições de até 20

vagões, cedidas gratuitamente pela Rede Ferroviária Federal. Anos depois, Prestes recordou: “O Jango botou caminhões, ônibus à disposição, veio gente da Petrobrás, ferroviários, portuários. Tudo pessoal de empresas estatais, que obtiveram grandes vantagens”.

[381]

Ao meio-dia começaram chegar os primeiros espectadores. Os bares da redondeza estavam proibidos de vender bebida alcoólica. Às 14h as tropas espalharam-se pela praça, e parte dela, 500 soldados, foi compor um cordão de isolamento em torno do palanque, de onde, através de um telefone especialmente instalado, o coronel Ventura comunicava-se com o general Âncora e, em outro aparelho, falava com o Ministério da Justiça.

As delegações foram se instalando na praça, enquanto nas vizinhanças estavam estacionados batalhões de pára-quedistas e da infantaria. Os militantes e simpatizantes do PCB organizaram passeatas que partiram de sete pontos do Rio em direção à praça Cristiano Ottoni: da esquina da rua Uruguaiana com a avenida Presidente Vargas, da praça XV, da rua Camerino, da estação da Leopoldina, do Ministério da Marinha e da praça da Bandeira.[382] Dezenas de faixas deixavam claro o sentido do comício: “Manda brasa, presidente”, “Cadeia para os gorilas”, “Legalidade para o PCB”, “Chega da bagunça apelidada de democracia”, “Osvino, taca a faca nos trustes”, “Os trabalhadores querem armas para defender o governo”, “Jango, assine as reformas que nós faremos o resto”. O governador da Guanabara foi um dos mais lembrados nas faixas: “Jango assine o atestado de óbito do Lacerda”; outra representava um gorila com a cabeça de Lacerda pendurado numa forca. Na grande concentração, como sempre ocorre, tinha de tudo, até um líder umbandista, que, entrevistado pelos jornalistas, disse que Jango tinha como protetor o caboclo Boiadeiro, supostamente natural da Bahia, e Maria Tereza seria protegida da cabocla Jurema. Brizola, o cunhado do presidente, de acordo com o umbandista, tinha como guia protetor Xangô e “conseguirá tudo o que quiser este ano, por ser o ano dedicado ao culto de Xangô”. [383]

Às 16h30 chegaram as primeiras autoridades organizadoras do ato. Uma hora depois, o dirigente sindical metalúrgico carioca José

Lellis da Costa, fez o primeiro dos 12 discursos que antecederam a fala de Jango e que foram irradiados diretamente pela *Voz do Brasil* para todas as emissoras do país — o comício também foi transmitido pela televisão para o Rio de Janeiro e várias capitais do país.^[384] Nesse momento, o público, formado fundamentalmente por cariocas, era de 80 mil espectadores, que ocupavam toda a praça, mas tinham dificuldade para enxergar o palanque e não ouviam com clareza os discursos.^[385] Os oradores foram se sucedendo no início da noite, mas sem entusiasmar o público: Lellis, Olímpio Mendes, presidente da UBES, deputado Sérgio Magalhães, pela Frente Parlamentar Nacionalista, o governador Seixas Dória, o senador Arthur Virgílio, líder do PTB no Senado.

Nesse momento, ocorreu um grave incidente que interrompeu o comício. Vindos de ônibus da Refinaria Duque de Caxias, os trabalhadores da Petrobrás desceram na Candelária. De lá, uniformizados, foram até o local do comício em fila indiana, cada um levando uma latinha de petróleo inflamado. Devido à aglomeração, os archotes acabaram incendiando algumas faixas levadas pelos operários.^[386] Começou um corre-corre, e mais de 300 feridos foram levados para o Hospital Miguel Couto; um deles, uma professora de línguas, de 66 anos, faleceu dias depois. Hemílcio Fróes, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Rádio e Televisão, locutor oficial do comício, tentou acalmar a multidão: “Falei da beleza do fogo e do seu poder de destruição. Destruição semelhante à devastação de um país feita pelas mãos dos entreguistas. Mas lembrei que os nacionalistas estavam presentes e, da mesma forma como os bravos trabalhadores da Petrobrás estavam dominando o fogo, nós, os nacionalistas, iríamos vencer a conspiração entreguista e o nosso Brasil seria a Pátria de um povo independente e feliz”.^[387] O clima só serenou após a retirada dos feridos. Uma das bandas presentes, para entreter o público, iniciou a execução de marchas militares.^[388]

A monotonia dos discursos foi quebrada quando José Serra, presidente da UNE, pegou o microfone. Em princípio, à diretoria da UNE não seria permitida nenhuma intervenção, pois Jango não tinha se esquecido da posição da entidade contrária ao estado de sítio, em

outubro de 1963; depois de negociações, porém, incluiu-se Serra entre os oradores oficiais. A virulência de seu discurso, o ataque “aos gorilas”, entusiasmou o público. Pouco antes, o locutor oficial anunciara que o presidente tinha assinado o decreto da Supra. Os dois oradores que se seguiram voltaram a dar um ritmo de banho-maria ao ato: o governador Miguel Arraes e o deputado Doutel de Andrade.

No momento em que falava o líder do PTB na Câmara dos Deputados, chegou o presidente João Goulart, acompanhado de Maria Tereza: eram 19h45. A primeira-dama trajava vestido azul-claro, mangas curtas, bolsa e sapatos brancos.^[389] Não usava nenhuma jóia e, pela primeira vez, iria assistir a um comício do marido; conseguiram chegar ao palanque graças a um corredor formado por jipes e tanques. Quando Jango pisou no palanque — cujo lado direito, estranhamente, tinha uma imensa placa com propaganda da gordura de coco Carioca —, quatro poderosos holofotes instalados pelo Exército no alto dos edifícios iluminaram a sua figura: foi uma apoteose, a maior que recebeu, aos gritos de “Jango, Jango!” e “Manda brasa, presidente!”.^[390] Pouco antes, tinham subido ao palanque os três ministros militares, acompanhados do ministro da Justiça — haviam participado de um jantar no prédio do Ministério da Guerra, no 12.º andar, e de lá assistiram ao início do comício.^[391]

Jango não queria chegar antes do discurso de Brizola: “Ele demorou para ver se chegava lá depois que o sr. Brizola tivesse falado. Mas eles retardaram o comício e, afinal, ele chegou e teve de ouvir o discurso”, declarou o general Assis Brasil.^[392] E fez o pronunciamento mais radical da noite. Cada orador — com exceção do presidente — só poderia falar durante oito minutos. Evidentemente o ex-governador gaúcho falou muito mais, apesar de Fróes, o locutor do comício, ter puxado várias vezes a manga de seu paletó, indicando que seu tempo tinha se esgotado: “Quando uma multidão se reúne como nesta noite, significa um grito do povo que vai a caminho da sua libertação. Na verdade, se hoje conseguimos a restauração daquela unidade, através da manifestação do povo, o presidente poderá voltar às origens do seu governo. E para isto será

suficiente que termine com sua política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista. [...] Desejo perguntar ao povo: querem que continue a política de conciliação ou preferem um governo nacionalista e popular, levantem a mão!”. Milhares de mãos se levantaram, como seria de esperar. Continuou Brizola: “O povo está exigindo uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários e privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que já não dará nada mais ao povo brasileiro. O atual Congresso já não se identifica com as aspirações do povo brasileiro. A verdade é que, como está, não pode continuar. [...] A única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição dum Congresso Popular em que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, os homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional. Dirão que isto é ilegal. Dirão que é subversivo. Dirão que isto é inconstitucional. Então, por que não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão como o povo votará pela derrogação do atual Congresso. [...] Devemos, pois, organizar-nos para defender nossos direitos. Não aceitaremos nenhum golpe, venha de onde vier. [...] Que o nosso presidente se decida a caminhar conosco e terá o povo do seu lado. E quem tem o povo do seu lado, não tem o que temer”.[393]

Falaram mais dois oradores. Lindolfo Silva, representando o CGT, antecedeu o presidente e fez um duro pronunciamento e exigiu do governo uma definição: “Ou política de conciliação ou reformas de base”. Advertiu ao Congresso que não persistisse “na disposição de impedir a realização das reformas exigidas pelo povo, sob pena de ser sepultado com suas concepções retrógradas”.[394]

Finalmente, chegou a vez de Jango se dirigir ao microfone. Maria Tereza, durante todo o pronunciamento, permaneceu do seu lado direito. O presidente estava numa situação difícil, principalmente após o violento discurso de Brizola; recordou Assis Brasil que “o próprio presidente, na saída, manifestou-me seu desacordo com as manifestações de Brizola”.[395] Fora acusado

publicamente pelo cunhado de conciliador, de não ter firmeza política e de planejar um golpe. Falou 65 minutos e várias vezes chegou a improvisar, deixando de lado o discurso preparado pela assessoria; vez por outra, recebeu discretas sugestões de Darcy Ribeiro. Visivelmente nervoso, passou diversas vezes o lenço no rosto e interrompeu o discurso duas vezes para beber água gelada.

Iniciou lembrando que falaria uma linguagem franca para que “minhas palavras sejam entendidas”. Na primeira parte do discurso, repetiu os pronunciamentos feitos durante a semana. Na segunda parte, entrou no tema polêmico: a reforma da Constituição. Disse que ela “não mais atende aos anseios do nosso povo. É antiquada porque legaliza uma estrutura econômica já superada, injusta e desumana. O povo tem que sentir a democracia que ponha fim aos privilégios de uma minoria proprietária de terras. Quer participar da vida política do país, através do voto, poder votar e ser votado. É preciso que nos pleitos eleitorais sejam representadas todas as correntes políticas sem discriminações ideológicas”. Jango, sinteticamente, expôs três pontos centrais: a reforma agrária, o voto para os analfabetos, soldados, marinheiros, cabos e sargentos e a legalidade para o PCB. De novidade, somente o último, pois era a primeira vez que fazia a defesa pública — ainda que indireta — do registro eleitoral do PCB, cassado pela Justiça Eleitoral havia 17 anos. Esperava-se que falasse sobre a anistia aos sargentos e a outros militares envolvidos em ações políticas, mas o presidente silenciou: o tema era espinhoso e envolvia a questão da hierarquia militar, tão cara aos oficiais das Forças Armadas.

Durante vários minutos, retomou o tema da reforma agrária: “Com pagamento prévio em dinheiro, não é reforma agrária, como consagra a Constituição, é negócio agrário que interessa apenas ao latifundiário. Sem reforma constitucional não poderá haver reforma agrária autêntica, que atenda os reclamos do povo brasileiro. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, como esta multidão que aqui está em praça pública, poderemos votar leis agrárias, mas nenhuma delas será capaz de modificar estruturas em benefício do país”. No final do discurso, Jango conclamou o Congresso Nacional a ir “ao encontro das reivindicações populares”,

para que “compreendam o sentido social e a ação governamental, cuja finalidade é acelerar o progresso do país e assegurar melhores condições de vida, pelo caminho da reforma democrática”. Assinaria, destacou, também um decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares — antiga bandeira dos setores nacionalistas cuja menção no comício foi considerada uma surpresa — e chancelaria outro sobre os aluguéis.^[396]

Ao terminar, Jango foi ovacionado pela multidão. Pipocaram rojões, e sobre os espectadores caiu uma chuva de panfletos onde se lia: “Jango-65”.^[397] Estava com o colarinho desabotoado e a gravata desalinhada. Cumprimentou efusivamente os que estavam no palanque, inclusive os três ministros militares. Com dificuldade, juntamente com Maria Tereza — que durante todo o discurso do marido demonstrou tensão no seu semblante, mas no final declarou para a imprensa que achou o comício “maravilhoso” —, dirigiu-se para a Mercedes preta que os aguardava. Jango estava exausto e passando mal. Dias antes, o dr. Euríclides Zerbini, seu cardiologista, tinha recomendado que não fosse ao comício, pois seu estado de saúde não era bom.^[398] Além do sério problema no coração, do consumo excessivo de cigarro, da vida sedentária e da enorme tensão política, fizera pela manhã somente uma refeição ligeira e depois passara o dia à base de limonada e uísque.^[399] Maria Tereza afrouxou o laço da gravata de Jango e tentou acalmá-lo. Antes de entrar na Mercedes, bateu fortemente a cabeça no teto. Chegou ao Palácio das Laranjeiras amparado pela mulher e por assessores. Seu paletó estava todo amarrotado e sua camisa não tinha nenhum botão.^[400]

Apesar do discurso de Jango ter sido moderado, se comparado com o do cunhado, criou-se uma lenda — principalmente após o 1.º de abril de 1964 — de que teria sido um pronunciamento golpista, extremamente radical, propondo, inclusive, o fechamento do Congresso, o que, em momento algum, nem sequer foi insinuado por Jango. Já os militares antijanguistas registraram em suas memórias que resolveram intensificar a conspiração golpista depois de terem ouvido o discurso presidencial. Castelo Branco, escreveu o general Vernon Walters, teria assistido ao comício de uma das

janelas do prédio do Ministério da Guerra e tomado a decisão de depor o presidente depois de ter escutado os discursos. Teria dito: “Os únicos símbolos que eu vi foram foices e martelos”.^[401] A primeira afirmação de Castelo é discutível, mas a segunda é absolutamente equivocada. No comício havia centenas de faixas — até bandeira do Flamengo — e somente algumas, em número inexpressivo, faziam referência à legalização do PCB. Nem uma coisa nem outra ocorreram, pois o tom foi o costumeiro para esse tipo de ato e os golpistas de direita estavam havia meses se articulando para derrubar o presidente.

No dia seguinte, jornais, revistas, programas de rádio e de televisão registraram os discursos, mas o principal destaque foi a presença do público, que compareceu em grande número — inferior ao esperado pelos organizadores, como escreveu o deputado Marco Antonio Coelho,^[402] tampouco 200 mil pessoas, como se divulgou, pois a praça não comportava tantos espectadores —, e o violento discurso de Brizola. Sobre o pronunciamento do presidente, os comentários foram os costumeiros. Os opositores atacaram, como o editorial do *Correio da Manhã*: “O país precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a intranqüilidade geral”.^[403] Lacerda foi mais duro: “O comício foi um assalto à Constituição, ao bolso e à honra do povo. [...] Triste foi ver as forças da segurança nacional, a pretexto de que o senhor João Goulart é o seu comandante-chefe, ficarem de sentinela para o ato autoritário de ontem”.^[404] Já os simpatizantes aplaudiram e deram um tom mais firme ao que de fato ocorrera. Um exemplo disso foi o que escreveu o jornalista Paulo Francis: “O presidente surpreendeu o próprio CGT com a audácia de seu discurso, atos e decisões”.^[405]

No fim de semana, aguardava-se o teor da Mensagem Presidencial que seria entregue no domingo ao Congresso Nacional, quando se iniciariam os trabalhos legislativos: era uma peça central na luta política que seria travada nas duas casas legislativas. A tranqüilidade era tanta que o general Jair Dantas Ribeiro anunciou que nos dias seguintes retiraria um cálculo da bexiga e, em seguida, passaria 15 dias nos Estados Unidos, onde visitaria instalações militares.^[406] O embaixador americano ouviu o discurso pelo rádio do

automóvel que o conduziu ao aeroporto do Galeão. Estava indo para Washington, participar de uma reunião de Lyndon Johnson com todos os embaixadores do continente.^[407] Nesse clima sereno, Jango passou um sábado tranqüilo no Palácio das Laranjeiras. Para dar exemplo aos grandes proprietários de terra, solicitou que a Supra anunciasse a desapropriação de duas fazendas suas, que não eram as maiores nem as mais produtivas: a Maragato, no Rio Grande do Sul, e a Uruaçu, em Goiás.^[408] À tarde, completamente à vontade — vestia apenas uma cueca —, recebeu no palácio o ministro Abelardo Jurema. Assinou, contente, o decreto dos aluguéis, anunciado no comício.^[409] Acreditava que tinha atravessado o Rubicão: dali para a frente não haveria retorno. No começo da noite, voou para Brasília. Esperava colher, no Planalto Central, os louros da vitória.

“A situação é calma”

ÀS 15H DO DIA 15 DE MARÇO, domingo, teve início a sessão de abertura dos trabalhos legislativos de 1964. Na mesa estavam vários ministros e representantes de governos estrangeiros. Foi encarregado da leitura do documento o primeiro-secretário da mesa do Senado, o arquiconservador Dinarte Mariz. Era um longo arrazoado de 303 páginas, 60 de introdução e 243 descrevendo pormenorizadamente as tarefas governamentais para aquele ano. O tom ameno do texto foi proposital. Darcy Ribeiro, que levou pessoalmente o documento ao Congresso Nacional, pediu a Abgar Renault — mineiro, modernista da geração de Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava — que o auxiliasse na redação, pois temia a reação dos oposicionistas à mensagem. Renault, “um *gentleman*, incapaz de ofender alguém sem intenção”, segundo Darcy, “transfigurara nossa mensagem, não deixando nela nada que parecesse ofensivo ao Poder Legislativo, colocando numerosas frases de pura cortesia”.^[410]

A oposição ficou inicialmente desarmada, pois temas irrelevantes ocuparam mais espaço do que questões polêmicas. Um exemplo: reservaram-se 45 linhas para dissertar sobre a importância do uso de fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, enquanto o sindicalismo rural recebeu apenas 25 linhas. Temas espinhosos foram contemplados no texto com uma argumentação tributária da leitura que o PCB fazia da conjuntura brasileira: “Não é possível admitir-se que continuem em vigor normas, padrões, e valores que, em nosso meio, principalmente nas áreas rurais, perpetuam formas de relações de trabalho inspiradas nos resíduos de uma concepção aristocrática e feudal da vida e do mundo ou alicerçadas nas falsas premissas e nas hierarquizações injustas de um liberalismo econômico adverso aos encargos e às exigências do Estado

moderno". Ao tratar do campo, porém, o documento incorporou em alguns trechos uma linguagem conservadora: "a incipiente organização social da massa de camponeses vinha-se constituindo em fator propício às agitações, pois, ignorante das causas reais de seus males, tornava-se presa fácil das pregações demagógicas". Mesmo assim, Jango deixou claro que "a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade" e que "poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar: a) todas as propriedades não exploradas; b) as parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total". A reforma agrária, mencionou o presidente, era para "atender velhas e justas aspirações populares. Ora em maré montante que ameaça conduzir o país a uma convulsão talvez sangrenta".

No documento, se fez questão de recordar que cabia ao Congresso Nacional "privativamente a reformulação da Constituição da República". Mas a referência ao direito privativo do Parlamento, cinco páginas depois, sutilmente foi ignorada pelo presidente: "O cumprimento dos deveres do Estado moderno não se concilia com uma ação legislativa morosa e tarda. São incompatíveis, sobretudo nos instantes de crise social". Em seguida, defendeu a realização de um plebiscito para aprovar as reformas de base, "para a apuração da vontade nacional mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18 anos" (nesse ponto ampliou o número de eleitores, ignorando as restrições constitucionais). E arrematou propondo "suprimir o princípio da indelegabilidade dos poderes, cuja presença no texto constitucional só se deve aos arroubos de fidelidade dos ilustres constituintes de 1946 a preceitos liberais do século XVIII".^[411] O Congresso, portanto, era um obstáculo à modernização do país, para a qual era indispensável um Estado forte.^[412] Apesar da declaração de guerra, mesmo que escrita em tom cortês, à noite Jango recepcionou cordialmente os congressistas no Palácio do Planalto, inclusive os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que posaram sorridentes para os fotógrafos, como se o clima entre Executivo e Legislativo fosse absolutamente harmônico.

Pouco antes, Mazzilli, em discurso proferido ao assumir pela sétima vez consecutiva a presidência da Casa, tinha dito ser “impossível o diálogo com os difamadores profissionais de nossa instituição”.^[413]

Jango mantinha-se na ofensiva. No dia 16, encontrou-se com toda a bancada federal do PTB. Buscando minar seu principal adversário, Carlos Lacerda, incentivou os deputados da UDN da ala bossa-nova a se filiar ao PTB, o que poderia ocorrer nas semanas seguintes, quando, liderada por José Aparecido de Oliveira, Ferro Costa e José Sarney, começaria a debandada. Após ser recebido no Palácio do Planalto, o governador Seixas Dória, de Sergipe, que também estava entre os membros da bancada bossa-nova, declarou que se “o Congresso negar as reformas e o plebiscito, o presidente da República está no dever de, por decreto, convocar o povo para pronunciar-se diretamente a favor ou contra as reformas”.^[414] No dia seguinte, Jango almoçou com os “agressivos” do PSD, denominação pela qual eram conhecidos os deputados que estavam à esquerda da direção nacional do partido; aos 21 deputados desse grupo fez questão de declarar que ou as reformas de base “se realizam sob a responsabilidade dos dirigentes da Nação, ou elas virão à revelia do nosso comando”.^[415] Mantendo a iniciativa política, Bocaiúva Cunha discursou no dia 18, em Bom Jesus de Itabapoana, no interior fluminense, na presença do presidente da República, e atacou duramente o Parlamento: “As lideranças do Congresso Nacional são venais e só votarão as reformas se o povo as coagir. É preciso instigar uma rebelião popular contra o Congresso Nacional que está a serviço de uma minoria de reacionários e dos privilégios que defendem. Manda brasa, Jango, que o povo o apoiará”.^[416]

Apesar das intensas articulações políticas, a atenção de Jango estava concentrada em São Paulo. Desde o dia 15 foram organizadas reuniões preparatórias para um grande ato público marcado para o dia 19, uma quinta-feira, dia de São José, padroeiro da família: era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Segundo a convocação publicada nos jornais da capital paulista, o ato estava sendo organizado por 34 entidades, lideradas pela União Cívica Feminina, o Movimento de Arregimentação Feminina e a Liga das Senhoras Católicas. Entre as entidades femininas, havia uma curiosa signatária

do documento: o Centro Democrático das Domésticas do Jardim Paulistano (um bairro de elite da cidade de São Paulo). A Marcha teria sido idéia da neta de Rui Barbosa, a irmã Ana de Lourdes, da Congregação das Franciscanas Missionárias.^[417] Os organizadores determinaram que a passeata partiria da esquina da praça da República com a rua Barão de Itapetininga, no mesmo local onde, em 23 de maio de 1932, haviam sido mortos quatro estudantes que protestavam contra o governo Vargas. A relação de 1964 com 1932 foi reforçada nos dias anteriores à manifestação. O poeta Guilherme de Almeida foi um dos que incentivaram essa associação; em uma das suas crônicas, intitulada “32 de 32”, saudou a mulher paulista, símbolo da nacionalidade: “São Paulo renascerá hoje dos teus passos sobre teu solo. [...] Ora na tua retilínea marcha de hoje em tua mão alçada levarás por arma o Santo Rosário. Suas contas são feitas das miraculosas gotas daquele teu suor, daquele teu sangue e daquelas tuas lágrimas”.^[418]

Até o dia 19, as manifestações de rua promovidas pela direita tinham se resumido a reações a atos públicos da esquerda, como o ocorrido em Juiz de Fora, no dia 15 de março, quando um comício da Frente de Mobilização Popular foi circunscrito a um cinema da cidade devido às ameaças dos conservadores locais — a cidade foi um sólido bastião integralista nos anos 30 — liderados pelo capelão militar da 4.^a Região Militar, o padre Wilson Vale da Costa, que foi carregado pelo público após o ato e nem sequer foi advertido pelo seu superior, o general Olympio Mourão Filho. Muito pelo contrário, o próprio general lhe ordenou: “Vai agitar o povo”.^[419]

A marcha paulista contou com o decisivo apoio do governador Ademar de Barros, que liberou o ponto dos funcionários públicos a partir das 15h no dia da passeata e deu suporte material à manifestação. Acabou não participando dela, porém, enviou sua mulher, dona Leonor Mendes de Barros, como sua representante. No início da tarde do dia de São José, uma grande multidão concentrou-se na praça da República e de lá, às 16h, iniciou a marcha, passando pela Barão de Itapetininga, praça Ramos de Azevedo, viaduto do Chá, praça do Patriarca, rua Direita, até chegar à praça da Sé, onde vários políticos antijanguistas discursaram. Pelo caminho foram

erguidas dezenas de faixas: “Abaixo o entreguismo vermelho”, “Tá chegando a hora de Jango ir embora”, “Democracia tudo, comunismo nada”; “Reforma com Deus e pela pátria”, “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”. Mulheres distribuíram uma oração que pedia a intermediação do padre José de Anchieta, fundador da cidade, para deter o avanço do comunismo, sem esquecerem de citar o sofrimento das “mulheres mártires de Cuba, Polônia e Hungria”. E clamavam: “Viemos de longe. Viemos dos Palmares e dos Guararapes — viemos dos Arrecifes de Pernambuco e fomos trincheira, couraça e espada, guardando fronteiras, portos, praias, promontórios, impedindo os passos dos piratas e dos vendilhões da pátria”.^[420]

Os adversários do governo conseguiram realizar a primeira grande manifestação de massa, talvez a maior já ocorrida em São Paulo até aquela data. Carlos Lacerda, que estava na cidade, exultou com o resultado: “O espírito de São Paulo a partir da Marcha é o de 1932, mas de 1932 dialético, em que as trincheiras são da paz”.^[421] Com o sucesso da passeata paulistana, foram marcadas mais quatro marchas para abril: no dia 2, no Rio de Janeiro; no dia 4, em Porto Alegre; no dia 11, em Belo Horizonte; e no dia 21, em Fortaleza. Se não havia 500 mil pessoas, como apregoaram os organizadores, seria um exagero concordar com Paulo Francis, segundo quem “havia quando muito 50 mil pessoas no comício”.^[422]

À noite, mas no Rio de Janeiro, outra manifestação dava o tom da radicalidade daqueles tempos. Quinhentos marinheiros e fuzileiros navais se reuniram na sede do Sindicato dos Securitários e protestaram contra a ordem do ministro da Marinha, almirante Sílvio Mota, que tinha proibido a ida à Petrobrás de 3 mil marinheiros para homenagear seu presidente, o marechal Osvino Alves — a homenagem acabou cancelada por uma providencial gripe que atingiu Osvino. O marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMNFB), declarou que eles não aceitavam a decisão do ministro e não queriam Sílvio Mota à frente do ministério, mas sim o almirante Pedro Paulo Suzano. Os idos de março indicavam maus augúrios: em São Paulo, a direita clamava a Deus para salvar o país

do comunismo; no Rio, os marinheiros queriam escolher o ministro da Marinha.

Para o Partido Comunista, porém, especialmente para a sua direção, a conjuntura política estava extremamente favorável. O CGT, controlado pelo PCB, deu, em manifesto de 16 de março, total apoio a Jango e determinou um prazo para o Congresso examinar as reformas: 20 de abril, pois, “até esta data, terá tempo suficiente para a apreciação e aprovação das reformas propostas pelo Poder Executivo”.^[423] O comício da Central, segundo o PCB, teria aberto nova fase na luta pelas reformas e lançado ao desespero os setores antipopulares: “Esse desespero é impotente diante da força e decisão do povo, diante de nossa luta emancipadora e democrática”.^[424] Estava a cada dia mais próxima a aurora socialista: “A roda da História anda para a frente e esmagará o imperialismo norte-americano. Todos nós, irmãos latino-americanos, levados por uma emulação natural, queremos ser o segundo país no caminho glorioso da revolução socialista americana”.^[425] Em conferência realizada à noite na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, a 17 de março, Prestes estava exultante: “Não podemos ficar encerrados no círculo de giz da legalidade”.^[426] E continuou: “Hoje, o essencial é a luta pela recomposição do governo. Precisamos, efetivamente, de um outro governo. Justamente porque se aguçam as contradições, justamente porque avança o processo de polarização entre patriotas, nacionalistas, de um lado, e reacionários e entreguistas, de outro. [...] O que precisamos é de um governo apoiado no povo e que queira dar passos adiante”. O caminho já estava traçado pelo Cavaleiro da Esperança: “Nenhum patriota brasileiro pode deixar de sentir-se indignado quando compara o nível de vida de nosso povo com o progresso de outras nações, com o avanço do socialismo, com um bilhão de seres humanos que já constroem uma sociedade nova”. E concluiu: “Estamos elaborando no dia-a-dia, na prática, o caminho da revolução brasileira. [...] A revolução brasileira, naturalmente, utiliza a experiência de todas as revoluções, mas como marxistas, sabemos que a revolução brasileira seguirá caminhos próprios: será uma revolução efetivamente brasileira”.^[427] Uma semana depois, na mesma ABI, numa reunião

comemorativa de mais um aniversário do PCB, Prestes repetiu os argumentos e, confiante na vitória iminente da revolução brasileira, atacou o imperialismo: “Se ele levantar a cabeça, nós os esmagaremos”. E, para dar mais força ao argumento, esmurrou a mesa. A platéia delirou. A alegria só não contagiou uns estudantes bolivianos presentes ao ato: estavam tristes, pois, no seu país, ao contrário do que ocorria no Brasil, a revolução estava muito distante.

[428]

A direita, diferentemente do que propalou Prestes, não estava em desespero. Ademar de Barros, na noite do dia 20, participou de um programa de televisão em que durante três horas criticou o governo federal, ameaçando-o com os 30 mil homens da Força Pública, e ironizou o anúncio da vinda de Jango à capital paulista: “O sr. João Goulart anunciou que vem a São Paulo no dia .1.º de maio. Não sei se dará tempo”.[429] No mesmo dia, em Minas Gerais, Magalhães Pinto divulgou um manifesto em cadeia de rádio e televisão. Atacou Jango: disse que “consideramos insuportável o desprezo pelas instituições democráticas” e “estamos dispostos a lutar contra o golpe”. Falou em “mudança social”, transformação econômica, social e política”, e usou seis vezes a palavra “reforma”.[430] Enquanto emitia o manifesto, armava a Polícia Militar do Estado e articulava-se com os comandos militares, especialmente com os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. Os conservadores buscavam apoio nos quartéis, dentro da velha tradição nacional, e algum apoio popular, como a passeata paulistana, para dar legitimidade a um possível golpe de Estado. No mesmo dia da marcha, o ex-presidente Dutra, depois de um silêncio de mais de uma década, e incentivado pelos antijanguistas, dera uma breve declaração ao *Jornal do Brasil*. Conclamou: “Que se unam os democratas, enquanto é tempo. [...] O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas. [...] Não se constrói na desordem, nem se prospera no sobressalto. Nada de bom se resolve no clima do desentendimento, e é impossível sobreviver democraticamente na subversão”. Finalizou, destacando a necessidade de o Brasil manter seu “destino cristão, livre do comunismo”.[431]

A mensagem era clara e estimulou novas manifestações de militares. No dia seguinte, uma semana após o comício da Central do Brasil, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, divulgou uma nota aos generais e membros do EME, mencionando no alto do documento que estava “vedado à imprensa”. Castelo aproveitou-se da ausência do ministro da Guerra, internado no mesmo dia no Hospital dos Servidores do Estado para submeter-se a uma intervenção cirúrgica. O pronunciamento tinha não só endereço interno como também o externo, tanto que foi imediatamente reproduzido pelos jornais. O general criticou a “escala de agitações”, “o ilegal poder do CGT”, a “subversão”; alertou para o perigo, segundo ele, de “submeter a nação ao comunismo de Moscou”; e dissertou com naturalidade sobre a situação política: “a ambicionada Constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura”. Para ele, era necessário opor-se à “calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas”.^[432]

Esperava-se a imediata reação de Jango e a exoneração sumária do general de sua função, mas a nota — publicada numa sexta-feira — foi recebida com absoluto desdém: era uma notícia que atrapalhava o fim de semana presidencial no Rio de Janeiro, sempre animado pela vida alegre da ex-capital federal. Somente uma semana depois foi anunciada, e apenas anunciada, a saída de Castelo Branco do EME: seria substituído pelo general Benjamin Galhardo, comandante do III Exército, que, por estar em Porto Alegre, não poderia assumir imediatamente a função.^[433] Pouco antes de ir para o Rio, nesse mesmo dia 20, Jango recebeu uma comissão de trabalhadores que haviam participado da fase final da construção de Brasília e estavam desempregados: representavam 5.380 operários.^[434] O presidente, com pressa para viajar, resolveu o problema: os operários entraram desempregados no Palácio da Alvorada e saíram funcionários públicos federais.

Jango estava inquieto era com a sucessão presidencial e especialmente com os movimentos do PSD e de seu candidato, Juscelino Kubitschek, que, em convenção realizada no Palácio

Tiradentes, no Rio de Janeiro, tinha recebido apoio quase unânime do partido: dos 2.889 votos dos convencionais, 2.849, 39 se abstiveram e um votou em Dutra. Juscelino fez um longo discurso deixando claras suas divergências com Jango e com o candidato preferencial da direita, Carlos Lacerda. Apresentou-se como o campeão da modernização: “Promovi a revolução industrial brasileira”. Disse que no seu primeiro governo a ênfase fora a industrialização e que o seguinte seria o “qüinqüênio da agricultura”. E, já que estava falando do campo, emendou que a reforma agrária deveria “ser retirada do terreno da agitação e da polêmica e examinada à luz da razão e dos interesses do povo”. Para JK, a reforma agrária “não seria instrumento de luta social, nem de perseguição política, mas de concórdia e de colaboração”. Discursando para os pedessitas, a maior parte com forte enraizamento no campo e temerosos do radicalismo verbal de Jango, tinha também de olhar para o eleitorado urbano, que tinha aumentado muito nos últimos dez anos, em grande parte devido às altas taxas de crescimento da economia durante o seu qüinqüênio governamental. Não poderia deixar de falar nas reformas de base, como se fosse um candidato conservador, mas tinha de dar um tom todo seu a essa bandeira, sem que parecesse um aliado de Jango: “Vamos para as reformas, mas sob o império absoluto da lei. Vamos para as reformas, sim, mas com integral acatamento aos poderes constituídos. Vamos para as reformas, sim, mas sem desordens, sem motins, sem violência, sem sangue”.[435]

O presidente do PSD, Amaral Peixoto, acompanhado dos principais líderes partidários, fez uma visita de cortesia a Jango e comunicou-lhe formalmente o resultado da convenção. Deixou implícito que gostaria de ter o apoio do presidente, mas este desviou o assunto para o seu tema preferido havia meses: as reformas. Amaral disse-lhe então que apoiaria os projetos dentro dos limites que o presidente já sabia. No final da conversa não só não obteve o apoio de Jango como saiu da reunião certo de que, se houvesse eleição, estariam em campos opostos.[436]

Jango continuava articulando em busca de conquistar o Congresso para suas propostas. No dia 21, almoçou com os convencionais do PTB. Embora o partido ainda não tivesse discutido oficialmente a sucessão presidencial, já estava certo que em 1965 ocuparia a cabeça da chapa, como em 1950, e não apoiaria mais o PSD, como em 1955 e 1960. Evidentemente, Jango era o candidato do partido, mesmo sem dar nenhuma declaração pública de aceitação. Preferiu, na reunião, retomar o tema da reforma da Constituição — que poderia incluir a reeleição: “As constituições devem ser tocadas, e tocadas sempre pela vontade popular, pois elas valem na medida em que refletem o sentimento do povo”.^[437] E até citou Rui Barbosa, para reforçar seu argumento: “Para as constituições sobreviverem precisam se renovar”. Em um encontro com os deputados da Frente de Mobilização Popular, Jango demonstrou confiança nos rumos do governo e descartou a possibilidade de ocorrer um golpe conservador: “Não acredito que a direita tenha qualquer movimento articulado contra o governo. Mas, se este movimento chegar a ocorrer, será ruidosamente derrotado”.

^[438]

Já os brizolistas temiam um golpe de direita, mas não descartavam a possibilidade de Jango se antecipar e dar o seu. No caso de um golpe da direita, a resistência dependeria do dispositivo militar do governo — que se imaginava sólido, especialmente depois de um churrasco em Brasília em que Assis Brasil apresentou ao presidente, com o auxílio de mapas, um levantamento detalhado das principais guarnições do país. Se o golpe, porém, partisse de Jango, não haveria forma de impedi-lo: a saída seria apoiá-lo e tentar assumir no processo a direção política. Portanto, eles estariam sempre na dependência do presidente. Esperavam formar 100 mil “Grupo dos Onze” no prazo de seis meses e, aí sim, poder ter condições de também articular um golpe com apoio dos sargentos e marinheiros.

No dia 22, depois de uma ausência de nove dias, retornou ao Brasil o embaixador Lincoln Gordon, que havia participado de várias reuniões em Washington. Numa delas, em 17 de março, com a presença de Thomas Mann, sub-secretário para Assuntos

Interamericanos, ficou clara a opção preferencial por um golpe direitista no Brasil: “O governo já não tratará de impedir os golpes de Estado direitistas e manterá uma linha política anticomunista. Nas condições atuais da América Latina torna-se difícil traçar uma linha divisória entre democracia e ditadura”.^[439] No dia seguinte ao seu retorno, Gordon escreveu um memorando para o Departamento de Estado avaliando a conjuntura política: “Seu tempo está se esgotando e os candidatos à sucessão se reunindo ativamente na arena, Goulart está sob pressão e agirá com mais rapidez e menor cálculo dos riscos”. Considerou que “Goulart se acha agora definitivamente envolvido numa campanha para conseguir poderes ditatoriais”.^[440]

Um dos problemas dos diplomatas americanos era escolher qual grupo de golpistas deveriam apoiar. Entre os militares, havia muito tempo, vinham conspirando o general Olympio Mourão Filho e o almirante Sílvio Heck, nem sempre vinculados, e mais recentemente Castelo Branco, além de um grande número de oficiais que estavam aguardando o momento adequado para aderir, entre os quais se destacava o general Artur da Costa e Silva — que em março de 1963 pediu, por meio do general Oromar Osório, o posto de embaixador em algum país estrangeiro, pois “estava mal de finanças”.^[441] Já entre os civis muitos grupos também estavam organizando um movimento golpista, todos dependentes de apoio militar, mas nem sempre articulados. Um dos mais antigos era ligado ao jornalista Júlio de Mesquita Filho, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Já em março de 1964, alguns governadores entraram na conspiração, mas com o objetivo de, no interior do processo golpista, defender seus interesses eleitorais mais imediatos, como foi o caso de Ademar de Barros e, principalmente, de Magalhães Pinto, que estavam jogando com a interrupção do governo Jango, mas não com a interrupção do processo democrático a curto prazo, preservando portanto a realização das eleições presidenciais de 1965.

Diferentemente de outros países latino-americanos, onde os diplomatas americanos tiveram até de organizar os golpistas para derrubar governos que não agradavam a Washington, no Brasil a oferta golpista era tão farta que o maior problema foi evitar a

sobreposição de esforços. Desde o início das primeiras sondagens, porém, estava claro aos americanos que o golpe viria, mas com a liderança dos direitistas brasileiros, e que os Estados Unidos entrariam no jogo, inicialmente para conceder ajuda militar e diplomática, sobretudo no caso de um estado de beligerância. O plano B era o fornecimento de petróleo — os americanos temiam que os partidários de Jango explodissem as refinarias —, e, caso eclodisse uma guerra civil, o envio de “um porta-aviões, seis destróieres, um navio para o transporte de helicópteros e quatro petroleiros. E ainda seis aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado”.^[442] A existência, como informa Darcy Ribeiro, de 4.968 agentes norte-americanos “que entraram no Brasil disfarçados de sacerdotes, comerciantes e turistas” e de “3 mil que já aqui estavam, para formar um corpo de ‘boinas verdes’”,^[443] não passou de mais um exagero do ex-chefe da Casa Civil. Estávamos no auge da Guerra Fria — a crise dos mísseis, em Cuba, não tinha completado dois anos —, e à época essa intromissão nos assuntos internos brasileiros era considerada algo rotineiro.

No dia 23, Jango estava no Rio. Foi ao Hospital dos Servidores do Estado visitar o ministro Jair Dantas Ribeiro, que seria operado no dia seguinte e com quem teve uma longa conversa. Não queria substituí-lo, apesar de alguns generais terem aconselhado que nomeasse Oromar Osório, comandante da Vila Militar, para o seu lugar. O presidente depois voltou ao Palácio das Laranjeiras para almoçar com o seu compadre, o comandante do II Exército, o general Amauri Kruehl, que também fora padrinho de casamento de Castelo Branco. Kruehl levou-lhe uma gravação na qual o governador Ademar de Barros o atacava — provavelmente a fita do programa de televisão do dia 20. O general considerou que as intervenções de Ademar eram “subversivas” e “ameaçavam à segurança”. Durante o almoço, trataram da organização do grande comício do dia 1.º de Maio, o ponto mais alto da campanha das reformas e que seria realizado no vale do Anhangabaú, em São Paulo. Aparentemente alheio à crise na Marinha, com os marinheiros ameaçando entrar em “greve branca” a partir do dia 25, quarta-feira, caso não fossem

canceladas as punições aos diretores da AMFNB, de prisão disciplinar por dez dias — dos 19 diretores da associação, seis estavam detidos —, Jango estava de malas prontas para viajar para o Rio Grande do Sul e lá passar a Semana Santa com seus familiares. Na terça, o ministro Sílvio Mota discursou no Centro de Adestramento Marques Leão e atacou a AMFNB e sua diretoria, formada por “falsos líderes que visam a deterioração da disciplina para atingirem seus propósitos”, e disse que “não iria recuar diante de calúnias e ameaças”. Em seguida, dirigiu-se ao Palácio das Laranjeiras, onde despachou normalmente com João Goulart. À noite Jango se reuniu com seis generais no seu apartamento de Copacabana, que pressionaram o presidente para que tomasse alguma atitude em relação a Castelo Branco e às provocações do governador paulista Ademar de Barros. Como viajaria logo em seguida para o Sul, deixou para tomar suas decisões depois da Páscoa. Pouco antes, soube que o general Jair Dantas Ribeiro tinha sido operado, que a intervenção cirúrgica durara três horas e tinha sido mais complicada do que se imaginava.

Em meio à atmosfera política radicalizada como nunca tinha ocorrido na história republicana nacional, San Tiago Dantas — seriamente doente, com câncer, morreria cinco meses depois — apresentou a proposta de criação da Frente Única, com o objetivo de dar sustentação congressual e governabilidade ao governo Jango; afinal a “rotatividade ministerial e de dirigentes de agências públicas atingiu níveis incompatíveis com a própria definição de governo. Levado pelas manobras políticas de seu presidente, o país seguia, em velocidade vertiginosa, para o caos administrativo”. Em 31 meses, foram seis ministros da Educação e do Trabalho, cinco ministros da Justiça, Relações Exteriores, Saúde, Indústria e Comércio e Minas e Energia, quatro ministros da Marinha, Exército e Agricultura e três da Viação e Aeronáutica.^[444] San Tiago Dantas falou em metas: viabilizar as reformas de base, preservar o sistema democrático e garantir as eleições presidenciais de 1965.^[445] Eram metas tímidas, caso a conjuntura não estivesse tão tensa e, pior, se a defesa da democracia fosse predominante na esfera política. Jango, Brizola, Prestes, a maior parte da oficialidade das Forças Armadas, quase toda a UDN, parte do PSD, jornalistas, empresários,

todos não só não acreditavam na democracia como a consideravam um empecilho ao progresso econômico.

A Frente Única foi recebida com desdém, teve alguns apoios meramente formais, mas o centro da luta política não estava nas ruas ou no Parlamento, mas sim nas Forças Armadas, seguindo a tradição das repúblicas da América Latina. E era na Marinha que se localizava o centro maior da crise de hierarquia das Forças Armadas. Se era verdade incontestável que se submetiam os marinheiros a um código disciplinar severíssimo e que trazia sérios transtornos às suas vidas, a atuação da AMFNB criava tal antagonismo numa conjuntura política radicalizada que dificilmente abriria caminho para o atendimento das suas reivindicações, pois tocava em um ponto nevrálgico para os militares: a hierarquia. No dia 25, como prometido, lançaram um manifesto para esclarecer a posição da entidade: “No mais vergonhoso atentado à dignidade da pessoa humana, encarceraram sem quaisquer justificativas legais brasileiros inconformados com a atual estrutura socioeconômica do país, que lutam contra a espoliação internacional de grupos e a condição de escravização a que se acha submetido o povo brasileiro e, particularmente, os nossos irmãos nordestinos”. O documento — confuso, que misturava a insensibilidade do comando da Marinha com a situação político-econômica do país — concluía com um chamamento panfletário: “No sentido de derrubarmos definitivamente essa estrutura anacrônica onde só os grupos privilegiados absorvem toda a riqueza de uma nação que, por direito, pertence a seus filhos”.^[446]

Nesse mesmo dia, às 21h, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, na rua Ana Néri, comemorar-se-ia o segundo aniversário da associação, ato que tinha sido proibido pelo ministro da Marinha. Quatro mil e quinhentos marinheiros compareceram e muitos, que também queriam participar da cerimônia, acabaram ficando confinados nos navios na baía da Guanabara. O grande momento da noite foi o discurso de José Anselmo dos Santos, eleito três meses antes presidente do sindicato, cuja redação contou com a colaboração de Carlos Marighela e Joaquim Câmara Ferreira,^[447] na época membros do Comitê Central

do PCB. Foi um discurso radical. Em 12 parágrafos, Anselmo — que estava foragido desde o dia anterior, pois tinha sido punido com prisão disciplinar de dez dias — apresentou mais um manifesto político do que as reivindicações dos marinheiros, tanto que estas foram tratadas somente no penúltimo parágrafo. Dissertou sobre as reformas de base (“que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis”), criticou a oficialidade (“autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo”), apoiou os decretos assinados no comício da Central, glorificou a aliança entre militares e operários (“selamos a unidade dos marinheiros, fuzileiros, cabos e sargentos, [...] com os nossos irmãos operários, [...] esta unidade completa-se com a participação dos oficiais nacionalistas e progressistas das três armas”), criticou o Parlamento (“esperamos que o Congresso Nacional não fique alheio aos anseios populares. E com urgência reforme a Constituição de 1946, ultrapassada no tempo”).^[448]

Na mesa da assembléia estava presente o célebre João Cândido, 84 anos, o “almirante negro”, líder da rebelião contra a chibata, em 1910. Já próximo das 23h, os marinheiros aprovaram cinco propostas para encaminhar ao ministro: “fim das punições e libertação de todos os presos, reconhecimento da Associação, humanização da Marinha, melhoria de alimentação nos navios e quartéis e a apresentação e punição dos torturadores”.^[449] E a reunião continuou: a cada intervenção de um orador, o clima ficava mais agitado. Aceitou-se a criação da União Geral dos Trabalhadores Militares, que centralizaria as associações de praças, cabos e sargentos das Forças Armadas, o que era tido como intolerável pelos oficiais das três armas, inclusive por aqueles considerados progressistas. Sugeriu-se que se dirigissem à sede do Corpo de Fuzileiros Navais, com o intuito de libertar alguns dos diretores presos, mas a proposta aprovada foi a que determinava que os marinheiros deveriam continuar ocupando a sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em assembléia permanente. Às 24h fecharam-se as portas e os marinheiros passaram a noite espalhados pelo prédio de seis andares.

A crise estava completa: os marinheiros mantinham-se no sindicato, outros queriam dirigir-se para lá, mas foram impedidos pelos oficiais. A notícia de que um marinheiro morreria atingido por uma bala quando queria desembarcar do cruzador *Barroso* chegou ao sindicato, e os ânimos ficaram ainda mais exaltados. O almirante Sílvio Mota enviou 90 homens do Corpo de Fuzileiros Navais para desalojarem os marinheiros do sindicato e levá-los presos. O sindicato foi cercado. Anselmo correu à entrada principal e fez um discurso conclamando os soldados a aderir: 26 fuzileiros navais abandonaram suas armas e entraram no prédio.^[450] O restante das tropas voltou para o quartel. A AMFNB divulgou mais um manifesto dirigido ao “povo civil e ao povo fardado”. Nele relatava brevemente as reivindicações: “Não temos o direito de casar e por isso, bem como pelo pouco que recebemos, muitos vão parar nos bordéis onde encontram vícios infames; não temos nem condições de ajudar os nossos pais, nem ao menos para passar férias entre os nossos entes queridos”.^[451] Mota destituiu do Comando dos Fuzileiros Navais o almirante Cândido Aragão e nomeou o almirante Luís Felipe Sinai. Este, às 16h30, retornou ao prédio do sindicato, que ficou cercado pelos fuzileiros e por cinco tanques do Exército. Os oficiais da Marinha não aceitavam outra solução que não fosse a punição com prisão de todos os marinheiros rebelados: foi a mais séria crise de hierarquia na Marinha desde 1910, e numa conjuntura política extremamente grave.

O ministro Sílvio Mota não sabia mais o que fazer e necessitava da autorização de Jango para agir, mas o presidente tinha viajado com a família para o Rio Grande do Sul, onde passaria os feriados da Semana Santa. Até o deputado Leonel Brizola foi para o Sul, não sem antes divulgar uma nota de apoio aos rebelados: “Trata-se de um gesto nobre e altamente significativo, que não pode deixar de merecer o irrestrito apoio de todos os patriotas”.^[452] Brizola despedia-se da cidade do Rio de Janeiro: só voltaria 15 anos depois. Também não foi possível encontrar o general Assis Brasil, pois estava acompanhando o presidente. Preocupado, Darcy Ribeiro se dirigiu ao Ministério da Guerra para conversar com o comandante do I

Exército, o general Moraes Âncora, “um general magro, asmático, que tossia sem parar. Levava a tiracolo não uma arma, mas uma espécie de bombinha de flit com que, de vez em quando, espargia algum remédio na garganta”.^[453] O chefe da Casa Civil ordenou ao general Âncora que não tomasse nenhuma providência e aguardasse o retorno de Jango, que já tinha sido avisado da gravidade dos acontecimentos.

O presidente voltou a Porto Alegre (estava em São Borja, visitando uma de suas fazendas) e daí, acompanhado do chefe da Casa Militar, regressou ao Rio de Janeiro. Chegou à uma da manhã do dia 27, em um avião fretado da Varig, ao aeroporto do Galeão. Disse logo ao desembarcar: “Vim para tomar pé”. Meia hora depois, estava reunido, no Palácio das Laranjeiras, com os ministros militares — o general Genaro Bontempo substituíva provisoriamente o general Jair Dantas Ribeiro — e com os chefes da Casa Militar e da Casa Civil. Este propôs ao presidente que exonerasse o general Dantas Ribeiro, que considerava “fraco e ambíguo”, e nomeasse para a função o marechal Lott, mas não obteve a concordância de Jango: “Como é que eu vou demitir o ministro Jair Dantas, que está de barriga aberta numa sala de operações?”.^[454] Na tensa reunião, descartou-se a permanência de Sílvio Mota à frente da pasta da Marinha — que compareceu ao Palácio em uniforme de gala — e buscou-se encontrar uma solução negociada para o impasse. Correu a informação de que o presidente mandaria prender os marinheiros e manteria no Comando dos Fuzileiros Navais o almirante Sinai. Mas logo tudo voltou ao normal, ao estilo de Jango: em vez de ordenar a detenção dos marinheiros rebelados — mantendo o princípio da hierarquia, tão caro à organização militar — e estudar uma forma de atender gradualmente as justas reivindicações da categoria, optou pelo pior: não puniu os marinheiros.

Ordenou-se o deslocamento de 300 soldados da Vila Militar para o Ministério da Guerra, sob comando do coronel Domingos Ventura. As tropas passaram pela área onde havia duas semanas tinha sido realizado o comício da Central, cujo esquema de segurança fora organizado pelo mesmo coronel: parecia que a eternidade separava os dois momentos. Dali rumaram para a sede do sindicato dos

metalúrgicos, conhecido também como o Palácio do Aço, aonde chegaram às quatro da manhã. Três horas depois, os marinheiros se reuniram em mais uma assembleia. Estava sendo negociada a saída do prédio, mas ainda não se sabia para onde seriam levados. Às 10h, no Palácio das Laranjeiras, Jango recebeu o almirante Sílvio Mota, aceitou sua renúncia e designou para o cargo o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que desde 1959 presidia o Tribunal Marítimo. O novo ministro reconduziu o almirante Aragão (que tinha sido destituído por Sílvio Mota e cuja prisão tinha sido determinada) ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais e, para chefiar o Estado-Maior da Armada, nomeou o almirante Pedro Paulo Suzano. Paulo Mário não foi uma boa escolha, pois era considerado de esquerda — o CGT o teria indicado —, estava “incompatibilizado com toda a classe”,^[455] segundo Amaral Peixoto, e vivia maritalmente havia 19 anos com uma negra, com a qual tinha dois filhos. Para uma força ultraconservadora, racista, era demais ter um ministro de esquerda, que não era formalmente casado e, pior, muito pior, cuja mulher era negra.

Nesse ínterim, o sindicato dos metalúrgicos foi sendo cercado por mais tropas do Exército, do regimento Floriano, pois a Marinha temia que seus soldados aderissem aos revoltosos. A notícia da nomeação de Paulo Mário foi recebida como uma vitória pelos marinheiros. Minutos depois, chegou a decisão de Jango: os marinheiros seriam levados para o Batalhão de Guardas do 1 Exército, em São Cristóvão, e soltos à tarde. Passaram pouco mais de três horas nas dependências do Exército e foram libertados, a partir das 17h30, em grupos de 20; saíram em fila indiana e imediatamente se dirigiram à avenida Rio Branco. No caminho, em direção ao Ministério da Marinha, pararam diante do busto do marinheiro Marcílio Dias — herói da Guerra do Paraguai —, na praça Onze, e de lá foram para a igreja da Candelária, onde rezaram a ave-maria e o pai-nosso. Mais adiante, na saída do Ministério da Marinha, encontraram os almirantes Aragão e Suzano, que, em triunfo, foram carregados nos ombros pelos marinheiros — as fotos ilustraram os jornais do dia seguinte.^[456] Pouco depois, dispersaram-se pela noite do Rio de Janeiro na Sexta-Feira Santa. Jango,

satisfeito com a forma encontrada para resolver a rebelião dos marinheiros, e acreditando que a crise estava sanada, dirigiu-se, às 21h, para Brasília: “A situação é calma e por isso vou passar a Páscoa com a minha família”.^[457]

O presidente foi para Brasília mas deixou a crise no Rio. E não era uma simples crise, como tantas ocorridas desde 1954. No sábado, a Secretaria de Imprensa da Presidência da República divulgou uma nota otimista, tecendo loas à habilidade de Jango, pois a crise que, se “prolongada, poderia nos conduzir a caminhos mais perigosos”, fora superada rapidamente. Segundo a nota, Paulo Mário deveria “criar um clima de unidade e de confiança entre comandantes e comandados, indispensável ao estabelecimento da verdadeira ordem e da disciplina duradoura”.^[458] Nem a crise estava resolvida, nem havia clima de unidade e de confiança, tanto que, na mesma hora em que a nota era divulgada, o Clube Naval estava em assembléia, com 20 almirantes e 200 oficiais presentes, em rebelião aberta contra o almirante Paulo Mário. E mais grave: com o apoio de boa parte dos oficiais do Exército.

Tentando demonstrar tranqüilidade, Paulo Mário convocou uma entrevista coletiva em seu gabinete, único lugar onde se sentia seguro; nem para casa tinha ido — morava em Niterói—, pois temia um atentado. Pouco antes de tomar posse, teve de sair pelas portas dos fundos do Tribunal Marítimo, onde dormira, despistando um grupo de oficiais da Marinha que queria seqüestrá-lo: na fuga, o carro em que viajava percorreu ruas na contramão, e, depois de iludir os perseguidores, o ministro tomou um táxi para um local que considerava seguro.^[459] Às 14h esteve com Jango nas Laranjeiras e, às 15h30, ao entrar na sede do ministério, sofreu mais um atentado: rajadas de metralhadora quase o atingiram. Com muita dificuldade, conseguiu chegar ao terceiro andar do prédio para tomar posse.^[460] Mesmo assim, estava otimista, tanto que declarou a um oficial que o acompanhava: “Meu Deus, como é dura a luta contra o imperialismo agonizante”.^[461]

No gabinete, a tensão do momento político marcou toda a entrevista. Paulo Mário disse que, antes da nomeação, conversara somente uma vez com o presidente, em novembro de 1956; desde

então, havia quase oito anos, portanto, nunca mais trocara uma palavra sequer com Jango. Declarou-se “partidário dos pontos de vista da massa que anseia pela libertação econômica do país e pelas reformas. Se isso é ser de esquerda, pode dizer que sou de esquerda”. As perguntas logo foram para o terreno pessoal, revelando a radicalidade do momento. Recordou, ao ser indagado sobre sua vida conjugal, que era discriminado pelos colegas “por viver maritalmente com uma mulher de condições econômicas inferiores, que encontrei na Bahia”. Fez questão de afirmar que vivia com ela havia 19 anos e era “mais feliz do que muitos dos almirantes que o criticam e são enganados pelas mulheres”.^[462]

O presidente passou um fim de semana nervoso em Brasília e, no domingo, ao fim da tarde, estava de volta ao Rio de Janeiro. Desembarcou no aeroporto Santos Dumont e rumou para o HSE, para breve reunião com o general Jair Dantas Ribeiro, que convalescia. O ministro da Guerra já tinha recebido, no mesmo dia, Juscelino Kubitschek — e a conversa foi gravada pela CIA.^[463] Trataram de política e de um eterno assunto dos militares: aumento de salário. ^[464] Juscelino prometeu que o Congresso votaria o aumento, mas aproveitou a visita para pedir ao general que permanecesse à frente do ministério e não aceitasse ser substituído ou a nomeação de um interino. Dantas Ribeiro tranquilizou JK e garantiu: “Se o presidente tentar qualquer ação ilegal, tomarei providências para depô-lo”.^[465]

Depois de meia hora de conversa com o ministro da Guerra, Jango dirigiu-se ao Palácio das Laranjeiras, onde conferenciou com Abelardo Jurema, Paulo Mário e o general Bontempo. Esperava-se que, dada a gravidade do momento, Jango fosse buscar uma solução disciplinadora, que conservasse a unidade das Forças Armadas — isso quando até oficial simpático ao presidente disse que “a disciplina havia sido violentada irreparavelmente”^[466] ou o coronel Kardec Leme, também progressista, achou que tudo aquilo “mexeu com o coração das Forças Armadas, que é a questão da disciplina”. ^[467] O Clube Naval mantinha-se em assembléia permanente, e o almirantado se recusava a aceitar o ministro Paulo Mário. O pulso firme na solução da crise militar permitiria manter a ofensiva política no Congresso Nacional. Era também o que imaginava a diplomacia

britânica, que acompanhava *pari passu* os acontecimentos no Brasil: “A situação continua incerta e grave, mas não é desesperadora e eu não acredito que o presidente Goulart venha a fazer outras provocações, a ponto de convidar os militares a deflagrarem um golpe de Estado”.^[468]

Contudo, a atitude de Jango foi surpreendente. Confirmou o comparecimento, no dia seguinte, ao Automóvel Clube do Brasil, na cerimônia de homenagem patrocinada pelos sargentos, para o 40.º aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar. Era como se os episódios do sindicato dos metalúrgicos fossem se repetir, com a diferença de que estaria presente o presidente da República, o comandante supremo das Forças Armadas, segundo o disposto no artigo 87 da Constituição Federal. Já bem tarde da noite, Jango ligou para o apartamento de Tancredo Neves, na rua Rodolfo Dantas: disse que queria falar urgente com o deputado, que se dispôs a ir cedo às Laranjeiras, mas Goulart fez questão de ir ao seu apartamento, onde, poucos minutos depois, chegou acompanhado apenas de um ajudante, o inspetor Napoleão, do DOPS. Estava nervoso e “visivelmente cansado, com a fisionomia de um tresnoitado”, segundo Pinheiro Neto, testemunha da conversa. Pediu um uísque, acendeu um cigarro e disse que estava “num terrível labirinto, do qual preciso e desejo sair, para a tranqüilidade do país”. Tancredo criticou a postura do governo, disse que a estratégia de Abelardo Jurema de eliminar os “bolsões reacionários” era uma loucura, considerava que era um milagre o governo ter sobrevivido ao comício da Central e que a quebra da hierarquia nas Forças Armadas poderia levar à perda do apoio até entre os oficiais simpáticos ao governo. Para reforçar sua tese, Tancredo citou até o revolucionário russo Leon Trotsky, que manteve a hierarquia ao criar o Exército Vermelho. Concluiu prevendo que o governo não chegaria ao seu final se permanecesse a desordem nas Forças Armadas. A conversa passou da meia-noite e Jango se despediu do líder do governo na Câmara sem dizer o que faria.^[469]

O presidente passou boa parte da segunda-feira no Palácio das Laranjeiras. Despachou com ministros e recebeu políticos, entre os quais Juscelino Kubitschek, que, como vimos, no dia anterior tinha

visitado o ministro do Exército no hospital. Jango estava satisfeito com as notas do CGT — que, em caso de golpe, ameaçava com uma greve geral — e da UNE, que apoiava incondicionalmente o governo. Com o general Bontempo, tratou da promoção de vários militares. Entre os quatro generais de divisão promovidos estava Orlando Geisel.

Durante o dia, surgiram informações de que o golpe tinha começado em Minas Gerais, onde o general Carlos Luís Guedes, desde as 14h declarara a capital mineira cidade rebelde; portanto, não se tratava de mais um simples boato. Para o general, não era possível esperar mais dois dias, como propunha Olympio Mourão Filho, pois 1.º de abril “é data que ninguém toma a sério” e “30 é o último dia de Lua cheia, e eu não tomo nenhuma iniciativa na mingunte; se não sairmos sob a cheia, irei esperar a Lua nova e, então, será muito tarde”.^[470] A Polícia Militar mineira estava de prontidão. Mesmo assim, o Gabinete Militar distribuiu uma nota dizendo que não passava de boatos a movimentação de tropas em Minas Gerais, que nada mais era do que “guerra psicológica”, provavelmente acreditando nos desmentidos do governador Magalhães Pinto de que “ninguém pode dar o golpe. Não há condições para isso”.^[471] Contudo, o manifesto do governador mineiro não deixava dúvidas do seu rompimento com o presidente: “Minas se empenhará com todas as suas forças e todas as suas energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora”.^[472] Além de lançar o manifesto, o governador nomeou três secretários extraordinários: Afonso Arinos e Milton Campos, da UDN, e José Maria Alkmim, do PSD. Era um sinal de que, mantendo a unidade política do estado, garantida pela união UDN-PSD, Magalhães Pinto estava principalmente tentando encurralar o presidente, aumentando seu cacife no interior do seu partido e enfraquecendo seu oponente, o governador Carlos Lacerda.

Muitos desaconselharam a ida de Jango ao Automóvel Clube; Tancredo Neves foi um deles. Jango saiu do Palácio das Laranjeiras no fim da tarde e se dirigiu a seu apartamento em Copacabana, no edifício Chopin. Lá encontrou Abelardo Jurema, Raul Ryff, Samuel

Wainer, Jorge Serpa^[473] (misterioso assessor do presidente que continuará influente durante a ditadura militar), Amauri Silva e o general Assis Brasil. Tancredo, pela segunda vez em dois dias, aconselhou Jango a não comparecer, pois sua presença seria considerada uma provocação à Marinha e deveria evitar mais polêmica. Jango não gostou das observações do seu líder na Câmara e saiu da sala. Para os que ficaram, Tancredo profetizou: “Deus faça com que eu esteja enganado, mas creio ser este o passo do presidente que irá provocar o inevitável, a motivação final para a luta armada!”.^[474] O deputado Tenório Cavalcanti, nervoso e segurando os ombros do presidente, pediu-lhe que não fosse à solenidade, pois tinha informações de que o apoio de muitos oficiais ao governo dependia da sua ausência ao ato, o que sinalizaria uma recusa à quebra da hierarquia militar. Mesmo assim, Jango manteve a decisão de comparecer, principalmente depois de ter ouvido do general Assis Brasil: “Presidente, tudo pronto. O esquema já entrou em execução”.^[475]

Chegou ao Automóvel Clube, acompanhado de quase todos os ministros civis. Encontrou o auditório lotado. Já estavam lá os ministros militares. José Anselmo dos Santos, presidente da AMFNB, também estava presente e foi ovacionado pelos sargentos. Vários oradores discursaram antes de Jango; um deles, o ministro Jurema, que, exaltado, proclamou: “Quem está com Jango está com o povo e quem está com o povo está com Jango”.^[476] A tensão estava no ar. Cada intervenção era mais radical que a anterior. A todo momento ouvia-se: “Manda brasa, Jango!”. Jurema concluiu enfaticamente sua oração: “Continua, presidente. Continua na luta em defesa do povo, que está na rua para apoiá-lo”.

Finalmente chegou o momento do pronunciamento de Jango: seu último discurso como presidente da República, retransmitido por uma cadeia de rádio e televisão. Tinha levado o texto pronto — que em boa parte era de autoria de Luís Carlos Prestes^[477] —, mas acabou improvisando durante a maior parte do discurso. A primeira palavra pronunciada foi “crise”. Atacou a “minoridade de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado”, rememorou a crise de

1961, comentou o uso político da religião cristã e justificou sua ação na crise da Marinha. Atacou os “sabotadores” e “reacionários” que criaram o “clima de intriga e envenenamento”. De passagem falou nas reformas de base, mas o principal foram as considerações sobre a disciplina e a hierarquia militares e o papel dos sargentos: “Respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro de suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque, em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais permitirão que se pise nos sentimentos do povo brasileiro. Ao lado de comandantes, e em nome da disciplina, tenho certeza de que os sargentos jamais aceitarão sectarismo, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes está traçado é o caminho que me foi traçado também”. O recado foi claro: os sargentos não deviam obedecer a seus superiores naquilo que considerassem “sentimentos do povo brasileiro”, “sectarismo”, pois o caminho deles era também o caminho do presidente da República. Portanto, a relação de comando era com ele, Jango. Cada vez mais exaltado, disse: “Ninguém mais se pode iludir com um golpe contra o governo, contra o povo”. E, muito nervoso, encerrou o discurso: “Não admitirei o golpe dos reacionários. O golpe que nós desejamos é o golpe das reformas de base, tão necessárias ao nosso país. Não queremos Congresso fechado. Ao contrário, queremos Congresso aberto. Queremos apenas que os congressistas sejam sensíveis às mínimas reivindicações populares”.[478]

Dezoito anos depois, Prestes confessou: “Aquela reunião com os sargentos no Automóvel Clube do Brasil foi uma provocação. Foi uma inversão de toda a hierarquia e facilitou o golpe”.[479] Assistindo à solenidade em casa, pela televisão, Amaral Peixoto prognosticou: “O Jango não é mais presidente da República. [...] porque nesta hora tenho certeza que sua deposição já está decidida pelos militares”.[480] Os golpistas acharam excelente o discurso, pois empurrava os militares indecisos para derrubar Goulart: foi a sensação de Ernesto Geisel, que com Golbery do Couto e Silva, na casa de Castelo Branco, também assistiu ao ato pela televisão.[481] Uma voz dissonante foi a de Paulo Francis. Para o jornalista da

Última Hora, o “presidente compreendeu plenamente a missão histórica que desempenha: seu mandato já não é seu, mas uma bandeira de aspirações nacionais. O político populista de ontem tornou-se o agente histórico de hoje. A mensagem das reformas é inevitável, aconteça o que acontecer agora. Transcende a pessoa do presidente, dos figurantes do drama que vivemos. Foi o divisor de águas entre o oportunismo e o verdadeiro reformismo”.^[482]

Jango não estava bem de saúde. Tinha comparecido ao ato acompanhado de seu médico particular, o dr. Moacir, e durante o dia tomou vários comprimidos de Pervitin.^[483] Com dificuldade, chegou ao automóvel e lá mesmo foi atendido pelo médico. O carro rapidamente seguiu em direção ao Palácio das Laranjeiras: já tinha passado da meia-noite. Seus ministros, que consideraram o ato um êxito, foram comemorar em um restaurante no centro da cidade. O discurso dessa noite, porém, foi o seu dobre de Finados, sua despedida do poder, e, pelo desenrolar dos acontecimentos nos cinco dias seguintes, tudo indica que ele tinha plena consciência de que não se manteria na Presidência da República. Planejava deixar seus últimos pronunciamentos como uma espécie de testamento político, que poderia ser usado numa conjuntura menos tumultuada. Dessa forma, não deixaria a vida para entrar na história, tal qual Getúlio, mas poderia se retirar da cena política para regressar em outro momento, mais favorável, como salvador da pátria: seria um golpe de mestre.

Uma pesquisa do Ibope feita nas oito principais capitais do país retratou bem a conjuntura. O PTB era considerado o partido de maior simpatia eleitoral, tendo o dobro de preferência em relação à UDN, a segunda colocada; 60% eram favoráveis à desapropriação das terras que margeavam os açudes, ferrovias e rodovias federais; 76% eram contrários à legalização do Partido Comunista; 40% identificavam a inflação como o maior problema a combater; 45% do eleitorado dizia-se de “centro” e o quadro eleitoral de 1965 estava dividido entre JK e Lacerda, o primeiro com 37% das preferências (vencendo em todas as cidades), e o segundo com 25%. O país estava dividido entre duas candidaturas, nenhuma delas do PTB, e havia um

sentimento que apontava para a necessidade de reformas, mas excluía a legalização do PCB.^[484]

A embaixada americana acompanhava cuidadosamente os acontecimentos. Em 22 de março, Lincoln Gordon retornou ao Brasil. Nos três dias seguintes, conferenciou com os cônsules e diversos assessores sobre a conjuntura política. Tudo indica que na semana em que permaneceu nos Estados Unidos, em reuniões com funcionários governamentais, tenha sido decidida a possibilidade de intervenção militar mediante o fornecimento de armas e munições; aguardava-se o sinal verde do embaixador para deflagrar o processo. No dia 27, Gordon enviou um memorando secreto para Washington, em que arrolou uma série de possíveis cenários políticos e não descartou a possibilidade de Jango cumprir seu mandato até janeiro de 1966: "Se isto for viável, seria a melhor solução para o Brasil e os Estados Unidos".^[485] Mas os acontecimentos acabaram precipitando outro caminho: no momento em que assistia pela televisão à reunião dos sargentos, justamente quando Jango estava discursando, Gordon recebeu um telefonema do secretário de Estado Dean Rusk, que queria saber se Goulart iria manter os sargentos dentro da hierarquia. Gordon informou-o de que o presidente permanecia na mesma posição dos pronunciamentos anteriores. Rusk então ligou para Lyndon Johnson, que estava em seu rancho, no Texas, e em seguida mandou um telegrama para o embaixador no Brasil com a posição oficial do governo americano: apoiaria os golpistas, mas recomendava ser "altamente desejável que se as Forças Armadas embarcarem em uma ação, que ela seja precedida ou acompanhada por uma clara demonstração de atitudes inconstitucionais por parte de Goulart ou dos seus companheiros, ou que tal legitimidade seja confirmada por atos do Congresso". Contudo, caso isso não ocorresse, "não nos deixaremos paralisar por filigranas teóricas, se não houver dúvida quanto a uma opção entre as forças genuinamente democráticas do Brasil e uma ditadura dominada pelos comunistas".

Um possível apoio militar, com navios transportando armas e munições, não poderia se concretizar antes de dez dias, e, para apoio aéreo, era indispensável um aeroporto no Nordeste (no

telegrama, indica-se Recife) com capacidade para receber aviões a jato. Os americanos decidiram enviar uma força-tarefa, chamada de “Brother Sam”, no dia seguinte, mas o deslocamento foi interrompido três dias depois, por recomendação de Lincoln Gordon. Segundo ele, “nenhum brasileiro, militar ou civil, teve conhecimento da formação desta força-tarefa”.^[486] Isso, porém, não significa que brasileiros não tenham pedido o auxílio americano, como ficou evidenciado na teleconferência, de 1.º de abril, entre Gordon, Rusk e outros funcionários, na qual o embaixador declarou: “Exceto por Ademar e alguns paulistas que continuam a falar confusamente sobre necessidades de armas e a possibilidade de uma demonstração de força naval, não tem havido, repito, não tem havido nenhuma pressão para oferecermos apoio ostensivo”.^[487] É provável que a operação tivesse como referência o golpe castelista que deveria ocorrer na primeira quinzena de abril, o que daria tempo suficiente para os navios alcançarem o Brasil, graças às informações obtidas por Vernon Walters, amigo de Castelo Branco; chegariam, inclusive, armas ao litoral sul paulista, em Iguape ou Cananéia, trazidas por um submarino americano “sem marcas de identificação, com desembarque noturno”.^[488]

Na manhã do dia 31, o Rio de Janeiro estava invadido por notícias desencontradas. Falava-se na movimentação de tropas que estavam indo de Minas Gerais em direção à ex-capital, lideradas pelo general Mourão Filho — que não era levado a sério por seus colegas, que o acusavam de querer fazer algo rapidamente porque cairia na compulsória no dia 9 de maio, e, pior, sem atingir o posto de general de Exército. Mourão, que a tudo comandava, como fez questão de registrar em seu diário, “de pijama e roupão de seda vermelho”,^[489] deu início à “Operação Popeye” — o general, que fumava cachimbo, quis homenagear o conhecido personagem do desenho animado. Partiu com menos de 4 mil homens, cuja maioria eram recrutas. Para reforçar seu contingente, convocou os destacamentos das delegacias de polícia da região.^[490] O deslocamento tinha começado às seis da manhã e sem ligação com os golpistas do Rio de Janeiro — tanto que Castelo, às 9h, ao tomar conhecimento, considerou uma precipitação, que poria tudo a perder. Às 11h30, conversando com o

general Guedes, Castelo afirmou: “A solução é vocês voltarem, porque senão vão ser massacrados”.^[491] Mesmo assim, as tropas de Mourão continuaram se deslocando, e os golpistas da ex-capital federal e de outros estados tiveram de apressar seus planos.

Na lista dos que se surpreenderam com o início do movimento, incluem-se Lincoln Gordon e as dezenas de assessores da embaixada americana, que acompanhavam *pari passu* as articulações no Rio de Janeiro, mas não tinham as mesmas informações — ao menos, tão precisas — do que estava ocorrendo em Minas Gerais. Inexplicável, porém, foi a surpresa do PCB. A edição de *Novos Rumos* de 27 de março a 2 de abril veio com um suplemento especial: as teses para a discussão para o sexto congresso do partido. Na avaliação de conjuntura, o documento concluía: “São grandes as possibilidades de vitória das forças patrióticas e populares no pleito de 1965, uma vez que elas se articulem desde já, assegurem sua unidade, lutem pela democratização do processo eleitoral e lancem uma candidatura que seja fator de união da frente nacionalista e democrática, expressando claramente as aspirações do povo brasileiro no presente momento histórico”.^[492] Nos dias 27 e 29 de março, no Rio de Janeiro e em São Paulo, Luís Carlos Prestes repetiu a mesma declaração: não havia condições favoráveis a um golpe de direita, mas, se tal ocorresse, “os golpistas teriam as cabeças cortadas”.^[493] Confiava não só no dispositivo militar de Jango como também nos oficiais comunistas ou simpatizantes presentes nas Forças Armadas.^[494] Anos depois, o líder comunista confessou: “Nós fomos surpreendidos pelo golpe”.^[495]

No Palácio das Laranjeiras, Goulart seguiu sua rotina normal, como se nada de grave estivesse acontecendo. Confiava no dispositivo militar do general Assis Brasil, que, sempre ao ser indagado, propalava: “Não há perigo, pois comigo é na ponta da faca”.^[496] Jango, que tinha sido o presidente que mais promoveu generais — 42 em dois anos e meio de governo^[497] —, recebeu logo cedo uma delegação de empresários de vários estados. Aproveitou para dar um recado político: “Enganam-se os que pensam que podem atingir o meu mandato, que é principalmente do povo. As Forças Armadas

estão acesas na manutenção da ordem e o povo está vigilante e consciente”. Pouco depois, recebeu o governador do estado do Rio de Janeiro, Badger Silveira; também mandou outro recado, dizendo pressentir que estava vivendo um novo 24 de agosto. Às 10h foi novamente visitar o ministro Jair Dantas Ribeiro no Hospital dos Servidores do Estado. Dada a situação, o general Bontempo tinha transferido o seu gabinete para a ante-sala do apartamento do ministro da Guerra no HSE. Todos já sabiam da extensão do golpe, e, desde as 9h, o Exército estava em prontidão. Dantas Ribeiro, após a visita do presidente, divulgou um comunicado: “Em face da eclosão da intensa onda de boatos alarmantes objetivando a intranqüilizar o país, esclareço que a ordem será mantida a qualquer preço. Determino imediata entrada em rigorosa prontidão”.[498]

A transferência do gabinete do ministro para o hospital era uma metáfora do dispositivo militar do governo: enquanto os golpistas ampliavam seus apoios e Castelo Branco tinha a seu dispor o prédio do ministério — passou a maior parte do dia no sexto andar, sem ser incomodado —, o general Dantas Ribeiro estava despachando no HSE. A única boa notícia no campo militar foi o fato de os marinheiros terem se reapresentado nas suas unidades aparentemente sem problemas; o almirante Aragão, porém, não era visto havia dois dias e, quando deu sinal de vida, declarou: “A revolução está na rua”.

Os jornais do Rio de Janeiro que chegaram às bancas, com exceção da *Última Hora*, atacaram Jango. O mais violento editorial do dia foi o do *Correio da Manhã*, com o título “Basta!”: “Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica, presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina, que se torna cada vez mais incontrolável? Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro. Basta de farsa. Basta de guerra

psicológica que o próprio governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base”.^[499] Era claro o chamamento para a derrubada do governo Goulart por meio de um golpe militar, mas as Forças Armadas evitavam dar o primeiro passo, temerosas de um novo fracasso, como em 1954, 1955 e 1961.

O Rio de Janeiro estava em polvorosa. A menos de um quilômetro do Palácio das Laranjeiras, no Palácio Guanabara, Carlos Lacerda liderava o golpe na cidade. Tinha recebido o apoio de 300 oficiais da reserva das Forças Armadas. Havia barricadas nas cercanias do palácio e caminhões de lixo foram espalhados nas vizinhanças, para dificultar um possível ataque de tanques. O governador circulava com uma metralhadora a tiracolo e usava o rádio para atacar o governo federal. Era tudo encenação, pois o Guanabara “não resistiria a duas horas de ataque dos fuzileiros”.^[500]

O CGT, que durante meses propagara aos quatro ventos que tinha um esquema preparado para evitar um golpe e, no dia anterior, em manifesto, afirmou que os operários combateriam a reação “usando as formas de luta que o momento comportar, além da greve geral, nossa primeira iniciativa” — uma forma velada de dizer que estavam chamando os trabalhadores para a tomada insurrecional do poder —, entrou na clandestinidade para evitar que todos os seus líderes fossem presos. Na hora tão esperada do enfrentamento com os golpistas, a central sindical revelou sua real face: a debilidade. O “acesso fácil das suas cúpulas dirigentes aos corredores e gabinetes palacianos e a retórica radical confundiram as esquerdas acerca do ‘poderio do CGT’”.^[501]

À tarde, duas colunas de tanques saíram da Vila Militar. Dirigiram-se ao centro da cidade; não se sabia se para defender o governo ou para derrubá-lo. Fuzileiros navais foram para a sede do Ministério da Marinha. Às 16h, o ministro Abelardo Jurema deu uma entrevista informando que os inquéritos para apurar a rebelião dos marinheiros tinham sido suspensos por determinação de Jango. De acordo com Jurema, “a índole do povo brasileiro é sempre propensa a perdoar”.^[502] Tomar uma medida desse jaez, nessa hora, era mais

uma provocação, pois Jango não só não ampliava suas bases entre os militares, como também perdia o apoio dos que simpatizavam com o governo ou, ainda, daqueles que eram indiferentes. Mais uma vez o presidente desprezava um princípio basilar de qualquer força armada: a hierarquia.[\[503\]](#)

A situação militar no Rio era tão absurda, que o prédio do Ministério do Exército estava cercado por tanques e por 2 mil soldados legalistas, enquanto, lá dentro, Castelo Branco continuava reunido com oficiais golpistas. Ou seja, as tropas do governo protegiam o prédio onde os militares estavam agindo para derrubar o governo. A ordem de prisão de Castelo Branco, recebida às 16h30, não foi cumprida pelo general Âncora, que alegou ser seu amigo. Somente às 18h, solicitou ao general Almeida de Moraes, que estava no nono andar, que fosse à procura do líder golpista, que estava três andares abaixo.[\[504\]](#) Quando lá chegou, Castelo Branco já tinha se escafedido. A nota em que o general Dantas Ribeiro exonerava dos comandos os generais Mourão Filho e Guedes notificava estar “assumindo o comando efetivo das ações legais contra o movimento de subversão que está caracterizado no estado de Minas Gerais”, foi absolutamente ignorada.[\[505\]](#)

Eram quase cinco da tarde quando Juscelino Kubitschek foi pessoalmente falar com Goulart. Saiu decepcionado da conversa e emitiu uma nota sobre os últimos acontecimentos, sem sequer citar uma vez o nome de Jango: “O divórcio que hoje separa brasileiros não poderá persistir sem risco de correr sangue generoso. Neste momento, tenho a responsabilidade histórica de apontar onde está a legalidade, que cumpre defender com coragem e sem ódios. [...] A legalidade está onde estão a disciplina e a hierarquia. Não há legalidade sem Forças Armadas íntegras e respeitadas em seus fundamentos. [...] A legalidade exige, pois, que primeiro se restabeleçam a confiança e a paz nos quartéis, nos navios e nos aviões”.[\[506\]](#) A nota condensava o que os partidários da legalidade queriam ouvir, mas todos dependiam de uma ação concreta de Jango, que não vinha. Às 19h correu o boato de que o governo iria impor o estado de sítio nos estados do Paraná, São Paulo, Minas

Gerais e Guanabara, e pouco antes havia sido declarado feriado bancário até sexta-feira.

O presidente continuava no Palácio das Laranjeiras, sem tomar nenhuma iniciativa política ou militar — o almirante Aragão, que queria atacar o Palácio Guanabara e prender Lacerda, tentou mas não conseguiu falar com o presidente.^[507] O general Peri Bevilacqua, chefe do EMFA, foi procurá-lo e pediu-lhe uma ação concreta para restabelecer a ordem e a hierarquia nas Forças Armadas e controlar o movimento sindical, especialmente o CGT; fez questão de ressaltar que era contrário às tentativas de mobilização golpista das Forças Armadas — o recado era para a direita — e que os militares eram “favoráveis às sentidas reformas de base, democráticas e cristãs, desde que dentro de um clima de ordem, confiança e respeito aos poderes da União, harmônicos e independentes”.^[508] Jango, todavia, fez o contrário: recebeu a direção do CGT, que tinha instruído os sindicatos a entrar em greve, que começou por onde era mais fácil, pelos ferroviários da Leopoldina, empresa estatal, cujos funcionários pararam os trens e deixaram milhares de trabalhadores sem condução. A paralisação, que deveria criar um fato político, somente colaborou para desmobilizar qualquer forma de resistência, inclusive o deslocamento de tropas para a divisa com Minas Gerais, como reclamou ao presidente o general Assis Brasil.^[509] O restante da classe operária, como reconheceu Hércules Correia, na tarde deste dia, “não tinha atendido ao chamado de greve geral”.^[510]

Às 20h, Amauri Krueel conversou com Jango por telefone. Era um de seus generais de confiança, tanto que foi ministro da Guerra e chefe da Casa Militar. O comandante do II Exército impôs como condição de apoio as demissões de Abelardo Jurema e Darcy Ribeiro, além do fechamento do CGT e da UNE, o que foi rejeitado pelo presidente: “Primeiro vou esmagar Minas, depois veremos o que fazer”.^[511] À meia-noite, Krueel divulgou um manifesto, em cujos seis parágrafos citou seis vezes a palavra “comunismo”. Nada disse, porém, sobre golpe ou derrubada de Jango, deixando ainda aberto o caminho para uma composição política que preservasse a legalidade: “O II Exército mantém-se fiel à Constituição e tudo fará no sentido da manutenção dos poderes constituídos, da ordem e da

tranqüilidade. Sua luta será contra os comunistas e seu objetivo será o de romper o cerco do comunismo, que ora compromete a autoridade do governo da República”.[\[512\]](#)

O presidente tomou conhecimento do manifesto ainda de madrugada. Não deu muita importância, pois poder de fogo tinham o I e o III Exércitos, não o II. Ligou às duas da manhã para o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, a quem Darcy Ribeiro considerava “adamado e adulator”.[\[513\]](#) Perguntou-lhe como estava a situação e a resposta foi que tudo estava bem. Os oficiais do IV Exército, segundo Justino, “me cercavam e, quase em risos, ouviram a pequena conferência”.[\[514\]](#) Jango conversou com San Tiago Dantas, que também lhe pediu uma definição e, segundo Pinheiro Neto, foi levar-lhe uma comunicação de Lincoln Gordon: os Estados Unidos estariam dispostos a reconhecer um governo provisório em São Paulo.[\[515\]](#) Foi dormir somente perto das quatro da manhã. Na verdade, só cochilou, na velha cama de bronze do segundo andar do palácio, perna esquerda esticada, gravata solta no colarinho e o paletó amarrotado jogado numa cadeira próxima.[\[516\]](#)

Logo cedo, o presidente manteve várias reuniões no palácio. Todas absolutamente infrutíferas. Otimistas, somente as manchetes da *Última Hora*: “Tropas do governo na divisa com Minas”, “Jango: o golpe está condenado”; “Ordem de Jair é rendição total”; “CGT decretou greve geral em todo o país”; “Jair: energia contra os rebeldes”. Mas a realidade era muito distinta da retratada na primeira página do jornal de Samuel Wainer: os golpistas avançavam e o governo ruía. Jango, em momento algum, ordenou o ataque aos rebeldes de Minas, nem por via terrestre nem por via aérea. A atitude mais radical que tomou foi a autorização para a FAB “bombardear” com dois boletins as tropas que vinham de Minas: o primeiro era um comunicado da Presidência da República que atacava os golpistas, caracterizando os acontecimentos como um “movimento subversivo, que se filia às mesmas tentativas anteriores de golpe de Estado”, o outro, uma proclamação à nação do ministro da Guerra, que prometia agir “com a máxima energia contra os sublevados”.[\[517\]](#) Mas a ordem para bombardear a coluna golpista

nunca veio: o coronel Rui Moreira Lima, com apenas dois vãos rasantes, causou “verdadeiro pânico na tropa”, isso voando com o auxílio de um mapa da revista *Quatro Rodas*.^[518]

Jango resolveu ir para Brasília, decisão que deve ter tomado ainda de madrugada. Antes, nomeou o general Moraes Âncora como ministro interino da Guerra, que também não estava bem de saúde^[519] — além do que tinham piorado as condições do general Dantas Ribeiro, devido a uma hemorragia —, e Oromar Osório assumiu no seu lugar o comando do I Exército. Jango reclamou de Assis Brasil, chefe da Casa Militar: “Nosso esquema militar fracassou inexplicavelmente. Só conto com o III Exército” e disse-lhe que iria para “Brasília porque quero tomar contato com os políticos”.^[520] Se recebeu os jornais da quarta-feira, deve ter lido mais um editorial arrasador do *Correio da Manhã*, cujo título — “Fora!” — anunciava o teor do texto: “A nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia. [...] O sr. João Goulart iniciou a sedição no país. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no governo a qualquer preço”.^[521]

Jango retirou-se do Palácio das Laranjeiras às 12h30, para nunca mais voltar. Minutos antes, tinha conversado por telefone com o general Dantas Ribeiro, que lhe solicitou que atendesse à proposta apresentada pelo general Peri Bevilacqua. O presidente voltou a recusar e o general declarou que não era mais seu ministro. Em seguida, Goulart dirigiu-se à garagem. A Mercedes presidencial, com chapa fria, partiu rumo ao aeroporto.^[522] Mas tudo não passou de um despiste: temendo ser preso, o presidente utilizou-se do fusca tradicionalmente usado pela segurança.^[523] No Santos Dumont, tomou o *Viscount* presidencial — a embaixada americana soube da viagem através da informação transmitida por um americano que

estava montando um equipamento de navegação no aeroporto.^[524] Pela rapidez da retirada, provavelmente tenha ordenado que fizessem suas malas logo cedo. Iara Vargas, presente no palácio, vendo a mesa pronta para o almoço, foi ao primeiro andar chamar o presidente. Como não o encontrou, gritou para Pinheiro Neto: “O Jango foi embora! E, pelo tamanho do avião pedido, acho que ele vai para o Uruguai”.^[525]

Dada a desarticulação do dispositivo militar do presidente, poucos souberam da sua partida para a capital federal, muito menos dos seus objetivos. Tanto que, no início da tarde, na sede dos Correios e Telégrafos, o coronel Dagoberto Rodrigues reuniu políticos, sindicalistas e militares, que queriam defender o governo, determinando: “Vocês já cumpriram sua parte e agora devem aguardar as ordens do presidente ou as nossas, antes de tomar qualquer outra iniciativa. O presidente Goulart está se dirigindo a Brasília e de lá comandará a liquidação do golpe”.^[526] Poucas horas depois, no último foco de possível resistência, no Comando dos Fuzileiros Navais, o almirante Aragão determinou aos marinheiros que “voltem às suas unidades. Diz que perdemos uma batalha e não a guerra”.^[527] A rádio Nacional continuava a divulgar boletins noticiando que a situação estava dominada, que as tropas do Sul avançavam em direção a São Paulo, que a simples “presença da rádio no ar, repetimos, tudo isso é prova incontestável, insofismável, concreta e objetiva de que há um governo neste país”. O comunicado, gravado, foi transmitido 45 minutos antes da tomada da rádio por dois tanques e cem soldados do Exército.^[528]

Após a fuga do presidente, o palácio ficou abandonado. Os contínuos tinham desaparecido e nem café era mais servido. Assis Brasil convocou uma reunião com os ministros presentes, que contou também com a presença do marechal Osvaldo. Expôs, em dez minutos, a situação e disse que iria para Brasília, pois “aqui não vai haver resistência, porque não há condições. Os senhores têm pista livre”. O único ministro que queria resistir era o da Marinha, segundo Assis Brasil, “justamente o que não tinha forças”.^[529] O marechal Osvaldo ainda mantinha o otimismo: “Não está tudo perdido”, mas o deputado Tenório Cavalcanti, presente no palácio, foi mais realista:

“Já não existe mais governo. Vou-me embora”.^[530] Antes de seguir para a capital federal, o chefe da Casa Militar recebeu um telefonema de Moraes Âncora. As notícias eram péssimas: “A situação está preta! O norte já aderiu à revolução. Minas está toda revoltada. O batalhão que mandei daqui passou-se para o lado dos revoltosos. O batalhão de Barra do Piraí passou-se também para lá. As tropas de São Paulo já estão marchando”.^[531] Indagado sobre a situação do III Exército, respondeu: “Está em deliquescência”.^[532] O desamparo ficou completo quando os dois tanques que estavam guardando a entrada do palácio se retiraram levando, inclusive, as caixas de munição.^[533]

Às 17h30, os últimos ministros e assessores saíram do Palácio das Laranjeiras. Alguns rumaram para o aeroporto tentando chegar a Brasília. O prognóstico do ministro Oliveira Brito, logo pela manhã do dia 1.º, acabou se cumprindo em grande parte: “Este governo vai cair sem um tiro”.^[534] O que se viu no fim da tarde, no Rio de Janeiro, no Aterro do Flamengo, foram milhares de pessoas comemorando a vitória do golpe, em meio à persistente garoa, um Carnaval antecipado. Dos prédios caíam papéis picados e, por onde passava a passeata, ouviam-se aplausos e gritos de apoio. E naquela noite, recorda 40 anos depois a historiadora Marly Vianna, “ninguém dormiu, pois a festa, fogos e danças tomaram conta das ruas da cidade: foi um espetáculo horrível”.^[535] O embaixador Lincoln Gordon, em telegrama para Dean Rusk, registrou: “A única nota triste era a participação obviamente limitada das classes baixas na marcha”.^[536]

O esperado conflito militar entre os dois palácios, o das Laranjeiras e o da Guanabara — neste circulavam dezenas de milicianos com lenços azuis no pescoço^[537] —, não ocorreu. O máximo de tensão foram as transmissões radiofônicas de entrevistas de Carlos Lacerda. Uma delas ficou célebre, pois o governador da Guanabara confundira os soldados da Polícia Militar, que estavam no morro, atrás da sede do governo estadual, com fuzileiros navais, e aproveitou para mais uma vez atacar o almirante Aragão: “O Palácio da Guanabara está sendo atacado, neste momento, por um bando

de desesperados. Fuzileiros, deixem suas armas, porque vocês estão sendo tocados por um oficial inescrupuloso. Aragão, covarde, incestuoso, deixe os seus soldados e venha decidir comigo essa parada. Quero matá-lo com o meu revólver! Ouviu, Aragão? De homem para homem. Os soldados nada têm a ver com isto”.^[538] E não tinham mesmo, pois nem estavam lá...

Jango chegou a Brasília às 15h. De helicóptero, voou até à Granja do Torto, onde estavam Maria Tereza e os filhos. Conferenciou com Doutel de Andrade, Tancredo Neves, Arthur Virgílio, Temperani Pereira e Almino Affonso. Depois voou até o Palácio do Planalto, onde conversou com Darcy. De lá, por rádio, conversou com Assis Brasil, Jurema e Amauri Silva, que ainda estavam no Palácio das Laranjeiras. A conversa acabou sendo gravada pelos golpistas. Nela, Jango dizia que permaneceria em Brasília: “Eu vou ficar aqui, vou organizar uma resistência, aqui”.^[539] Logo desistiu. Ao encontrar-se no palácio com os jornalistas Flávio Tavares e Fernando Pedreira, já tinha se decidido a viajar para Porto Alegre, onde, disse, “instalaria o governo”.^[540] Voltou de helicóptero para o Torto: “Passou por lá rapidinho e me disse que eu aguardasse porque um avião ia me pegar”. A primeira-dama foi para o aeroporto, no começo da noite, e o difícil foi desvencilhar-se do fiel cabeleireiro: “Virgílio não queria me deixar, de-jei-to-ne-nhum. Deixei que ele fosse comigo até Porto Alegre. Mas lá eu consegui despachar a bicha”.^[541]

Jango estava sem saber o que fazer: “Tive a impressão mais negativa. Estava barbado, com a roupa amassada, enfim, um homem transtornado. Estava diante de uma liderança encurralada”.^[542] As notícias que chegavam do Rio eram péssimas. O prédio da UNE, na praia do Flamengo, tinha sido incendiado e as sedes da *Última Hora*, do Clube dos Sargentos, da Associação dos Marinheiros e de vários sindicatos de trabalhadores haviam sido depredadas. A conclamação do CGT para uma greve geral foi um fracasso e a manchete da edição extra de *Novos Rumos* era uma suprema ironia: “Esmagar o golpe reacionário, defender as liberdades e depor os governadores golpistas”. Uma passeata de estudantes do Caco (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira) acabou com a morte de um

menor de 12 anos e de uma senhora de 65, e seis feridos à bala, dois dos quais em estado grave. Abelardo Jurema tinha sido preso no aeroporto Santos Dumont. O almirante Paulo Mário, às 16h, abandonou o prédio do Ministério da Marinha declarando que a situação estava perdida. O general Âncora, uma hora depois de ter sido designado para o Ministério da Guerra, recebeu um telefonema de Costa e Silva, que, com sua forma peculiar, expôs-lhe o que era o golpe: “Âncora, você deve imaginar que essa situação em que você está, esse movimento que você está notando, não nasceu do chão como tiririca, que tiririca nasce à toa”. O ministro respondeu que sabia que “a causa está perdida”, mas queria antes conversar com Kruel, que estava vindo de São Paulo em direção ao Rio.^[543] Encontrou-se com o comandante do II Exército em Resende, na Academia Militar de Agulhas Negras, dirigida pelo general Emílio Garrastazu Médici, que, até aquele momento, não tinha se definido. Após breve conversa, Âncora — que mal conseguia falar, pois tinha tido mais um ataque de asma — aderiu ao golpe, encerrando qualquer possibilidade de resistência na antiga capital federal.

A traição de Âncora se deu quando Jango ainda estava em Brasília. Em Resende, em conversas com vários oficiais, disse ao general Euriale de Jesus Zerbini — que não aceitou o golpe — que o governo “estava acéfalo e que o presidente não estava mais no Rio de Janeiro e não era mais o presidente”.^[544] O coronel Domingos Ventura (o mesmo que comandou o policiamento no comício da Central) estava mantendo a ordem na cidade, e atendendo às ordens de Âncora. As tropas comandadas pelo general Cunha Melo, enviadas para combater a coluna que vinha de Minas, acabaram regressando aos quartéis. Cunha Melo, ao encontrar as tropas rebeldes, recebeu informações que davam como certa a vitória dos golpistas; tentou falar com Âncora, mas não conseguiu. Com muita dificuldade, encontrou Assis Brasil e perguntou-lhe o que devia fazer; o chefe da Casa Militar disse que o “general Âncora tinha ido negociar a pacificação” e que ele “também ia se retirar”. Como o general insistisse na pergunta sobre o que deveria fazer, Assis Brasil respondeu: “Fizesse o que quisesse”.^[545] Em Recife, Miguel Arraes tinha sido deposto por ordem do comandante do IV Exército — o

governador recusou-se a assinar uma carta de renúncia levada pronta pelo general Justino.^[546] Imediatamente a Assembléia estadual se reuniu e aprovou o seu *impeachment*, e o governador foi levado para a prisão em Fernando de Noronha. Os estudantes foram para as ruas da capital pernambucana protestar, e dois foram assassinados pelos militares: já eram quatro mortos desde o início do golpe, três deles estudantes.

Jango resolveu fazer um manifesto — o último que produziu em território nacional — e pediu que Tancredo Neves o redigisse. Com o texto pronto, o líder do governo ditou para que Almino Affonso datilografasse.^[547] Feito um histórico das últimas medidas adotadas pelo governo, concluiu com um chamamento à resistência: “Estou firme na defesa e ao lado do povo. Do povo, em que acredito e em quem deposito a certeza da vitória da nossa causa. Não recuarei, não me intimidarão. Reagirei aos golpes dos reacionários, contando com a lealdade, a bravura e a honra das forças militares, e com a sustentação das forças populares do nosso país”.^[548] A leitura do manifesto, pela rádio Nacional de Brasília, “foi morna, empobrecida”.^[549] A falta de entusiasmo ficou evidenciada pela saída encontrada por Jango: o aeroporto. Iria para Porto Alegre, onde o general Ladário, por rádio, garantia: “Estamos firmes aqui na defesa do seu mandato, que é sagrado. Formaremos aqui a resistência. Embora com algumas defecções, dominamos a situação e lutaremos pela liberdade do nosso povo. Se o senhor quiser, pode vir para cá”.^[550]

Goulart dirigiu-se ao aeroporto de Brasília às 20h, cinco horas depois de ter chegado à capital. Sua passagem pela cidade foi politicamente inútil e só pode ser explicada por alguma razão pessoal, como o recolhimento de documentos e haveres pessoais: teriam sido esquecidos 100 milhões de cruzeiros no cofre do Palácio do Planalto. O aeroporto estava “literalmente vazio”.^[551] O Coronado da Varig estava preparado para decolar desde as 15h, e, tudo indica, a bagagem já tinha sido enviada para lá muito antes da chegada do presidente (mais de 50 malas).^[552] O avião apresentou um defeito: especulou-se que fosse uma sabotagem. Enquanto aguardava o conserto, de acordo com Flávio Tavares, Jango teria dito suas

últimas palavras publicamente, antes de partir para o Sul: “Podem me esbulhar. Mas não conseguirão esbulhar o povo”.[553] Pouco depois das 22h, o Avro da FAB decolou, pois o concerto do Coronado não estava concluído e temia-se que o presidente fosse preso no aeroporto. Jango viajou acompanhado de Assis Brasil, Oswaldo Lima Filho, Wilson Fadul e Amauri Silva. A viagem foi longa — quase cinco horas — e, quando chegou à Porto Alegre, às 3h15 do dia 2 de abril, João Goulart já não era o presidente da República.

No momento em que se dirigia para o aeroporto, o presidente viu que as luzes do prédio do Congresso estavam acesas, mas nem imaginava o que ocorreria três horas depois; para ele, o máximo que poderia ocorrer seria a abertura de uma comissão parlamentar para encaminhar o seu *impeachment*, e não seria um processo rápido, dentro da tradição parlamentar.[554] Mas o presidente do Congresso agiu rápido: às 23h45 convocou para uma da madrugada uma sessão extraordinária do Congresso Nacional.

Aberta a sessão, estavam presentes 29 senadores e 183 deputados. No momento que o senador Auro de Moura Andrade disse que faria uma comunicação e uma declaração, começou um tumulto no plenário, que interrompeu os trabalhos por 20 minutos. Reaberta a sessão, Moura Andrade comunicou ao plenário: “João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos, o governo da República”. Em meio a mais um tumulto, leu-se um ofício de Darcy Ribeiro notificando o deslocamento de Jango para o Sul: “Em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na chefia do poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde já se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais, com seu ministério”. Os dois comunicados não correspondiam à verdade: o primeiro abria caminho para um golpe constitucional — com base no artigo 79, parágrafo 2.º da Constituição —, tentando, a todo custo, dar legalidade a um golpe militar, pois o presidente não tinha deixado o governo; o segundo afirmava que Jango já se encontrava em Porto Alegre, quando ainda estava voando para o Sul, liderando as Forças Armadas para resistir ao golpe, quando, no Rio de Janeiro e em

Brasília, já tinha dado demonstrações de que não estava disposto a partir para o confronto militar. A sessão continuou em meio a tumultos e foi encerrada às 3h, após a declaração de que estava vaga a Presidência da República, o que também não condizia com a verdade: o presidente do Senado se vingava da humilhação sofrida em 1962.

Do Rio chegaram notícias de que o homem forte do golpe não era Castelo Branco ou Mourão Filho, mas o general Costa e Silva, que se autoproclamou ministro da Guerra e chefiou o “Comando Supremo da Revolução” — tinha ocupado o prédio do ministério aproveitando-se da viagem de Âncora a Resende. Na esfera militar, tudo tinha acabado tão rapidamente que surpreendeu os golpistas. O general Antonio Carlos Muricy confessou que uns imaginavam que a luta duraria seis meses, mas ele considerava que tudo terminaria em um mês, e somente o general Golbery do Couto e Silva é que tinha acertado: o governo “cai como um castelo de cartas”.^[555] No campo político, porém, o golpe ainda não tinha sido resolvido. Devido à vacância da Presidência, quem deveria assumir era o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Para dar um ar de constitucionalidade à posse, foi convidado o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ribeiro da Costa. O primeiro problema do novo presidente foi encontrar um carro para chegar até o Palácio do Planalto, pois o seu motorista, juntamente com o carro da presidência da Câmara, tinha desaparecido. A solução foi abordar um motorista que naquele momento passava pelo Congresso e obrigá-lo a conduzi-los até o Planalto. O Aero-Willys partiu superlotado e estacionou, sintomaticamente, na porta dos fundos do palácio. Entraram no edifício, que estava às escuras, e foram ao terceiro andar, onde fica o gabinete presidencial, para formalizar a posse. Tiveram alguma dificuldade de encontrar um militar, mas conseguiram levar ao gabinete o general André Fernandes. No quarto andar, depois de um bate-boca — especialmente entre o general Nicolau Fico, comandante militar do Planalto, e Darcy Ribeiro —, acabaram se retirando do palácio o chefe da Casa Civil e Waldir Pires. Darcy tinha permanecido em Brasília “passando pitos e dando

ordens incompreensíveis”; uma, a determinação para que o deputado Marco Antonio Coelho fosse prender Auro de Moura Andrade, o ministro Ribeiro da Costa, o deputado Bilac Pinto e o senador Milton Campos, o que, obviamente, não foi cumprido.^[556] Darcy Ribeiro também planejou tomar no dia 2, pela manhã, o Congresso com mil candangos que estavam abrigados no Teatro Nacional, mas não deu tempo.^[557] Às 3h45 Mazzilli foi oficialmente empossado na Presidência da República. Já tinham chegado ao palácio vários deputados que apoiaram o golpe parlamentar: Ulysses Guimarães, Nelson Carneiro, José Bonifácio, João Agripino, entre outros. Na parede, um retrato de Getúlio Vargas observava a cena.^[558] O velho caudilho gaúcho certamente estranharia que o ocupante da Presidência da República não dormisse no palácio presidencial. Mas foi o que ocorreu com Mazzilli: passou todas as noites do seu interinato presidencial dormindo no apartamento do seu barbeiro, seu Hamilton. Delirava, com medo de ser seqüestrado pelos janguistas ou pelos militares.^[559]

Na mesma hora em que Mazzilli assumia o governo, chegava a Porto Alegre João Goulart.^[560] Tinha partido de Brasília como presidente e aportado na capital gaúcha como ex-presidente da República: foi, literalmente, deposto no ar. No Rio Grande, a situação era confusa. O general Ladário Teles tinha sido designado por Jango, no dia 31, comandante da 6.^a Divisão de Infantaria e, como escreveu, “sendo o general mais antigo no III Exército, deveria assumir o respectivo comando”. O general chegou a Porto Alegre à 1h20 do dia 1.^o de abril e seguiu imediatamente para o quartel-general do III Exército. Percebeu que alguns oficiais estavam apoiando o golpe, inclusive o general Benjamin Galhardo, que ele estava substituindo, e o general Adalberto Pereira dos Santos. Este, que deveria, por determinação do ministro Dantas Ribeiro, viajar sem demora para o Rio de Janeiro, pretextando que uma irmã estava doente, pediu para ficar em Porto Alegre, no que foi atendido por Ladário, que apenas exigiu sua palavra de honra de que permaneceria na capital gaúcha. Três horas depois, o general Adalberto (que será vice-presidente de Ernesto Geisel) fugiu para

Cruz Alta. O governador Ildo Meneghetti também tinha escapulado, só que para Passo Fundo, e a maior autoridade na capital era o prefeito Sereno Chaise, do PTB, muito ligado a Leonel Brizola.

Às 7h do dia 1.º, Brizola foi ao encontro do general Ladário e pediu-lhe, e obteve, a requisição das estações de rádio e televisão para iniciar uma nova Rede da Legalidade. Várias unidades militares do interior já tinham aderido ao golpe, e as notícias que vinham do Rio e de Brasília não eram nada animadoras. O comandante do III Exército conversou às 16h, por telefone, com Jango. O ex-presidente disse que estaria à noite em Porto Alegre ou no máximo de madrugada. De noite, em frente à prefeitura, foi realizado um ato público. Brizola discursou da sacada, tendo a seu lado dona Neusa; falaram também Chaise e o deputado federal Paulo Mincarone. Entre o povo havia várias faixas: "O povo exige reforma agrária radical"; "Armas para o povo"; "Chegou a hora da revolução das reformas".

Mas a conjuntura era muito diferente de agosto de 1961: não só o entusiasmo não era o mesmo como também a situação nacional era radicalmente distinta e, principalmente, o espírito de Jango era outro. Esperava-se a chegada do presidente às 22h30, porém o Avro só pousou às 3h58 do dia 2. Aguardavam-no, no aeroporto, Ladário, o brigadeiro Otelo Ferraz, Brizola, Chaise, vários deputados estaduais e dezenas de populares. Foi incentivado pelos presentes a defender seu mandato: "Presidente, reaja", "presidente, vamos fazer a resistência". Imediatamente Jango rumou para o QG do III Exército, na rua Cristóvão Colombo, número 3.232, no bairro de Higienópolis, escoltado por tropas blindadas. Ao chegar, segundo Assis Brasil, trancou-se em um quarto com Brizola, tiveram uma séria altercação e o ex-governador gaúcho chegou até a chorar à negativa do cunhado de aceitar uma resistência armada.

Exausto, depois de tantas horas de tensão, Jango descansou por quatro horas. Acordou e, no próprio quarto onde dormiu, reuniu-se com Ladário, Brizola e mais quatro generais. Todos os oficiais consideraram uma aventura, naquele momento, organizar uma resistência, com exceção do comandante do III Exército, que achava que dispunha de "meios suficientes para iniciar a resistência". Brizola entrou na conversa e defendeu a nomeação de Ladário para o

Ministério da Guerra e a dele próprio para a pasta da Justiça, pois Abelardo Jurema tinha sido preso no Rio. E insistiu: “Organize aqui o seu governo provisório. Vamos resistir”. Ladário, no mesmo tom, conclamou o presidente a não aceitar o golpe: “V. Exa. é um homem do povo, nossa resistência aqui levantará a opinião pública no resto do país. [...] Minha mentalidade de soldado é de que enquanto se dispõe de um punhado de homens se resista, até esperar que a vitória se conquiste por milagre”. Irredutível, Jango não aceitou a “gauchada” do comandante do III Exército, no dizer de Assis Brasil: “Agradeço sua lealdade, general Ladário. Não desejo derramamento de sangue em defesa do meu mandato. Seguirei para algum lugar do país, onde aguardarei os acontecimentos. Não renunciarei, entretanto. Mande tomar providências para me dirigir ao aeroporto”.

[561] Caminhou até outro aposento e recebeu os jornalistas sorvendo um chimarrão. Disse que entre as razões do golpe estavam os decretos de encampação das refinarias, da reforma agrária e do tabelamento dos aluguéis. Sobre a posse de Mazzilli, considerou tudo “uma enorme farsa”: “Estou em território nacional e estritamente dentro das atribuições constitucionais. Em tais circunstâncias, não houve abandono de cargo”.[562]

Haviam chegado informações de que tropas vindas do Paraná poderiam prender o ex-presidente em questão de horas. Preocupado, Jango apressou os preparativos para partir e não atendeu ao apelo da irmã, dona Neusa: “Janguito, não podemos abandonar essa gente assim no mais. Vamos ficar todos e resistir, para o que der e vier”. De nada adiantou o pedido da irmã, pois ele estava decidido a ir embora. Ao encontrar o tenente José Wilson Silva, disse, apontando para o cunhado: “Eu não sou revolucionário, o revolucionário é o Brizola aí. Vocês se acertem com ele”.[563] Desde esse momento até julho de 1976 — cinco meses antes de morrer —, nunca mais conversou com o cunhado. Às 11h, no carro do comando do III Exército, partiu para o aeroporto Salgado Filho, acompanhado pelo general Ladário: um Aero-Willys preto, de quatro portas, chapa 68: saiu, para despistar, pelo portão da garagem que dá para a rua Carlos von Koseritz. Sabia-se que voaria para o município de São

Borja e esperava repetir Getúlio Vargas que, em outubro de 1945, partiu do Rio de Janeiro para a estância de Itu.^[564]

Como escreveu Flávio Tavares, no calor da hora, em nenhuma hipótese “levaria seu mandato às barricadas, agravando a situação. Aguardaria no Brasil o desenrolar dos acontecimentos”.^[565] À uma da tarde, Sereno Chaise leu a última nota da Rede da Legalidade: “Às primeiras horas de hoje, o presidente João Goulart chegou a Porto Alegre. Depois de ficar algum tempo, seguiu viagem. Antes examinou, com autoridades militares, amigos e correligionários, as condições de resistir ao processo golpista e decidiu dispensar o sacrifício do povo gaúcho e brasileiro”.^[566] Jango tinha permanecido em Porto Alegre oito horas, quatro das quais dormindo. Talvez tenham sido as horas mais penosas da sua vida, pois, como registrou Assis Brasil, pouco antes de partir para São Borja, o ex-presidente teria dito para ele: “Estou louco para ir embora”.

No resto do Brasil, a desarticulação do movimento popular e a prisão das principais lideranças impediram um movimento organizado de resistência. Os arsenais mantidos pela esquerda, segundo denúncias insistentes dos conservadores, nunca existiram. Muitos dirigentes blefaram, proclamando que tinham uma capacidade de mobilização que, efetivamente, não possuíam. Um deles foi Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, que propôs a Leonel Brizola — que recusou — a formação de núcleos rurais de apoio às reformas: o deputado gaúcho deveria comprar fazendas desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul, “colocando ali um agrônomo, um advogado, um médico. E que nós tratássemos de obter uma base popular, sobretudo no campo, para enfrentar qualquer golpe que pudesse surgir”.^[567] Às vésperas do dia 1.º de abril, Julião estava organizando uma grande marcha para Juazeiro, no Ceará, que terminaria em 7 de setembro.^[568] Disse, dez dias antes do golpe, que tinha 100 mil camponeses armados no Nordeste e, em menos de uma semana, tomaria a maior parte dos estados da região.^[569] Ameaçou invadir o Congresso Nacional com 5 mil camponeses armados, e tal também não ocorreu. Não só não se viu esse exército camponês, em Brasília e no Nordeste, como também o

próprio líder fugiu da capital federal, para não ser preso, graças à ajuda do deputado udenista Adauto Lúcio Cardoso e de conhecidos, entre os quais o jornalista Flávio Tavares.^[570] Os diversos agrupamentos de esquerda, especialmente aqueles que denunciaram com veemência a “democracia burguesa” e a necessidade da luta armada para a tomada do poder, foram os que menos se manifestaram contra a imposição da nova ordem. Ao militarizarem a política, acabaram por assistir atônitos à instalação da ditadura.

No dia 3, depois do meio-dia, regressaram à capital gaúcha o governador Meneghetti e os generais Adalberto Pereira dos Santos e Poppe de Figueiredo, este para assumir o comando do III Exército. Voltaram do interior sem ter travado um combate sequer, mas não se esqueceram de batizar a fuga: “Operação Farroupilha”. Na ausência de luta, fizeram o possível para criar uma gesta “revolucionária”. O general Poppe, em seu livro, fez questão de incluir uma poesia de “sabor pampiano”, que recebeu de um admirador: “E sua nobre espada/ que já está glorificada/ Neste exemplo varonil,/ É a mesma de Caxias/ Que noutros passados dias/ Fez a glória do Brasil!”.^[571] Leonel Brizola continuou em Porto Alegre, protegido por amigos. O último esconderijo foi um apartamento a 200 metros do Palácio Piratini. Um mês depois, vestindo uma farda de soldado da Brigada Militar, saiu da cidade rumo a uma praia no norte do estado, onde foi resgatado por um avião Cessna, de propriedade de Jango, pilotado por Manuel Leães. Voando em baixa altitude, para despistar os radares, foram até Solymar, um balneário perto de Montevideú.^[572]

Acreditava-se que no Rio Grande do Sul haveria um confronto, afinal, no estado estavam estacionados duas divisões de infantaria, três divisões de cavalaria, um batalhão ferroviário, outro batalhão rodoviário e um grupo de canhões antiaéreos,^[573] isso somente na área do Exército, mas nada ocorreu. O dispositivo militar do general Assis Brasil desmoronou, se é que chegou a existir. A resistência resumiu-se à troca de telefonemas, emissões de rádio, telegramas e uma ou outra alteração verbal. A exceção foi o assassinato ocorrido

na base aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, onde o coronel aviador Alfeu d'Alcântara Monteiro, defensor da legalidade, simbolicamente, foi metralhado pelas costas.^[574] Recorda Neiva Moreira, que o "pior era que o presidente João Goulart confiava inteiramente nesse dispositivo, que se verificou absolutamente inexistente. Jango não só não acreditava no golpe como se negava a tomar qualquer iniciativa contra uma conspiração que já era evidente".^[575]

Jango voou para uma de suas estâncias em São Borja, a Rancho Grande.^[576] Lá já estavam Maria Tereza e os dois filhos. O ex-presidente não sabia o que fazer e, de acordo com Assis Brasil, "estava meio pateta". Aguardava notícias seguras do que estava acontecendo no resto do Brasil, até para poder decidir seu destino. É provável que esperasse a definição do quadro político para poder negociar sua permanência em São Borja com o novo governo, como é possível inferir pelas palavras trocadas com o general Ladário, ainda em Porto Alegre: "Seguirei para algum lugar do país, onde aguardarei os acontecimentos".^[577] Na estância havia três aviões: um C-47, um Cessna 310 e um teco-teco. Assis Brasil organizou um sistema de segurança numa área de seis quilômetros próxima à fazenda, para controlar os acessos às estradas. Como havia aumentado o perigo do presidente ser preso, pegaram um avião e em meia-hora pousaram em um pequeno campo, ao lado de um pesqueiro às margens do rio Uruguai: provavelmente o abrigo "Palermo", onde costumava ficar quando ia pescar.^[578] Esconderam o Cessna no mato; lá já tinham chegado Maria Tereza e os filhos no teco-teco — o C-47 tinha voltado a Porto Alegre com os ajudantes-de-ordens por determinação do general. O pequeno grupo reunido no pesqueiro jantou um prato preparado pelo próprio Jango: um ensopadinho de charque com mandioca. Depois Maria Tereza lavou os pratos, e a comitiva dormiu numa pequena casa de madeira. Nessa mesma noite, enquanto Jango estava nas barrancas do rio Uruguai — portanto, em território nacional e sem que tenha renunciado ao mandato —, em Washington, o governo americano emitiu uma nota reconhecendo o novo governo brasileiro e

elogiando a “vontade resoluta da comunidade brasileira de resolver [...] dificuldades dentro de uma estrutura constitucional e sem luta civil”.^[579] O *The New York Times*, apesar de criticar Jango, ironizou o golpe e fez uma comparação com os Estados Unidos: “Seria como se os chefes do Pentágono depusessem o presidente Johnson e colocassem na Presidência o presidente do Congresso, McCormack”.

^[580]

No dia 3, Jango acordou decidido a ir para uma fazenda que tinha no Xingu, em Barro Alto, às margens do rio das Mortes:^[581] “Vou sozinho e você vai comigo até lá. Depois, um avião leva você a Brasília para se apresentar. Eu vou ficar no mato, vou pescar, vou ficar barbudo, vou ficar sozinho”. A idéia revelava o seu estado emocional: estava arrasado, isolado do mundo e sem saber o que fazer. Assis Brasil lembrou que se fosse para o Xingu seria preso e, provavelmente, levado para o arquipélago de Fernando de Noronha. E o que aconteceria com sua família? O general propôs que fosse para o Uruguai, pois “o negócio já está liquidado”. Contudo, Jango queria ir para a Argentina, onde, de acordo com Assis Brasil, ele também seria preso.^[582] Acabou concordando com o general. Mandou seu piloto — Manuel Leães — ao país vizinho procurar alguns amigos para que fizessem uma sondagem junto ao governo uruguaio. Naquela época, o país ainda era a “Suíça da América Latina” e mantinha um invejável regime democrático. Um avião foi para lá, e, no outro, a comitiva rumou para a estância de Santa Lúcia. Jango não se decidia. Resolveu voar para a fazenda Cinamomo — também de sua propriedade, com 4.263 hectares, onde criava gado zebu —, onde tinha passado os feriados da Semana Santa havia sete dias.

Finalmente concordou que a mulher, com os filhos João Vicente e Denise, voasse para Montevideú. Mas ainda não sabia como resolver o seu destino. A mulher, os filhos e uma amiga da família — Etelvina da Rosa — chegaram ao país vizinho no dia 3. A imprensa local conseguiu, com dificuldade, uma declaração da ex-primeira-dama: “Meu esposo está em território brasileiro”. E encerrou suas declarações dizendo que iria se encontrar com Jango em “breve,

muito breve”.^[583] O toque cômico, em meio à gravidade da situação, foi dado pelo costureiro de Maria Tereza, Dener Pamplona de Abreu, que, muito irritado com a cor do *tailleur* usado por ela naquele dia — turquesa —, disse: “Eu fiz vestidos para Maria Tereza para todas as ocasiões. Para recepções, para casamentos, para funeral, para solenidades oficiais. Só não fiz um vestido para deposição. Porque ela não pediu. Mas Maria Tereza tinha roupas apropriadas. Poderia usar um *tailleur* marrom, cinza grafite ou um *tailleur* preto com blusa branca. Pois não é que ela perde a cabeça. Fica nervosa, sei lá o que aconteceu”.^[584]

O Cessna regressou à Cinamomo e, às 15h30 do dia 4, voou novamente para o Uruguai, agora com Goulart a bordo. Quando o avião sobrevoava Durazno — já no país vizinho —, ele manifestou desejo de voltar ao Brasil, mas o general Assis Brasil não admitiu: “Não, agora o senhor não vai embora. Já estamos em rumo de Querência, pertinho de Montevideú”. Às 13h34 o bimotor Cessna, matrícula 130, pousou em território uruguaio, no aeroporto militar General Artigas, em Pando.^[585] Na aerovave estavam Maneco Leães, o tenente-coronel Pinto Guedes — secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional —, Assis Brasil e Jango.^[586] Entre as autoridades uruguaias presentes no aeroporto, estavam o vice-ministro das Relações Exteriores e o subsecretário da Defesa, mas nada encobria a tristeza do momento, tão diferente do ocorrido em setembro de 1961. Também lá estavam funcionários da embaixada brasileira em Montevideú, jornalistas e populares. O ex-presidente preocupou-se com a aparência: chegou barbeado, cabelo bem penteado, vestindo terno azul, camisa branca e gravata azul.^[587] Assis Brasil comunicou a Goulart que sua missão estava cumprida e que retornaria ao Brasil, pois, caso contrário, seria considerado desertor.^[588]

Com a família, Jango acabou indo morar no balneário Solymar, a uns 40 minutos de automóvel de Montevideú. O chalé, que pertencia a Juan Alonso Mintegui, seu amigo e assessor econômico da embaixada brasileira no Uruguai, tinha três quartos, um pavimento, e as acomodações eram simples. No portão da casa, a cena do aeroporto se repetiu: muitas pessoas querendo ver o ex-presidente.

Como sempre, simpático e cordial, conversou com populares e jornalistas tomando chimarrão. Agradeceu a atitude do governo uruguaio e disse que estava no país para “pensar”. Quando indagado se era comunista, respondeu que sua política “foi eminentemente nacionalista”. Sobre o golpe, afirmou que “os monopólios nacionais e estrangeiros fomentaram a revolta, por causa da nacionalização do petróleo e da reforma agrária”. Concluiu afirmando que tinha “desagradado certos setores privilegiados da população, mas estou certo de ter agradado à enorme massa deserdada do povo brasileiro”.^[589] Logo mudou para Montevideú, ocupando um apartamento na *calle* Leyenda Patria, 2.984, no terceiro andar. Às acusações de que o ex-presidente era comunista, reiteradas a todo momento pelo novo governo brasileiro, Maria Tereza respondia em nome do marido: “É um absurdo. Se ele fosse comunista não me teria casado com ele. Só faz tal acusação quem não conhece de perto a família Goulart”.^[590]

Jango não estava mais interessado em política, e as notícias que vinham do outro lado da fronteira não eram nada animadoras. Tinha se consolidado a candidatura de Castelo Branco à Presidência da República — seria eleito pelo Congresso no dia 11 —, que concluiria o mandato de Jânio-Jango até 31 de janeiro de 1966, e a possibilidade de negociar seu retorno ao Brasil com os novos donos do poder, mesmo que fosse para ficar em São Borja, estava absolutamente fechada. A 10 de abril, quando o coronel Jefferson Cardim, que também estava exilado no Uruguai, o procurou para saber sobre o interesse em participar de um movimento armado para derrubar o novo regime, respondeu: “Não, Jefferson, agora não tenho cabeça para pensar”.^[591] Indagado sobre o futuro, resolveu até filosofar: “Sou um gaúcho. Nos pampas aprendemos que a poeira desaparece depois que passam as boiadas”.^[592]

A repressão policial logo mostrou a sua cara. Só no primeiro mês do novo regime, dez brasileiros foram mortos: dois em Pernambuco, outros dois em Minas Gerais e seis no Rio de Janeiro.^[593] Centenas de militantes políticos foram obrigados a entrar para a clandestinidade, outras centenas foram detidas — chegou-se a falar

em 10 mil presos nos primeiros dias de abril — e humilhadas, como o dirigente comunista Gregório Bezerra, que foi arrastado pelas ruas de Recife pelo coronel Darcy Villocq Viana, e centenas buscaram o exílio. Isso só nos primeiros meses da nova ordem. Universidades, órgãos públicos e sindicatos de trabalhadores sofreram intervenção federal, e professores, funcionários públicos e lideranças sindicais foram atingidos pelos atos de exceção, acusados de serem simpáticos ao antigo regime. Dezenas de militares legalistas das três forças foram para a reserva, outros foram expulsos; e a perseguição continuou no campo profissional, pois não conseguiam obter um emprego regular. O arbítrio estava apenas começando.^[594] Tinha razão Amaral Peixoto quando alertou Jango, após o comício da Central: “Não pense você que vai ter um afastamento do governo como o Jânio. Essa será uma revolução de conseqüências mais profundas, sobretudo porque vem com uma carga de ódio arrasadora”.^[595]

Enquanto isso, do outro lado da fronteira, Jango voltava à vida normal. Organizou um eficiente sistema de comunicação com os capatazes das suas fazendas, permitindo-lhe manter o controle dos seus negócios. Mas o contato direto com a vida na estância veio com a compra de El Rincón, no departamento de Tacuarembó.^[596] Voltou à rotina que tanto amava — e sempre fez questão de propalar que preferia o campo à cidade ou ao mundo da política. Para completar a sua felicidade, começou a mandar vir do Brasil “carregamento de vedetes a 2 mil dólares por cabeça”.^[597] E foi se afastando do dia-a-dia da política nacional. Os contatos com os emissários que vinham do Brasil com notícias, pedindo instruções, foram rareando. Depois da fugaz e fracassada tentativa de participação na Frente Ampla — iniciativa de Carlos Lacerda para unir políticos civis em uma aliança política contra a ditadura —, recolheu-se à vida privada. No Uruguai, Jango reencontrou, 19 anos depois, a vida que sempre quis ter: a de estancieiro dos pampas.

Conclusão

EÇA DE QUEIROZ, em *A correspondência de Fradique Mendes*, criou um célebre personagem, Pacheco. A Europa queria saber, afinal, o que Pacheco — “cuja morte está sendo tão vasta e amargamente carpida nos jornais de Portugal” — havia acrescentado ao país. Ironicamente, o autor anotou: “Pacheco não deu ao país nem uma obra, nem uma fundação, nem um livro, nem uma idéia”, mas “tinha um imenso talento”. Jango foi um Pacheco e, a bem da verdade, não o único da nossa história. Apesar do exercício de tantos cargos no Legislativo e no Executivo, é difícil encontrar alguma idéia, uma frase, uma lei, enfim, algo de relevante para a posteridade que João Goulart tenha produzido. Esse vazio de realizações e de idéias acabou, paradoxalmente (ou até por isso), produzindo a carreira política de grande êxito da república populista. De deputado estadual, em 1947, alcançou, 14 anos depois, a Presidência da República, em meio a uma das maiores mobilizações da história republicana, que foi a resistência democrática de agosto/setembro de 1961, liderada pelo governador gaúcho Leonel Brizola. Isso depois de ter sido secretário estadual da Justiça, deputado federal, ministro do Trabalho e eleito duas vezes vice-presidente da República.

É inegável que teve o melhor dos mestres da política brasileira do século ^{xx}: Getúlio Vargas. As lições aprendidas com o “solitário do Itu” foram, certamente, úteis para o jovem advogado percorrer um caminho tão vitorioso até chegar a subir a rampa do Palácio do Planalto. O escolhido de Vargas para sucedê-lo como líder do ^{PTB} não teve a mais leve inclinação para ser um estadista, tal qual seu mentor. Para Jango, a política sempre foi uma forma de ter poder, de

favorecer os amigos, como se o governo fosse apenas uma extensão das suas estâncias em São Borja.

No decorrer da sua meteórica carreira, acabou sendo favorecido pelo acaso e pela sorte. Diversas lideranças expressivas do PTB morreram entre 1950 e 1964, o que deixou aberto o caminho para a consolidação do seu domínio no interior do partido. Ele contou com os imprevistos da história e com a paciência, como aquele diplomata espanhol que colocava sistematicamente alguns papéis numa pasta identificada pela etiqueta "*asuntos que el tiempo arreglará*". Enquanto o tempo e a conjuntura favoreceram o seu projeto político, Jango foi ascendendo de forma célere na hierarquia do poder. Contudo, quando teve de enfrentar a maior crise política da história republicana brasileira, em 1964, num momento nacional e internacional de grande tensão, o despreparo e a incapacidade de gerir a *res publica* revelou-se com toda nitidez. Só restou como saída a fuga, sem glória, para o exílio.

A incompetência para administrar a crise que, em parte, foi fomentada por ele próprio, esteve como nunca presente entre março e abril de 1964. É provável que tenha se recordado dos acontecimentos de agosto de 1954 — mas, tudo indica, nunca repetiria o gesto do seu mentor, pois em momento algum da sua carreira política demonstrou esse pendor pela defesa até a morte das suas idéias. Na impossibilidade de *un gran finale*, acabou encenando uma ópera bufa, deixando para trás um país dividido, e destruindo 20 anos de conquistas no campo da democracia.

O desprezo pelos valores republicanos marcou a passagem de Jango pelos diversos cargos públicos que ocupou. Usou recursos públicos como instrumento de ação política sem nenhum pudor, como se fosse algo absolutamente natural. Evidentemente não foi o primeiro e, infelizmente, não será o último na história republicana a utilizar tais meios, distinguindo-se de Vargas, que sempre tratou com esmero os recursos públicos. As diferenças entre criador e criatura se manifestaram principalmente nos momentos de crise. O ano de 1961, certamente, é o exemplo paradigmático: quando poderia ter assumido o governo com plenos poderes presidenciais, Jango optou pela conciliação com os derrotados. Seria como se Getúlio Vargas,

em 1930, negociasse com os aliados de Washington Luís antes de assumir a Presidência da República, o que não fez, até para demarcar claramente o terreno entre os dois projetos políticos: o novo, representado pela Aliança Liberal; e o velho, dos “carcomidos”.

Os 31 meses da Presidência de João Goulart foram marcados pela absoluta falta de plano de governo, de um rumo coerente a ser seguido. Se foi surpreendido pela renúncia de Jânio Quadros — e isso poderia, num primeiro momento, explicar a ausência de projeto —, nos meses seguintes, ora sinalizava com uma guinada à direita, ora à esquerda, ora indicava que manteria uma convivência harmônica com o Congresso Nacional, ora ameaçava fechar o Parlamento. Nessa política pendular — que imobilizou o país —, apesar de votar desprezo aos intelectuais, foi, por estranho que pareça, um presidente que nomeou excelentes auxiliares (como San Tiago Dantas e Celso Furtado), mas impediu que pudessem exercer plenamente suas funções, como se temesse demonstrar seu desconhecimento dos grandes problemas nacionais.

Falar de Jango é falar das reformas de base. É quase impossível dissociar o presidente da bandeira das reformas. O mais surpreendente é que, em momento algum de seu governo, conseguiu construir uma proposta coerente de transformações (mais que necessárias) diante de uma conjuntura econômico-política polarizada. As profundas modificações por que o país estava passando desde 1930 tinham chegado a um ponto de ruptura, de construção de uma nova institucionalidade, produto do progresso dos últimos 30 anos. O rompimento com o passado não era uma necessidade somente na esfera econômica, mas também na política. O desafio era como combinar desenvolvimento econômico com liberdade política, modernização com ampliação de direitos sociais. Infelizmente para o país, Jango não era o político adequado para essa transição: Vargas tinha se equivocado redondamente na escolha do sucessor.

Associam-se, freqüentemente, as crises de 1954, 1961 e 1964, estando Goulart envolvido nas três. Discordo desse ponto de vista: são momentos históricos absolutamente distintos. A crise de agosto de 1954 ocorreu em meio às contradições do segundo governo

Vargas, da dificuldade de ele conviver com uma sociedade plural, em rápida transformação, efeito das modificações geradas pela Revolução de 1930, além da existência de uma oposição que desprezava as formas políticas democráticas. O suicídio de Vargas não interrompeu um possível golpe udenista, tanto que Café Filho assumiu a Presidência da República e governou com um ministério conservador. A grande derrota da direita, aí sim, foi em outubro de 1955, quando Juscelino Kubitschek venceu as eleições presidenciais em aliança com João Goulart. A crise de 1961 acabou fortalecendo a democracia como valor fundamental da República. A derrota dos ministros militares e de seus asseclas civis abriu o caminho para que Jango pudesse governar com amplo apoio congressional, o que acabou perdendo, no decorrer da Presidência, por absoluta incapacidade de gerir o Estado. Três anos depois, a democracia foi considerada, pela maior parte dos contendores, um entulho de uma velha ordem, numa curiosa metamorfose: de valor universal, passou a ser considerada obstáculo para o bom exercício do governo. Jango acabou ajudando a solidificar essa idéia, tanto que, no momento que tentou defender o seu mandato, utilizando-se do manto constitucional, a manobra revelou-se um fracasso, gesto de puro oportunismo, pois durante meses tinha atacado o Legislativo e a Constituição, acusados de perpetuar as situações de injustiça social.

Evidentemente não cabe imputar a Jango todas as mazelas do Brasil na conjuntura de 1964. Afinal, o país não chegou a uma situação de pré-guerra civil simplesmente pela ação de um único homem. O acirramento das contradições políticas, sociais e econômicas, como já foi dito, chegou ao nível mais elevado da nossa história. Grande parte da elite política jogou para que ocorresse o impasse, que só seria solucionado por meio do rompimento da legalidade constitucional. Mas João Goulart, pela posição que ocupava, poderia ter impedido que tal ocorresse, caso tivesse um papel construtivo, materializado em um projeto de governo que obtivesse a hegemonia política, que desse sustentação à sua presidência. Todavia, em momento algum, esteve propenso a encontrar uma saída para o impasse. Não se esqueceu, porém, de encontrar um expediente para si: foi para o exílio, comprou fazendas

no Uruguai, Argentina e Paraguai — além das que possuía no Brasil — e manteve os velhos hábitos.

A América Latina — mas não só ela — teve diversos exemplos de retornos políticos, todos rotundos fracassos. Em 1976, ainda no início da distensão patrocinada pelo governo Ernesto Geisel, João Goulart morreu, a 6 de dezembro. Dessa forma, Jango não passou pela experiência do retorno. Ficou a lenda de um presidente democrata, reformista, que foi derrubado porque queria enfrentar os privilegiados. Definitivamente, Jango foi um homem de sorte.

Bibliografia

- Abreu, Alzira Alves de et alii. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 5 vols. Rio de Janeiro, FGV, 2001.
- Abreu, Dener Pamplona de. *Dener, o luxo*. Rio de Janeiro, Laudes, 1972.
- Affonso, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo, Marco Zero, 1988.
- Anderson, Jon Lee. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.
- Andrade, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- Andrade, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.
- Assis, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2001.
- Azevedo, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Bandeira, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- Barbosa, Vivaldo. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- Barreto, Lêda. *Julião, revolução, Nordeste*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- Bastos, Joaquim Justino Alves. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre, Globo, 1965.
- Benevides, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

_____. *A UDN e o liberalismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo, 1945-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

Bonavides, Paulo e Roberto Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*, Brasília, Senado Federal, 2002.

Botto, Carlos Penna. *A desastrada política exterior do presidente Jânio Quadros*. Petrópolis, Vozes, 1961.

Callado, Antonio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1965.

Câmara, José Sette. *24 de agosto*. São Paulo, Siciliano, 1994.

Camargo, Aspásia et alii. *Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

Cantarino, Geraldo. *1964: a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

Capitani, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997.

Carli, Gileno de. *JQ, Brasília e a grande crise*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1961.

Carneiro, Glauco. *Lusardo, o último caudilho*. Vol. 2. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.

_____. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro, Record, 1989.

Carone, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1945-1964)*. Vol. 2. São Paulo, Difel, 1981.

_____. *A república liberal: esboço político (1945-1964)*. Vol. 2. São Paulo, Difel, 1985.

Carvalho, Luís Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo, Senac, 2001.

Castello Branco, Carlos. *Introdução à revolução de 1964*. 2 vols. Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

_____. *A renúncia de Jânio: um depoimento*. Rio de Janeiro, Revan, 1996.

Castelo Branco, Lucídio. *Da memória de um repórter*. Porto Alegre, AGE, 2002.

Castro, Fidel e Prendes, Álvaro. *Así se derrotó al imperialismo. II: El combate y la victoria*. México, 1978.

Coelho, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

Coes, Donald V. *Macroeconomic crisis: policies and growth in Brazil, 1964-90*. Washington, The World Bank, 1995.

Corrêa, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM, 1977.

D'Aguiar, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro, Artenova, 1976.

D'Araujo, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

Dantas, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

Delgado, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

Denys, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1993.

Dines, Alberto et alii. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1964.

Dreifuss, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

Dulles, John W. F. *Castelo Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979

Dutra, Eloy. *Ibad, sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

Ernanny, Drault. *Meninos, eu vi... e agora posso contar*. Rio de Janeiro, Record, 1989.

Ferreira, Oliveiros S. *As Forças Armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, GRD, 1964.

Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

1993.

Figueiredo, M. Poppe. *A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

Fonseca, Gondin da. *Assim falou Julião*. São Paulo, Fulgor, 1962.

_____. *A miséria é nossa!* São Paulo, Fulgor, 1963.

Fróes, Hemílcio. *Véspera do primeiro de abril ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro, Imago, 1993.

Furtado, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

Gaspari, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Gennari, Adilson Marques. *Réquiem ao capitalismo nacional: lei de remessa de lucros no governo Goulart*. Araraquara/São Paulo, FCL/Cultura Acadêmica, 1999.

Gomes, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Gomes, Angela de Castro e Maria Celina D'Araújo. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1989.

Gordon, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo, Senac, 2002.

Gorender, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões armadas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987.

Guedes, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

Hilton, Stanley. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro, Record, 1987.

Hippolito, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Ianni, Octavio et alii. *Política e revolução social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Jurema, Abelardo. *Sexta feira, 13: os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964.

_____. *Juscelino & Jango: PSD & PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1979.

Kubitschek, Juscelino. *Cinqüenta anos em cinco*. Rio de Janeiro, Bloch, 1978.

Labaki, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Lacerda, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

Lavareda, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

Lima, Valentina (coord.). *Getúlio: uma história oral*. Rio de Janeiro, Record, 1986.

Lima, Valentina da Rocha e Plínio de Abreu Ramos. *Tancredo fala de Getúlio*. Porto Alegre, L&PM, 1986.

Lima Filho, Oswaldo. *Política brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

Lopes, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1979.

Lopez, Luiz Roberto. *João Goulart*. Porto Alegre, IEL, 1996.

Louzeiro, José. *O anjo da fidelidade: a história sincera de Gregório Fortunato*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2000.

Maia Neto, João. *Brasil: guerra quente na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Markun, Paulo e Duda Hamilton. *1961: que as armas não falem*. São Paulo, Senac, 2001.

Miranda, Nilmário e Carlos Tibúrcio. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999.

Moisés, José Álvaro. *Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54)*. São Paulo, Polis, 1978.

Moraes, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.

_____. (org.). *Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande, Letra Livre, 1997.

Moraes, Dênis de e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.

Moraes Neto, Geneton. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997.

Mota, Lourenço Dantas (coord.). *A história vivida*. Vol. 1. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981.

Mourão Filho, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre, L&PM, 1978.

Nunes, Adão Pereira. *Do planalto à cordilheira (memórias de um médico cassado)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

Oliveira, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo, Annablume, 1993.

Otero, Jorge. *João Goulart: lembranças do exílio*. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001.

Page, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Record, 1972.

Pandolfi, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

Parker, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

Peixoto, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo, 1960.

Pereira, Osny Duarte. *Quem faz as leis no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

Pinheiro, Luiz Adolfo. *A república dos golpes (de Jânio a Sarney)*. São Paulo, Best Seller, 1993.

Pinheiro Neto, João. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

_____. *Juscelino, uma história de amor*. Rio de Janeiro, Mauad, 1994.

Pinto, Bilac. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro, Forense, 1964.

Ribeiro, Darcy. *Confissões*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Ryff, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro, Avenir, 1979.

Sá, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1981.

Santos, Joaquim Ferreira dos. *Feliz 1958: o ano que não devia ter terminado*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

Santos, Paulo de Tarso. *64 e outros anos: depoimento prestado a Oswaldo Coimbra*. São Paulo, Cortez, 1984.

Santos, Wanderley Guilherme dos Santos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

Schilling, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. 2 vols. São Paulo, Global, 1979/1981.

Silva, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis, Vozes, 1988.

Silva, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

Silveira, Joel. *Tempo de contar*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993.

Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Singer, Paul. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Soares, Gláucio Ary Dillon e Maria Celina D'Araújo (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994.

Souza, Percival de. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo, Globo, 1999.

Stacchini, José. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo, Nacional, 1965.

Starling, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986.

Tavares, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro, Globo, 1999.

Távora, Araken. *Brasil 1.º de abril*. Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1964.

Tendler, Sílvio e Maurício Dias. *Jango*. Porto Alegre, L&PM, 1984.

Toledo, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Vargas, Getúlio. *Diário*. Vol. 2. Rio de Janeiro/São Paulo, FGV/Siciliano, 1995.

Vargas, Luthero. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro, 1988.

WAA. *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*. Vol. 1. São Paulo, Livramento, 1980.

Victor, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Wainer, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1989.

Walters, Vernon A. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.

REVISTAS

Civilização Brasileira

Fatos & Fotos

Ele & Ela

Época

Interview

IstoÉ

Manchete

O Cruzeiro

Playboy

Veja

JORNAIS

Coojornal (RS)

Diário de Notícias (RS)

Folha de S. Paulo

Novos Rumos

O Estado de S. Paulo

Política Operária

Última Hora (RJ)

Zero Hora (RS)

ANAIS PARLAMENTARES

Câmara dos Deputados

Senado Federal

Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Índice onomástico

(Termos para pesquisa no e-reader)

Abreu, Dener Pamplona de

Affonso, Almino

Agripino, João

Alkmim, José Maria

Almeida, Guilherme de

Alves Bastos, Joaquim Justino

Alves, Osvino

Amaral Peixoto

Amarildo

Amazonas, João

Ana de Lourdes (neta de Rui Barbosa) *ver* Pereira, Lucila Batista

Âncora, Armando de Moraes

Andrade, Auro de Moura

Anjos, Divino Dias dos

Aragão, Cândido

Aranha, Osvaldo

Araújo Castro

Arraes, Miguel

Assis Brasil, Alba de

Assis Brasil, Argemiro de

Bakunin, Mikhail Aleksandrovitch

Bandeira, Moniz
Barbosa, Rui
Bardot, Brigitte
Barros de Carvalho (senador)
Barros, Ademar de
Barros, Leonor Mendes de
Barroso, Ari
Berle, Adolf
Bevilacqua, Peri
Bezerra Leite (deputado)
Bezerra, Gregório
Bicudo, Hélio
Bilac Pinto (deputado)
Bittencourt, Lúcio
Bloch, Adolfo
Boaventura, Francisco
Bocaiúva Cunha
Bonifácio, José
Bontempo, Genaro
Bopp, Raul
Borges, Gustavo (coronel)
Borges, Valdir
Botelho, Anísio
Brandi, Antonio Jesús
Brás, Venceslau
Brizola, Leonel de Moura
Brizola, Neusa

Café Filho, João Fernandes
Câmara, Armando
Campos, Aída
Campos, Milton
Campos, Roberto
Cardim, Jefferson
Cardoso, Aduino Lúcio
Carlos, Emílio

Carneiro, Glauco
Carneiro, Nelson
Caruso, João
Carvalho Pinto
Castello Branco, Carlos
Castelo Branco, Humberto de Alencar
Castro, Fidel
Cavalcanti, Tenório
Cavalheiro, Aimoré Zoch
Cervantes, Miguel de
Chagas Freitas, deputado
Chaise, Sereno
Chateaubriand, Assis
Che Guevara, Ernesto
Cleofas, João
Coelho, Danton
Coelho, Marco Antônio Tavares
Colombo, Adalgisa
Cordeiro de Faria (general)
Correia, Hércules
Corrêa, Villas-Bôas
Correia Neto, Raimundo
Costa e Silva, Artur da
Costa Santos, Max da
Costa, Canrobert Pereira da
Costa, José Lellis da
Costa, Wilson Vale da
Costa, Zenóbio da
Couto e Silva, Golbery do
Crockrat de Sá, Gilberto
Cunha Melo, general
Cunha, Euclides da
Cunha, Gelcy Rodrigues

Dantas Ribeiro, Jair
Dantas, Francisco San Tiago

Dantas, Raimundo Souza
De Gaulle, Charles
Denys, Odylio
Dias Gomes, Alfredo
Dillon, Douglas
Dória, Seixas
Dornelles, Dinarte
Dornelles, Elfrida
Dornelles, Ernesto
Dos Passos, John
Doutel de Andrade
Drummond de Andrade, Carlos
Duarte, Anselmo
Dutra, Eurico Gaspar

Eça de Queirós, José Maria
En-lai, Chu
Espírito Santo, Ciro do
Etcheverry, João

Fadul, Wilson,
Falcão, Armando
Faria, Hugo de
Feijó, Diogo Antônio
Ferrari, Fernando
Ferreira, Joaquim Câmara
Ferreira, Oliveiros
Ferro Costa
Fico, Nicolau
Figueiredo, Argemiro
Figueiredo, Euclides
Figueiredo, Mário Poppe de
Fiúza, Iedo
Flaubert, Gustave
Flores da Cunha
Fonseca, Rubem

Fontella, Maria Tereza Pascoalato *ver* Goulart, Maria Tereza

Fortunato, Gregório

Francis, Paulo

Francisco de Assis, São

Fróes, Hemílio

Frondizi, Arturo

Furtado, Celso

Galbraith, John Kenneth

Galhardo, Benjamin

Galotti, Oswaldo

Galvão, Ney

Garcia Filho, Antônio

Garcia (deputado-sargento)

Garrincha

Gaspari, Elio

Gasparian, Fernando

Geisel, Ernesto

Geisel, Orlando

Gertstein, Hélio

Getulinho *ver* Vargas Filho, Getúlio

Goitacás, Zarkis Assunção

Gomes, Eduardo

Gordon, Lincoln

Goulart, Denise

Goulart, João Belchior Marques *ver* Jango

Goulart, João Vicente

Goulart, Maria Tereza

Goulart, Vicente Rodrigues

Goulart, Vicentina Marques

Guedes, Carlos Luís

Guimarães, Milton

Guimarães, Ulysses

Hamilton (barbeiro)

Hart, Julian

Haya de la Torre, Victor
Heck, Sílvio

Jango

Jefferson, Thomas

Jobim, Valter

Johnson, Lyndon Baines

Julião, Francisco

Jurema, Abelardo

Kai-shek, Chiang

Kennedy, John Fitzgerald

Kennedy, Robert

Kissinger, Henry

Krieger, Daniel

Kruel, Amauri

Kruschev, Nikita

Kubitschek, Juscelino

La Due, John

Lacerda, Carlos Frederico Werneck de

Lafer, Horacio

Leães, Manuel

Leme, Kardec

Lencina, Laires Rodrigues de

Levy, Herbert

Lima Filho, Oswaldo

Lima Sobrinho, Barbosa

Lima, Hermes

Lima, Rui Moreira

Lincoln, Abraham

Lins, Etelvino

Lisboa, Ney

Lopes de Almeida (deputado)

Luz, Carlos

Lyra Tavares (general)

Machado de Assis, Joaquim Maria
Machado Lopes (general)
Machado, Cristiano
Machado, Dionélio
Machado, Expedito
Mafra, Abelardo
Magalhães Pinto
Magalhães, Antônio Carlos
Magalhães, Juracy
Magalhães, Sérgio
Maia, Tião
Mamede, Bizarra
Maneco *ver* Vargas, Manuel Antonio
Mangabeira, João
Mann, Thomas
Mao Tsé-tung
Marighela, Carlos
Marinho, Djalma
Mariz, Dinarte
Martinez, Angelita
Martins Rodrigues (deputado)
Marx, Karl
Mastroianni, Marcello
Mateos, Adolfo López
Mayor, Fernanda Sotto
Mazzilli, Ranieri
McCone, John
McGovern, George
McNamara, Robert
Médici, Emílio Garrastazu
Melo Franco, Afonso Arinos de
Melo, Nelson de
Mendes, Olímpio
Meneghetti, Ildo
Merquior, José Guilherme
Mesquita Filho, Júlio de

Miguel Gustavo
Mincarone, Paulo
Mintegui, Juan Alonso
Moacir (médico)
Moisés
Mônica (dona de cabaré)
Monteiro, Alfeu d'Alcântara
Moreira Salles, Walter
Moreira, Neiva
Morel, Carla
Moss, Grun
Mota, Clóvis
Mota, Sílvio
Mourão Filho, Olympio
Muricy, Antonio Carlos

Nava, Pedro
Neves, Tancredo de Almeida
Nunes Leal, Victor

Oliveira Brito
Oliveira, José Aparecido de
Osório, Oromar

Parker, Phyllis R.
Pasqualini, Alberto
Paulo VI, papa
Pedreira, Fernando
Pelé
Penna Botto, Carlos
Pereira dos Santos, Adalberto
Pereira, Lucila Batista
Perón, Juan Domingo
Pilla, Raul
Pinheiro Neto, João
Piñon, Nélide
Pinto Guedes (tenente-coronel)

Pinto, Álvaro Vieira
Pires, Valdir
Power (general)
Prazeres, Luís Carlos
Prestes de Paula, Antonio
Prestes, Luís Carlos
Proudhon, Pierre Joseph

Quadros, Eloá
Quadros, Jânio da Silva
Quadros, Tutu

Ramos, Nereu
Renault, Abgar
Riani, Clodosmith
Ribeiro, Darcy
Ricupero, Rubens
Rocha, Francisco Brochado da
Rodrigues, Dagoberto
Rodrigues, Ema
Rodrigues, Paulo Mário da Cunha
Roosevelt, Franklin Delano
Rosa, Etelvina da
Rostow, Walt
Rúbia, Mara
Rusk, Dean
Ryff, Raul

Saint-Simon, Claude Henri de Rouvroy, conde de
Salgado Filho
Salgado, Plínio
Salk, Jonas
Sampaio, Plínio de Arruda
Santos, Artur
Santos, José Anselmo dos
Santos, Paulo de Tarso
Sarmanho, Válder

Sarney, José
Schilling, Paulo
Schlesinger, Arthur
Seabra, José de
Serpa, Jorge
Serra, José
Shakespeare, William
Shriver, Sargent
Silva, Albino
Silva, Amauri
Silva, Carlos Medeiros da
Silva, Hélio
Silva, José Wilson
Silva, Lindolfo
Silveira, Badger
Silveira, Candinha da
Silveira, Joel
Silveira, Noé Monteiro da
Simões Filho
Sinai, Luís Felipe
Soares Filho, Alfredo Pinheiro
Stevenson, Adlai
Sued, Ibrahim
Sukarno, Ahmed
Suzano, Pedro Paulo

Talarico, José Gomes
Tavares, Flávio
Távora, Juarez
Tchernichev, Ilya
Teixeira Lott
Teles, Ladário Pereira
Temperani Pereira
Thant, U
Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier)
Tito, marechal

Trotsky, Leon

Vargas Filho, Getúlio ("Getulinho")

Vargas, Alzira

Vargas, América

Vargas, Darcy

Vargas, Getúlio Dornelles

Vargas, Iara

Vargas, Ivete

Vargas, Luthero

Vargas, Manuel Antonio ("Maneco")

Vargas, Protásio

Vargas, Spartaco

Vargas, Yara

Vaz, Rubem

Veloso, Haroldo

Ventura, Domingos

Verona, Manoel Antonio de

Viana, Darcy Villocq

Viana, Segadas

Vianna, Marly de Almeida Gomes

Vidigal (padre e deputado)

Virgílio, Arthur

Wainer, Samuel

Walters, Vernon

Washington Luís

Zerbini, Euriale de Jesus

Zerbini, Euríclides

Zola, Émile

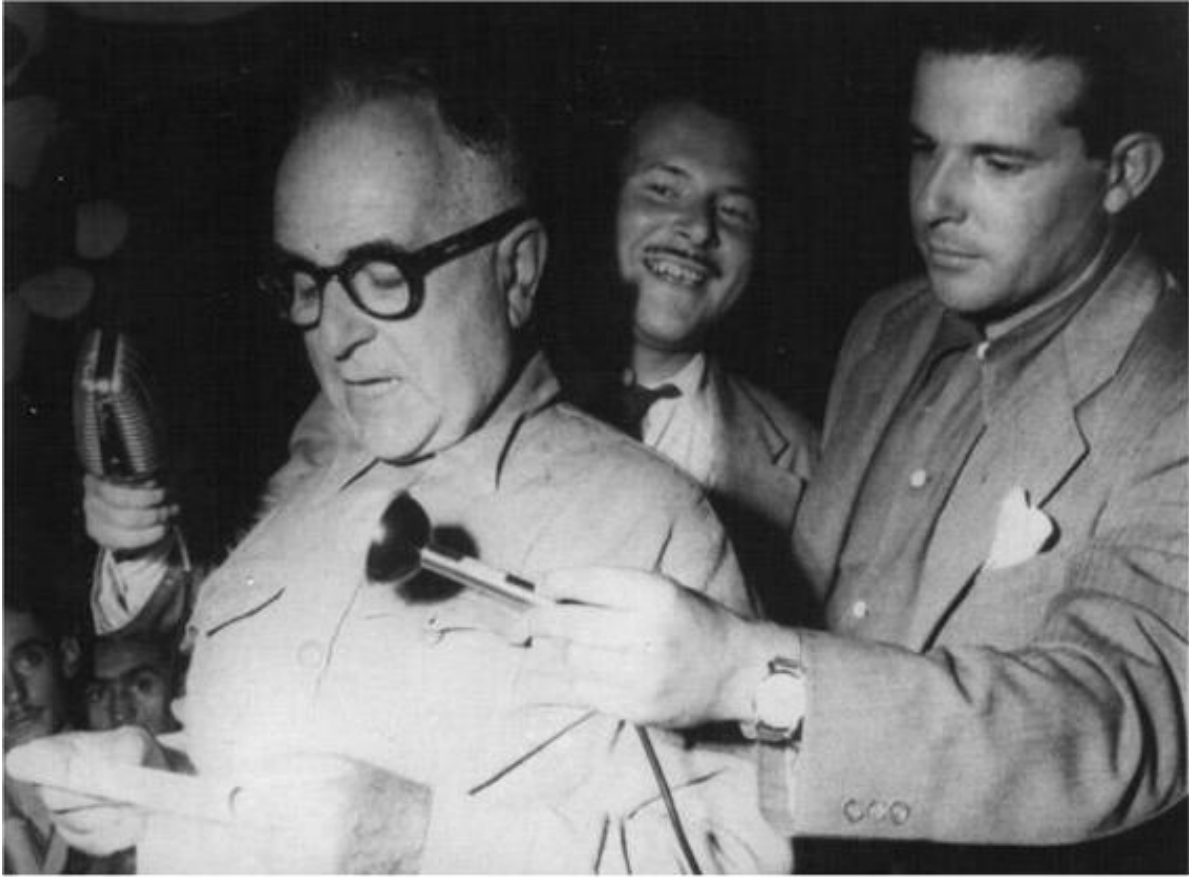
Caderno de imagens

ICONOGRAPHIA



Jango na comemoração do aniversário de Getúlio Vargas, em 1949, e lançando a candidatura do caudilho gaúcho à presidência da República.

ICONOGRAPHIA



Jango participa ativamente da campanha presidencial de Vargas, em 1950.

ICONOGRAPHIA



Em 1954, como presidente do PTB, Jango acompanha líderes sindicais em audiência com o presidente Vargas no palácio do Catete.

ICONOGRAPHIA



Em 1953, tomando posse como ministro do Trabalho. Ao seu lado direito, o chefe do Gabinete Civil Lourival Fontes.

ICONOGRAPHIA



Maria Tereza assina o livro que oficializou seu casamento religioso com Jango, em 1955. À sua direita, dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre.

ICONOGRAPHIA



No avião, já presidente da República, Jango sentado ao lado de sua mãe, Vicentina, a "dona Tinoca".

ICONOGRAPHIA



Em visita aos Estados Unidos, em 1956, numa recepção oficial, com a presença do vice-presidente americano Richard Nixon e esposa, além do embaixador brasileiro João Carlos Muniz.

ICONOGRAPHIA



Em visita a União Soviética, em 1961, é recebido por Nikita Krushev.

ICONOGRAPHIA



Para Presidente
LOTT
Professor da Ordem e do

PTB

LOTT
CAPACIDADE E HONESTIDADE
EM FAVOR DA INDUSTRIA, LAVOURA E PECUARIA

RESIDENTE

No palanque, durante a campanha presidencial de 1960, tendo ao seu lado direito o marechal Teixeira Lott, candidato à presidência da República.

ICONOGRAPHIA



Comício em São Paulo, com a presença de Jango e Lott, candidatos da aliança PSD-PTB às eleições de outubro de 1960.

ICONOGRAPHIA



Jango no aeroporto de Pequim, China, em agosto de 1961.

ICONOGRAPHIA



No palácio Piratini, em setembro de 1961, logo após retornar ao Brasil, depois da conturbada viagem ao Oriente. Ao fundo, três painéis com fotos de Brizola, do general Machado Lopes e de Jango.

ICONOGRAPHIA



No dia da Independência, em 1961, toma posse como presidente da República no Congresso Nacional.

ICONOGRAPHIA



Jango e Maria Tereza participam de programa de entrevistas na televisão americana.

ICONOGRAPHIA



Recepcionado em Washington, por John Kennedy, em abril de 1962.

ICONOGRAPHIA



*Na Organização das Nações Unidas, sendo recebido pelo secretário-geral U Thant.
Logo atrás, o ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas.*

ICONOGRAPHIA



Recepção triunfal nas ruas da Cidade do México, em abril de 1962, tendo ao lado o presidente mexicano Adolfo Lopez Mateos.

ICONOGRAPHIA



No cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, acompanhado do primeiro-ministro Tancredo Neves, na cerimônia anual de homenagem aos mortos da Rebelião de 1935.

ICONOGRAPHIA



Recebendo o embaixador americano Lincoln Gordon no palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, presença constante nas ante-salas do governo.

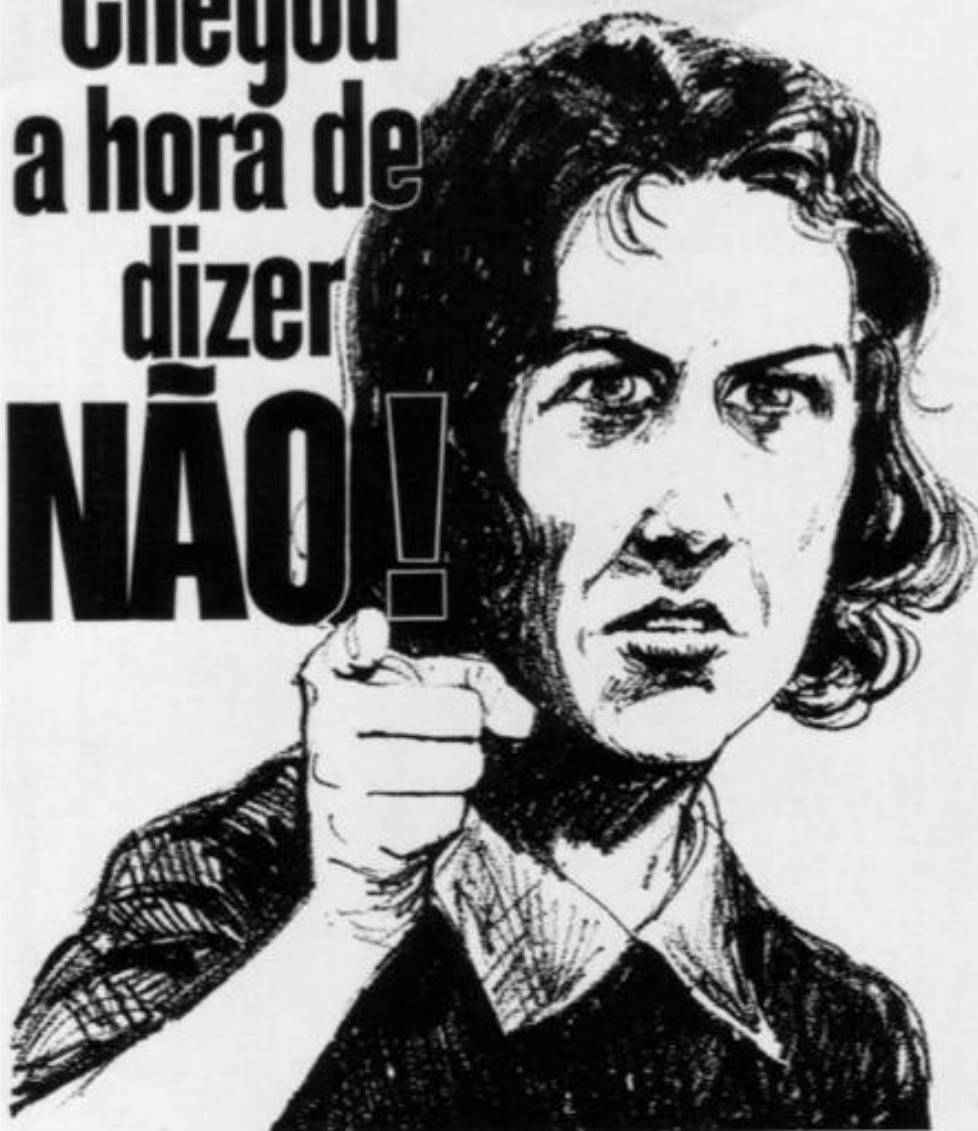
ICONOGRAPHIA



Numa reunião ministerial, com o primeiro-ministro Brochado da Rocha (à esquerda) e o general Amauri Kruel (à direita), seu compadre.

ICONOGRAPHIA

**Chegou
a hora de
dizer
NÃO!**



Contra a miséria
Contra o analfabetismo
Contra a falta de terra
Contra a usurpação do seu voto

NÃO porque o povo é contra o Ato Adicional que instituiu o Parlamentarismo;
NÃO porque o povo exige um regime que seja expressão autêntica da sua vontade soberana;

NÃO porque o povo quer reconquistar o direito de eleger o Presidente de sua livre escolha;

NÃO porque é essencial preservar a autoridade do Presidente para que se façam as reformas que o País exige;

NÃO porque o povo está cansado dos conflitos políticos que geram crises sucessivas;

NÃO porque o povo deseja um regime que funcione, onde a administração trabalhe e o Governo governe.

NO DIA 6 DE JANEIRO MARQUE



NÃO

Cartaz de propaganda do voto contrário ao parlamentarismo.

ALBERTO FERREIRA / AG. JB



Militante janguista faz propaganda do presidencialismo às vésperas do plebiscito de 6 de janeiro de 1963.

ICONOGRAPHIA



Em junho de 1963, na Sociedade Esportiva Palmeiras, Jango cumprimenta a candidata eleita como a "Bonequinha do Café".

ICONOGRAPHIA



Jango com líderes sindicais no palácio das Laranjeiras, em fevereiro de 1964.

ICONOGRAPHIA



Em 1964, recebendo a diretoria da União Nacional dos Estudantes. À sua esquerda, o presidente da UNE, José Serra.

ICONOGRAPHIA



No Piauí, inaugurando o serviço de água de Teresina, acompanhado do governador Petrônio Portela.

ABRIL IMAGENS



No palácio das Laranjeiras, em reunião com generais. Da esquerda para a direita: Castelo Branco, comandante do IV Exército; Peri Bevilacqua, chefe do Estado Maior das Forças Armadas; Osvino Alves, comandante do I Exército; Amauri Kruel, comandante do II Exército; Albino Silva, chefe da Casa Militar, e Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército.

ICONOGRAPHIA



Comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. No fundo, à esquerda, o palanque oficial, adornado com uma grande foto de Jango.

ICONOGRAPHIA



Comício da Central, chamado também de "comício das reformas". Foto tirada no final da tarde.

ICONOGRAPHIA



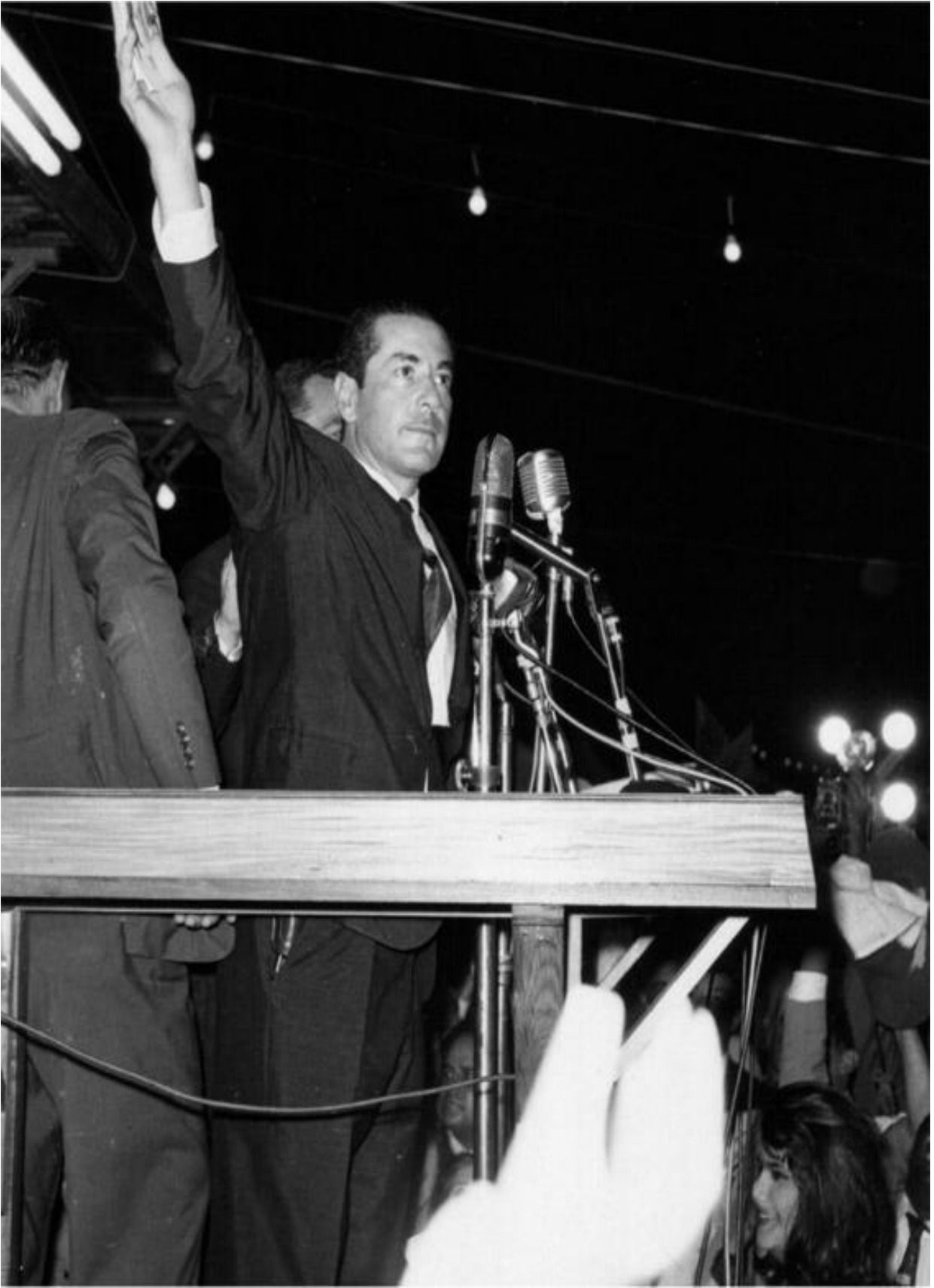
O comício da Central teve transmissão em rede nacional de rádio e televisão.

ICONOGRAPHIA



Centenas de soldados das três armas tiveram participação no esquema de segurança do comício, organizado pelo coronel Domingos Ventura.

ICONOGRAPHIA



O deputado Leonel Brizola foi literalmente armado ao comício. Observe o revólver na cintura do parlamentar gaúcho.

ICONOGRAPHIA



Maria Tereza participa do comício da Central — primeiro e único de sua vida com João Goulart.

ICONOGRAPHIA



A guarnição militar do Planalto presenteia Jango, no dia de seu aniversário, às vésperas do golpe militar. Na cerimônia estiveram presentes vários generais, entre os quais Nicolau Fico e Assis Brasil.

ICONOGRAPHIA



Jango discursando pela televisão, acompanhado dos chefes das casas Militar e Civil da presidência: general Assis Brasil e Darcy Ribeiro, respectivamente.

ICONOGRAPHIA



A 25 de março de 1964, Jango recebe a liderança do PSD — à sua direita, o presidente do partido, Amaral Peixoto, que foi lhe comunicar o lançamento de Juscelino Kubitschek à presidência da República nas eleições de outubro de 1965.

ICONOGRAPHIA



Dois dias antes do comício da Central, Jango ministrou a aula inaugural da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro.

ARQ. DO ESTADO, SP



Crianças lêem noticiário da rebelião dos marinheiros no jornal Novos Rumos, do Partido Comunista Brasileiro, afixado nas grades que cercam o palácio do Aço, sede do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. No interior do prédio, na rua Ana Néri, em São Cristóvão, centenas de marinheiros aguardam a solução da crise militar.

ICONOGRAPHIA



Jango, acompanhado de Darcy Ribeiro, dá posse ao almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues como ministro da Marinha, em 28 de março de 1964.

AG. O GLOBO



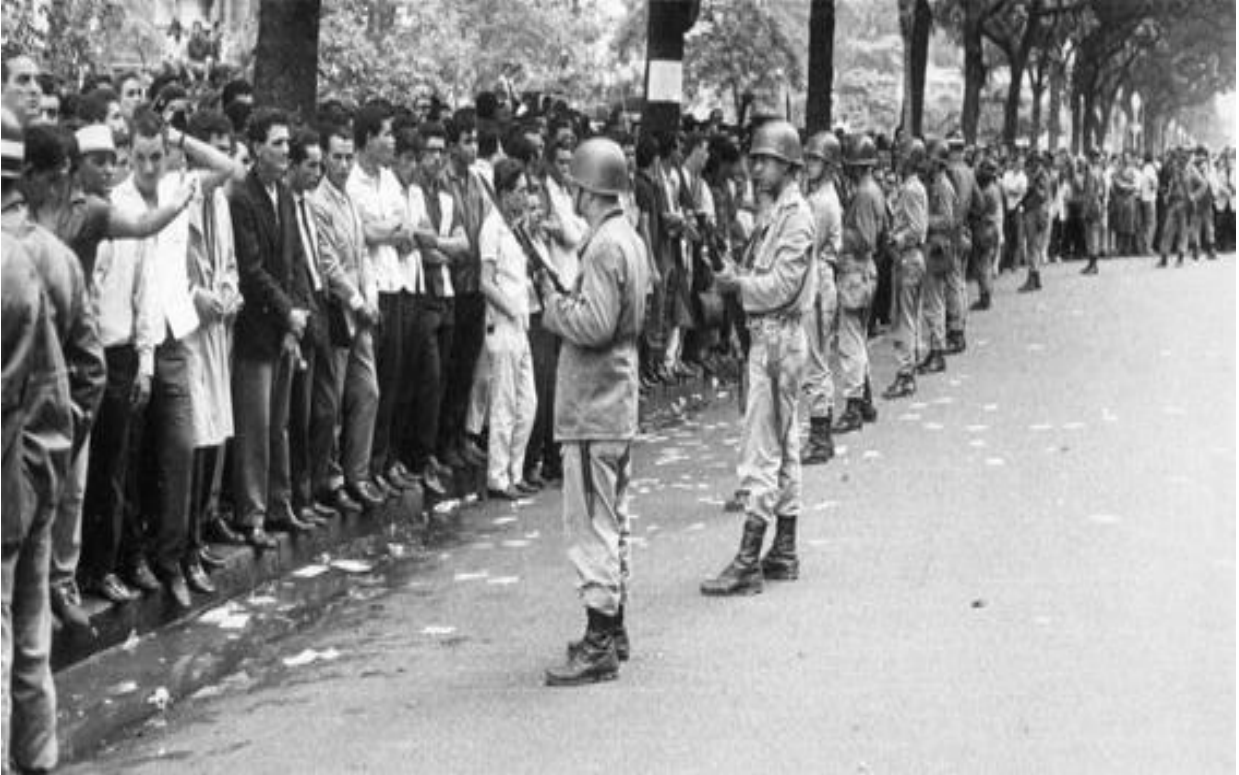
*Jango iniciando o discurso no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março de 1964.
Foi a última cerimônia pública de que participou como presidente do país.*

ARQ. DO ESTADO, SP



*Manifestantes no Rio de Janeiro, no dia 1.º de abril de 1964, solidarizando-se com
Jango. Observe a legenda do cartaz: "Legado de Vargas".*

AGÊNCIA JB



Soldados do Exército patrulhando as ruas do Rio de Janeiro no dia 1.º de abril. Desde então – e por muitos anos – a rua não poderá ser espaço de manifestações populares contra o governo.

AG. O GLOBO



"Marcha da Vitória", no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, após a derrubada de Jango.

ICONOGRAPHIA



Jango chega ao aeroporto de Pando, no Uruguai, onde é recebido por autoridades daquele país, em 4 de abril de 1964.

ASSOCIATED PRESS



Jango sai de carro do aeroporto de Pando, acompanhado de Juan Alonso Mintegui, seu amigo e assessor econômico da embaixada brasileira no Uruguai.

[1] Luthero Vargas. *Getúlio Vargas: a revolução inacabada*. Rio de Janeiro, 1988, p. 8.

[2] No mesmo colégio, estudaram três filhos de Getúlio Vargas: Luthero, Manuel Antônio e Getúlio Vargas Filho.

[3] Em 1977, Noé Monteiro da Silveira entrou na Justiça solicitando sua parte dos bens de Jango. Depois de longa tramitação judicial, acabou vitorioso. Em 1943, Jango teria tido uma filha — Ema Rodrigues, que nasceu em Uruguaiana — com outra empregada da família, Laires Rodrigues de Lencina. Esta também foi expulsa da fazenda e entregou o bebê para que sua mãe criasse. A criança acabou ficando com a irmã de Laires, Juraci, que era casada com Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas (ver *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 1980, e *Zero Hora*, 15 de outubro de 2002).

[4] Depoimento de José Gomes Talarico citado em Abelardo Jurema. *Juscelino & Jango — PSD & PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1979, p. 163. Quando Goulart faleceu, em dezembro de 1976, a diretoria do Internacional quis homenageá-lo com um minuto de silêncio antes do jogo contra o Corinthians, semifinal do Campeonato Brasileiro, mas foi impedida pelas autoridades governamentais.

[5] Luiz Roberto Lopez. *João Goulart*. Porto Alegre, IEL, 1996, p. 11.

[6] Nessa época, Jango já arrendava pastos do Exército onde invernavam 5 mil cabeças de gado. Cf. Moniz Bandeira. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 25.

[7] Entrevista de Manuel Antonio Vargas. *IstoÉ*, 25 de agosto de 1993.

[8] Silveira. Joel. *Tempo de contar*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1993, p. 25.

[9] Luthero Vargas, *op. cit.*, pp. 171-172.

[10] Getúlio Vargas. *Diário*, vol. 2, São Paulo/Rio de Janeiro, Siciliano/FGV, 1995, p. 615. A primeira vacina contra a poliomielite surgiu apenas em 1955, descoberta pelo dr. Jonas Salk. Em Niterói (RJ), o hospital infantil local recebeu o nome de Getúlio Vargas Filho.

[11] Entrevista de Manuel Antonio Vargas, *É*, 25 de agosto de 1993.

[12] Ele estava no carro que levava o pai, a mãe e acompanhantes e que se acidentou na estrada Rio-Petrópolis em 1933. No acidente, morreu um segurança do presidente e feriram-se gravemente Getúlio e dona Darcy Vargas. Getulinho nada sofreu.

[13] Nessa cidade, Euclides da Cunha escreveu *Os sertões*, entre 1898 e 1900. Por iniciativa do dr. Oswaldo Galotti, foi criada a Semana Euclidiana, realizada anualmente de 9 a 15 de agosto. A notícia sobre a visita de Getulinho está na primeira página da *Gazeta do Rio Pardo* de 18 de agosto de 1940. Devo essa informação ao diretor da Casa de Cultura Euclides da Cunha, Álvaro Ribeiro de Oliveira Netto.

- [14] Maneco suicidou-se com um tiro de revólver calibre 38 no coração, no dia 15 de janeiro de 1997, às 7h da manhã.
- [15] Ver Paulo Schilling. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo, Global, 1979, vol. 1, p. 108.
- [16] Aspásia Camargo et alii. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 341.
- [17] Entrevista de Alzira Vargas em Lourenço Dantas Mota (coord.). *A história vivida*. São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, 1981, vol. 1, p. 267.
- [18] Joel Silveira, *op. cit.*, p. 26.
- [19] Entre 1913 e 1917, Vargas ficou sem mandato parlamentar.
- [20] Tanto Vargas como Prestes concorreram ao Senado pelo Rio Grande do Sul. Vargas recebeu 461 mil votos e Prestes somente 37 mil. Ver Miguel Bodea. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, p. 35.
- [21] Ver Alzira Alves Abreu et alii. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 2001, vol. 5, p. 5.944.
- [22] Recorda Maneco que o “tio Protásio era um reacionário, de modo que recebeu o trabalhismo como uma agressão a ele, ao seu sistema de vida, de chefe político do interior”. Cf. Valentina da Rocha Lima (coord.), *op. cit.*, p. 43. Em 1950, Protásio apoiou Cristiano Machado, candidato do seu partido, o PSD, à Presidência da República, contra Getúlio Vargas.
- [23] O apoio de Vargas contrariou a decisão da direção nacional do PTB, que por 17 a 13 votos propôs a abstenção no pleito presidencial.
- [24] Jorge Otero. *João Goulart: lembranças do exílio*. Rio de Janeiro, Casa Jorge Editorial, 2001, p. 90.
- [25] *Anais da Assembléia Legislativa*, vols. 7 e 17, pp. 404-406 e pp. 341-350, 1947-1948.
- [26] Vargas não assinou a Carta de 1946. Voltou para São Borja, no dia 18 de setembro, antes da promulgação da Constituição.
- [27] *Manchete*, 17 de março de 1962.
- [28] Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *op. cit.*, pp. 40 e 88.
- [29] Angela de Castro Gomes (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 18.
- [30] A guarda pessoal de Vargas foi criada em 1938, após a tentativa de golpe integralista com o assalto ao Palácio Guanabara, residência do presidente. Foram requisitadas cerca de duas dúzias de gaúchos de São Borja que tinham participado dos combates da Revolução de 32 ao lado das forças legalistas. Ver Aspásia Camargo, *op. cit.*, pp. 370-371.

- [31] Samuel Wainer. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 28.
- [32] Na eleição de 1950, pela primeira vez foi escolhido diretamente o vice-presidente, prática que se manteve em 1955 e 1960. Dutra teve como vice Nereu Ramos, que foi eleito pelo Congresso Nacional.
- [33] Em 1953, foi nomeado embaixador no Vaticano por Vargas. Chegou em outubro a Roma e morreu dois meses depois.
- [34] *Diário de Notícias* (RS), 1.º de fevereiro de 1951.
- [35] *Diário de Notícias* (RS), 16, 17 e 18 de fevereiro de 1951.
- [36] *Diário de Notícias* (RS), 6 e 7 de abril de 1951.
- [37] Luiz Maklouf Carvalho. *Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo, Senac, 2001, p. 239.
- [38] Entrevista de Paulo Schilling, 9 de abril de 2002.
- [39] *Diário de Notícias* (RS), 14 de janeiro e 10 de março de 1952.
- [40] José Sette Câmara. *24 de agosto*. São Paulo, Siciliano, 1994, p. 37.
- [41] Maria Victoria Benevides. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 19.
- [42] Maria Celina D'Araujo. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p. 91.
- [43] Depoimento de José Gomes Talarico citado em Lucília de Almeida Neves Delgado. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 122.
- [44] Transcrito em Lucília de Almeida Neves Delgado, *op. cit.*, p. 127.
- [45] Citado em Maria Victoria Benevides, *op. cit.*, pp. 98-99.
- [46] O melhor estudo sobre essa greve é de José Álvaro Moisés: *Greve de massas e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-1954)*. São Paulo, Polis, 1978.
- [47] De acordo com Segadas Viana, antes de assumir o ministério, "Jango já fazia ponto no palácio do Catete. Já tinha sala lá, já recebia dirigentes sindicais". Cf. Valentina da Rocha Lima, *op. cit.*, p. 180.
- [48] Depoimento de Tancredo Neves em Valentina da Rocha Lima, *op. cit.*, p. 178.
- [49] Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 171-172.
- [50] Depoimento de Hugo de Faria citado em Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1989, p. 64.
- [51] Logo depois de ter tomado posse, Vargas recebeu uma carta manuscrita de Perón, de quatro páginas, em que propunha um encontro, mas não obteve resposta. Tentou mais três vezes uma reunião conjunta com Getúlio — uma delas enviando como emissário o vice-presidente Quijano —, mas novamente não obteve êxito. Ver José Sette Câmara, *op. cit.*,

pp. 41-42, e Hélio Silva. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 87.

[52] Jorge Otero, *op. cit.*, p. 94.

[53] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 174-175. Os encontros de Perón com Jango, nessa época, são mencionados diversas vezes em Glauco Carneiro. *Lusardo, o último caudilho*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, vol. 2, pp. 359, 401, 405, 411-412 e 437.

[54] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 177-178.

[55] *O Estado de S. Paulo*, 10 de fevereiro de 1954.

[56] De acordo com o depoimento do General Antonio Carlos Muricy. Cf. Valentina da Rocha Lima (coord.), *op. cit.*, p. 233. O memorial pode ser encontrado em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 307-314.

[57] No mesmo dia, foi exonerado do Ministério da Guerra o general Ciro do Espírito Santo, substituído pelo general Zenóbio da Costa.

[58] Em 1.º de maio de 1953, Getúlio foi a Volta Redonda, onde foi instalada a Companhia Siderúrgica Nacional, e lá fez o tradicional discurso do Dia do Trabalho.

[59] Transcrito em Dênis de Moraes (org.). *Prestes com a palavra*. Campo Grande, Letra Livre, 1997, pp. 118-119.

[60] Nas investigações, descobriu-se que o chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato, foi o autor intelectual do atentado que levou à morte do major. A expressão "República do Galeão" surgiu porque as investigações do inquérito policial-militar foram realizadas pela Aeronáutica, no aeroporto do Galeão, sede do Correio Aéreo Nacional.

[61] Entre os inúmeros relatos sobre o dia 24 de agosto, pode-se consultar o livro já citado de Hélio Silva. A hora exata do suicídio não é possível estabelecer. Segundo as fontes, varia entre 7h e 8h30.

[62] Ver Hélio Silva, *op. cit.*, p. 224.

[63] A *Última Hora* foi criada por Wainer com a ajuda de Vargas, em 1951. Deveria servir de contraponto à imprensa da época, toda ela contra Getúlio. O jornal e seu proprietário foram alvo de uma comissão de inquérito criada na Câmara dos Deputados. Wainer foi acusado de tê-lo criado com dinheiro público — um empréstimo do Banco do Brasil — e de não ser brasileiro — teria nascido na Bessarábia —, quando a lei brasileira proibia que um estrangeiro fosse proprietário de jornal. Ver Samuel Wainer, *op. cit.*, caps. 19 e 23.

[64] A última viagem de Vargas foi para Minas Gerais, em 12 de agosto, a convite de Juscelino.

[65] Transcrito em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 123.

[66] Mem de Sá. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL, 1981, pp. 130-131.

[67] Foi nesse dia, no aeroporto de São Borja, que o coronel Amauri Kruehl conheceu Jango. Vinte anos depois, ele descreveu esse encontro para Abelardo Jurema, mas confundiu-se quanto ao ano: em vez de 1955, disse que foi em 1954. Ver Abelardo Jurema, *op. cit.*, pp. 227-228.

[68] Depoimento de Juscelino Kubitschek transcrito em Maria Victoria Benevides. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 290. Nesse livro, a autora faz uma análise detalhada do governo JK e de suas relações com Jango e o PTB.

[69] Ver Alzira Alves de Abreu et alli, *op. cit.*, vol. 3, p. 2.958.

[70] Gondim da Fonseca. *A miséria é nossa!*. São Paulo, Fulgor, 1963, p. 15.

[71] Citado em Edgard Carone. *A república liberal: esboço político (1945-1964)*. São Paulo, Difel, 1985, p. 120.

[72] Entrevista de Maria Tereza Goulart para *Interview* em agosto de 1991.

[73] Ver Joaquim Ferreira dos Santos. *Feliz 1958: o ano que não devia ter terminado*. Rio de Janeiro, Record, 1997, pp. 10-11.

[74] Ver Jon Lee Anderson. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997, pp. 536, 558-562; e Raul Ryff. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro, Avenir, 1979, pp. 37-43.

[75] Juscelino teve quatro ministros do Trabalho, todos do PTB.

[76] Ver Juscelino Kubitschek. *Cinquenta anos em cinco*. Rio de Janeiro, Bloch, 1978, pp. 332-335.

[77] Fernando Ferrari veio a falecer em maio de 1963, vítima de um acidente aéreo, aos 41 anos de idade.

[78] O Movimento dos Países Não-Alinhados surgiu em 1955, na Conferência de Bandung, na Indonésia. Um dos princípios do movimento era o não-alinhamento com as superpotências da época, a União Soviética e os Estados Unidos.

[79] A expressão é de Denise Goulart e está transcrita em João Pinheiro Neto. *Jango: um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro, Record, 1993, p. 28.

[80] Sílvio Tandler e Maurício Dias. *Jango*. Porto Alegre, L&PM, 1984, pp. 16-17.

[81] Jurema, Abelardo. *Juscelino & Jango: PSD & PTB*. Rio de Janeiro, Artenova, 1979. p. 98.

[82] O discurso está transcrito em Fidel Castro e Álvaro Prendes. *Así se derrotó al imperialismo. II: El combate y la victoria*. México, 1978, pp. 437-483.

[83] Mário Victor. *5 anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 239.

[84] Adolf Berle foi embaixador no Brasil de janeiro de 1945 a fevereiro de 1946. Professor da Universidade de Columbia, escreveu importantes livros e participou da equipe do

presidente Franklin Roosevelt desde as eleições de 1932. Foi sempre um adversário dos monopólios nos Estados Unidos. Comprou terras no Mato Grosso e um terreno em Petrópolis. Talvez o episódio entre ele e Jânio tenha sido fantasiado pelo presidente brasileiro. Sobre Berle no Brasil, ver Stanley Hilton. *O ditador e o embaixador*. Rio de Janeiro, Record, 1987; e Drault Ernanny. *Meninos eu vi... e agora posso contar*. Rio de Janeiro, 1989, pp. 90-91.

[85] Lincoln Gordon. *A segunda chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo*. São Paulo, SENAC, 2002, p. 316.

[86] O Brasil só romperia relações com Cuba após o golpe militar de 1964.

[87] Paulo de Tarso Santos. *64 e outros anos*. São Paulo, Cortez, 1984, p. 35. Entrevista de Paulo de Tarso Santos, 25 de setembro de 2003.

[88] *O Estado de S. Paulo*, 19 e 20 de agosto de 1961.

[89] Jon Lee Anderson, *op. cit.*, p. 597.

[90] Citado em Luiz Adolfo Pinheiro. *A República dos golpes (de Jânio a Sarney)*. São Paulo, Best Seller, 1993, p. 324. JK ouviu o discurso no rádio do avião que o conduziu à Europa.

[91] A carta está transcrita em Mário Victor, *op. cit.*, p. 159.

[92] Carlos Castello Branco. *A renúncia de Jânio: um depoimento*. Rio de Janeiro, Revan, 1996, p. 136. Almino Affonso. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo, Marco Zero, 1988, pp. 12-13.

[93] *Manchete*, 1.º de julho de 1961.

[94] José Machado Lopes. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro, Alhambra, 1979, p. 36.

[95] Carlos Penna Botto. *A desastrada política exterior do Presidente Jânio Quadros*. Petrópolis, Vozes, 1961, p. 166.

[96] *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1961.

[97] Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.). *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 2002, pp. 338-339.

[98] Odylio Denys. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, pp. 59-61, 71 e 83-84.

[99] Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 23.

[100] *O Estado de S. Paulo*, 29 de agosto de 1961.

[101] Maria Celina D'Araujo e Celso Castro (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 137.

[102] Odylio Denys, *op. cit.*, p. 91.

[103] Gileno de Carli. *JQ, Brasília e a grande crise*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1961, p. 133.

[104] Aspásia Camargo et alli, *op. cit.*, p. 447.

- [105] Paulo Markun e Duda Hamilton. *1961: que as armas não falem*. São Paulo, Senac, 2001, p. 229.
- [106] Transcrito em José Machado Lopes, *op. cit.*, pp. 41-42.
- [107] Entrevista de Amaral Peixoto em Lourenço Dantas Mota (coord.), *op. cit.*, vol. 1, São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, 1981, pp. 294-295.
- [108] Adão Pereira Nunes. *Do planalto à cordilheira: memórias de um médico cassado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 39.
- [109] José Machado Lopes, *op. cit.*, pp. 47-49.
- [110] Gileno de Carli. *Anatomia da renúncia*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1962, p. 159. Para o manifesto militar, ver José Machado Lopes, *op. cit.*, pp. 71-73.
- [111] Hélio Silva. *1964: golpe ou contragolpe?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 87.
- [112] *O Estado de S. Paulo*, 31 de agosto de 1961.
- [113] Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, p. 355.
- [114] *O Estado de S. Paulo*, 31 de agosto de 1961.
- [115] Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 55-56.
- [116] Almino Affonso, *op. cit.*, pp. 33, 40 e 41.
- [117] Paulo Schilling, *op. cit.*, pp. 112-113; entrevista com Paulo Schilling, 9 de abril de 2002; Lucídio Castelo Branco. *Da memória de um repórter*. Porto Alegre, AGE, 2002, p. 52; Amir Labaki. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 119.
- [118] *IstoÉ*, 9 de fevereiro de 2000. Entrevista de Leonel Brizola.
- [119] Entrevista de Amaral Peixoto em Lourenço Dantas Mota (coord.), *op. cit.*, p. 297.
- [120] Entrevista de Flávio Tavares, 19 de agosto de 2003. Ver também VVAA, *Nós e a legalidade: depoimentos*, Porto Alegre, IEL/AGE, 1991, p. 192. Depoimento de Odilon López.
- [121] *IstoÉ*, 9 de fevereiro de 2000. Entrevista de Leonel Brizola.
- [122] Vivaldo Barbosa. *A rebelião da legalidade*. Rio de Janeiro, FGV, 2002, pp. 266-267.
- [123] Entrevista de Leonel Brizola, em Moniz Bandeira. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 84.
- [124] José Machado Lopes, *op. cit.*, p. 83.
- [125] Vivaldo Barbosa, *op. cit.*, p. 288.
- [126] Almino Affonso, *op. cit.*, p. 43.
- [127] Transcrito em Vivaldo Barbosa, *op. cit.*, p. 328.
- [128] Lucídio Castelo Branco, *op. cit.*, p. 54.
- [129] *O Estado de S. Paulo*, 5 de setembro de 1961.
- [130] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 149-150.

- [131] Aspásia Camargo et alii, *op. cit.*, p. 448.
- [132] Vivaldo Barbosa, *op. cit.*, pp. 347-348.
- [133] *O Estado de S. Paulo*, 10 de setembro de 1961.
- [134] Depoimento de Pio Canedo, pessedista mineiro, citado em Lúcia Hippolito. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 112.
- [135] *O Estado de S. Paulo*, 9 de setembro de 1961.
- [136] Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 1, p. 113.
- [137] *Manchete*, 21 de outubro de 1961.
- [138] Gláucio Ari Dillon Soares e Maria Celina D'Araujo (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994, p. 15.
- [139] Almino Affonso. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo, 1961-1964*. São Paulo, Marco Zero, 1988, p. 57.
- [140] *Manchete*, 7 de outubro de 1961.
- [141] *Manchete*, 7 e 21 de outubro e 11 de novembro de 1961.
- [142] San Tiago Dantas. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, pp. 110-115.
- [143] *O Estado de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1962.
- [144] *O Estado de S. Paulo*, 19 de janeiro de 1962.
- [145] Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 321.
- [146] Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 321.
- [147] Para o caso, ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, pp. 48-51; Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 321-322; Phyllis R. Parker. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 33-35; e Moniz Bandeira. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 62-66.
- [148] *Manchete*, 24 de março de 1962.
- [149] *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1962.
- [150] *O Estado de S. Paulo*, 4, 16 e 23 de março de 1962.
- [151] *O Estado de S. Paulo*, 24 de março de 1962.
- [152] O comunicado está transcrito em San Tiago Dantas, *op. cit.*, pp. 229-232.
- [153] Para a visita aos Estados Unidos, ver *O Estado de S. Paulo*, 5-9 de abril de 1962, e *Manchete*, 21 e 28 de abril de 1962.
- [154] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, pp. 38-39.
- [155] Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 323-324.
- [156] *O Estado de S. Paulo*, 10 de abril de 1962.
- [157] *Manchete*, 12 de maio de 1962.

- [158] *Manchete*, 4 de agosto de 1962.
- [159] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 43. A frase é de uma conversa do presidente com o embaixador Gordon.
- [160] Antes de ir para o Chile, a delegação brasileira esteve em Brasília. Foram recepcionados por Jango. Pelé, preocupado com a saúde de Goulart, perguntou: "Presidente, como vão estas coronárias?". E Jango respondeu: "Estão boas, mas não tanto quanto as suas" (ver *Manchete*, 2 de junho de 1962).
- [161] *O Estado de S. Paulo*, 19 de junho de 1962.
- [162] Thomas Skidmore. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 283 e 343.
- [163] Transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, p. 662.
- [164] *O Estado de S. Paulo*, 27 de junho de 1962.
- [165] *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1962.
- [166] Entrevista de Rubens Ricupero, 9 de setembro de 2003.
- [167] Almino Affonso, *op. cit.*, p. 63.
32. *O Estado de S. Paulo*, 5 de julho de 1962.
- [168] Auro de Moura Andrade. *Um Congresso contra o arbítrio: diários e memórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, pp. 118-122.
- [169] Transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *op. cit.*, vol. 7, p. 673.
- [170] *Manchete*, 21 de julho de 1962.
- [171] Osny Duarte Pereira. *Quem faz as leis no Brasil?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, p. 155.
- [172] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 1, p. 26.
- [173] *O Estado de S. Paulo*, 14 de julho de 1962.
- [174] *Manchete*, 2 de junho de 1962.
- [175] Ver *O Estado de S. Paulo*, 2, 7, 8, 9 e 18 de agosto de 1962, respectivamente.
- [176] *O Estado de S. Paulo*, 11 de agosto de 1962.
- [177] Para o noticiário desses dias, ver *O Estado de S. Paulo*, 1, 2, 4, 7 e 8 de setembro de 1962.
- [178] *Manchete*, 18 de agosto de 1962.
- [179] Transcrito em Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 56-59.
- [180] *O Estado de S. Paulo*, 13 de setembro de 1962.
- [181] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 224.
- [182] Celso Furtado. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 151.
- [183] *O Estado de S. Paulo*, 15 de setembro de 1962.

- [184] Ver *Manchete*, 18 de agosto de 1962.
- [185] Citado em Carlos Castello Branco, *op. cit.*, t. 1, p 72.
- [186] A Lei Delegada n.º 4 seria utilizada, sem sucesso, pelo governo Sarney quando, durante o Plano Cruzado, ocorreram problemas de desabastecimento (segundo semestre de 1986).
- [187] *O Estado de S. Paulo*, 3 de outubro de 1962. Discurso no Regimento de Reconhecimento Mecanizado, no Rio de Janeiro.
- [188] *Folha de S. Paulo*, 27 de março de 1994.
- [189] Para detalhes sobre a ação do instituto nas eleições de 1962, ver Eloy Dutra. *Ibad, sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- [190] Vernon Walters. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986, p. 339.
- [191] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 49.
- [192] *O Estado de S. Paulo*, 14 e 19 de outubro de 1962.
- [193] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 50.
- [194] *O Estado de S. Paulo*, 23 de outubro de 1962.
- [195] *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962; José Louzeiro. *O anjo da fidelidade: a história sincera de Gregório Fortunato na era Vargas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2000, pp. 515-516; *Última Hora*, 25 de outubro de 1962.
- [196] *O Estado de S. Paulo*, 7 de dezembro de 1962.
- [197] *O Estado de S. Paulo*, 16 de dezembro de 1962.
- [198] Citado em Maria Rosa Duarte de Oliveira. *João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem*. São Paulo, Annablume, 1993, p. 81.
- [199] Leda Barreto. *Julião, Nordeste, revolução*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pp. 66, 88-89.
- [200] Citado em Gondim da Fonseca. *Assim falou Julião*. São Paulo, Fulgor, 1962, pp. 69-70.
- [201] *O Estado de S. Paulo*, 6 e 14 de dezembro de 1962.
- [202] Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Record, 1972, p. 119.
- [203] Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, vol. 7, p. 510.
- [204] Dênis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, pp. 83-93.
- [205] *O Estado de S. Paulo*, 28 de dezembro de 1962.
- [206] Dênis de Moraes. *Prestes com a palavra*. p. 295
- [207] *Novos Rumos*, 1.º a 9 de maio de 1963.
- [208] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 51.
- [209] Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 325-328.
- [210] Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 335.

- [211] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 52.
- [212] Entrevista de Rubens Ricupero, 9 de setembro de 2003.
- [213] *O Estado de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1962.
- [214] Para a transcrição da entrevista, segundo o ponto de vista americano — pois não há nenhum relato brasileiro sobre o teor da conversa —, ver Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 371-392.
- [215] *O Estado de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1962.
- [216] Celso Furtado, *op. cit.*, p. 153.
- [217] Paul Singer. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 97-125; Celso Furtado, *op. cit.*, pp. 153-161.
- [218] *Novos Rumos*, 1.º a 7 de fevereiro de 1963.
- [219] Paul Singer, "A política das classes dominantes". Em Ianni, Octávio et alii. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 115.
- [220] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, t. 1, p.113.
- [221] Mário Victor, *op. cit.*, p. 446.
- [222] Villas-Bôas Corrêa. Entrevista de 17 de abril de 2003.
- [223] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, t. 1, pp. 135-136.
- [224] *O Estado de S. Paulo*, 9 de março de 1963.
- [225] Phyllis R Parker, *op. cit.*, pp. 59-60.
- [226] *O Estado de S. Paulo*, 9 e 12 de março de 1963.
- [227] *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1963.
- [228] Nesses dias, ocorreu a chamada "guerra das lagostas", incidente diplomático entre Brasília e Paris sobre a pesca de lagosta no litoral brasileiro, e que acabou gerando várias manifestações nacionalistas e inúmeras piadas.
- [229] *O Estado de S. Paulo*, 5 e 6 de abril de 1963.
- [230] *Manchete*, 20 de abril de 1963.
- [231] Citado por Carlos Castello Banco, *op. cit.*, t. 1, p. 230.
- [232] Lucília de Almeida Neves Delgado, *op. cit.*, pp. 64-65.
- [233] *O Estado de S. Paulo*, 11 de abril e 12 de maio de 1963.
- [234] John W. F. Dulles. *Castelo Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1979, p. 258.
- [235] *O Estado de São Paulo*, 17 de abril de 1963.
- [236] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de maio de 1963.
- [237] *Manchete*, 1.º de junho de 1963.
- [238] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, t. 1, p. 173.

- [239] John W. F. Dulles, *op. cit.*, p. 261.
- [240] *O Estado de S. Paulo*, 9 de junho de 1963. Parte dos artigos de Oliveiros Ferreira publicados no Estadão foram reunidos no livro *As Forças Armadas e o desafio da revolução*, Rio de Janeiro, GRD, 1964.
- [241] *O Estado de S. Paulo*, 18 de junho de 1963.
- [242] *O Estado de S. Paulo*, 22 de junho de 1963.
- [243] Memorando transcrito em Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2, p. 218.
- [244] Documento transcrito em Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2, p. 223.
- [245] *O Estado de S. Paulo*, 2 de julho de 1963.
- [246] Citado por Carlos Castello Branco, *op. cit.*, t. 1, p. 210.
- [247] *O Estado de S. Paulo*, 30 de julho de 1963.
- [248] *O Estado de S. Paulo*, 5 de setembro de 1963.
- [249] *O Estado de S. Paulo*, 11 de setembro de 1963.
- [250] *Coorjornal*, agosto de 1980.
- [251] *O Estado de S. Paulo*, 13 de setembro de 1963.
- [252] *Novos Rumos*, 13 de setembro de 1963 (edição extra).
- [253] Para as últimas citações, ver Glauco Carneiro. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro, Record, 1989, pp.441-442, 446; *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1963; citado por Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*, p. 97.
- [254] Transcrito em *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1963.
- [255] *O Estado de S. Paulo*, 14 de setembro de 1963.
- [256] José Stacchini. *Março 64: mobilização da audácia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, p. 32.
- [257] Citado em Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 70.
- [258] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de outubro de 1963.
- [259] Citado em Mário Victor, *op. cit.*, p. 456.
- [260] Carlos Lacerda. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, pp. 332-333.
- [261] *O Estado de S. Paulo*, 6 de outubro de 1963.
- [262] O estado de sítio poderia ser decretado em dois casos: guerra externa ou de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciassem estar a mesma a irromper.
- [263] Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 124.
- [264] Exposição de motivos transcrita em Auro de Moura Andrade, *op. cit.*, pp.138-139.
- [265] Entrevista Expedito Machado, 29 de setembro de 2003.
- [266] Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 124.
- [267] Citado em Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*, p. 138.
- [268] Joseph A. Page, *op. cit.*, p. 29.

- [269] Joseph A. Page, *op. cit.*, p. 216. Afirmação muito semelhante pode ser encontrada em Antonio Callado. *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1965, p. 11.
- [270] Marco Antonio Tavares Coelho. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 254.
- [271] Celso Furtado, *op. cit.*, p. 151. Furtado não tinha Jango em boa conta: "Era um primitivo, um pobre de caráter". Ver *Playboy*, abril de 1999.
- [272] Notícia transcrita do *Jornal do Brasil* de 21 de setembro de 1963, em Hélio Silva. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 103.
- [273] Transcrito em Lucília de Almeida Neves Delgado, *op. cit.*, p. 247.
- [274] VVAA, *História da UNE: depoimentos de ex-dirigentes*, São Paulo, Livramento, 1980, p. 26.
- [275] *Folha de S. Paulo*, 27 de março de 1994.
- [276] Lacerda, Carlos, *op. cit.*, pp. 322-323, 332-333; Bandeira, Moniz, *op. cit.*, p. 132; D'Aguiar, Hernani. *A revolução por dentro*. Rio de Janeiro, Artenova, 1976, pp.86 e 94-95. *O Estado de S. Paulo*, 23 e 24 de novembro de 1963.
- [277] Entrevista de Hélio Bicudo, 3 de março de 2003.
- [278] Paulo de Tarso Santos, *op. cit.*, p. 97
- [279] Entrevista de Hélio Bicudo, 3 de março de 2003.
- [280] *O Estado de S. Paulo*, 8 de outubro de 1963.
- [281] Entrevista de Expedito Machado, 29 de setembro de 2003.
- [282] *O Estado de S. Paulo*, 8 de outubro de 1963.
- [283] Hélio Silva, *op. cit.*, p.106; Joseph A. Page, *op. cit.*, p. 217.
- [284] *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1963.
- [285] *O Estado de S. Paulo*, 9 e 10 de outubro de 1963.
- [286] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, p. 97.
- [287] *O Estado de S. Paulo*, 12 de outubro de 1963.
- [288] *O Estado de S. Paulo*, 3 e 4 de outubro de 1963.
- [289] Paulo de Tarso Santos, *op. cit.*, p. 97.
- [290] *O Estado de S. Paulo*, 2 e 7 de julho de 1964. Nessas edições, estão transcritos dois depoimentos dados pelo general Assis Brasil no inquérito policial-militar, um em 26 de maio, e outro quatro dias depois.
- [291] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 78.
- [292] Moniz Bandeira, *op. cit.*, pp. 129-130; *Ele & Ela*, setembro de 1980; *Coojornal*, abril de 1979.
- [293] *O Estado de S. Paulo*, 17 de novembro de 1963.

- [294] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, transcreve na íntegra a entrevista. Ver pp. 234-245.
- [295] Phyllis R Parker, *op. cit.*, p. 74
- [296] *O Estado de S. Paulo*, 22 de novembro de 1963.
- [297] *O Estado de S. Paulo*, 27 e 28 de novembro de 1963.
- [298] *O Estado de S. Paulo*, 8 e 11 de dezembro de 1963.
- [299] Ver Denise Assis. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2001, e principalmente o excelente René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, sobretudo os capítulos 6 e 7.
- [300] *O Estado de S. Paulo*, 10 de dezembro de 1963.
- [301] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, pp. 136-138, 141.
- [302] *O Estado de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1963.
- [303] Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 83
- [304] *O Estado de S. Paulo*, 15 e 18 de dezembro de 1963.
- [305] Citado em Dênis Moraes, *op. cit.*, p. 67.
- [306] *Última Hora*, 11 de dezembro de 1963.
- [307] *O Estado de S. Paulo*, 17 de dezembro de 1963.
- [308] *O Estado de S. Paulo*, 20 e 21 de dezembro de 1963.
- [309] Entrevista de Paulo Schilling, 9 de abril de 2002.
- [310] Samuel Wainer, *op. cit.*, pp. 237-238.
- [311] Abelardo Jurema. *Sexta-feira, 13. Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964, pp. 91 e 92.
- [312] *O Estado de S. Paulo*, 22 de dezembro de 1963.
- [313] Entrevista de Paulo Schilling, 9 de abril de 2002.
- [314] Na revista *O Cruzeiro* de 8 de agosto de 1964, há uma foto com a ata de um dos Grupo dos Onze.
- [315] Paulo Schilling chega a estimar 40 mil grupos. Acreditava que, no fim de 1964, poderiam chegar a 200 mil (*op. cit.*, vol. 1, p. 243).
- [316] Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 1, pp. 230, 231 e 233.
- [317] Aspásia Camargo et alli, *op. cit.*, p. 455.
- [318] Ver Adilson Marques Gennari. *Réquiem ao capitalismo nacional: a lei de remessa de lucros no governo Goulart*. Araraquara/São Paulo, FCL/Cultura Acadêmica, 1999, pp. 29, 106 e 107.
- [319] Gláucio A. D. Soares e Maria Celina D'Araújo (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 1994, pp. 15-17; Donald V. Coes.

Macroeconomic crisis, policies and growth in Brazil, 1964-90. Washington, The World Bank, 1995, p. 12.

[320] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, pp. 74-75.

[321] *O Estado de S. Paulo*, 22 de dezembro de 1963. A menção às reformas por Johnson foi um pedido de Goulart ao embaixador Gordon. Ver Geraldo Cantarino. *1964: a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, pp. 20-21.

[322] *O Estado de S. Paulo*, 24 de dezembro de 1963.

[323] De acordo com Amaral Peixoto, nessa época Jango usava constantemente Pervitin. Ver Aspásia Camargo et alii, *op. cit.*, p. 467.

[324] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, **vol. 2**, pp. 157-158. Lembra o autor que "esse monólogo tanto pode ser uma fantasia como pode ser autêntico. De qualquer forma, é uma versão".

[325] *Novos Rumos*, 10 a 16 de janeiro de 1964.

[326] Citado em Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 193.

[327] *Novos Rumos*, suplemento especial, 24 a 30 de janeiro de 1964.

[328] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de janeiro de 1964.

[329] *O Estado de S. Paulo*, 2 de janeiro de 1964.

[330] Samuel Wainer, *op. cit.*, pp. 235-236.

[331] Citado em Adilson Marques Gennari, *op. cit.*, p. 170.

[332] Citado em Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 81.

[333] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, p. 162.

[334] Olympio Mourão Filho. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Porto Alegre, L&PM, 1978, p. 344.

[335] Artigo transcrito em Bilac Pinto. *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro, Forense, 1964, p. 228.

[336] Antonio Lavareda. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo, 1991, p. 155.

[337] *Manchete*, 4 de abril de 1964. A entrevista foi dada dias antes do golpe militar.

[338] *Manchete*, 25 de janeiro de 1964.

[339] *Novos Rumos*, 21 a 27 de fevereiro de 1964. A citação anterior é também da mesma edição do jornal.

[340] Dulce Pandolfi, *op. cit.*, p. 196.

[341] *Política Operária*, 22 a 28 de janeiro de 1964.

[342] "Chamava San Tiago de 'professor', com ligeira entonação irônica." Ver Celso Furtado, *op. cit.*, p. 176.

- [343] *Correio da Manhã*, 6 de fevereiro de 1964, citado por Argelina Cheibub Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 149.
- [344] Heloísa Maria Murgel Starling. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis, Vozes, 1986, pp. 122-123. Nesse livro, há ampla documentação sobre a participação de grande parte da elite mineira na deposição de João Goulart, em 1964.
- [345] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 85.
- [346] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de fevereiro de 1964.
- [347] *O Estado de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1964.
- [348] Citado em John W. F. Dulles, *op. cit.*, p. 295.
- [349] José Stacchini, *op. cit.*, p. 71.
- [350] *Manchete*, 8 de fevereiro de 1964.
- [351] *Manchete*, 29 de fevereiro de 1964.
- [352] *Última Hora*, 14 de fevereiro de 1964.
- [353] *Última Hora*, 22 de fevereiro de 1964.
- [354] *Última Hora*, 24 de fevereiro de 1964.
- [355] Alberto Dines et alii. *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1964, p. 21.
- [356] Oswaldo Lima Filho. *Política brasileira, 1945-1990: uma visão nacionalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 201.
- [357] Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 27.
- [358] Marco Antonio Tavares Coelho, *op. cit.*, p. 259.
- [359] *O Estado de S. Paulo*, 8 de março de 1964.
- [360] Samuel Wainer, *op. cit.*, p. 251.
- [361] *Última Hora*, 10 de março de 1964.
- [362] *O Estado de S. Paulo*, 10 de março de 1964.
- [363] De acordo com Jurema, o "governador Miguel Arraes, na última convenção do PTB, em Pernambuco, desejou ingressar no Partido Trabalhista. Já era um candidato ostensivo quase à Presidência da República. Teve Arraes, o seu ingresso barrado pelo Presidente". Em Abelardo Jurema, *op. cit.*, pp. 236-237.
- [364] Samuel Wainer, *op. cit.*, p. 250.
- [365] Citado em Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2., p.21.
- [366] Citado em Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2, p. 8.
- [367] Entrevista de Paulo Schilling, 18 de julho de 2002.
- [368] *Novos Rumos*, 13 a 19 de março de 1964.

- [369] *O Estado de S. Paulo*, 11 e 12 de março de 1964.
- [370] Caio Navarro de Toledo. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 90.
- [371] Fernando Azevedo. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 55.
- [372] No 1.º de maio de 1962, em Havana, onde estavam Julião e Prestes, Fidel Castro tentou reconciliá-los, mas a missão fracassou. Ver Joseph A. Page, *op. cit.*, p. 109.
- [373] O decreto 53.700 pode ser encontrado em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *op. cit.*, vol. 7, pp. 788-792.
- [374] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 81.
- [375] *Manchete*, 28 de março de 1964.
- [376] O decreto foi revogado em 13 de abril de 1964 pelo decreto 53.883. Ver *Coleção das Leis de 1964*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, vol. 7, p. 10.
- [377] Ver a transcrição do decreto 53.702 em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *op. cit.*, pp. 796-798.
- [378] Araken Távora. *Brasil 1.º de abril*. Rio de Janeiro, Vida Doméstica, 1964, p. 71.
- [379] Entrevista de Marly Vianna, 6 de junho de 2003. Ela participou do comício com os alunos da Faculdade Nacional de Filosofia: "Depois do golpe, o ato ficou conhecido como o 'comício das lavadeiras', pois nele só havia tanques e trouxas".
- [380] *Última Hora*, 4 de março de 1964.
- [381] Entrevista de Luís Carlos Prestes em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 265.
- [382] *Novos Rumos*, suplemento especial, 13 a 19 de março de 1964.
- [383] Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, pp. 260-261.
- [384] Por determinação do ministro Sílvio Mota, os marinheiros a bordo dos navios foram proibidos de ouvir a transmissão do comício por rádio.
- [385] Entrevista de Elio Gaspari, 12 de maio de 2003. O entrevistado declarou: "Não ouvi nada do que os oradores falaram".
- [386] Entrevista de Marly Vianna, 17 de julho de 2003.
- [387] Hemílio Fróes. *Véspera do primeiro de abril ou nacionalistas x entreguistas*. Rio de Janeiro, Imago, 1993, p. 20.
- [388] *Manchete*, 28 de março de 1964; Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, p. 261.
- [389] Araken Távora, *op. cit.*, p. 74.
- [390] Um ajudante-de-ordens do presidente brincou com a palavra de ordem "manda brasa, presidente": "Getúlio fez a Petrobrás e a Eletrobrás. O senhor vai hoje inaugurar a Mandabrás." Em Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 251.
- [391] Abelardo Jurema, *Juscelino & Jango: PSD & PTB*, p. 248.

[392] *O Estado de S. Paulo*, 2 de julho de 1964. O jornal transcreveu na íntegra o depoimento do general Assis Brasil, no dia 26 de maio de 1964, no IPM que apurava sua ação como chefe do Gabinete Militar.

[393] Transcrito em Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2. pp. 24-25.

[394] *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964.

[395] *O Estado de S. Paulo*, 2 de julho de 1964.

[396] O discurso pode ser encontrado em diferentes fontes. A utilizada aqui foi Carlos Castello Branco, *op. cit.*, vol. 2, pp. 262-266.

[397] Araken Távora, *op. cit.*, p. 75.

[398] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 28.

[399] Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 249.

[400] *Última Hora*, 16 de março de 1964; Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 312.

[401] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, pp. 86-87. Anos depois, deu outra versão: disse que assistiu ao comício pela televisão, na casa de Castelo Branco. Ver Vernon. A. Walters, *op. cit.*, p. 347.

[402] Marco Antonio Tavares Coelho, *op. cit.*, p. 264.

[403] Citado em Luiz Adolfo Pinheiro, *op. cit.*, p. 82.

[404] *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964.

[405] *Última Hora*, 16 de março de 1964.

[406] *Última Hora*, 14 de março de 1964.

[407] Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 87.

[408] *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1964.

[409] Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 261.

[410] Darcy Ribeiro, *Confissões*, São Paulo, Companhia das Letras, p. 338.

[411] João Goulart. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1964. Ver, respectivamente, pp. 98, 106-107, VIII, LII e LVII-LVIII.

[412] Nesse ponto, houve profunda identidade entre os janguistas e os golpistas de março/abril de 1964. Ao Executivo será reservado um papel de total preponderância sobre o Legislativo, ao qual será destinado papel meramente formal. Deve-se recordar também que os episódios de 1958 na França, a ascensão de De Gaulle ao poder, a queda da IV República e a utilização do plebiscito como instrumento de legitimação do novo presidente influenciaram muito os defensores de um Executivo forte. No caso de Jango, certamente, o exemplo era mais caseiro: o Estado Novo imposto em novembro de 1937 por Getúlio Vargas.

[413] *O Estado de S. Paulo*, 17 de março de 1964.

[414] *O Estado de S. Paulo*, 17 de março de 1964.

- [415] *O Estado de S. Paulo*, 18 de março de 1964.
- [416] *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 1964.
- [417] O nome civil de Ana de Lourdes era Lucila Batista Pereira. Ver Glauco Carneiro, *op. cit.*, pp. 498-499.
- [418] *O Estado de S. Paulo*, 19 de março de 1964.
- [419] Olympio Mourão Filho, *op. cit.*, p. 355.
- [420] *Folha de S. Paulo*, 20 de março de 1964.
- [421] *O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1964.
- [422] *Última Hora*, 21 de março de 1964.
- [423] *Novos Rumos*, 13 a 19 de março de 1964.
- [424] *Novos Rumos*, 15 de março de 1964.
- [425] Dênis de Moraes, *A esquerda e o golpe de 64*, pp. 127-128. A declaração de Prestes foi dada na própria ABI, só que no ano anterior em um congresso de apoio à revolução cubana.
- [426] Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2, p. 42.
- [427] *Novos Rumos*, 20 a 26 de março de 1964.
- [428] Entrevista de Marly Vianna, 17 de julho de 2003. Ela esteve presente ao ato e também entrou no clima da reunião: "Olhei condoída para os bolivianos e orgulhosa da proximidade do socialismo".
- [429] Citado em Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 135.
- [430] O manifesto está transcrito em Carlos Luís Guedes. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 173-175.
- [431] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 341-342.
- [432] Transcrito em Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 342-343.
- [433] *Última Hora*, 28 de março de 1964.
- [434] Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2., p. 49.
- [435] *O Estado de S. Paulo*, 22 de março de 1964.
- [436] Ver Aspásia Camargo et alii, *op. cit.*, pp. 463-464.
- [437] Citado em Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 218.
- [438] Paulo de Tarso Santos, *op. cit.*, p. 130.
- [439] Transcrito em João Maia Neto. *Brasil: guerra quente na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 182.
- [440] Transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, pp. 853-854.
- [441] Olympio Mourão Filho, *op. cit.*, p. 288.
- [442] Marcos Sá Corrêa. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM, 1977, p. 15. Mais adiante, será retomada discussão sobre o papel dos Estados Unidos no

golpe de Estado.

[443] Darcy Ribeiro, *op. cit.*, p. 333.

[444] Wanderley Guilherme dos Santos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986, p. 117.

[445] Ver Lucília de Almeida Neves Delgado, *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, pp. 249-255; e Argelina Cheibub Figueiredo, *op. cit.*, pp. 143-169

[446] *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1964.

[447] Percival de Souza. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo, Globo, 1999, pp. 78-79.

[448] Transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, vol. 7, pp. 834-836.

[449] Avelino Biden Capitani. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1997, p. 53.

[450] Em 16 de abril de 1964, os 26 fuzileiros navais foram expulsos da Marinha, com base no artigo 91 do Estatuto dos Militares. Na cerimônia pública, o comandante do Corpo de Fuzileiros Navais fez a leitura pública da ordem do dia que terminava com a determinação da expulsão: "Ex-fuzileiros-navais, ide-vos! No Corpo de Fuzileiros Navais não há lugar para fracós!". Os marinheiros foram encaminhados para o navio-prisão *Ari Parreiras*, onde ficaram aguardando a conclusão do inquérito policial-militar. Ver *O Estado de S. Paulo*, 16 e 17 de abril de 1964.

[451] *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 1964.

[452] Citado em Luiz Adolfo Pinheiro, *op. cit.*, pp. 99-100.

[453] Darcy Ribeiro, *op. cit.*, p. 350. Âncora faleceu seis meses depois do golpe, em 26 de setembro de 1964.

[454] Darcy Ribeiro, *op. cit.*, pp. 313 e 351. Segundo Jurema, de acordo com informações dadas a ele pelo diretor do Hospital dos Servidores do Estado, dr. Aloysio Salles, o general Dantas Ribeiro deveria ficar hospitalizado de quarenta a sessenta dias, pois tinha realizado uma "prostatectomia radical" e estava com câncer na próstata. Em Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 87.

[455] Aspásia Camargo et alii, *op. cit.*, p. 465.

[456] Rememorou o almirante Paulo Mário, 25 anos depois, que, "vendo Aragão e Suzano, os marujos resolveram carregá-los nas costas, e isto teve má repercussão entre a oficialidade. Foi uma ingenuidade fazer aquela passeata". Transcrito em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 105.

[457] Citado em Luiz Adolfo Pinheiro, *op. cit.*, pp. 110-111.

[458] *O Estado de S. Paulo*, 29 de março de 1964.

[459] Hélio Silva. *A vez e a voz dos vencidos*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 126.

[460] *Correio da Manhã*, 28 de março de 1964.

- [461] Citado em Alberto Dines et alii, *op. cit.*, p. 232.
- [462] *O Estado de S. Paulo*, 29 de março de 1964.
- [463] Ver Marcos Sá Corrêa, *op. cit.*, pp. 60-61.
- [464] Menos de um mês após o golpe militar, foi promulgada a Lei 4.328, de 30 de abril de 1964, com o novo código de vencimentos dos militares. Ver *Coleção das Leis de 1964*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1964, vol. 3, p. 29.
- [465] Citado em Marcos Sá Corrêa, *op. cit.*, p. 61, segundo documentos do governo americano.
- [466] Citado em Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 163. Era o coronel Lino Teixeira, irmão do brigadeiro Francisco Teixeira.
- [467] Citado em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 103.
- [468] Geraldo Cantarino, *op. cit.*, p. 37.
- [469] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, pp. 112-119. O autor datou a reunião de 25 de março, mas se equivocou, como se pode perceber pelo próprio relato que expôs, na medida em que muitos fatos ocorreram após essa data. A reunião no apartamento de cobertura de Tancredo Neves foi no domingo, 29 de março.
- [470] Carlos Luís Guedes, *op. cit.*, p. 193.
- [471] *O Estado de S. Paulo*, 31 de março de 1964.
- [472] Transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, p. 862.
- [473] Segundo Samuel Wainer, Serpa privava da intimidade de Jango e, em março de 1964, se ofereceu para ajudar a *Última Hora*. Combinou com Wainer que no início de abril depositaria 1 milhão de dólares em uma conta bancária na Suíça. Entregou o talão de cheques para que o jornalista pudesse sacar o dinheiro. Wainer foi a Basileia: havia somente cem dólares na conta, os outros 999.900 dólares tinham sumido. Ver Samuel Wainer, *op. cit.*, pp. 254-256.
- [474] Citado em Abelardo Jurema, *op. cit.*, p. 171.
- [475] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 363.
- [476] *Diário de Notícias*, 31 de março de 1964.
- [477] Aspásia Camargo, *op. cit.*, p. 467. Amaral Peixoto informou que leu o rascunho do discurso e apenas: "Refundi, tirei uns excessos".
- [478] *O Estado de S. Paulo*, 30 de março de 1964.
- [479] Citado em Dênis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982, p. 168.
- [480] Aspásia Camargo, *op. cit.*, p. 468. Muitos dos golpistas, na Guanabara, São Paulo e Minas Gerais, assistiram ao comício pela televisão, como Castelo Branco, Mourão Filho,

Kruel e Guedes. Outros ouviram pelo rádio, como o presidente da UNE, José Serra, que estava em um carro em Copacabana (ver *Folha de S.Paulo*, 15 de outubro de 1997).

[481] Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 63.

[482] *Última Hora*, 1.º de abril de 1964. Francis, depois do golpe de 64, mudou radicalmente de opinião sobre Jango: "O presidente recusou-se a governar. Sua inabilidade com civis e militares não tem paralelo na história do país". Continuou: "Goulart é um caudilho populista. (...) Planejava tomar o poder com o Exército, usando o povo apenas como dispositivo secundário de manobra". Em Paulo Francis, "Tempos de Goulart", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 7, maio 1966. p. 80.

[483] Camargo, Aspásia et alli, *op. cit.* p.467.

[484] Antonio Lavareda, *op. cit.*, pp. 135, 154-161.

[485] Transcrito em Marcos Sá Corrêa, *op. cit.*, p. 21.

[486] Lincoln Gordon, *op. cit.*, pp. 108, 110-113, 361, 364 e 367. Gordon reafirmou a sua versão em um artigo para a *Folha de S.Paulo* de 10 de setembro de 1999. A ordem do cancelamento da operação foi dada às 17h22 e se determinou que se realizasse um ataque simbólico "simulando uma oposição imprevista" (Marcos Sá Corrêa, *op. cit.*, p. 51). Na conclusão do seu livro, Phyllis R. Parker afirma: "Não há provas de que os Estados Unidos instigaram, planejaram, dirigiram ou participaram da execução do golpe de 1964. [...] há sugestivas evidências de que os Estados Unidos aprovaram, apoiaram a deposição militar de Goulart quase desde o princípio" (p. 128). Vernon Walters disse que desconhecia a operação "Brother Sam": "A primeira vez que ouvi essa expressão foi muitos anos depois, em janeiro de 1977, quando da publicação de documentos sigilosos" (*op. cit.*, p. 348).

[487] Transcrito em Marcos Sá Corrêa, *op. cit.*, p. 131. Também devem ser acrescentados os pedidos do general Cordeiro de Farias e do empresário Alberto Byington.

[488] Transcrito em Lincoln Gordon, *op. cit.*, p. 398.

[489] Olympio Mourão Filho, *op. cit.*, p. 372.

[490] José Stacchini, *op. cit.*, pp. 39-40.

[491] Carlos Luís Guedes, *op. cit.*, p. 215.

[492] *Novos Rumos*, suplemento especial, 27 de março a 2 de abril de 1964.

[493] Jacob Gorender. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987, p. 64.

[494] Ver Elio Gaspari, *op. cit.*, p. 53.

[495] Citado em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 303.

[496] Citado em Raul Ryff, *op. cit.*, p. 27.

[497] Entrevista de Almino Affonso, 11 de outubro de 2002.

[498] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de abril de 1964.

- [499] Transcrito em Jeferson de Andrade. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991, pp. 24-25.
- [500] Entrevista de Neiva Moreira, 9 de setembro de 2003.
- [501] Caio Navarro de Toledo, *op. cit.*, p. 110.
- [502] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de abril de 1964.
- [503] Na sua coluna do dia 31 de março, o jornalista Carlos Castello Branco escreveu: "Segundo o relatório sigiloso da Casa Militar da Presidência da República ao sr. João Goulart, 90 por cento da oficialidade do Exército até aqui favorável ao Presidente mudou de rumo desde o momento em que se abriram as portas do Batalhão de Guardas para soltar os marinheiros rebeldes. A oficialidade considera que a disciplina é intocável". Ver Carlos Castello Branco, *op. cit.*, t. 2, p. 218.
- [504] Depoimento do general Ladário Pereira Teles, transcrito em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 435.
- [505] Transcrita em Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, p. 902.
- [506] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de abril de 1964.
- [507] Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2, p. 81.
- [508] O documento entregue pelo chefe do EMFA está transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral, *op. cit.*, pp. 894-899. Em depoimento prestado em 1974 a Hélio Silva, o general Peri Bevilacqua recordou que Juscelino e Mourão eram de Diamantina e que a mãe de Juscelino tinha alfabetizado Mourão e a mãe deste tinha sido professora do ex-presidente da República. Disse que Juscelino, no dia 31, procurou-o tentando encontrar uma saída. Anos depois, quando ministros do Supremo Tribunal Militar, Peri perguntou a Mourão como ele se posicionaria se, em 31 de março, juntamente com Juscelino, tivesse ido falar com ele e proposto a substituição de alguns ministros — era o que, inicialmente, desejava Mourão: "Ah, então a questão estaria resolvida". Ver Hélio Silva, *op. cit.*, p. 403.
- [509] Entrevista de Expedito Machado, 29 de setembro de 2003.
- [510] Entrevista de Marly Vianna, 17 de julho de 1964.
- [511] Carlos Luís Guedes, *op. cit.*, p. 230. O telefonema foi testemunhado por diversos militares que estavam no QG do II Exército. Kruel, de acordo com Guedes, "para conhecimento dos outros generais, tapara com a mão o fone e ia repetindo as palavras de Jango".
- [512] *O Estado de S. Paulo*, 1.º de abril de 1964.
- [513] Darcy Ribeiro, *op. cit.*, p. 313.
- [514] Joaquim Justino Alves Bastos. *Encontro com o tempo*. Porto Alegre, Globo, 1965, p. 359.
- [515] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 52.
- [516] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 122.

- [517] Depoimento do general Assis Brasil no inquérito policial-militar que investigou sua atuação no governo. Transcrito em *O Estado de S. Paulo*, 3 de julho de 1964; Manifestos transcritos na íntegra em Carlos Luís Guedes, *op. cit.*, pp. 218-219.
- [518] Depoimento de Rui Moreira Lima em Hélio Silva, *A vez e a voz dos vencidos*, p. 222.
- [519] Oswaldo Lima Filho, *op. cit.*, p. 199.
- [520] *O Estado de S. Paulo*, 3 de julho de 1964. Depoimento já citado do general Assis Brasil.
- [521] Transcrito em Jeferson de Andrade, *op. cit.*, pp. 25-26.
- [522] Depoimento de Raul Ryff transcrito em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 398.
- [523] *O Cruzeiro*, 20 de junho de 1964.
- [524] *Folha de S. Paulo*, 15 de outubro de 1997.
- [525] João Pinheiro Neto, *op. cit.*, p. 125.
- [526] Avelino Biden Capitani, *op. cit.*, p. 63.
- [527] Avelino Biden Capitani, *op. cit.*, p. 67. O próprio Aragão seria detido pouco depois e levado à Fortaleza de Lajes. Ficou preso, incomunicável, durante quatro meses. Em agosto de 1964, buscou asilo no Uruguai.
- [528] Helmício Fróes, *op. cit.*, pp. 22 e 250.
- [529] *O Estado de S. Paulo*, 3 de julho de 1964.
- [530] Entrevista de Expedito Machado, 29 de setembro de 2003.
- [531] Entrevista de Assis Brasil para a revista *Ele & Ela*, setembro de 1980.
- [532] Citado em José Stacchini, *op. cit.*, p.101.
- [533] Hélio Silva, *op. cit.*, p. 407.
- [534] Entrevista de Expedito Machado, 29 de setembro de 2003.
- [535] Entrevista de Marly Vianna, 17 de julho de 2003.
- [536] Citado em Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 109. Dois meses depois, numa palestra na Escola Superior de Guerra — era a quarta vez que falava lá desde 1961 —, Gordon disse: “A revolução foi o acontecimento mundial mais importante para os Estados Unidos nos últimos 9 meses”. (ver *Última Hora*, 9 de maio de 1964).
- [537] Entrevista de Marly Vianna, 17 de julho de 2003.
- [538] Transcrição em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 416.
- [539] *Diário de Notícias* (RS), 4 de abril de 1964.
- [540] Flávio Tavares, *op. cit.*, p. 147.
- [541] Entrevista de Maria Tereza Goulart para a revista *Interview*, agosto de 1991.
- [542] Entrevista de Almino Affonso, 11 de outubro de 2002.
- [543] John W. F. Dulles, *op. cit.*, p. 351.
- [544] Depoimento transcrito em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 393.
- [545] Depoimento transcrito em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 397.

[546] Em Sergipe, o governador Seixas Dória, da ala bossa-nova da UDN, foi preso e levado para a Bahia e, posteriormente, para Fernando de Noronha.

[547] Entrevista de Almino Affonso, 11 de outubro de 2002.

[548] Transcrito em Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), *op. cit.*, pp. 928-929.

[549] Entrevista de Almino Affonso, 11 de outubro de 2002.

[550] *Diário de Notícias* (RS), 4 de abril de 1964.

[551] Entrevista de Almino Affonso, 11 de outubro de 2002.

[552] Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 2, p. 86.

[553] *Última Hora*, 3 de abril de 1964.

[554] Flávio Tavares comenta essa possível estratégia do presidente na *Última Hora* de 3 de abril de 1964.

[555] O depoimento do general está transcrito em Sílvio Tandler e Maurício Dias, *op. cit.*, p. 75.

[556] Marco Antonio Tavares Coelho, *op. cit.*, p. 268.

[557] Darcy Ribeiro, *op. cit.*, p. 355.

[558] Ver *O Estado de S. Paulo*, 4 de abril de 1964; Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 428-429. Para o retrato de Getúlio Vargas, ver *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964.

[559] Flávio Tavares, *op. cit.*, p. 158. Tavares era vizinho de apartamento de seu Hamilton. O barbeiro foi nomeado para um alto cargo no Congresso por Mazzilli.

[560] Para a reconstrução da breve estada de Jango em Porto Alegre, foram utilizadas as seguintes fontes: Hélio Silva, *op. cit.*, pp. 430-446; Mário Poppe de Figueiredo. *A revolução de 1964: um depoimento para a história pátria*. Rio de Janeiro. Apec, 1970; o depoimento no IPM de Assis Brasil; *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964; Joaquim Justino Alves Bastos, *op. cit.*, pp. 382-389; e José Wilson Silva. *O tenente vermelho*. Porto Alegre, Tchê, 1987, pp. 99-124.

[561] Trinta e cinco anos depois, Brizola recordou esse momento: "Logo após o golpe de 1964, propus que ele nomeasse ministro da Guerra o general Ladário Teles, comandante do III Exército, e que eu virasse ministro da Justiça. O Ladário era fantástico: 'Presidente, tenho armas para distribuir a 11 mil civis. Mas sou legalista, preciso de ordem para agir'. Aí Jango falou: 'Se a minha presença no governo for à custa de derramamento de sangue, prefiro me retirar.' E foi pescar no rio Uruguai". (*IstoÉ*, 9 de fevereiro de 2000).

[562] *Diário de Notícias* (RS), 3 de abril de 1964.

[563] José Wilson Silva, *op. cit.*, p. 106.

[564] Para Celso Furtado, o "retiro em Itu desse modelo, que para ele era Vargas, permitira ao velho caudilho não comprometer-se com o morno sucessor que ele mesmo indicara e renovar-se, surpreendentemente, para um retorno triunfal. Essa forma de ver as coisas

tinha sentido no âmbito de uma biografia. Para quem pretendesse descortinar a História, a falácia saltava à vista. Não estávamos lidando com o udenismo retórico de 1945, num contexto internacional de derrocada das ditaduras. A nova direita que se preparava para empolgar o poder estava instrumentalizada, armada de 'projetos' para enfrentar todos os problemas do país, calçara-se de efetivos apoios internacionais". (Celso Furtado, *op. cit.*, p. 177).

[565] *Última Hora*, 4 de abril de 1964.

[566] *Diário Carioca*, 3 de abril de 1964.

[567] Depoimento em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 229.

[568] Depoimento em Dênis de Moraes, *op. cit.*, p. 150.

[569] Entrevista de Paulo Schilling, 9 de abril de 2002.

[570] *O Estado de S. Paulo*, 11 de abril de 1964; *Última Hora*, 11 de abril de 1964; Flávio Tavares, *op. cit.*, p. 150.

[571] Mário Poppe de Figueiredo, *op.cit.*, p. 73.

[572] Ver Geneton Moraes Neto. *Dossiê Brasil: as histórias por trás da história recente do país*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1997, pp. 230-233; Lucídio Castelo Branco, *op. cit.*, p. 58; *Última Hora*, 7 de maio de 1964; *Zero Hora*, 6 de junho de 1999. Maneco Leães morreu em 2001, aos 78 anos de idade.

[573] Mário Poppe de Figueiredo, *op. cit.*, p. 29.

[574] Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 1999, pp. 561-562.

[575] Entrevista de Neiva Moreira, 9 de setembro de 2003.

[576] Para a fuga do presidente e saber como sobreviveu entre os dias 2 e 4 de abril, as fontes são as declarações de Assis Brasil no IPM, transcritas em várias edições por *O Estado de S. Paulo* e as entrevistas, já citadas, dadas a revista *Ele & Ela* e ao *Coojornal*. Jango, Maria Tereza e os dois ajudantes-de-ordens que o acompanharam até São Borja nunca deram declarações públicas sobre esses acontecimentos.

[577] Citado em Hélio Silva, *op. cit.*, p. 444.

[578] *Manchete*, 17 de março de 1962.

[579] Transcrito em Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 114. Desde as 4 da tarde do mesmo dia, Washington já sabia que não havia mais nenhuma resistência no Rio Grande do Sul (Ver Phyllis R. Parker, *op. cit.*, p. 109).

[580] Transcrito em Geraldo Cantarino, *op. cit.*, p. 69.

[581] Segundo *O Estado de S. Paulo* de 3 de julho de 1964, a fazenda Barro Alto, que tinha 70 mil hectares, estava no nome de Manuel Leães e teria sido comprada por 40 milhões de

cruzeiros.

[582] A Argentina solicitaria a intervenção da Organização dos Estados Americanos na hipótese de uma guerra civil no Brasil, de acordo com a CIA. Ver Marcos Sá Corrêa, *op. cit.*, p. 18.

[583] *Diário de Notícias* (RS), 4 de abril de 1964.

[584] Dener Pamplona de Abreu. *Dener, o luxo*. Rio de Janeiro, Laudes, 1972, p. 74.

[585] Para o horário, ver Geraldo Cantarino, *op. cit.*, p. 52.

[586] O tenente-coronel Pinto Guedes, ajudante-de-ordens da Presidência, vinha acompanhando Jango desde o Rio de Janeiro, e, segundo o *Diário de Notícias* (RS), desembarcaram com Jango mais três pessoas. Ver também Oswaldo Lima Filho, *op. cit.*, pp. 206-207.

[587] Jorge Otero, *op. cit.*, p. 170.

[588] O general regressou ao Brasil em um avião da Varig que partiu de Montevideu até o Rio de Janeiro. Veio com a mulher (dona Alba) e, logo após o pouso, foi preso pelo general-de-divisão José Horácio da Silva e levado para o Forte de Copacabana. (ver *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964).

[589] *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964.

[590] *O Cruzeiro*, 14 de outubro de 1964.

[591] *Coorjornal*, novembro de 1979.

[592] *O Cruzeiro*, 23 de maio de 1964.

[593] Ver Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *op. cit.*, pp. 545-547, 558, 561, 562, 569.

[594] A atriz Brigitte Bardot, que esteve no Brasil no mês de abril de 1964, teve uma visão amena do golpe. Ao voltar à França, declarou, no aeroporto de Orly, para os jornalistas brasileiros: "Adorei a revolução de vocês porque não teve mortes e tiros. Os brasileiros são mesmo adoráveis pois resolvem sem brigas seus casos". (*Última Hora*, 30 de abril de 1964).

[595] Entrevista de Amaral Peixoto em Lourenço Dantas Mota (coord.), *op. cit.*, p. 228.

[596] É difícil estimar os bens de Jango. Segundo sua mulher, em 1964 ele teria passado uma procuração para Tião Maia e "ele nunca mais apareceu para prestar contas. Ele vendeu todas as coisas do Jango. Fazendas, carros, caminhões, gado, tudo. Depois foi pra Austrália." (revista *Interview*, agosto de 1991). O deputado Antonio Carlos Magalhães, em discurso em 31 de março de 1964, listou na tribuna da Câmara dos Deputados os bens de Goulart (*Diário do Congresso*, 1.º de abril de 1964, p. 1936). Na revista *O Cruzeiro* de 26 de setembro de 1964, o advogado de Jango, Valdir Borges, apresentou uma relação de bens superior àquela lida na Câmara pelo deputado baiano. Schilling informa que às vésperas do golpe os brizolistas fizeram um levantamento dos bens de Goulart, muitos em nome de terceiros, e chegaram, no caso das propriedades rurais, a um total de 470 mil hectares (ver

Paulo Schilling, *op. cit.*, vol. 1, pp. 108-109). Apesar das divergências, em qualquer uma das versões, Jango era um homem rico.

[597] Paulo Francis. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 32.

